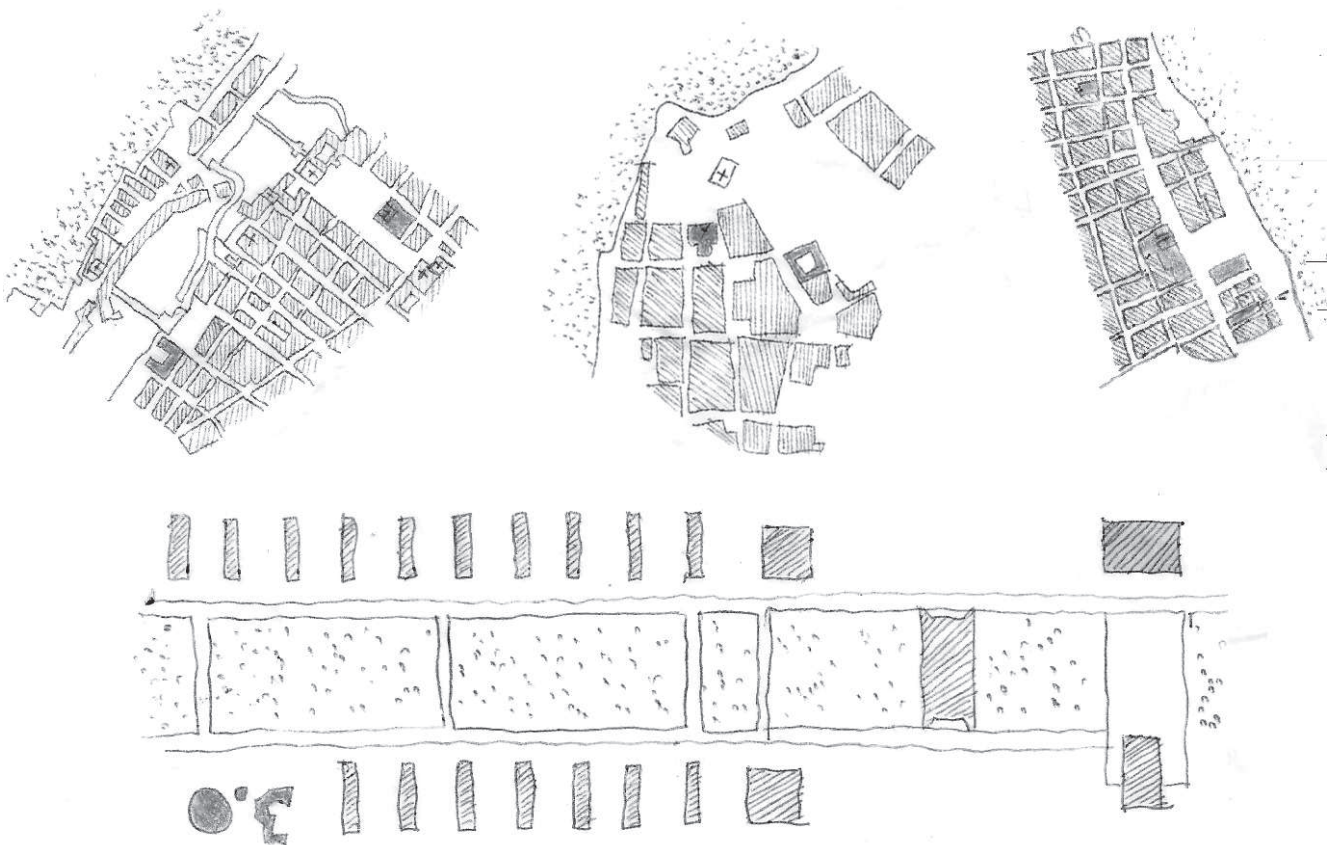


# PRAÇAS CÍVICAS DAS CAPITAIS DO BRASIL:

*padrões espaciais e história.*



MAURÍCIO PINHEIRO DA COSTA SOUZA

PRAÇAS CÍVICAS DAS CAPITAIS DO BRASIL:  
*padrões espaciais e história.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.  
Área de Concentração: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Orientador: Dr. Valério Augusto Soares Medeiros  
Co-orientadora: Dr<sup>a</sup>. Sylvia Ficher



Brasília, 3 agosto de 2011

Souza, Maurício Pinheiro da Costa

Praças cívicas das capitais do Brasil: padrões espaciais e história/ Maurício Pinheiro da Costa Souza. - Brasília PPG/FAU/UnB, 2011. 211p.: il. ; 31cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Program de Pós-graduação, 2011.  
Orientador: Dr. Valério Augusto Soares Medeiros  
Co-orientadora: Dr<sup>a</sup>. Sylvia Ficher

1. Morfologia Urbana 2. Sintaxe Espacial 3. Praça Cívica 4. Praça Brasileira. I. Título.

# TERMO DE APROVAÇÃO

PRAÇAS CÍVICAS DAS CAPITAIS DO BRASIL:  
*padrões espaciais e história.*

MAURÍCIO PINHEIRO DA COSTA SOUZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Program de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Área de Concentração: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Linha de pesquisa: Teoria, História e Crítica

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Valério Augusto Soares Medeiros** (presidente)  
Departamento de Teoria e História em  
Arquitetura e Urbanismo - FAU/UNB

**Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee** (membro)  
Departamento de Teoria e História em  
Arquitetura e Urbanismo - FAU/UNB

**Prof. Dr. Alfredo Gastal** (membro)  
Superintendente IPHAN/DF

Brasília, 3 agosto de 2011

*Dedico este trabalho  
à Alessandra, minha esposa, por ser uma grande companheira,  
à Tayná, minha mãe, pelo apoio incondicional e  
ao Mauro Roberto, meu pai (in memoriam), por ser a constante  
fonte de aprendizado.*

## RESUMO

Análise da morfologia urbana das praças cívicas existentes nas sucessivas capitais do Brasil: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, incluindo, por semelhanças tipológicas e políticas, a Belém. São investigadas as praças Tomé de Sousa (Salvador), Dom Pedro II (Belém), 15 de Novembro (Rio de Janeiro) e dos Três Poderes (Brasília). O conceito de praça cívica é explorado a partir de exemplos precedentes ao Brasil, que se iniciam na Antiguidade Clássica. A abordagem histórica é contraposta à análise da configuração espacial destas unidades morfológicas e seu entorno, utilizando os instrumentos da Sintaxe Espacial ou Teoria da Lógica Social do Espaço. Partindo da associação dos dois métodos analíticos (histórico e sintático) são verificadas afinidades morfológicas entre os estudos de caso.

**Palavras chaves:** 1. Morfologia Urbana 2. Sintaxe Espacial 3. Praça Cívica 4. Praça Brasileira.

## ABSTRACT

The civic squares of successive Brazilian capitals - Praça Tomé de Sousa (Salvador), Praça Dom Pedro II (Belém), Praça 15 de Novembro (Rio de Janeiro) and Praça dos Três Poderes (Brasília) - are comparatively analyzed on the matter of urban morphology. The concept of civic square is investigated from historical examples previous to Brazil, which begin in the Antiquity. Historical research is opposed to the analysis of the spatial configuration of these places and their surroundings, using the tools of Space Syntax. The association of two analytical methods (historical and syntactic) was undertaken to check morphological affinities between civic squares.

**Keywords:** 1. Urban Morphology 2. Space Syntax 3. Civic Square 4. Brazilian Square.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1.	Vista aérea (600 m de altura) da praça cívica (círculo cinza) e seu entorno, em cada uma das capitais estudadas. À esquerda, de cima para baixo: Salvador, Belém e Rio de Janeiro. Abaixo: Brasília. Fonte: Google Earth (2011).....	1
Fig. 2.	Mapa de Salvador mostrando a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus (ca. 1605). Fonte: Reis (2001). 2	2
Fig. 3.	Mapa do Rio de Janeiro mostrando o Terreiro da Polé (ca. 1712). Fonte: Reis Filho (2001).....	2
Fig. 4.	Plano Piloto de Brasília, mostrando a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios (1957). Fonte: Costa (1991). .....	2
Fig. 5.	Vista aérea de Lisboa (ca. 1598). Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2011).....	3
Fig. 6.	Detalhe do plano geral de Lisboa (1785). Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2011).....	3
Fig. 7.	Mapa de Belém (1773). Fonte: Reis (2001).....	3
Fig. 8.	Mapa do Maranhão (ca. 1640). Fonte: Reis (2001).....	3
Fig. 9.	Salvador vista do mar (ca. 1609). Fonte: Reis (2001). .....	4
Fig. 10.	Belém vista do mar (1784). Fonte: Reis (2001).....	4
Fig. 11.	Rio de Janeiro visto do mar (1822). Fonte: Cavalcanti (1999) .....	4
Fig. 12.	O Recinto Sagrado de Olímpia. Um espaço coletivo da cidade grega. Fonte: Benevolo (2001). .....	4
Fig. 13.	A ágora de Atenas na época romana e a Acrópole, no alto à esquerda. Fonte: Benevolo (1982). .....	5
Fig. 14.	Detalhe de modelo reduzido da parte central de Ypres (França). A Praça da Catedral e, acima dela, a Praça da Corporação dos Fabricantes de Tecidos. Fonte: Benevolo (2001). .....	5
Fig. 15.	Detalhe de mapa em perspectiva (1562). Nas partes superior e inferior os Mercados do Trigo e do Peixe, respectivamente. No centro a Praça do Castelo e da Muncipalidade. Fonte: Benevolo (2001).....	5
Fig. 16.	A coesão entre as praças, por Sitte. Fonte: Sitte (1992). .....	6
Fig. 17.	A praça de centro livre, por Sitte. Fonte: Sitte (1992). .....	6
Fig. 18.	A irregularidade das praças antigas, por Sitte. Fonte: Sitte (1992).....	6
Fig. 19.	A origem e a expansão da cidade , por Morris (Nimega, Holanda). A - o castelo; B - ampliação da urbana no século XV; C - o complexo de fortificações e a definição das ruas. Fonte: Morris (1998).....	7
Fig. 20.	A cronologia da cidade , por Morris (Nancy, França). 1 - a cidade medieval; 2 - a ville-neuve do século XVII; 3 - o parque público projetado; X-X o novo eixo transversal principal. Fonte: Morris (1998). .....	7
Fig. 21.	A organização do edifício na cidade , por Benevolo. 1 - o fórum; 2 - o palácio; 3 - as termas imperiais. Fonte: Benevolo (2005).....	7
Fig. 22.	A análise visual dos elementos da paisagem, por Panerai. Fonte: Panerai (2006) .....	8
Fig. 23.	A representação da paisagem urbana, por Lynch. Fonte: Panerai: (2006).....	8
Fig. 24.	O tecido urbano: vias, parcelas e edificações, por Panerai. Fonte: Panerai (2006).....	8
Fig. 25.	As formas primitivas das cidades, por Kostof. Fonte Kostof: (2006b).....	9
Fig. 26.	As direções da expansão urbana, por Panerai. Fonte: Panerai (2006).....	9
Fig. 27.	O “processo urbano”, por Kostof. Fonte: Kostof (2006b). .....	9
Fig. 28.	A topografia como determinante da forma urbana, por Kostof. Fonte Kostof (2006b). .....	9
Fig. 29.	A lógica espacial, por Hillier. Fonte: Hillier (1984). .....	10
Fig. 30.	A configuração espacial, por Hillier. Fonte: Hillier (1984).....	10
Fig. 31.	O mapa de espaços convexos. Fonte: Hillier (1984).....	10
Fig. 32.	A confecção do mapa de axialidade. Fonte: Hillier (1984).....	10
Fig. 33.	A condição de convexidade, por Holanda. Somente o exemplo “A” satisfaz esta condição. Fonte: Holanda (2002). .....	11
Fig. 34.	O mapa de axialidade e o núcleo integrador, por Holanda. Fonte: Holanda (2002). .....	11
Fig. 35.	A integração e a co-presença. Acima: mapa de integração de Planaltina, DF; abaixo: mapa de co-presença. Fonte: Holanda (2002). .....	11
Fig. 36.	Detalhe do mapa de Salvador ca. 1715. Fonte: Reis (2001). .....	12
Fig. 37.	Exemplificação do mapa de ilhas espaciais da área de estudo de Salvador, escala 1/1000. ....	13
Fig. 38.	Exemplificação do mapa axial da área de estudo de Salvador, escala 1/1000.....	13
Fig. 39.	Exemplificação do mapa de isovistas do núcleo cívico de Salvador, escala 1/1000.....	13
Fig. 40.	O espaço cívico da Antiguidade, por Spreiregen. Acima, o Fórum Imperial (27 a.C. - 476 d. C.) e o Fórum Republicano (509-27 a. C.). Abaixo, a ágora de Atenas (séc. II a. C.). Fonte, Spreiregen (1973).....	17
Fig. 41.	A ágora de Atenas vista da Acrópolis (séc. II a. C.). Fonte, Spreiregen (1973).....	17

Fig. 42.	Modelo reduzido do Terreiro do Paço, em Lisboa, antes do terremoto de 1755. Foto: Valério A. Medeiros (2011).....	17
Fig. 46.	A Baixa Pombalina após o terremoto de 1755. Lisboa, Portugal .....	18
Fig. 43.	O centro da cidade medieval. Luicignano (Itália). Fonte: Goitia (1992).....	18
Fig. 44.	O centro da cidade islâmica. Córdoba e Toledo, Espanha. Fonte: Goitia (1992).....	18
Fig. 45.	A cidade ideal renascentista. Planta de uma cidade fortificada, por Magi. Fonte: Spreiregen (1973). 18	
Fig. 47.	O centro da cidade barroco. Dresden, Alemanha. Fonte: Goitia (1992).....	18
Fig. 48.	A cidade de traçado irregular. Vista aérea e planta de Pérgamo. Fonte: Koch (1982).....	19
Fig. 49.	A cidade de plano reticulado. Planta de Olinto. Fonte: Benevolo (1982).....	19
Fig. 50.	A cidade de plano reticulado. Planta de Olinto. Fonte: Benevolo (1982).....	20
Fig. 51.	O plano hipodânico. De cima para baixo, as cidades gregas de Mileto e Priene. Fonte: Benevolo (1982). 20	
Fig. 52.	Ruínas da ágora meridional de Mileto. No centro, o pórtico jônico da rua processional, que ligava a porta do porto à porta setrêntional. Fonte: Panorâmio (2011).....	20
Fig. 53.	Em cima, reconstituição da ágora de Atenas. Da esquerda para direita: stoas, propileu e o bouletério; em segundo plano a acrópole e o areópago. Abaixo, reconstituição de Olímpia. No centro, o Templo de Zeus, ao lado, fora dos muros, a ágora. A sua frente, a rua processional. Fonte: Fletcher (1948).....	21
Fig. 54.	Ruína do bouletério de Mileto, em frente à rua processional. Fonte: Panorâmio (acesso em: 2011).....	21
Fig. 55.	O centro de Priene. Da esquerda para direita: Templo de Atena, ágora e Templo de Asclépios. Acima, o teatro. Fonte: Benevolo (1982).....	22
Fig. 56.	O espaço externo-interno, por Moore. Fonte: Moore (1977).....	22
Fig. 57.	Reconstituição do buletério de Mileto. Fonte: Robertson (1997).....	22
Fig. 58.	A rua (Athena - Strasse) integrada ao “corpo” do edifício. Planta do eclesiastério de Priene. Fonte: Robertson (1997).....	23
Fig. 59.	A stoa em frente a ágora de Priene. Fonte: Benevolo (1982).....	23
Fig. 60.	Planta da stoa de Priene. Fonte: Robertson (1997).....	23
Fig. 61.	A Stoa de Átalo, em Atenas. Fonte: Panorâmio (acesso em: 2011).....	23
Fig. 62.	A conexão do Templo de Atena à ágora, dois espaços articulados da cidade grega (Priene). Fonte: Benevolo (1992).....	24
Fig. 63.	O lugar: paisagem natural e paisagem construída. Fonte: Moore (1977).....	24
Fig. 64.	As três condições urbanas do templo (Priene): 1 - fora da malha, o Templo de Demetra; 2 - inserido na malha e conectado à ágora, o Templo de Atena; 3 - integrado à ágora, o Templo de Asclépios. Fonte: Benevolo (1992).....	24
Fig. 65.	Cidade superior (Pérgamo). 20 - Altar de Zeus; 21 - ágora superior; 22 - templo da ágora. Fonte: Benevolo (2007).....	25
Fig. 66.	A implantação da retícula se adapta à topografia. A cidade termina intramuros (Priene). Fonte: Benevolo (1992).....	25
Fig. 67.	A ágora e a acrópole de Atenas: o fluxo da cidade nos lugares de representação do Estado e celebração. Fonte: Benevolo (1992).....	26
Fig. 69.	Reconstituição do mapa de Atenas no período de Péricles (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (2007).....	26
Fig. 68.	Mapa de Atenas, esc. 1/3000.....	26
Fig. 70.	Mapa axial de Atenas, esc. 1/3000.....	27
Fig. 71.	Mapa de isovistas de Atenas, esc. 1/3000.....	27
Fig. 72.	Plano de Mileto, elaborado por Hipódomo (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (1992).....	27
Fig. 73.	Mapa de Mileto, esc. 1/2000.....	28
Fig. 74.	Mapa axial de Mileto, esc. 1/2000.....	28
Fig. 75.	Mapa de isovistas Mileto, esc. 1/2000.....	28
Fig. 76.	As áreas de Mileto divididas por função. O centro reúne as atividades comercial, civil e religiosa; o tecido trivial, ao seu redor, é dominado pelas habitações. Fonte: Benevolo (1992).....	29
Fig. 77.	Plano de Priene (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (1992).....	29
Fig. 78.	Mapa de Priene, esc. 1/2000.....	29
Fig. 79.	Mapa axial de Priene, esc. 1/1500.....	29
Fig. 81.	Modelo reduzido do centro monumental de Roma. Acima e à esquerda, o Fórum Imperial; em seguida, o Fórum Republicano; abaixo e à direita, o Coliseu. Fonte: Benevolo (2007).....	30
Fig. 80.	Mapa de isovistas de Priene, esc. 1/1500.....	30
Fig. 82.	Planta do Fórum de Pompéia. I - Templo de Júpter; II - mercado; VI - comitium; VII-IX - edifícios admi-	



	nistrativos; X - basílica; XI - Templo de Apolo; XII - mercados. Fonte: Sitte (1992).....	31
Fig. 83.	O cardo maximus e o decumanus maximus da cidade romana, por Vitruvius. Fonte: Benevolo (1982).	31
Fig. 84.	Os Fóruns Republicano e Imperial de Roma. Fonte: Koch (1982).	32
Fig. 85.	O Fórum Republicano. Fonte: Spreiregen (1973).	32
Fig. 86.	Planta do Fórum Republicano. Fonte: Morris (1998).	32
Fig. 87.	Reconstituição da Cúria, no Fórum Republicano. Fonte: Spreiregen (1973).	33
Fig. 89.	Planta do Fórum Imperial. Fonte: Morris (1998).	33
Fig. 88.	Reconstituição dos Fórum Imperial. Fonte: Spreiregen (1973).	33
Fig. 90.	Reconstituição dos fóruns romanos, vistos do Capitólio. Fonte: Fletcher (1948).	33
Fig. 91.	Reconstituição da planta do centro de Roma (séc. II d. C.). Fonte: Benevolo (1973).	34
Fig. 92.	Mapa de Roma, esc. 1/3000.	34
Fig. 93.	Mapa axial de Roma, esc. 1/3000.	34
Fig. 94.	Planta de Óstia (séc. IV d.C.). Fonte: Benevolo (1982).	35
Fig. 95.	Mapa de Óstia, esc. 1/2000.	35
Fig. 96.	Mapa axial de Óstia, esc. 1/1750.	35
Fig. 97.	Mapa de isovistas de Óstia, esc. 1/1750.	35
Fig. 98.	Planta de Timgad (séc. VI d.C.). Fonte: Benevolo (1992).	36
Fig. 99.	Mapa de Timgad, esc. 1/2000.	36
Fig. 100.	Mapa axial de Timgad, esc. 1/2000.	36
Fig. 101.	Mapa de isovistas de Timgad, esc. 1/2000.	36
Fig. 102.	O cardo e o decumanus se cruzam no centro do fórum de Óstia.	37
Fig. 103.	Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Da esquerda para direita: Atenas, Mileto, Priene, Ostia e Timgad.	38
Fig. 104.	As três atividades públicas em três áreas distintas e interconectadas na cidade medieval, Siena (Itália). Abaixo: a Praça da Catedral; acima, no centro: a Praça do Campo Maior; à direita: a Praça do Mercado. Fonte: Google Earth (2011).	39
Fig. 105.	O Castelo de Münzenberg (Alemanha). A fortaleza medieval e o breve esquecimento da praça cívica. Fonte: Koch (1982).	39
Fig. 106.	Área central de Florença (Itália) depois das intervenções urbanísticas do séc. XIII. Acima: a Catedral; No centro, à esquerda: a Praça do Mercado; abaixo: o Palácio Urbano na a Praça Signoria. Fonte: Holanda (2002).	40
Fig. 107.	Centro histórico de Bolonha (Itália). A presença do traçado romano persiste na trama urbana. Fonte: Benevolo (2007).	40
Fig. 108.	Sobreposição tramas urbanas. As paisagem assimétrica decorrente da interrupção da retícula em largos de formas variadas. Catedral de Santa Maria del Fiore, Florença (Itália). Fonte: Benevolo (2007).	41
Fig. 109.	Vista de Nápoles (Itália, 1464). A adaptação do traçado medieval ao terreno. Fonte: Kostof (2006b).	41
Fig. 110.	A origem da cidade a partir da fortaleza. Fonte: Kostof (2006b).	41
Fig. 111.	O crescimento linear (Rio de Janeiro, séc. XVIII). Fonte: Reis (2001).	42
Fig. 112.	O centro de Lübeck, Alemanha. Fonte: Benevolo (2007).	42
Fig. 113.	O mapa do centro de Lübeck, esc. 1/750.	42
Fig. 114.	O mapa axial do centro de Lübeck, esc. 1/750.	43
Fig. 115.	O mapa de isovistas do centro de Lübeck, esc. 1/750.	43
Fig. 116.	O praça destinada ao mercado e à municipalidade, no centro de Lübeck. Fonte: Panoramio (2011).	43
Fig. 117.	Mapa do centro de Bruges (Bélgica, 1562). Fonte: Benevolo (2007).	44
Fig. 118.	O mapa do centro de Bruges, esc. 1/750.	44
Fig. 119.	O mapa axial do centro de Bruges, esc. 1/750.	44
Fig. 120.	O mapa de isovistas do centro de Bruges, esc. 1/750.	45
Fig. 121.	O centro de Bruges. À esquerda: a Praça Municipal; abaixo: o Mercado do Peixe; à direita e abaixo: a Catedral de Notre Dame e a Igreja de São Salvador. Fonte: Benevolo (2007).	45
Fig. 122.	O environment of trade, em Antuérpia (Bélgica). Fonte: Kostof (2006a).	45
Fig. 123.	O Cloth Hall, em Ypres (Bélgica). Fonte: Kostof (2006a).	46
Fig. 124.	Vista aérea da Torre do Mercado, no centro de Burges (Bélgica). Fonte: Panoramio (2011).	46
Fig. 125.	Praça da Municipalidade vista da Torre do Mercado, em Bruges. Fonte: Panoramio (2011).	46
Fig. 126.	A Praça do Comércio, em Burges. Fonte: Panoramio (2011).	46

Fig. 127.	<i>Mapa de Lübeck (Alemanha). A praça destinada ao mercado na parte central e mais elevada do terreno. Fonte: Benevolo (2007).....</i>	47
Fig. 128.	<i>Mapa de Salvador, com a Praça do Governador (B) na parte elevada do terreno e a Casa da Moeda (D) ao lado, conectadas ao porto na parte baixa. Fonte: Reis (2001).....</i>	47
Fig. 129.	<i>O posicionamento da Praça do Capitólio em relação ao antigo Fórum Romano. Fonte: Morris (1998). 47</i>	
Fig. 130.	<i>O núcleo integrado do centro de Bruges, esc. 1/750. Da esquerda para direita: Igreja de São Salvador; Torre do Comércio (Mercado do Peixe); Palácio Municipal. ....</i>	48
Fig. 131.	<i>O eixo de integração do núcleo cívico de Bruges. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	48
Fig. 132.	<i>A Praça da Municipalidade, em Bruges. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	48
Fig. 133.	<i>O eixo de integração do núcleo cívico de Lübeck. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	48
Fig. 134.	<i>A Praça da República, em Florença (antiga Praça do Comércio). Fonte: Panoramio (2011).....</i>	49
Fig. 135.	<i>A via integradora entre a Praça da catedral e a Praça Signoria, em Florença (Itália): Panoramio (2011). ....</i>	49
Fig. 136.	<i>A Basílica de Santa Maria del Fiore, em Florença. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	50
Fig. 137.	<i>A Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	50
Fig. 138.	<i>O Pallazo Vecchio, na Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	50
Fig. 139.	<i>A Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	50
Fig. 140.	<i>O mapa do centro de Florença no séc. XIV. Fonte: Benevolo (2007).....</i>	51
Fig. 141.	<i>O mapa do centro de Florença, esc. 1/2000.....</i>	51
Fig. 142.	<i>O mapa axial do centro de Florença, esc. 1/2000.....</i>	51
Fig. 143.	<i>O mapa de isovistas do centro de Florença, esc. 1/2000. ....</i>	51
Fig. 144.	<i>A Catedral e a Câmara Municipal de Wodnian (República Tcheca). Fonte: Benevolo (2007).....</i>	52
Fig. 145.	<i>A praça cívica de Wodnian. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	52
Fig. 146.	<i>A Catedral e a Câmara Municipal de Klattau (República Tcheca). Fonte: Benevolo (2007).....</i>	52
Fig. 147.	<i>As torres da Catedral e da Câmara Municipal de Klattau. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	52
Fig. 148.	<i>Plano das cidades francesas de traçado regular (bastidas). Fonte: Goitia 91992).....</i>	53
Fig. 149.	<i>Mapa axial do centro de Villeneuve-Sur-Lot.....</i>	53
Fig. 150.	<i>Mapa axial do centro de Montazier.....</i>	53
Fig. 151.	<i>Acima: uma rua de Málaga (Espanha); abaixo: uma rua da Medina de Fez (Marrocos). Fonte: Goitia (1992). ....</i>	54
Fig. 152.	<i>A cidade de Gardaia, na Argélia (fundada em 1035). No centro, a mesquita. Fonte: Benevolo (2007).55</i>	
Fig. 153.	<i>O traçado sinuoso de Toledo (Espanha). No centro a antiga mesquita encontra-se ocupada pela Catedral.....</i>	55
Fig. 154.	<i>Palermo (Espanha, fim do séc. XVI). Pode-se reconhecer o traçado sinuoso da cidade árabe, cortado pelas diversas ruas retilíneas espanholas e circundado pelos bairros modernos em forma de tabuleiro. Fonte: Benevolo: (2007).....</i>	55
Fig. 155.	<i>Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Da esquerda para direita: Bruges, Florença e Lübeck.....</i>	56
Fig. 156.	<i>A Câmara Municipal de Viana do Castelo. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	57
Fig. 157.	<i>A Igreja Matriz de Viana do Castelo. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	57
Fig. 159.	<i>Mapa de Viana do Castelo, em 1758. Fonte: Teixeira (2010). ....</i>	57
Fig. 158.	<i>Mapa atual de Viana do Castelo, esc. 1/2000. ....</i>	57
Fig. 160.	<i>Mapa axial de Viana do Castelo, esc. 1/2000. ....</i>	58
Fig. 161.	<i>Mapa de isovistas de Viana do Castelo, esc. 1/2000.....</i>	58
Fig. 162.	<i>Mapa de Estremoz (1758). Fonte: Teixeira (2010).....</i>	58
Fig. 163.	<i>Mapa atual de Estremoz, esc. 1/2000.....</i>	59
Fig. 164.	<i>Mapa axial de Estremoz, esc. 1/2000. ....</i>	59
Fig. 165.	<i>Mapa de isovista de Estremoz, esc. 1/2000.....</i>	59
Fig. 166.	<i>Convento dos Congregados e Câmara Municipal de Estremoz. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	59
Fig. 170.	<i>Câmara Municipal de Monção. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	60
Fig. 167.	<i>Igreja de São Francisco, em Estremoz. Fonte: Panoramio (2011). ....</i>	60
Fig. 168.	<i>Mapa de Monção (1758). Fonte: Teixeira (2011). ....</i>	60
Fig. 169.	<i>Vista aérea atual de Monção. Fonte: Google Earth (2011). ....</i>	60

Fig. 171.	Mapa atual de Monção, esc 1/1000.....	60
Fig. 172.	Mapa axial de Monção, esc. 1/1000. ....	61
Fig. 173.	Mapa de isovistas de Monção, esc. 1/1000.....	61
Fig. 174.	Vista da Praça Deu-La-Deu, em Monção. Ao fundo, a Igreja da Misericórdia. Fonte: Panoramio (2011). 61	
Fig. 175.	Mapa de Braga, em 1594. Fonte: Teixeira (2001). ....	61
Fig. 179.	A Catedral da Sé de Braga. Fonte: Panoramio (2011). ....	62
Fig. 176.	Mapa atual de Braga, esc. 1/750. ....	62
Fig. 177.	Mapa axial de Braga, esc. 1/750.....	62
Fig. 178.	Mapa de isovistas de Braga, esc. 1/750. ....	62
Fig. 180.	A Câmara Municipal de Braga. Fonte: Panoramio (2011). ....	62
Fig. 181.	Vista aérea do centro de Beja. Fonte: Google Earth (2011). ....	63
Fig. 182.	Mapa do centro de Beja, esc. 1/750.....	63
Fig. 183.	Mapa axial de Beja, esc. 1/750. ....	63
Fig. 184.	Mapa de isovistas de Beja, esc. 1/750.....	63
Fig. 185.	Mapa de Évora, sem datação. Fonte: Teixeira (2010). ....	64
Fig. 186.	Mapa atual de Évora. esc. 1/2000.....	64
Fig. 187.	Mapa axial de Évora, esc. 1/2000.....	64
Fig. 188.	Mapa de isovistas de Évora, esc. 1/2000. ....	65
Fig. 189.	A Igreja de Santo Antão, na Praça do Giraldo. Fonte: Panoramio (2011). ....	65
Fig. 190.	A Catedral da Sé, no Jardim do Templo de Diana. Fonte: Panoramio (2011). ....	65
Fig. 191.	A Câmara Municipal de Évora, na Praça do Sertório. Fonte: Panoramio (2011). ....	65
Fig. 192.	Mapa de Funchal, na Ilha da Madeira (1570). Fonte: Teixeira (2010). ....	66
Fig. 193.	Mapa de Horta, na Ilha dos Açores (1804). Fonte: Teixeira (2010). ....	66
Fig. 194.	Mapa de Angra, na Ilha dos Açores (1595). Fonte: Teixeira (2010). ....	66
Fig. 195.	A Catedral da Sé, na Ilha dos Açores. Fonte: Panoramio (2011). ....	66
Fig. 197.	Mapa de Filipéia de N. S. das Neves, João Pessoa (Paraíba, ca. 1640). Fonte: Reis (2001). ....	67
Fig. 196.	Mapa de Salvador (1624). Fonte: Reis (2001). ....	67
Fig. 198.	Mapa do Rio de Janeiro (1712). Fonte: Reis (2001). ....	67
Fig. 199.	Mapa de Belém (1753). Fonte: Reis (2001). ....	67
Fig. 200.	Mapa de Recife (1639). Fonte: Reis (2001). ....	68
Fig. 201.	O Terreiro do Paço, em Lisboa (ca. 1598). Fonte: Biblioteca Nacional (2011). ....	68
Fig. 202.	Mapa de Ribeira Grande (Cabo Verde, África). Fonte: Teixeira (2010). ....	68
Fig. 203.	O plano de Sforzinda, de Filareto. Fonte: Benevolo (2007). ....	69
Fig. 204.	De cima para baixo, mapas de Chaul e Baçaim (Índia, 1733). Fonte: Teixeira (2010). ....	69
Fig. 205.	Mapa de Baçaim, Índia, em 1639. Fonte: Teixeira (2010). ....	69
Fig. 206.	Cidade fortificada de Naarden (Holanda). Traçado de Paen e Dorstan, (1673). Fonte: Morris (1998). ....	70
Fig. 207.	Plano para fortificação de Belém, de Gaspar Gronsfeld (1773). Fonte: Reis (2001). ....	70
Fig. 208.	O Capitólio de Roma (Michelangelo, séc. XVI). Fonte: Spreiregen (1973). ....	70
Fig. 209.	O Campo das Armas de Luis XIV (Versalhes, final do séc. XVII e início do XVIII). Fonte: Spreiregen (1973). ....	71
Fig. 210.	Detalhe do Plano Geral de Lisboa (1785). Fonte: Biblioteca Nacional (2011). ....	71
Fig. 211.	Vista aérea da Praça do Comércio, Lisboa. Fonte: Morris (1998). ....	72
Fig. 212.	Vista do Largo do Carmo, Rio de Janeiro (1775). Fonte: Ferrer (1978). ....	72
Fig. 213.	Mapa atual da Baixa Pombalina, Lisboa, esc. 1/2000. ....	72
Fig. 215.	Vista aérea da Praça dos Três Poderes, Brasília. Fonte: Facó (2003). ....	73
Fig. 214.	Vista da Praça do Palácio dos Governadores, Salvador (ca. 1624). Fonte: Reis (2001). ....	73
Fig. 216.	Mapa axial da Baixa Pombalina, esc. 1/2000.....	73
Fig. 217.	Mapa de Isovistas da Baixa Pombalina, esc. 1/2000. ....	74
Fig. 218.	Vista aérea da Baixa Pombalina. Fonte: Morris (1998). ....	74
Fig. 219.	Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (for- ma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento pre- to) . Da esquerda para direita e de cima para baixo: Beja, Estremoz, Évora e Lisboa. ....	75

Fig. 220.	<i>Câmara Municipal de Salvador (antiga Casa de Câmara). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	79
Fig. 221.	<i>Primeiros caminhos entre a cidade de Salvador e Vila Velha, próximos à margem da Baía de Todos os Santos. Fonte: Sampaio (1949).</i> .....	80
Fig. 222.	<i>Mapa da cidade de Salvador (1549). A - Palácio de Governador; B - Baluartes. C - Igreja da Ajuda; C' - Palácio do Bispo; D - Casa de Câmara; E - Igreja da Conceição; F - Trapixes; G - Hospital; I - portas da cidade; J - Fosso; K e L - caminhos para parte baixa. Fonte: Sousa (1995).</i> .....	80
Fig. 223.	<i>Casa de Câmara e Palácio do Governador. Fonte: Ruy (1953).</i> .....	81
Fig. 224.	<i>Palácio dos Governadores seiscentista, antes das reformas de 1890-1900. Fonte: Oliveira (1983).</i> .....	81
Fig. 225.	<i>Casa de Câmara, depois da restauração de 1970. Fonte: Sousa (1995).</i> .....	81
Fig. 226.	<i>Igreja da Conceição da Praia, no alto, a cúpula do atual Palácio Rio Branco (antigo Palácio dos Governadores). Fonte: Rodrigues (1979).</i> .....	81
Fig. 227.	<i>Antiga Catedral da Sé, demolida em 1933. Fonte: Peres (1974).</i> .....	82
Fig. 228.	<i>A expansão urbana de Salvador no séc. XVI. De cima para baixo: em 1551, em 1553 e em 1580. Fonte: Simas (1979).</i> .....	82
Fig. 229.	<i>Fachada da antiga Catedral da Sé, demolida em 1933. Fonte: Peres (1974).</i> .....	83
Fig. 230.	<i>Porta sul de Salvador. Levava ao caminho da Vila Velha. Fonte: Ruy (1953).</i> .....	83
Fig. 231.	<i>Mapa de Salvador (ca. 1638). Fonte: Reis (2001).</i> .....	83
Fig. 232.	<i>A Catedral do Terreiro de Jesus (ca. 1870-80). Fonte: Biblioteca Nacional</i> .....	84
Fig. 233.	<i>Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1625). Fonte: Reis (2001).</i> .....	84
Fig. 234.	<i>Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1625). Fonte: Reis (2001).</i> .....	84
Fig. 235.	<i>Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1609). À esquerda: a antiga Sé; à direita, próximos ao caminho para a Cidade Baixa: a Casa de Câmara, o Tribunal da Relação e o Palácio dos Governadores. Fonte: Reis (2001).</i> .....	85
Fig. 236.	<i>Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1695). E - a antiga Catedral da Sé. G - Tribunal da Relação; H - Palácio dos Governadores. Fonte: Reis (2001).</i> .....	85
Fig. 237.	<i>Mapa de Salvador (1660). Fonte: Reis (2001).</i> .....	85
Fig. 238.	<i>Mapa de Salvador (1730). Fonte: Simas (1979).</i> .....	86
Fig. 239.	<i>Mapa de Salvador (1800). Fonte: Simas (1979).</i> .....	87
Fig. 240.	<i>Elevação em perspectiva das fortalezas de Salvador (1775-800). Fonte: Reis (2001).</i> .....	87
Fig. 241.	<i>Vista da Cidade Baixa (1786). Fonte: Reis (2001).</i> .....	87
Fig. 242.	<i>Mapa de Salvador (ca. 1714). Fonte: Reis (2001).</i> .....	87
Fig. 243.	<i>A Praça da Sé e a Praça do Palácio, em mapa de ca. 1714. Fonte: Reis (2001).</i> .....	88
Fig. 244.	<i>A Praça da Sé (demolida) e a Praça Tomé de Sousa (antiga Praça do Palácio). Fonte: Google Earth (2011).</i> .....	88
Fig. 246.	<i>O Elevador Lacerda, na Praça Tomé de Sousa (local do antigo Tribunal da Relação). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	88
Fig. 245.	<i>O edifício da Prefeitura de Salvador, na Praça Tomé de Sousa (local da antiga casa da Moeda). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	88
Fig. 247.	<i>A Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara) e o Palácio Rio Branco (no local do antigo Palácio dos Governadores), na Praça Tomé de Sousa (antiga Praça do Palácio). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	89
Fig. 249.	<i>Mapa de Salvador colonial, esc. 1/750.</i> .....	91
Fig. 248.	<i>Mapa de Salvador (ca. 1715) utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial. Fonte: Reis (2001).</i> .....	91
Fig. 250.	<i>Mapa axial de Salvador colonial (Cidade Alta e Cidade Baixa conjuntas), esc. 1/750.</i> .....	95
Fig. 251.	<i>Mapa axial de Salvador colonial (Cidade Alta e Cidade Baixa isoladas), esc. 1/750.</i> .....	96
Fig. 252.	<i>Mapa de isovista de Salvador colonial (somente Cidade Alta), esc. 1/750.</i> .....	97
Fig. 253.	<i>Vista aérea da Praça de Tomé de Sousa e seu entorno. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	99
Fig. 254.	<i>Mapa de Salvador atual, esc. 1/750.</i> .....	99
Fig. 255.	<i>Mapa axial de Salvador atual (Cidade Alta e Cidade Baixa conjuntas), esc. 1/750.</i> .....	100
Fig. 256.	<i>Mapa axial de Salvador atual (Cidade Alta e Cidade Baixa isoladas), esc. 1/750.</i> .....	101
Fig. 257.	<i>Mapa de isovista de Salvador atual (somente Cidade Alta), esc. 1/750.</i> .....	102
Fig. 258.	<i>Catedral da Sé, Belém. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	105
Fig. 259.	<i>Ruas e edifícios de Belém (1626). De cima para baixo: Forte do Castelo, Casa de Câmara e Cadeia, Pelourinho, Igreja de N. S. da Graça, Igreja de São João Batista e terreno e casa de Bento Maciel Parente. Fonte: Iphan (2003).</i> .....	106
Fig. 260.	<i>Ruas e edifícios de Belém (fim do séc. XVII). De cima para baixo: Convento de Santo Antônio, Forte São</i>	

	<i>Pedro Nolasco, Convento dos Mercedários, Alfândega, Casa dos Capitães Gerais e Igreja e Convento do Carmo. Fonte: Iphan (2003).</i> .....	106
Fig. 261.	<i>O Forte do Castelo hoje. Fonte: Panoramio(2011).</i> .....	107
Fig. 262.	<i>O Forte do Castelo visto da Baía do Guajará. Fonte: Panoramio(2011).</i> .....	107
Fig. 263.	<i>Igreja de São João Batista. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	107
Fig. 264.	<i>O novo Pelourinho (substituiu o da Praça da Catedral). Situado em um baluarte semicircular, em frente à praia que servia de porto, na confluência da Rua do Norte com a Rua da Praia. Fonte: Biblioteca Nacional (2011).</i> .....	107
Fig. 265.	<i>Perfil de Belém, vista da Baía do Guajará (ca. 1817-20). À direita: o Palácio dos Governadores; atrás: as torres da Catedral da Sé. Fonte: Reis (2001).</i> .....	108
Fig. 266.	<i>A Igreja de Santo Alexandre, na Praça da Sé. Fonte: Biblioteca Nacional (2011).</i> .....	108
Fig. 267.	<i>A Ladeira do Castelo. Antigo caminho entre o Forte e a Residência do Capitão-Mor. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	108
Fig. 268.	<i>Os núcleos urbanos da Cidade e da Campina. No centro, a região alagadiça do Piri, onde foi implantada a praça cívica (fim do séc. XVII). Fonte: Iphan (2003).</i> .....	109
Fig. 269.	<i>Porto pesqueiro do Ver-o-Peso, próximo à antiga Alfândega. O edifício de ferro é do final do séc. XIX. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	109
Fig. 270.	<i>A Praça do Relógio, em Belém. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	109
Fig. 271.	<i>A Torre do Relógio vista da Praça da República, Serpa (Portugal). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	109
Fig. 272.	<i>Fachada da Residência de Governadores e Capitães-Gerais do Estado do Grão-Pará, no Largo da Sé. Fonte: Cruz (1976).</i> .....	110
Fig. 273.	<i>O Largo de Sé. À esquerda: a Igreja de Santo Alexandre; à direita a Catedral da Sé (s/d). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).</i> .....	110
Fig. 274.	<i>A Catedral da Sé e a Igreja de Santo Alexandre vistas do Largo do Relógio (1935). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).</i> .....	110
Fig. 275.	<i>A Praça do Palácio, a Praça do Relógio e a Praça da Sé, vistas da Baía do Guajará.....</i>	110
Fig. 276.	<i>Ruas e edifícios de Belém no Período Pombalino (1791). De cima para baixo: Reduto de São João, Convento de Santo Antônio, Açougue, Forte São Pedro Nolasco; Igreja das Mercês, Igreja da Misericórdia, Igreja de Santana, Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, Praça do Pelourinho, Alojamento da Tropa e Praça dos Quartéis, Armazém e Casa das Canoas, Palácio Episcopal, Ópera, Palácio dos Governadores, Igreja de N. S. do Rosário dos Brancos e Igreja do Carmo. Fonte: Iphan (2003).</i> .....	111
Fig. 277.	<i>Mapa de Belém (1780). Fonte: Reis (2001).</i> .....	111
Fig. 278.	<i>Plano de fortificação da região da Cidade (1773). Fonte: Reis (2001).</i> .....	111
Fig. 279.	<i>Manuscrito dos arquivos do Algemeen Rijksarchief (ca. 1640). À esquerda: a Campina; à direita: a Cidade, com o forte e primeiros quarteirões. Fonte: Reis (2001).</i> .....	112
Fig. 280.	<i>Fachada da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, em Belém (por Landi). Fonte: Cruz (2001).</i> .....	112
Fig. 281.	<i>Fachada da Catedral da Sé (por Landi). Fonte: Cruz (1976).</i> .....	112
Fig. 282.	<i>Fachada do Palácio dos Governadores (por Landi). Fonte: Meira (1974).</i> .....	112
Fig. 283.	<i>Mapa de Belém (1791). Fonte: Reis (2001).</i> .....	113
Fig. 284.	<i>A Catedral da Sé atualmente. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	113
Fig. 285.	<i>O Palácio dos Governadores atualmente. Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	113
Fig. 286.	<i>O Palácio Antônio Lemos (antiga Câmara Municipal, atual Prefeitura) e o Palácio Lauro Sodré (antigo Palácio dos Governadores, atual Museu do Estado do Pará). Fonte: Panoramio (2011).</i> .....	113
Fig. 288.	<i>Mapa de Belém colonial, esc. 1/750.</i> .....	115
Fig. 287.	<i>Plano para fortificação de Belém (1773) utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial. Fonte: Reis (2001).</i> .....	115
Fig. 289.	<i>Mapa axial de Belém colonial, esc. 1/750.</i> .....	118
Fig. 290.	<i>Mapa de isovista de Belém colonial, esc. 1/750.</i> .....	119
Fig. 291.	<i>As três praças do núcleo cívico: Praça D. Pedro II, Praça da Sé e Praça do Relógio. Google Earth (2011).</i> 121	
Fig. 292.	<i>Mapa de Belém atual, esc. 1/750.</i> .....	122
Fig. 293.	<i>Mapa axial de Belém atual, esc. 1/750.</i> .....	123
Fig. 294.	<i>Mapa de isovista de Belém atual, esc. 1/750.</i> .....	124
Fig. 295.	<i>A cobertura do Paço Imperial, o Elevado da Perimetral e a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Fonte: Calalcanti (1999).</i> .....	127
Fig. 296.	<i>A entrada da Baía de Guanbara (ca. 1602). Fonte: Reis (2001).</i> .....	128

Fig. 297.	<i>O movimento de ocupação do Rio de Janeiro no séc. XVI. 1 - Morro da Conceição; 2 - Morro de São Bento; 3 - Morro de Santo Antônio; 4 - Morro do Castelo (1567); 5 - Morro Cara-de-Cão (1565); 6 - Morro do Pão-de-Açúcar; 7 - Baía de Guanabara.....</i>	<i>128</i>
Fig. 298.	<i>Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo: a primeira Sé da cidade. Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>128</i>
Fig. 299.	<i>A Capela de N. S. do Ó, na várzea carioca (1620). Fonte: Pereira (2002).....</i>	<i>129</i>
Fig. 300.	<i>Detalhe de mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714). A - Fortaleza do Castelo; G - Armazéns do Rei; H - Casa da Moeda; I - Convento do carmo. F - Cais. Fonte: Reis (2001).....</i>	<i>129</i>
Fig. 301.	<i>Detalhe de mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714). M - Convento de São Bento; N - Armazéns da Junta; O - Baluarte da Prainha; Q - Fortaleza da Conceição; R - Casa do Bispo. Fonte: Reis (2001).....</i>	<i>129</i>
Fig. 302.	<i>Perfil do Rio de Janeiro entre os Morros do Castelo e de São Bento, visto da Baía de Guanabara. (ca. 1695) Fonte: Reis (2001). ....</i>	<i>130</i>
Fig. 303.	<i>Provável distribuição de atividades no Rio de Janeiro (séc. XVII). Fonte: Abreu (2011).....</i>	<i>131</i>
Fig. 305.	<i>Mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714). Fonte: Cavalcanti (1999).....</i>	<i>131</i>
Fig. 304.	<i>Mapa do Rio de Janeiro (1767). Fonte: Reis (2001).....</i>	<i>131</i>
Fig. 306.	<i>Vista do Terreiro do Paço (1775). Fonte: Reis (2001). ....</i>	<i>132</i>
Fig. 307.	<i>Mapa do Rio de Janeiro (1812). Fonte: Reis (2001).....</i>	<i>133</i>
Fig. 308.	<i>Os Terreiros do Paço, em Lisboa e Rio de Janeiro, respectivamente (séc. XVII).....</i>	<i>133</i>
Fig. 309.	<i>O Terreiro do Paço (1817). Fonte: Cavalcanti (1999).....</i>	<i>133</i>
Fig. 310.	<i>O Terreiro do Paço visto da Baía de Guanabara (1817). Fonte: Cavalcanti (1999).....</i>	<i>133</i>
Fig. 311.	<i>O Terreiro do Paço, visto do Morro do Castelo (1825). Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>134</i>
Fig. 312.	<i>A Cadeia Velha (1728). Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>135</i>
Fig. 313.	<i>A Quinta da Boa Vista. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	<i>135</i>
Fig. 314.	<i>O Projeto para a Avenida e Palácio Imperial, de Montigny (1847). Fonte: PUC-RIO (1979).....</i>	<i>135</i>
Fig. 315.	<i>O Terreiro do Paço (1834). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).....</i>	<i>135</i>
Fig. 316.	<i>As fachadas do Paço e da Catedral (1861). Fonte: Cavalcanti (1999). ....</i>	<i>136</i>
Fig. 317.	<i>Multidão em frente ao Paço Imperial no Dia do Fico (1822). Fonte: Cavalcanti (1999).....</i>	<i>136</i>
Fig. 318.	<i>A localização das sedes da capital no Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth (2011).....</i>	<i>136</i>
Fig. 319.	<i>Fachada do Palácio Itamaraty. Fonte: Panoramio 2011).....</i>	<i>136</i>
Fig. 320.	<i>A localização do Palácio Itamaraty. Fonte: Google Earth (2011).....</i>	<i>137</i>
Fig. 321.	<i>Fachada do Palácio do Catete. Fonte: Panoramio 2011).....</i>	<i>137</i>
Fig. 322.	<i>A localização do Palácio do Catete. Fonte: Google Earth (2011).....</i>	<i>137</i>
Fig. 323.	<i>A localização do Paço Imperial. Fonte: Google Earth (2011). ....</i>	<i>138</i>
Fig. 324.	<i>A fachada do Paço Imperial voltada para a Baía de Guanabara. Foto: Maurício Souza. ....</i>	<i>138</i>
Fig. 325.	<i>O Elevado da Perimetral. Foto: Maurício Souza. ....</i>	<i>138</i>
Fig. 326.	<i>A Praça 15 de Novembro e a Av. Rio Branco (antiga Av. Central). Fonte: Google Earth (2011). ....</i>	<i>139</i>
Fig. 327.	<i>A fachada da Igreja do Carmo. Foto: Maurício Souza. ....</i>	<i>139</i>
Fig. 328.	<i>Vista aérea da Estação das Barcas de Niterói. Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>139</i>
Fig. 330.	<i>Vista aérea da Praça 15 de Novembro e entorno. Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>140</i>
Fig. 329.	<i>O Convento do Carmo e o edifício Candido Mendes. Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>140</i>
Fig. 331.	<i>Mapa do Rio de Janeiro (1750), utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial. Fonte: Reis (2001).....</i>	<i>142</i>
Fig. 332.	<i>Mapa do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.....</i>	<i>142</i>
Fig. 333.	<i>Mapa axial do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.....</i>	<i>145</i>
Fig. 334.	<i>Mapa de isovista do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.....</i>	<i>146</i>
Fig. 335.	<i>Vista aérea da Praça 15 de Novembro. Fonte: Carvalho (2000).....</i>	<i>149</i>
Fig. 336.	<i>Mapa do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.....</i>	<i>149</i>
Fig. 337.	<i>Mapa axial do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.....</i>	<i>150</i>
Fig. 338.	<i>Mapa de isovista do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.....</i>	<i>151</i>
Fig. 339.	<i>Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto) . Linha superior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro coloniais. Linha inferior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro atuais.....</i>	<i>152</i>
Fig. 340.	<i>O Congresso Nacional, em Brasília. Fonte: Panoramio (2011).....</i>	<i>155</i>
Fig. 341.	<i>A Strada Pia, em Roma. A porta desenhada por Michelangelo sobre a antiga fortificação (séc. XVI). Fonte: Kostof (2006b).....</i>	<i>156</i>

Fig. 342.	Vista do Palácio de Versalhes (plano de 1671). Fonte: Kostof (2006b). ....	156
Fig. 343.	O Capitólio de Washington DC, (plano de L'Enfant, 1791). Fonte: Kostof (2006b). ....	156
Fig. 344.	Proposta de Otto Wagner para o distrito de Vienna (1911). Fonte: Kostof (2006b). ....	156
Fig. 345.	Canberra, Austrália (plano de Griffin, 1912). Fonte: Kostof (2006b). ....	157
Fig. 346.	Projeto para o Eixo Norte-Sul de Berlin elaborado por Speer (1938). Fonte: Kostof (2006b). ....	157
Fig. 347.	Vista aérea de Paris, mostrando o eixo de ligação da Place de la Concorde ao Arco do Triunfo (1889). Fonte: Gorovitz (1985). ....	157
Fig. 348.	Vista aérea do Palácio da Alvorada. Fonte: Vasconcelos (1989). ....	158
Fig. 349.	A Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo (Rio de Janeiro). Fonte: Panoramio (2011). ....	158
Fig. 350.	O Plano Piloto de Brasília (proposta de Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa (1991). ....	158
Fig. 351.	Perspectiva e planta da Praça dos Três Poderes (croquis do Plano Piloto de Brasília - 1957). Fonte: Costa (1991). ....	158
Fig. 352.	Perspectiva e planta da Praça dos Três Poderes (croquis do Plano Piloto de Brasília - 1957). Fonte: Costa (1991). ....	159
Fig. 353.	Vista aérea da Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes. Fonte: Facó (2003). ....	159
Fig. 354.	Planta do projeto para a Avenida e Palácio Imperial (Montigny, 1847). Fonte: PUC-RIO (1979). ....	159
Fig. 355.	Plano de Vera Cruz (1954). Fonte: Silva (2006). ....	159
Fig. 356.	O terrapleno da Praça dos Três Poderes (1957). Fonte: Costa (1991). ....	160
Fig. 357.	Palácios do Planato e do STF (1957). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004). ....	160
Fig. 358.	Congresso Nacional e Esplanada dos Mistérios (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004). ....	160
Fig. 359.	Congresso Nacional e a Praça dos Três Poderes (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004). ....	160
Fig. 360.	A catedral Metropolitana (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF. ....	161
Fig. 361.	A catedral Metropolitana. Fonte: Panoramio (2011). ....	161
Fig. 362.	A Catedral Metropolitana, a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional. Fonte: Panoramio (2011). ....	161
Fig. 363.	Planta esquemática dos Palácios Itamaraty e da Justiça, em conjunto com a Praça dos Três Poderes. ... 161	161
Fig. 364.	O Palácio do Buriti, localizado no lado oeste do Eixo Monumental. Fonte: Arquivo Público do GDF (2004). ....	162
Fig. 365.	O Quartel General, localizado no Setor Militar Urbano. Fonte: Arquivo Público do GDF (2004). ....	162
Fig. 366.	O Pavilhão da Bandeira Nacional, atrás do Congresso Nacional. Fonte: Panoramio (2011). ....	162
Fig. 367.	Os Tribunais Superiores, adjacentes à Esplanada dos Ministérios. Fonte: Google Earth (2011). ....	162
Fig. 368.	O Setor Cultural, inacabado, ao lado do núcleo cívico (Espanada dos Misntérios e Praça dos Três Pode- res). Fonte: Google Earth (2011). ....	163
Fig. 369.	O Pavilhão da Bandeira Nacional, atrás do Congresso nacional. Fonte: Panoramio (2011). ....	163
Fig. 370.	Vista aérea do Eixo Monumental, desde a Torre de TV até a Praça dos Três Poderes (fim da via S1). Fonte: Facó (2003). ....	163
Fig. 371.	Mapa do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750. ....	170
Fig. 372.	Mapa axial do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750. ....	171
Fig. 373.	Mapa axial do núcleo cívico de Brasília (com linhas axiais mínimas definidas automaticamente pelo software Dethmap), esc. 1/750. ....	172
Fig. 374.	Mapa de isovistas do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750. ....	173
Fig. 375.	Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto) . Linha superior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro coloniais. Linha in- termediária, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro atuais. Linha inferior: Brasília.	174

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ciam - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

Conic - Nome dado ao centro comercial de Setor de Diversões Sul de Brasília (sigla originária da empresa construtora desse edifício na década de 1960).

GDF - Governo do Distrito Federal

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK - Juscelino Kubitschek

LC - Lucio Costa

Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

ON - Oscar Niemeyer

PGR - Procuradoria Geral da República

STF - Superior Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TRF - Tribunal Regional Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TST - Tribunal Superior do Trabalho



# SUMÁRIO

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO .....	1
1.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	6
1.3. ESTRUTURA DO TEXTO .....	14

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1. A IDEIA DE UMA PRAÇA CÍVICA - ANTIGUIDADE CLÁSSICA .....	17
2.1.1. A CIDADE GREGA .....	19
2.1.1.1. A ÁGORA.....	21
2.1.1.2. EXEMPLIFICAÇÃO DA ÁGORA EM CIDADES GREGAS .....	26
2.1.2. A CIDADE ROMANA .....	31
2.1.2.1. OS FÓRUMS DE ROMA .....	32
2.1.2.2. EXEMPLIFICAÇÃO DO FÓRUM EM CIDADES ROMANAS .....	35
2.2. A PERSISTÊNCIA DA PRAÇA CÍVICA - IDADE MÉDIA E RENASCIMENTO .....	39
2.2.1. A DECADÊNCIA DAS CIDADES ROMANAS E O VESTÍGIO DO PLANEJAMENTO CLÁSSICO .....	40
2.2.2. O NÚCLEO CÍVICO DAS CIDADES MEDIEVAIS.....	42
2.2.3. AS NOVAS CIDADES PLANEJADAS E OS TRAÇADOS REGULARES.....	52
2.3. A INFLUÊNCIA ISLÂMICA SOBRE O TECIDO URBANO .....	54
2.4. AS CIDADES PORTUGUESAS.....	57
2.4.1. AS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS E A INFLUÊNCIA RENASCENTISTA.....	57
2.4.2. A PRAÇA MARCO DO EXPANSIONISMO PORTUGUÊS - A CONQUISTA ULTRAMARINA E O MODELO RENASCENTISTA.....	66
2.4.3. A PRAÇA MONUMENTO - O ILUMINISMO E A RECONSTRUÇÃO DA BAIXA DE LISBOA. ....	71
2.5. UMA SÍNTESE DO DESENHO URBANO AO REDOR DA PRAÇA CÍVICA.....	76

## 3. SALVADOR

3.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA.....	79
3.1.1. A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI .....	80
3.1.2. O SÉCULO XVII .....	85
3.1.3. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII .....	87
3.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .....	90
3.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO .....	90
3.2.2. O MAPA COLONIAL .....	92
3.2.3. O MAPA ATUAL .....	98

## 4. BELÉM

4.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA.....	105
4.1.1. O SÉCULO XVII .....	106
4.1.2. O SÉCULO XVIII .....	110
4.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .....	114
4.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO .....	114
4.2.2. O MAPA COLONIAL .....	116
4.2.3. O MAPA ATUAL .....	120

## **5. RIO DE JANEIRO**

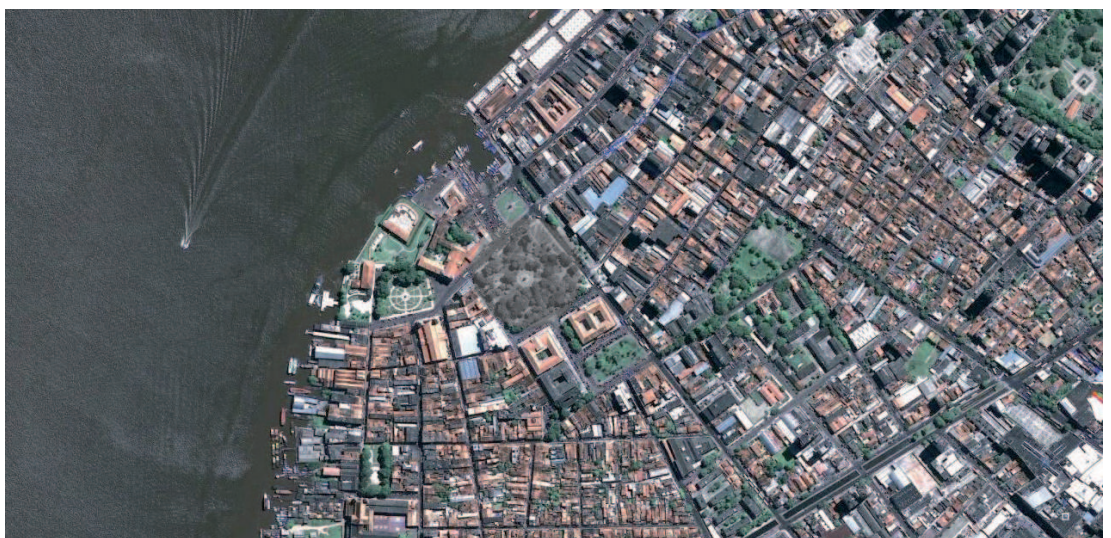
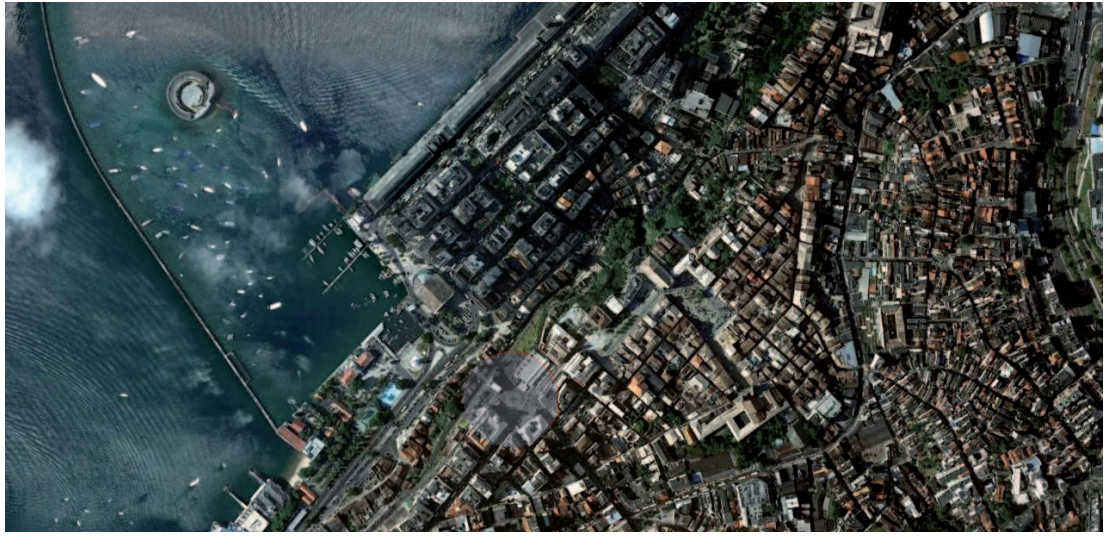
5.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA.....	127
5.1.1. O SÉCULO XVII .....	128
5.1.2. O SÉCULO XVIII .....	131
5.1.3. O SÉCULO XIX.....	133
5.1.4. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	138
5.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .....	141
5.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO .....	141
5.2.2. O MAPA COLONIAL .....	143

## **6. BRASÍLIA**

6.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA.....	155
6.1.1. DO PLANO À CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO CÍVICO .....	158
6.2. A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .....	165
6.2.1. UMA NOVA IDEIA DE NÚCLEO CÍVICO .....	165
6.2.2 A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO .....	168
6.2.3. O MAPA ATUAL .....	168

<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>176</b>
---------------------------	------------

<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>
-----------------------------	------------



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. APRESENTAÇÃO

O foco desta dissertação dirige-se às praças cívicas<sup>1</sup> das sucessivas capitais do Brasil, observadas sob a ótica da morfologia urbana<sup>2</sup>. Trata-se de uma busca por semelhanças morfológicas em um processo de ocupação que se iniciou com a fundação dessas cidades e transcorre até os dias atuais. Nessa investigação, a pesquisa recai sobre os antecedentes da praça cívica e sua trajetória na história.

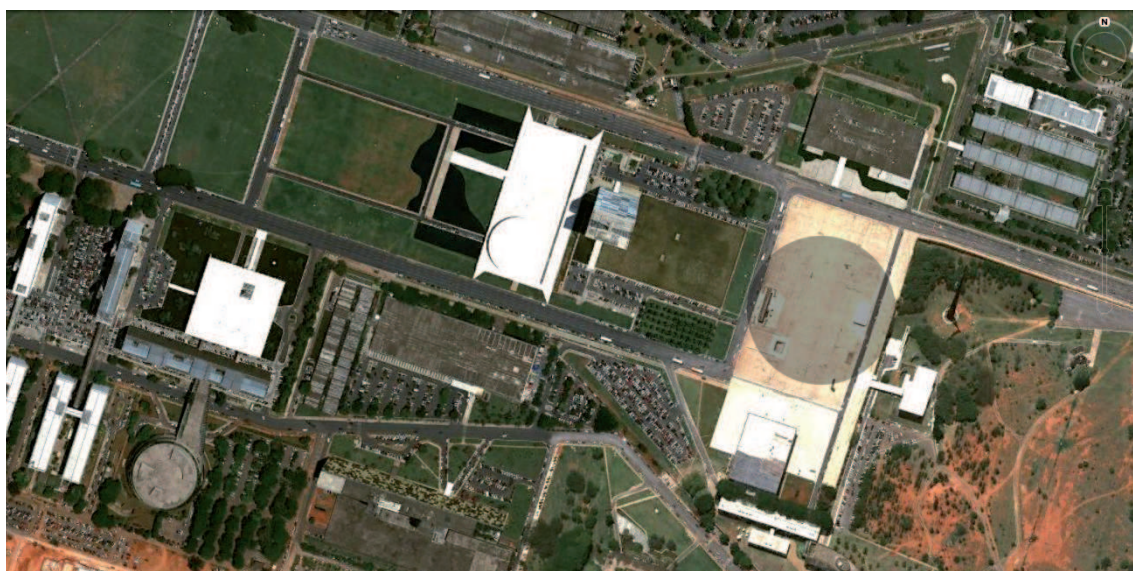
Focar-se sobre a conformação da praça cívica dessas capitais significa apreender uma parcela fundamental do território da cidade. Não apenas do ponto de vista histórico, mas sobre o seu desempenho no tecido urbano. O atual cenário citadino é complexo e as informações impressas nesse tecido nem sempre são claras, ou esclarecedoras. A atribuição funcional, relativa ao abrigo e representação do Estado, associada à vida da cidade e suas tensões sobre a estrutura urbana, de-

---

1 O termo praça cívica é entendido ao longo do texto como um lugar público da cidade, cercado de edifícios e dedicado a acolher a sede do seu governo. Essa praça pode abrigar edifícios de uso comercial e religioso, ou mesmo outros, não definidos previamente, porém sua condição precípua é abrigar o governo.

2 O termo morfologia urbana refere-se aos métodos de análise da forma de um assentamento urbanos e seus elementos constituintes, aplicados na Teoria da Lógica Social do Espaço, fundada por Bill Hillier e Julienne Hanson. Adiante será abordada essa metodologia, de maneira sumária e introdutória, recomendando-se, para um conhecimento mais pormenorizado, a leitura de HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. London: Cambridge University Press, 2003.

*Fig. 1. Vista aérea (600 m de altura) da praça cívica (círculo cinza) e seu entorno, em cada uma das capitais estudadas. À esquerda, de cima para baixo: Salvador, Belém e Rio de Janeiro. Abaixo: Brasília. Fonte: Google Earth (2011).*



terminam um comportamento dinâmico à morfologia dessas praças. Transformam-se ao longo do tempo, exprimindo no espaço o aspecto de cada época. Transfiguram-se, adquirindo características híbridas, sendo objeto de experimentação urbanística ou mesmo da vida cotidiana da cidade. Em alguns casos, o próprio uso - abrigar a sede de um governo - se vai, ficando apenas sua marca na paisagem urbana.

A comparação da morfologia dessas praças entre si, bem como com outros exemplares, é uma maneira de encontrar características próprias de um suposto tipo urbano, que se destaca do tecido trivial da cidade<sup>3</sup>. Características que podem levar à constatação de hereditariedade na maneira com que se conformam. A ideia de um centro cívico, de caráter representativo<sup>4</sup>, confunde-se com a própria história de cidade, e as instituições que nele habitam também encontram raízes antigas.

Por justificativa desta pesquisa, entende-se a possível correlação morfológica das praças cívicas das capitais do Brasil. Uma iniciativa de buscar significados e propriedades que as identifiquem como um tipo peculiar. Neste sentido, são analisados os contextos de Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, inserido também Belém, a partir de determinada peculiaridade, conforme razões expostas adiante.

Em termos de procedimentos e discussão de heranças de desenho urbano são incluídas informações históricas que antecedem a fundação dessas capitais, buscando-se noções da configuração espacial<sup>5</sup> da praça cívica desde a Antiguidade Clássica, percorrendo a Idade Média, o Renascimento e a Idade Moderna.

Acontece que não há como falar das praças das capitais do Brasil durante o período colonial sem citar Lisboa, a capital da Metrópole, e seu Terreiro do Paço, atual Praça do Comércio, transformada ao longo dos séculos, cuja configuração atual resulta do redesenho da Baixa Pombalina, após o



Fig. 2. Mapa de Salvador mostrando a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus (ca. 1605). Fonte: Reis (2001).

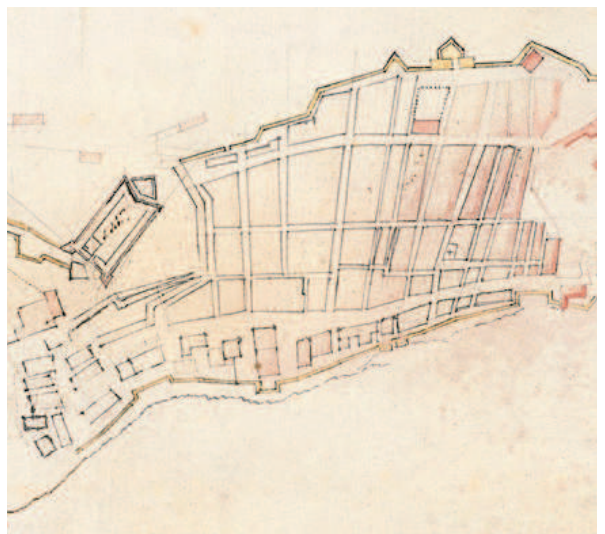


Fig. 3. Mapa do Rio de Janeiro mostrando o Terreiro da Polé (ca. 1712). Fonte: Reis Filho (2001).

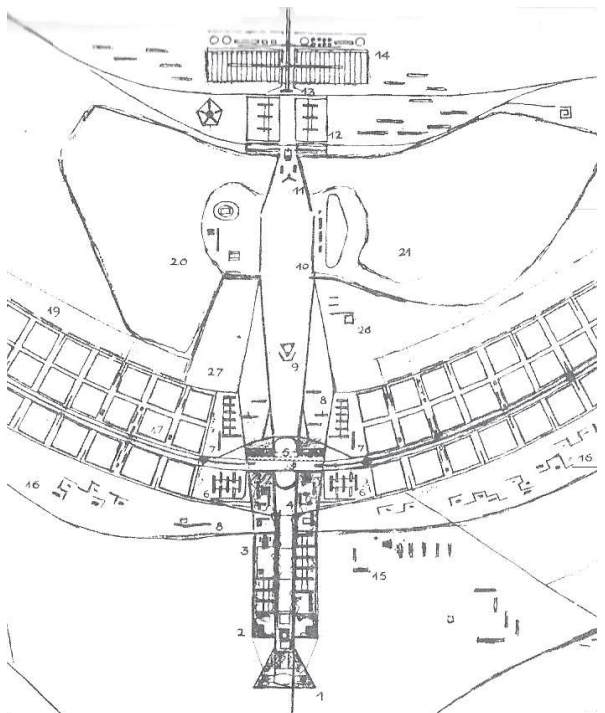


Fig. 4. Plano Piloto de Brasília, mostrando a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios (1957). Fonte: Costa (1991).

3 FICHER, Sylvia. *Paradigmas urbanísticos de Brasília*. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, nº 65, pp. 93-121, 2010.

4 Ibid.

5 A configuração urbana refere-se ao conjunto de características físicas do espaço construído da cidade mensuradas pelo método de análise utilizado na Análise Teoria da Lógica Social do Espaço.



Fig. 5. Vista aérea de Lisboa (ca. 1598). Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2011).



Fig. 6. Detalhe do plano geral de Lisboa (1785). Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2011).



Fig. 7. Mapa de Belém (1773). Fonte: Reis (2001).



Fig. 8. Mapa do Maranhão (ca. 1640). Fonte: Reis (2001).

terremoto de 1755. Segundo Marx (1980, p. 51-52)<sup>6</sup>:

Três capitais, três praças cívicas. A primeira e a última, criadas para tal; as três abertas em um dos lados. As duas mais velhas, para o mar como se abre para o Tejo a Praça do Comércio, antigo terreiro do Paço, em Lisboa, a terceira, voltada para o alvorecer do planalto Central, num gesto de esperança. São logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós. Cumpre defendê-los respeita-los, recupera-los, defendê-los.

Incluiu-se entre as cidades já citadas Belém<sup>7</sup>, não apenas por seus atributos morfológicos, mas também pelo fato de ter sido capital de uma unidade administrativa autônoma ao restante do território nacional. Por outro lado, não foi incluída a cidade de São Luís do Maranhão, capital do Estado do Maranhão<sup>8</sup> de 1621 a 1751. Embora fosse centro administrativo de grande parte do território brasileiro durante 130 anos, o urbanismo desenvolvido no núcleo cívico<sup>9</sup> apresenta características morfológicas distintas do conjunto em foco. São Luís correspondia mais ao traçado típico da colonização espanhola, uniformemente ortogonal e com a praça principal interiorizada, no centro da malha.

Forma-se assim um conjunto de quatro cidades brasileiras, que serão estudadas caso a caso, sempre confrontadas com o cenário de Lisboa. Dessas cidades será distinguida a área que conforma o entorno da praça cívica, estudada localmente, do ponto de vista da configuração espacial.

Tendo definido o conjunto de cidades a serem estudadas e um foco de análise estipula-se uma hipótese: do ponto de vista morfológico há afinidades de desenho urbano entre as praças cívicas

6 Nas citações diretas em língua portuguesa será mantida a grafia do texto como na fonte. As citações em língua estrangeira serão traduzidas no corpo do texto e transcritas nas notas de rodapé como na fonte.

7 Belém possuía um traçado híbrido que, embora regular, moldava-se também ao território, solução que se aproxima mais das cidades portuguesas. Sua praça principal foi construída próxima à baía, à semelhança de Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa. O quadro de características morfológicas, que será desenvolvido adiante, demonstra que o desenho urbano do seu centro cívico possui ainda outros atributos, que o faz unir-se ao conjunto em análise.

8 Abrangia as Capitanias do Pará, do Maranhão e do Ceará.

9 O termo núcleo cívico é entendido ao longo do texto como o entorno imediato à praça cívica, o qual pode abrigar praças também de uso comercial e religioso. O núcleo cívico está inserido nas áreas de recorte do tecido urbano utilizadas na análise morfológica.

das capitais do Brasil, a despeito das condições geográficas e temporais distintas.

Nas praças cívicas das capitais se construía uma expressão simbólica do Poder. A arquitetura urbana representava uma imagem do Estado, ainda que calcada muito mais nas exceções do que na regra. Segundo Murillo Marx (1980, p. 50-51):

As praças cívicas, diante dos edifícios públicos importantes são raras entre nós. São exceções. Nem sempre nossas câmaras municipais ou nossas sedes de governo tiveram prédio próprio; frequentemente se instalaram em casas alugadas, mudando muitas vezes como se fossem nômades na cidade. E quando o esforço comum erguia uma casa para esse fim, era pouco provável que se situasse num ponto condigno, como uma praça que acolhesse os cidadãos, valorizasse o significado do prédio ou tirasse partido de seu partido arquitetônico mais elaborado. Hoje ainda, o papel de inquilino ou morador provisório, impropriamente instalado e perdido na paisagem urbana é quase norma nas câmaras e assembleias, de paços municipais ou estaduais, de tribunais. Uma desordem enfim, que esconde o poder público, que não revela sua efetiva existência, que não clarifica sua responsabilidade social, que não dignifica o viver republicano.

Entre os casos estudados, um exemplo emblemático dessa maneira de agir do governo brasileiro foram as sedes do Império e da República no Rio de Janeiro, ambos instalados em edifícios adaptados. Porém, o que se pretende demonstrar é esta realidade não afastou o fato de portugueses e brasileiros terem aplicado no Brasil princípios que faziam referência constante a praça governamental no tecido urbano.

A ideia de uma praça de cunho cívico, estrategicamente localizada, e seus edifícios dispostos de modo a se destacarem num cenário construído é antiga. Parte-se como premissa que a Antiguidade Clássica apresentou ao mundo ocidental, nas formas da ágora e do fórum, o modelo deste espaço. Um modelo que definia eixos estruturadores do desenho urbano, conduzindo o fluxo de pessoas para a praça, composta por edifícios governamentais, comumente associados a edifícios de culto e comércio, convergindo boa parte do cotidiano da cidade.

Da longa trajetória entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média se buscará a demonstração de que



Fig. 9. Salvador vista do mar (ca. 1609). Fonte: Reis (2001).



Fig. 10. Belém vista do mar (1784). Fonte: Reis (2001).



Fig. 11. Rio de Janeiro visto do mar (1822). Fonte: Cavalcanti (1999)



Fig. 12. O Recinto Sagrado de Olímpia. Um espaço coletivo da cidade grega. Fonte: Benevolo (2001).

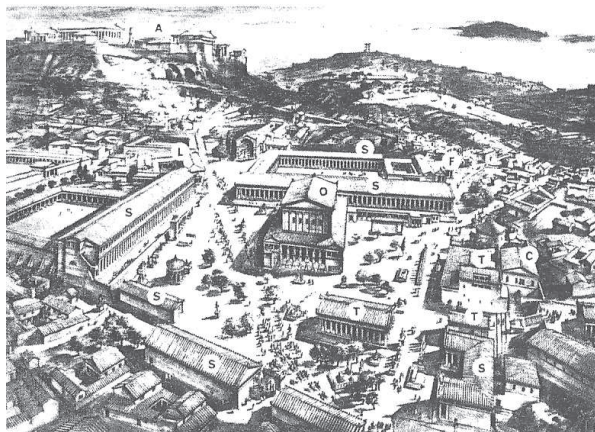


Fig. 13. A ágora de Atenas na época romana e a Acrópole, no alto à esquerda. Fonte: Benevolo (1982).

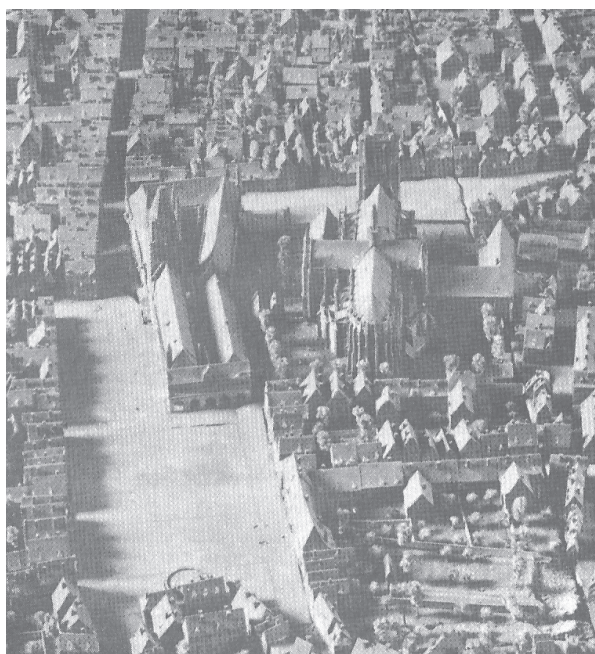


Fig. 14. Detalhe de modelo reduzido da parte central de Ypres (França). A Praça da Catedral e, acima dela, a Praça da Corporação dos Fabricantes de Tecidos. Fonte: Benevolo (2001).

esse conceito persistiu nas cidades organizadas a partir do desenvolvimento comercial e ascensão da burguesia, ou seja, nos burgos. Cidades que frequentemente eram erguidas sobre o arcabouço de uma colônia romana, e reestruturavam seu traçado sobre o assentamento precedente. Surgem variações sobre a praça e o núcleo cívico, exemplificadas em todo o território europeu. Era o momento de confirmação das catedrais urbanas, das instituições comerciais e do poder municipal.

O governo, o comércio e a religião são instituições presentes nos povos cujas cidades foram analisadas. Trata-se de comparações entre culturas e épocas diversas que, quando observadas exclusivamente sobre a ótica da morfologia urbana, apresentam configurações físicas da cidade que podem ter-se comportado de forma equivalente. É o que se pretende demonstrar através da sistematização de exemplos históricos selecionados em função de seus espaços cívicos, organizados cronologicamente, até que se chegue às capitais do Brasil.

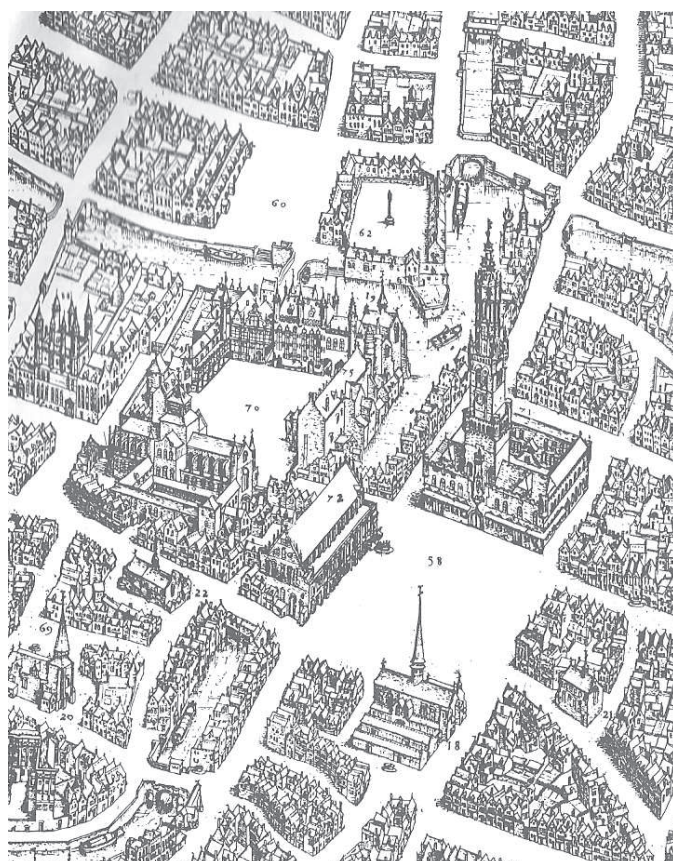


Fig. 15. Detalhe de mapa em perspectiva (1562). Nas partes superior e inferior os Mercados do Trigo e do Peixe, respectivamente. No centro a Praça do Castelo e da Municipalidade. Fonte: Benevolo (2001).



## 1.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A coleta de informações está concentrada na pesquisa bibliográfica, cartográfica e confecção de mapas. Não se pretende neste trabalho investigar fontes primárias e documentos históricos, uma vez que o objetivo não é a descoberta de novas informações de cunho historiográfico, e sim, exclusivamente, a análise morfológica do desenho urbano. A partir destas fontes foram elaborados mapas analíticos sob a ótica da Sintaxe Espacial<sup>10</sup>. A comparação das informações obtidas desta maneira, buscando-se congruências e discrepâncias no campo urbano, foi realizada a fim de formar um corpo de evidências acerca do objeto de estudo. Seguindo uma sequência ordenada, a análise se fez do seguinte modo: elaboração de um quadro histórico e análise morfológica comparativa.

Na contextualização histórica são levantadas informações, tanto quanto possível, apenas acerca da área cívica. A pesquisa sobre a praça, por seu caráter multifuncional, pode levar a considerações excessivamente abrangentes. Assim, procurou-se produzir uma base histórica embora ampla, focada ao máximo nas expectativas da pesquisa, que se limitam ao conjunto de praças cívicas.

Os termos urbanismo, planejamento e desenho urbano são utilizados nesta dissertação com um sentido amplo, para distinguir o resultado de um processo de construção das cidades e a expressão gráfica da conformação física de um espaço criado individual ou coletivamente, em qualquer lugar ou época<sup>11</sup>.

Quanto à bibliografia utilizada, são abordados os autores que escreveram sobre a história da cidade de um modo geral, bem como os autores que escreveram especificamente sobre as cidades brasileiras.

Do primeiro grupo pode-se destacar Camillo Sitte, Lewis Mumford, Leonardo Benevolo e James Morris. São estes os autores principais a que se

10 O mesmo que Teoria da Lógica Social do Espaço.

11 Sobre o surgimento da disciplina urbanística e sua aplicação na história sugere-se a leitura de CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 1-56 e PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. *Cidades e Urbanismo no Mundo*. LISBOA: PIAGET, 1997, p. 218 - 221.

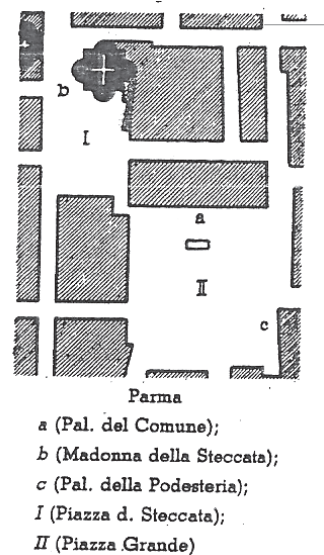


Fig. 16. A coesão entre as praças, por Sitte. Fonte: Sitte (1992).

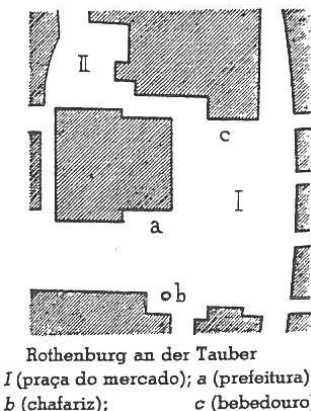


Fig. 17. A praça de centro livre, por Sitte. Fonte: Sitte (1992).

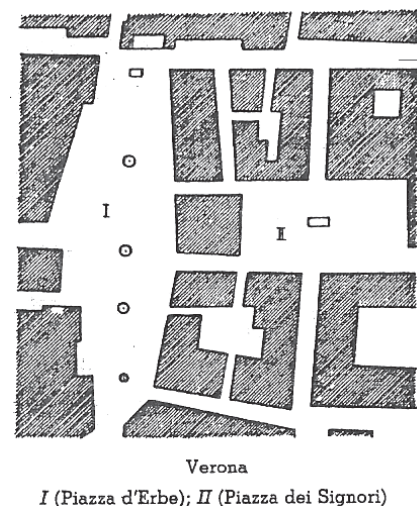


Fig. 18. A irregularidade das praças antigas, por Sitte. Fonte: Sitte (1992).

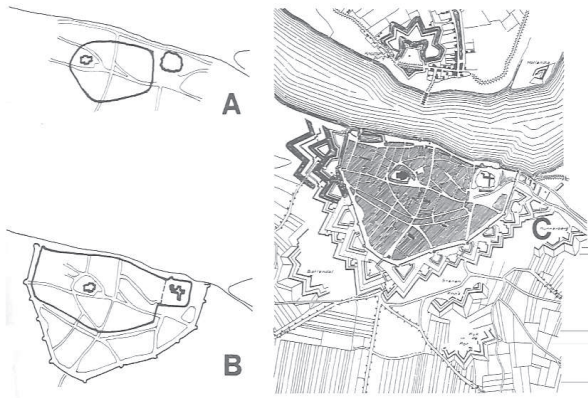


Fig. 19. A origem e a expansão da cidade, por Morris (Nimega, Holanda). A - o castelo; B - ampliação da urbana no século XV; C - o complexo de fortificações e a definição das ruas. Fonte: Morris (1998).

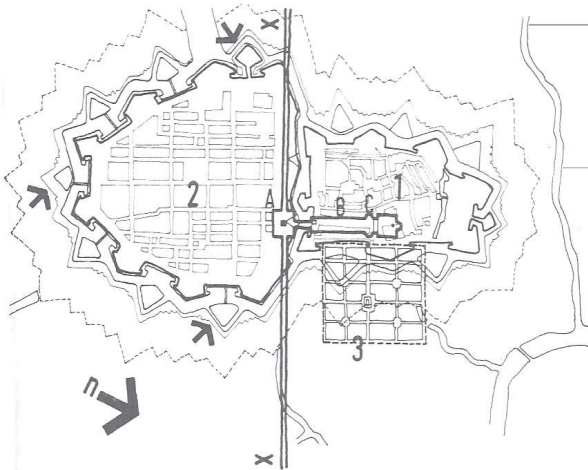


Fig. 20. A cronologia da cidade, por Morris (Nancy, França). 1 - a cidade medieval; 2 - a ville-neuve do século XVII; 3 - o parque público projetado; X-X o novo eixo transversal principal. Fonte: Morris (1998).

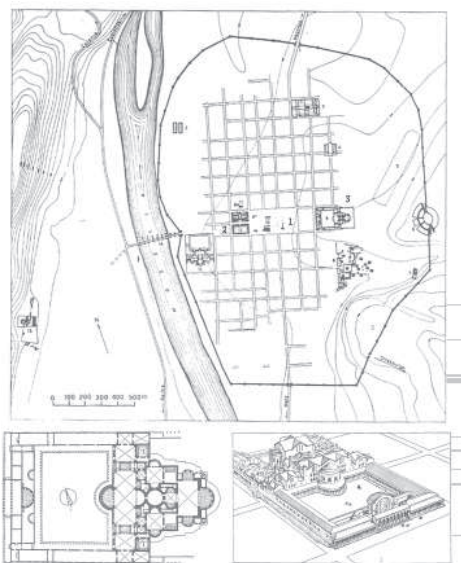


Fig. 21. A organização do edifício na cidade, por Benevolo. 1 - o fórum; 2 - o palácio; 3 - as termas imperiais. Fonte: Benevolo (2005).

faz referência na coleta de dados históricos culturais e morfológicos acerca das cidades analisadas na contextualização histórica. Destes autores foram colhidas informações a respeito da organização social no tecido urbano, o lugar do Estado, do comércio e da Igreja. Também sobre a transformação de usos, tão peculiar às praças, e o comportamento morfológico diante do binômio espaço-tempo.

Saindo do quadro mais amplo, a referência bibliográfica passa a focalizar no segundo grupo de autores. Esse grupo pode ser dividido em dois subgrupos: aqueles que trataram das cidades brasileiras de uma forma geral e aqueles que escreveram especificamente sobre as capitais estaduais - Salvador, Belém, Rio de Janeiro e Brasília.

Do primeiro subgrupo destacam-se Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Goulart Reis Filho, Manuel Teixeira e Murillo Marx como principais fontes relativas ao processo de formação das cidades brasileiras e o papel das praças cívicas nesse contexto. Holanda pelos dados históricos, políticos e sociais da formação do Brasil colônia; Nestor Goulart pela vasta informação iconográfica e de formação sobre a rede urbana; Manuel Teixeira, sob o aspecto do desenho urbano, estabelece o elo entre as cidades brasileiras e portuguesas; Murillo Marx oferece uma interpretação histórica sobre as praças e ruas do Brasil colonial e sua apropriação contemporânea.

Do segundo subgrupo buscou-se reunir em vários autores informações em torno da construção da praça cívica de cada uma das capitais. Para Salvador foram utilizados em grande parte Alberto Silva, Teodoro Sampaio, Mário Mendonça de Oliveira, Américo Simas Filho. Os dois primeiros sobre aspectos gerais da fundação da cidade e os últimos sobre a evolução física e os edifícios do centro histórico. Para Belém foram consultados Ernesto Cruz, Augusto Meira Filho e o Formulário Geral de Belém para o Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados INBI-SU/IPHAN. Os dois primeiros sobre o histórico das construções, em especial as casas de câmara e do governador, e o último sobre as primeiras construções e o crescimento urbano da cidade. Para o Rio de Janeiro os autores predominantes são Delgado de Carvalho, Donato Mello Junior, Maurício de Souza Abreu,

Lauro Cavalcanti. Os dois primeiros sobre a história e o seguinte sobre o crescimento urbano, o último sobre o emblemático Paço Imperial e a atuação dos modernistas a partir da década de trinta. Finalmente, em Brasília buscou-se a maioria das informações a partir de Lucio Costa, Ernesto Silva e Adirson Vasconcelos, sendo também referenciados artigos de Sylvia Ficher e Andrey Rosenthal Schlee.

A referência bibliográfica citada acima abrange a contextualização histórica e a parte dirigida ao histórico do processo urbano de cada estudo de caso. Procurando outra ótica para a abordagem morfológica buscou-se referência em duas fontes de análise urbana distintas. Uma fundamentada na descrição das formas e aspectos culturais da cidade, capitaneada por Spiro Kostof e Phillippe Panerai; a outra na teoria da Sintaxe Espacial, fundada por Bill Hillier e Juliene Hanson. Da segunda buscou-se referência também em Frederico de Holanda.

Panerai utiliza-se das abordagens histórica, sociológica e geográfica para estabelecer um método de análise sobre sistemas arquitetônicos e urbanos. Retoma os elementos analíticos do conceito de visão serial de Cullen - enclaves, recintos, compartimento, pontos focais, unidade urbana e paisagem - e os desenvolve conjuntamente com a abordagem de Lynch - via, limites, bairros, cruzamentos, elementos marcantes e inter-relação de elementos. A partir dos preceitos de análise urbana estabelece uma divisão analítica dos elementos constitutivos do tecido urbano em rede de vias e espaços públicos, parcelamentos fundiários e edificações. Dessa divisão desenvolve sistemas de classificação e abrangência tipológica. Neste contexto, buscou-se lançar mão das ferramentas de classificação e distinção dos elementos constitutivos do tecido urbano, e interpretá-los conjuntamente com a tipologia da arquitetônica urbana.

De Kostof buscou-se as relações de causa e consequência entre forma urbana e história. O comportamento morfológico dos assentamentos frente a uma sucessão de fatos: o castelo, o templo, a fortaleza e o palácio. Também de Kostof foram extraídas as noções de reaproveitamento e transformação da malha urbana pela sucessão histórica de ocupação das cidades. Em conjunto com as



Fig. 22. A análise visual dos elementos da paisagem, por Panerai. Fonte: Panerai (2006)

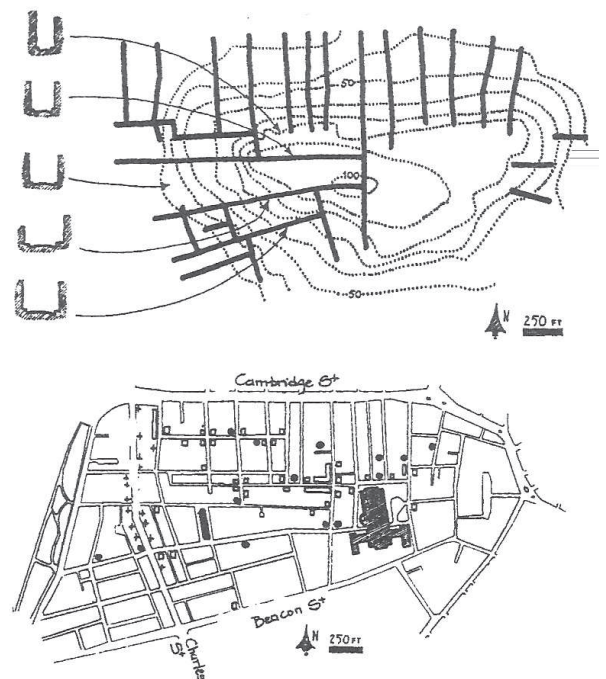


Fig. 23. A representação da paisagem urbana, por Lynch. Fonte: Panerai: (2006)



Fig. 24. O tecido urbano: vias, parcelas e edificações, por Panerai. Fonte: Panerai (2006)

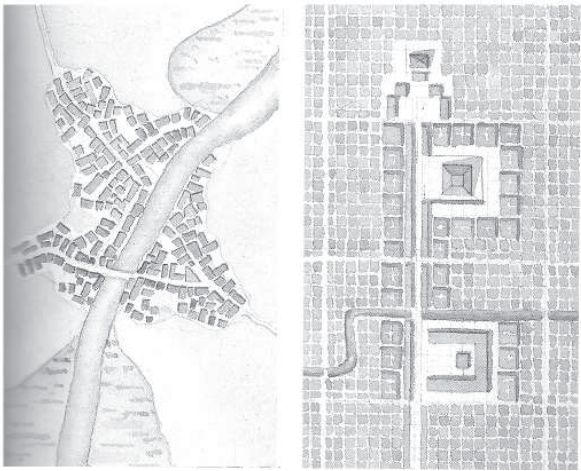
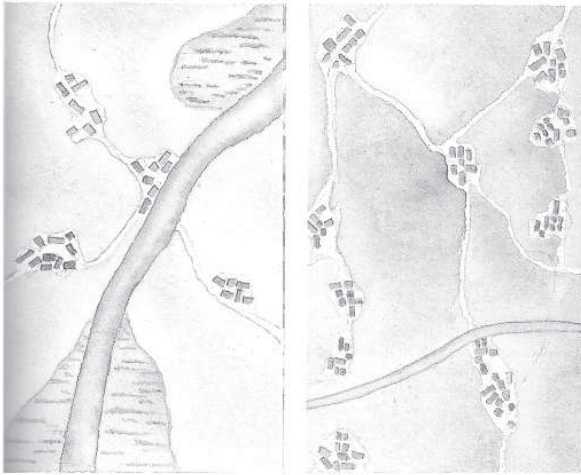


Fig. 25. As formas primitivas das cidades, por Kostof. Fonte: Kostof: (2006b).



Fig. 26. As direções da expansão urbana, por Panerai. Fonte: Panerai (2006)

relações de causa e consequência, associou-se a compreensão do edifício como expressão cultural de um determinado tempo e lugar.

Dos autores Hillier e Hanson foram apropriados os conceitos básicos da Sintaxe Espacial. A relação da forma com a lógica social dos espaços de uso coletivo, e a quantificação dessa relação em medidas matemáticas<sup>12</sup>. Sumariamente, o proce-

12 Sobre os conceitos básicos da Sintaxe Espacial recomenda-se a leitura de HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. London: Cambride University Press, 2003.

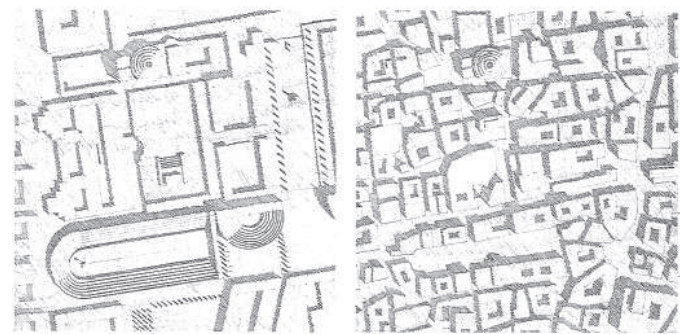


Fig. 27. O "processo urbano", por Kostof. Fonte: Kostof (2006b).



Fig. 28. A topografia como determinante da forma urbana, por Kostof. Fonte: Kostof (2006b).

dimento de análise é determinado por mapas dos quais se extraem os espaços convexos gerando uma relação entre as áreas cheias e vazias<sup>13</sup>. Em seguida sobre este mapa são traçadas linhas retas tão longas quanto o desenho das vias permita. Deste mapa são extraídos os números de conexões de cada eixo e seu valor de integração<sup>14</sup>. O valor de integração estabelece os conceitos de raso e profundo para cada eixo associando a noção do número de conexões necessárias para se locomover de um ponto a outro do sistema. A distância entre os eixos é medida então de maneira topológica, e não métrica<sup>15</sup>. Os eixos mais próximos entre si são considerados mais rasos, e aqueles mais distantes mais profundos. Ou, em outras palavras, os eixos rasos são mais acessíveis e os profundos mais segregados.

As ferramentas de Sintaxe Espacial utilizadas foram retiradas de Holanda. Trata-se da definição de conceitos padrões especiais baseados na teoria de Hillier e Hanson aplicados ao Distrito Federal. Parte dos padrões espaciais aprimorados por Holanda foram utilizados na análise morfológica. Trata-se de uma seleção voltada para os dados relativos a percentuais de espaço aberto sobre o espaço total e integração.

O percentual de espaço aberto sobre o total informa proporcionalmente a relação entre os edifícios e as áreas públicas. Este dado possibilita a comparação entre o espaço aberto das praças e o tecido urbano do seu entorno. Assim, identifica-se o quanto a praça se diferencia do seu contexto espacial, ao mesmo tempo que caracteriza-se o ambiente em que se encontra inserida, sobre um ponto de vista bidimensional, em planta.

A integração trata da rede de circulação e possibilita comparar a localização do núcleo integrador com o núcleo cívico. Informa também sobre a coesão entre as praças e os edifícios principais desse núcleo. O eixo de integração comparado com a via estruturadora do núcleo cívico possibilita distin-

13 Idib., p. 97-98.

14 Idib., 103-123.

15 Trata-se aqui de índices sintáticos derivados dos conceitos de espaço topológico, calculados a partir da malha urbana, em contraposição as distâncias medidas metricamente. São calculados considerando que o movimento de pessoas é determinado pela forma que as parcelas urbanas assumem e as ruas e praças se interconectam, e não pela distância entre elas.

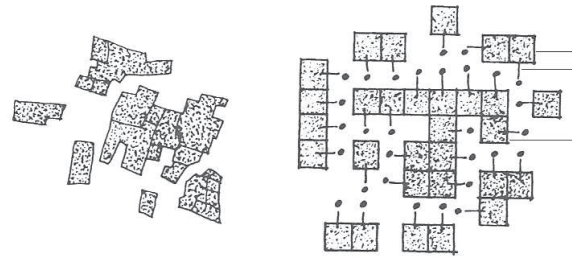


Fig. 29. A lógica espacial, por Hillier. Fonte: Hillier (1984).



Fig. 30. A configuração espacial, por Hillier. Fonte: Hillier (1984).

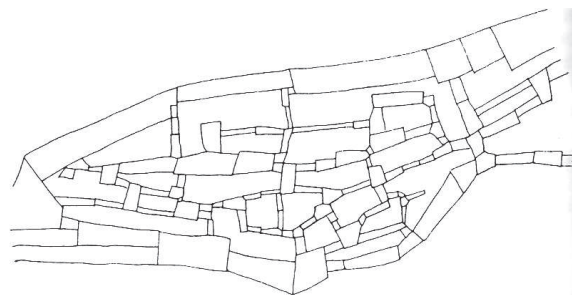


Fig. 31. O mapa de espaços convexos. Fonte: Hillier (1984).

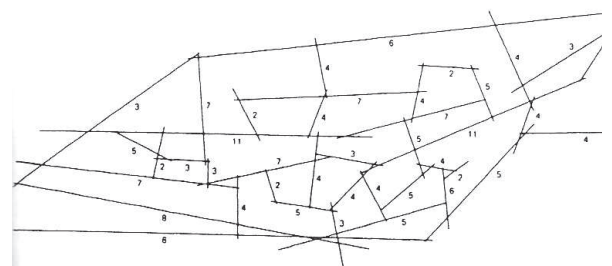
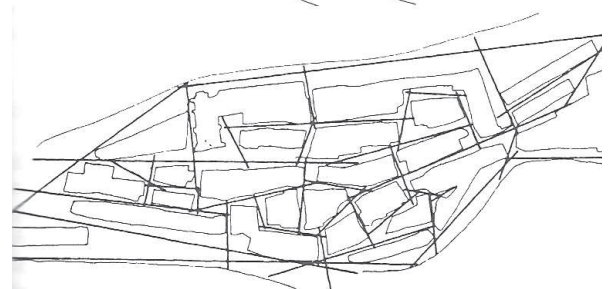


Fig. 32. A confecção do mapa de axialidade. Fonte: Hillier (1984).

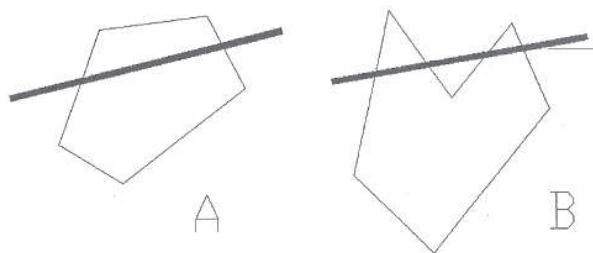


Fig. 33. A condição de convexidade, por Holanda. Somente o exemplo "A" satisfaz esta condição. Fonte: Holanda (2002).



Fig. 34. O mapa de axialidade e o núcleo integrador, por Holanda. Fonte: Holanda (2002).

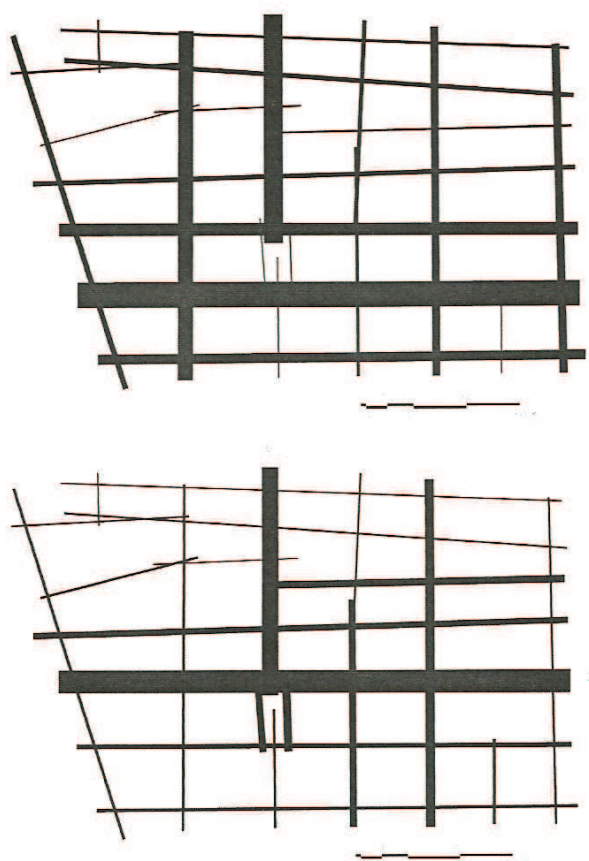


Fig. 35. A integração e a co-presença. Acima: mapa de integração de Planaltina, DF; abaixo: mapa de co-presença. Fonte: Holanda (2002).

guir a potencialidade do desenho em relação ao seu desempenho sociopolítico. Refere-se aqui ao papel simbólico de representação do governo dispensado às praças cívicas.

Dentre os conceitos desenvolvidos, Holanda estabeleceu uma relação entre a inteligibilidade do sistema e sua urbanidade. A inteligibilidade é a correlação entre os valores de integração de cada uma das linhas axiais e sua conectividade, ou número de cruzamento com outras linhas. Quanto maior a inteligibilidade do sistema maior sua urbanidade. Em contraposição quanto menor essa inteligibilidade maior a *formalidade*. Os conceitos de urbanidade e formalidade por sua vez têm consequência sobre previsibilidade de co-presença<sup>16</sup>. Segundo Holanda (2002, p. 315):

[...] há um vasto corpo de evidências a partir da medida de integração. Por seu lado, sistemas não-inteligíveis implicam o fato de a ocupação de pedestres ao longo das linhas axiais tender a ser aleatória, e de a trama não contribuir para uma clara diferenciação entre os lugares, em termos de co-presença.

As áreas da cidade recortadas em cada estudo de caso tratam de parcelas do assentamento, analisadas globalmente de forma autônoma. O conceito de urbanidade utilizado por Holanda, embora não utilizado diretamente no texto, foi proveitoso para a identificação da relação global/local contida nas vias estruturadoras do núcleo cívico, além da medida de integração, de caráter global. Por outro lado, foi utilizada a medida de conectividade com frequência, para compreender o comportamento das vias desse núcleo localmente, comparando-a em seguida com a analogia global. O que se busca com isso são relações do sistema com os edifícios propriamente ditos, relacionando suas funções com a sua posição.

A definição dos eixos de circulação a partir dos mapas históricos é uma redução das possibilidades de circulação de pedestres e veículos movidos por tração animal o que, naturalmente, está sujeito a imprecisões de interpretação. Essa redução é uma maneira de aproximação do sistema de circulação que se julgou eficiente e possibilita a leitura desse sistema a partir das massas construídas e dos espaços vazios, visíveis nos mapas das

16 Afluência de pessoas em um determinado local, durante um intervalo de tempo determinado.

idades coloniais.

Além dos parâmetros utilizados para medir a rede de circulação de um sistema, foi utilizado o índice de conectividade das isovistas, baseado no mapa de visibilidade. Este mapa é gerado a partir do desenho de ilhas e vazios espaciais e, sobre as áreas vazias é traçada uma malha reticulada de espaçamentos constantes. A partir desta malha são calculados os pontos que se interconectam visualmente, gerando uma gradação de áreas mais ou menos visíveis. Este recurso, no entanto, limita-se a análise bidimensional da planta, desconsiderando os acidentes de relevo e altura das edificações. Sendo assim, foi levado em consideração o confrontamento dessas informações com o mapa de isovistas.

Os mapas conexiados para a análise morfológica estão nas escalas de 1/1000 a 1/3000, sempre orientadas com o norte para cima (exceto em Brasília). Tratando-se de uma análise comparativa sobre a forma, utilizando-se diversos exemplos, procurou-se manter um limite padrão de escala. Desta maneira, a escala do desenho será indicada nas legendas. As fontes externas de mapas, desenhos e fotografias foram adaptados à diagramação das páginas. Decidiu-se pela ilustração com figuras ao longo de todo o texto, uma vez que as imagens são tão necessárias quanto o próprio texto, para a exposição das informações. O tema em discussão trata de questões mais visuais do que verbais.

Nesta dissertação buscou-se conciliar, quando possível, a terminologia técnica da Sintaxe Espacial com a linguagem do argumento histórico. De forma que o discurso entre contextualização histórica e configuração espacial fosse mais fluente. Por tratar-se de uma proposta de associação entre as duas abordagens analíticas essa interação entre as linguagens utilizadas ao longo do texto se fez oportuna. Contudo, procurou-se ter o cuidado em manter a precisão e evitar a ambiguidade nos termos utilizados nas duas abordagens.



Fig. 36. Detalhe do mapa de Salvador ca. 1715. Fonte: Reis (2001).



Fig. 37. Exemplificação do mapa de ilhas espaciais da área de estudo de Salvador, escala 1/1000.

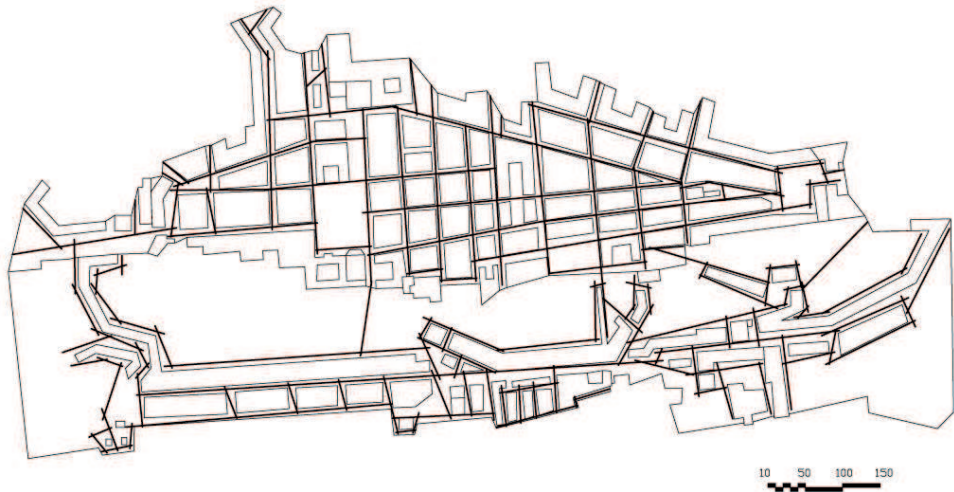


Fig. 38. Exemplificação do mapa axial da área de estudo de Salvador, escala 1/1000.



Fig. 39. Exemplificação do mapa de isovistas do núcleo cívico de Salvador, escala 1/1000.



### 1.3. ESTRUTURA DO TEXTO

O texto se estrutura em três partes. A primeira esta dedicada à contextualização histórica, a segunda aos estudos de caso e a terceira à conclusão.

A contextualização histórica, se divide em duas subpartes: uma trata da Antiguidade Clássica compreendendo o período entre os séculos V a.C.<sup>17</sup> e IV d.C.<sup>18</sup>; a outra se inicia no século XI durante a Idade Média Plena e vai até a reconstrução da Baixa de Lisboa, em 1755<sup>19</sup>, por compreender a referência à futura capital metropolitana do território brasileiro. Para não se perder o encadeamento histórico referente às capitais coloniais, as questões voltadas à Brasília, sua história e concepção urbana, serão tratadas exclusivamente no capítulo dedicado a ela.

Na segunda parte é produzida uma descrição do processo histórico de expansão urbana de cada uma das cidades - Salvador, Belém, Rio de Janeiro, Lisboa e Brasília - tendo como foco da explanação a praça cívica de cada uma delas. Nessa etapa foram comparados os elementos históricos característicos da praça cívica, com a configuração espacial dessas capitais, ensejando a especulação de um processo encadeado no desenho dessas praças. São reunidos aqui os mapas históricos das cidades estudadas como parte necessária à compreensão de sua transformação, associados a descrição textual. Nas cidades brasileiras do início do século XVI nota-se a ideia de regularidade no traçado urbano, influenciada pelas portuguesas dos séculos XIII e XIV<sup>20</sup>. A esse traçado regular, caracteristicamente adaptado ao território nacional, estavam inseridos invariavelmente os elementos fundamentais do núcleo cívico. Partindo dessa premissa fez-se uma compara-

ção do tecido urbano colonial com o atual, buscando a coincidência ou aproximação das vias, edifícios e espaços coletivos. Assim, foi possível colocar lado a lado os elementos encontrados em dois momentos da cidade, evidenciando sua perpetuação. A análise da configuração espacial, que desconsidera os fatores culturais específicos de cada época, foca-se exclusivamente na conformação física do núcleo cívico. Pode-se então mensurar os índices de acessibilidade e visibilidade coletados pela Sintaxe Espacial e julgar o quanto se mantiveram localmente as características urbanas relativas a estes índices.

A terceira parte da dissertação é dirigida ao confronto da hipótese inicial com as informações levantadas. Será o momento em que se poderá opinar sobre as semelhanças ou discordâncias morfológicas entre as praças cívicas das capitais do Brasil. Ao mesmo tempo será possível falar de suas origens e correlações com outras culturas.

17 MORRIS, A. E. James. *Historia de la forma urbana: Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Bili, 1998, p. 43.

18 Idib., p. 77.

19 Ano em que ocorreu o terremoto que teve como consequência a reconstrução da Baixa Pombalina, atual Praça do Comércio, em Lisboa.

20 TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *As Formas Urbanas das Cidades de Origem Portuguesa*. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia\\_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm). Acesso em: 07/2010.





## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

[...] cidades projetaram a si mesmas como reflexos das formas de governo e ideais de ordem. (BRAUN-FELS, 1988 apud KOSTOF, 2006b, p. 15).<sup>1</sup>

### 2.1. A IDEIA DE UMA PRAÇA CÍVICA - ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Para se definir um ponto de partida da contextualização histórica é necessário ter fixado o ponto focal dessa dissertação - a praça cívica. Trata-se de um termo genérico quando pensado historicamente. Não há precisão quanto a sua tipologia ou um programa específico. O que se pode buscar como elemento básico é a atividade voltada à organização espacial de Estado, delimitada em uma parte da cidade. Porém, a própria ideia de Estado, como é apreendida hoje, difere substancialmente das formas de governo possíveis de encontrar em assentamentos urbanos ao longo do tempo. Como este estudo é direcionado a questões exclusivas do desenho urbano, e não pretende se estender aquelas voltadas à origem do termo, bem como suas classificações, buscou-se detectar as resultantes físicas dessa organização no território da cidade. São exemplos que se assemelham pela organização espacial do governo e se repetem num esquema possível de se apreender. A relação entre o espaço público e o privado com as atividades governamentais, comerciais e religiosas.

Partindo da premissa que essa relação começa a se consolidar com o plano urbano ou mera organização espacial característicos das cidades-estado grega, tem-se a apreensão de um núcleo cívico, de compartilhamento entre atividades ordenadas de administração, culto e comércio. Estas atividades eram exercidas ao redor de um espaço público cuja função era essencialmente cívica: a ágora. Um lugar que adquiriu valor simbólico, de representação do poder governamental, não somente pelo requinte arquitetônico dos edifícios, mas também pela ordenação territorial. Foi com a ágora que se desenvolveu a ideia de um espaço público especializado de elevado caráter representativo, onde a arquitetura ultrapassou o papel utilitário, ser-

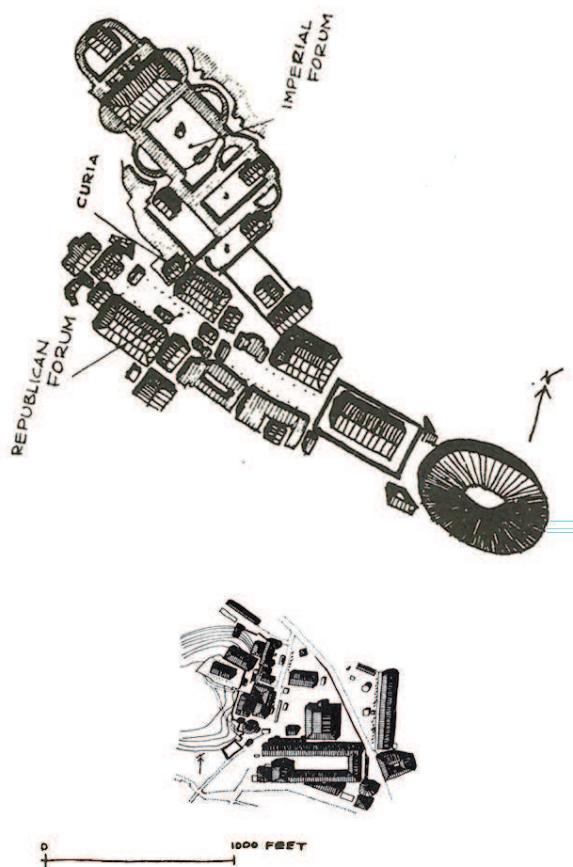


Fig. 40. O espaço cívico da Antiguidade, por Spreiregen. Acima, o Fórum Imperial (27 a.C. - 476 d. C.) e o Fórum Republicano (509-27 a. C.). Abaixo, a ágora de Atenas (séc. II a. C.). Fonte, Spreiregen (1973).

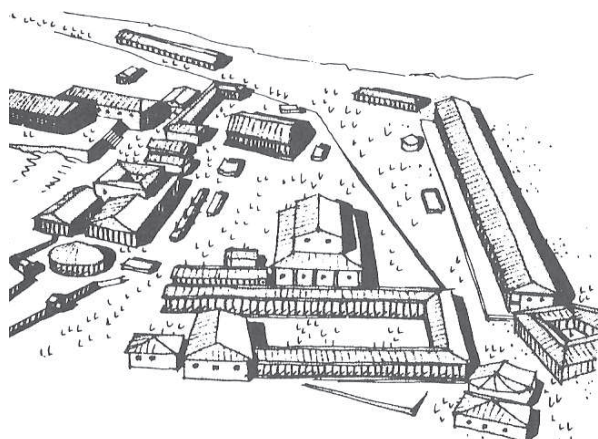


Fig. 41. A ágora de Atenas vista da Acrópolis (séc. II a. C.). Fonte, Spreiregen (1973).

Fig. 42. Modelo reduzido do Terreiro do Paço, em Lisboa, antes do terremoto de 1755. Foto: Valério A. Medeiros (2011).

1 [...] cities designed themselves as reflections of forms of government and ideal of order.

vindo à imagem de uma expressão física do Estado. Consequentemente, a aparência peculiar que determinou ao tecido urbano tornou-a tão peculiar que é possível apreendê-la com facilidade na planta das cidades gregas.

A descrição histórica do núcleo cívico e seus edifícios será associada à análise morfológica - baseada na confecção dos mapas de axialidade e isovista. Utilizando-se sempre das mesmas ferramentas, os coeficientes da sintaxe espacial extraídos da cidade grega podem ser comparados com qualquer outra cidade, sejam elas islâmicas, da ocidente medieval ou do Brasil colonial, uma vez que partem exclusivamente da configuração física do espaço. Assim, buscando-se sempre o mesmo tipo de espaço público onde predomina a atividade cívica será possível elencar e ilustrar o comportamento do desenho urbano de forma comparativa. O desejado é agregar os valores mensuráveis da configuração espacial ao sentido histórico de um tipo de núcleo urbano específico, a praça cívica e seu entorno imediato.

A seguir serão levantadas estas informações nas cidades gregas, romanas, medievais e islâmicas, sendo que maior ênfase será dada ao final às cidades portuguesas. Cronologicamente o período levantado terminará em 1755, com a reconstrução do centro de Lisboa pelo então primeiro-ministro Marquês de Pombal. Esta interrupção foi estabelecida pelo entendimento que, naquele momento estavam assentadas as bases urbanas sobre as quais se formaram as cidades do Brasil colonial, e consequentemente suas capitais. Não haveria motivo para se estender até o movimento Modernista, que caracterizou a construção de Brasília, uma vez que este período, posterior às capitais coloniais, será tratado no capítulo específico da atual capital.

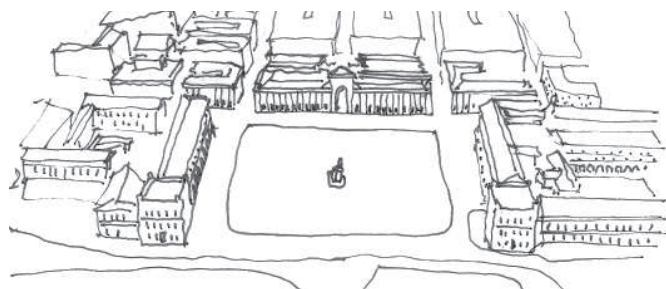


Fig. 46. A Baixa Pombalina após o terremoto de 1755. Lisboa, Portugal.

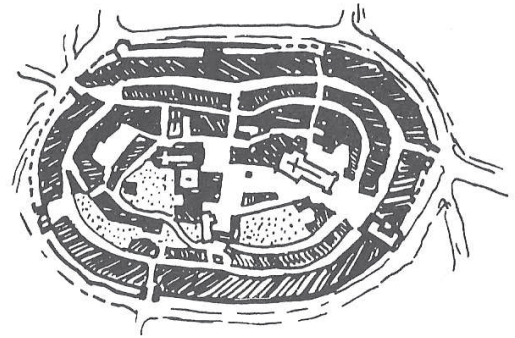


Fig. 43. O centro da cidade medieval. Luicignano (Itália). Fonte: Goitia (1992).

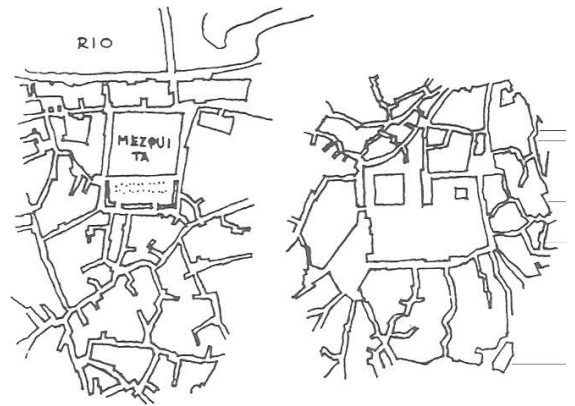


Fig. 44. O centro da cidade islâmica. Córdoba e Toledo, Espanha. Fonte: Goitia (1992).

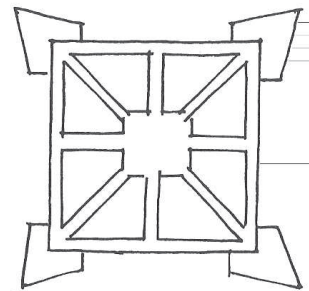


Fig. 45. A cidade ideal renascentista. Planta de uma cidade fortificada, por Magi. Fonte: Spreiregen (1973).



Fig. 47. O centro da cidade barroca. Dresden, Alemanha. Fonte: Goitia (1992).

### 2.1.1. A CIDADE GREGA

O urbanismo grego aqui estudado parte da polis ou cidade-estado grega, criada como um espaço finito e politicamente controlado. Segundo Spreiregen (1973, p. 3-4):

A postura da Grécia antiga em relação ao desenho urbano está inserida em sua concepção do finito, a ideia de que todas as coisas devem ter um tamanho definido para serem compreensíveis e viáveis.<sup>2</sup>

Morris descreve a cidade-estado grega como tendo limites claramente fixados e forma compacta<sup>3</sup>. O programa do núcleo urbanizado era algo unitário, um sistema de partes preestabelecidas. O espaço privado e o público coletivo eram claramente identificados neste sistema. O primeiro reservado basicamente às habitações e o segundo reservado às atividades culturais, comerciais, políticas ou religiosas. Benevolo (2005, p. 78) distingue zonas:

O espaço da cidade se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas pelas casas de moradia, as áreas sagradas – os recintos com os templos dos deuses – e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos etc. O Estado, que personifica os interesses gerais da comunidade, administra diretamente as áreas públicas, intervém nas áreas sagradas e nas partilhadas.

Entre as cidades gregas, há uma clara distinção entre aquelas reconstruídas a partir de um plano e as que cresceram por partes sobrepostas, sem um plano inicial, como ocorreu com Atenas e Pérgamo. Segundo Morris (1998, p. 40):

O período grego é também notável pelos claros contrastes que revelam as correntes de desenvolvimento urbano: a forma urbana resultado do planejamento, bem como cidades novas e bairros citadinos reestruturados, e o modelo de crescimento orgânico, do qual a cidade de Atenas é, em muito, o modelo que mais se sobressai.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> La postura de la antigua Grecia respecto al diseño urbano se inscribe en su concepción de lo finito, la idea de que todas las cosas deben tener un tamaño definido para poder ser comprensibles y realizables.

<sup>3</sup> MORRIS, A. E. James. *Historia de la forma urbana: Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Bili, 1998, p. 35.

<sup>4</sup> El período griego es también notable por los claros contrastes que revelan las dos corrientes de desarrollo urbano: la forma urbana resultado del planteamiento, bien como ciudades nuevas o barrios

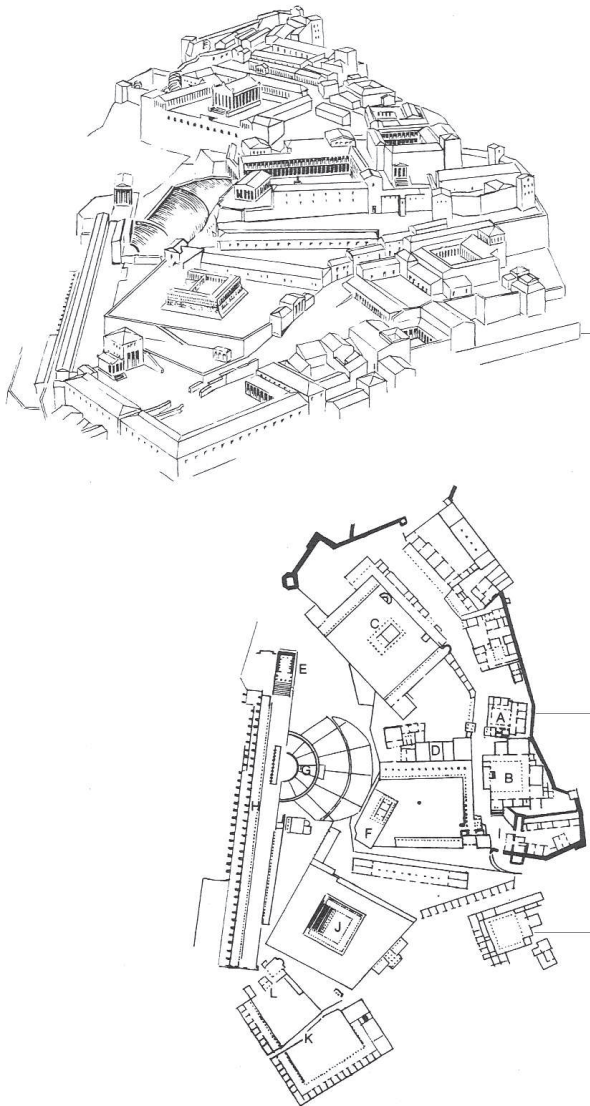


Fig. 48. A cidade de traçado irregular. Vista aérea e planta de Pérgamo. Fonte: Koch (1982).

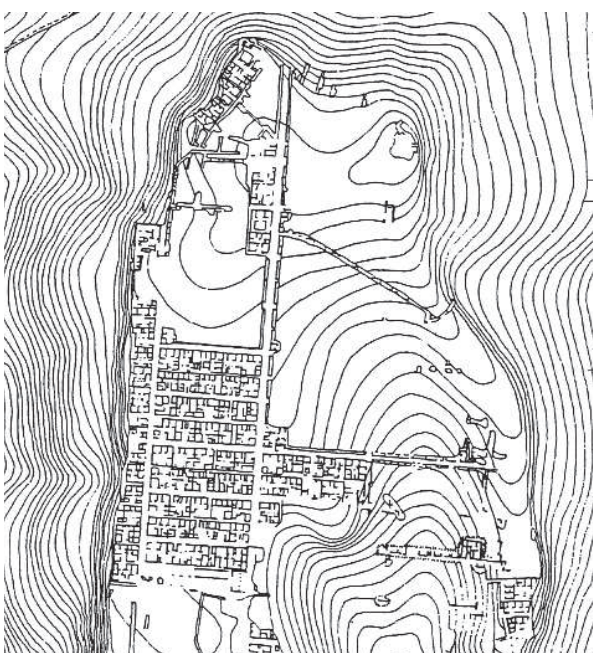


Fig. 49. A cidade de plano reticulado. Planta de Olinto. Fonte: Benevolo (1982).

Foi no início do século V, com a reconstrução de Mileto a partir do plano de Hipódamo, que passou a ser utilizado mais frequentemente o traçado quadriculado ou ortogonal. Segundo Harouel (1990, p. 15) o plano hipodâmico foi então empregado tanto para construção de cidades novas, quanto para planejamento e expansão das existentes. De acordo com Morris (1995, p. 41) os elementos básicos do plano da cidade grega compreendem a acrópole, a muralha, a ágora, os bairros residenciais, uma ou mais áreas destinadas a fins recreativos e culturais, um recinto religioso, o porto, as docas e possivelmente, um bairro industrial. Morris cita Priene como um exemplo da integração destes elementos, a exceção dos dois últimos.

O desenho a partir do traçado reticulado, como ocorreu em Mileto e Priene, manteve ainda a relação entre os espaços públicos e privados. A retícula que dominou as zonas residenciais foi aberta nos locais onde se instalaram a ágora, o mercado, os teatros, as termas e os templos. Pode-se notar o contraste entre o rigor da planificação dos espaços públicos e a irregularidade das zonas privadas. Característica apontada por Pelletier e Delfante (1997, p. 229) como possível consequência de regimes políticos absolutos e o espírito individualista da polis. A acrópole, cuja construção abrigava-se defensivamente em um promontório, preservava um lugar historicamente sagrado da cidade. A ágora, fortemente integrada aos espaços coletivos, permitia fácil acesso à vida pública e o comércio. Segundo Morris (1995, p. 41 apud ZUKER, 1959):

[...] o local da antiga ágora da praça grecofenícia seguiu sendo o mesmo do posterior fórum romano e inclusive a praça do mercado da época medieval.<sup>5</sup>

Esta característica destacada por Morris, perpetuada durante a Antiguidade Clássica e Idade Média, diz respeito à organização do desenho em função dos espaços públicos. Com a multiplicação do traçado hipodâmico, a ágora passou a ser um centro não somente do ponto de vista social, mas

*ciudadanos reestructurados, y el modelo debido al crecimiento orgánico, del que la ciudad de Atenas es, con mucho, el ejemplo más sobresaliente.*

<sup>5</sup> [...] *el emplazamiento de la antigua ágora de la plaza grecofenicia siguió siendo el mismo del posterior foro romano e incluso de la plaza del mercado de la época medieval.*

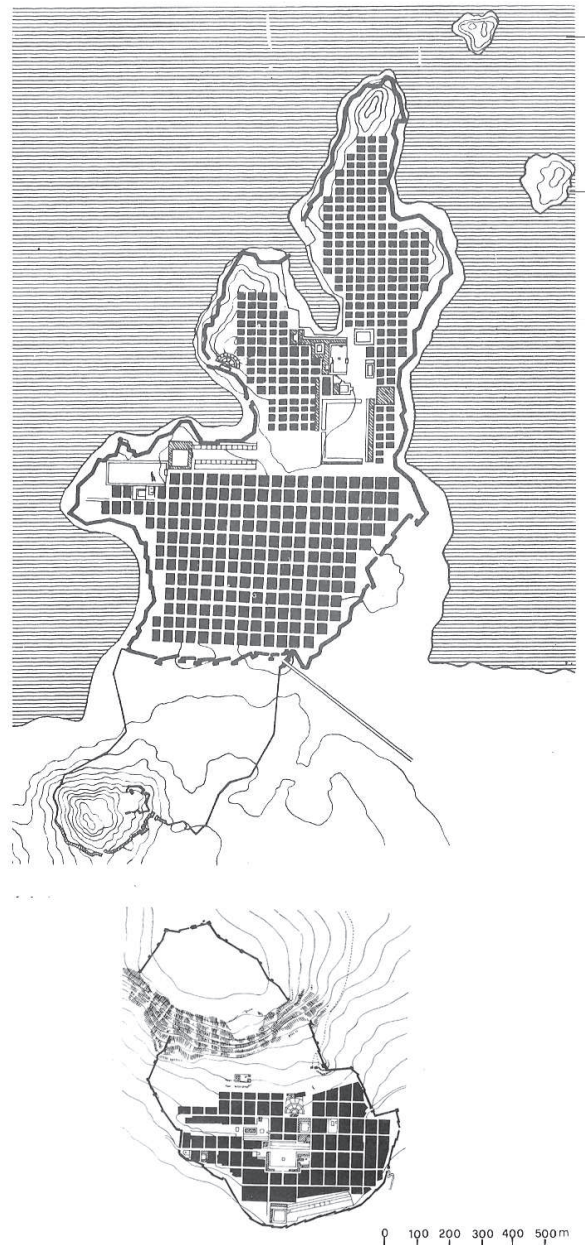


Fig. 51. O plano hipodâmico. De cima para baixo, as cidades gregas de Mileto e Priene. Fonte: Benevolo (1982).



Fig. 52. Ruínas da ágora meridional de Mileto. No centro, o pórtico jônico da rua processional, que ligava a porta do porto à porta setrêntional. Fonte: Panorâmio (2011).

também geométrico, do ponto de vista do desenho urbano.

### 2.1.1.1. A ÁGORA

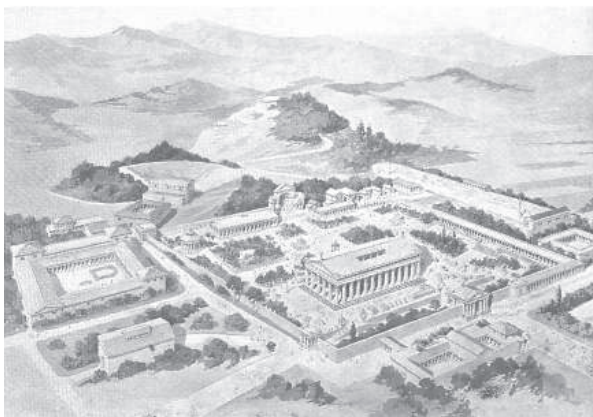


Fig. 53. Em cima, reconstituição da ágora de Atenas. Da esquerda para direita: stoas, propileu e o bouletério; em segundo plano a acrópole e o areópago. Abaixo, reconstituição de Olímpia. No centro, o Templo de Zeus, ao lado, fora dos muros, a ágora. A sua frente, a rua processional. Fonte: Fletcher (1948).

A ágora foi descrita exhaustivamente na bibliografia que trata do urbanismo grego, e não se pretende estender a definição que dela se tem. Por isso, serão utilizadas descrições reconhecidas para defini-la. Morris (1988, p. 40-42) destaca a multiplicidade de fins a que se destinava a ágora. Ressalta a dificuldade de interpretá-la fora do contexto helênico e que dificilmente as praças públicas de qualquer outra cidade teriam visto jamais a concentração tão intensa e contínua de diversas atividades. Era, em sua descrição, o centro nevrálgico da cidade, seu coração vivente. Para Pevsner (1977, p.15) tratava-se de um espaço aberto na cidade rega, habitualmente circundado por pórticos, utilizado para mercado e lugar de comícios. Harouel (1990, p. 13) o definiu como um local de reunião de assembleia do povo, centro da vida política e administrativa da polis onde também ocorriam numerosos cultos. Benevolo (1982, p. 56) também descreve-a como assembleia dos cidadãos, que nela se reúnem para ouvir decisões deliberadas por autoridades. Afirma ainda que são praças de mercados e em cidades maiores concentram o pritaneu e bouletério.

Fato importante sobre a configuração espacial da ágora, que iria exercer influência sobre as praças medievais, era a maneira com que compunha a transição entre os espaços públicos e privados - o recinto - que congregava pessoas e articulava ruas e edifícios. Conforme a explicação de Spreiregen



Fig. 54. Ruína do bouletério de Mileto, em frente à rua processional. Fonte: Panorâmio (acesso em: 2011).



sobre a ágora de Atenas (1973, p. 6):

Em essência, o objetivo era reunir edifícios para alcançar um fechamento que integrasse as partes dentro de um conjunto. A ágora era, antes de tudo e principalmente, um espaço urbano. Seus edifícios foram modificando constantemente para conjugar o espaço, ainda que mantendo-o.<sup>6</sup>

Para Goitia (1992, p. 48):

Além dos templos, que representavam para os gregos o cume do seu mundo espiritual, e o maior orgulho de sua criação artística, surgem na cidade vários edifícios dedicado ao bem público e ao desenvolvimento da democracia. Estes edifícios estavam geralmente a volta da ágora ou praça pública, na qual, em princípio, se encontrava o mercado, e que passou logo a constituir o verdadeiro centro político da cidade. À volta desta ágora construía-se o ecclesiasteron (sala para assembléias públicas), o bouleuterion (sala para assembléias municipais), o pryataneion (onde se reunia a câmara municipal). Aí estava também cidade, em geral a *stoa*, construção alargada que formava por vezes os lados da ágora, com pórticos de uma ou duas formas, que serviam para a vida de relação e para o comércio.

O bouletério foi o que poderíamos chamar senado das cidades gregas. Um edifício onde se reunia o conselho de cidadãos, reunindo especialmente decisões políticas. Para Robertson (1997, p. 206) bouletério, ou Sede do Conselho de Mileto, estava entre os mais admiráveis edifícios de período helenístico. Em Mileto esta construção era formada por uma arquibancada curvilínea, como um teatro, à frente um pátio enclaustrado e no centro uma tribuna onde discursava o orador. Do lado sul, entre a antecâmara e a arquibancada localizava-se um grande pátio com um túmulo ao centro, tratava-se da extensão do propileu, um espaço intermediário entre o meio externo e o interior do núcleo principal do edifício, o espaço orquestral e as arquibancadas do conselho<sup>7</sup>. De acordo com Mumford (1982, p. 172) a Casa do Conselho (*bouleuterion*), era um lugar razoavelmente grande, dentro ou fora da ágora, onde os cidadãos afluíam em massa.

<sup>6</sup> En esencia, el objetivo era congregar edificios para lograr un cerramiento que integrara las partes dentro del conjunto. El ágora era, ante todo y principalmente, un espacio urbano. Sus edificios fueron cambiando constantemente para emendar el carácter del espacio, pero manteniendo dicho espacio.

<sup>7</sup> ROBERTSON, D. S. *ARQUITETURA GREGA E ROMANA*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 206.

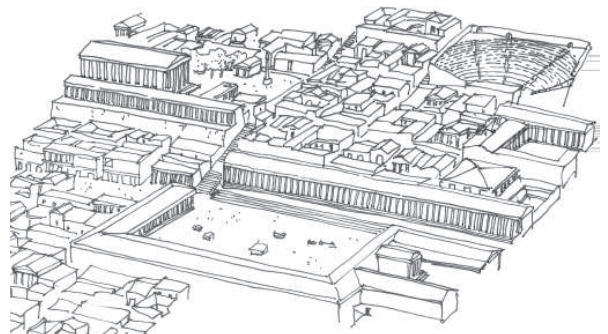


Fig. 55. O centro de Priene. Da esquerda para direita: Templo de Atena, ágora e Templo de Asclépios. Acima, o teatro. Fonte: Benevolo (1982).

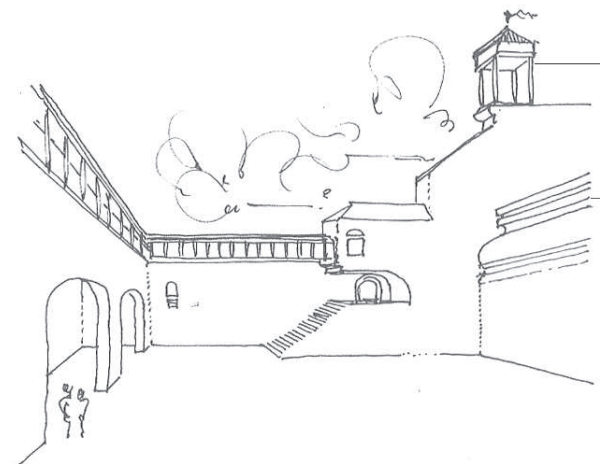


Fig. 56. O espaço externo-interno, por Moore. Fonte: Moore (1977).

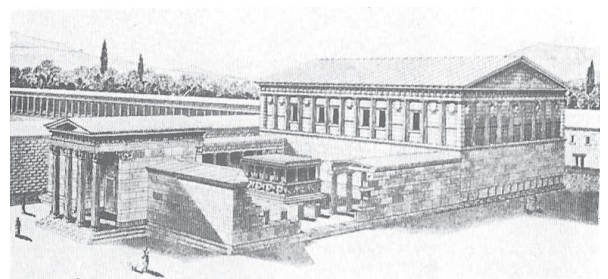


Fig. 57. Reconstituição do buletério de Mileto. Fonte: Robertson (1997).

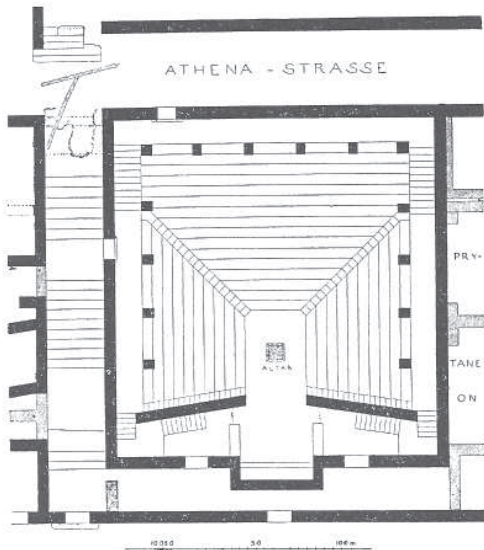


Fig. 58. A rua (Athena - Strasse) integrada ao "corpo" do edifício. Planta do eclesiastério de Priene. Fonte: Robertson (1997)

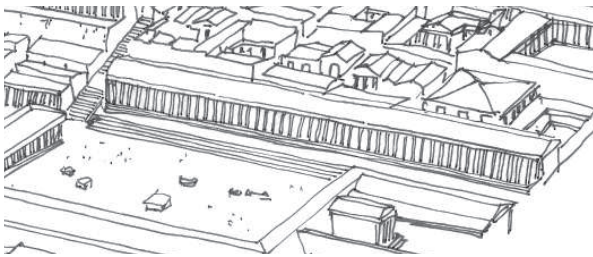


Fig. 59. A stoa em frente a ágora de Priene. Fonte: Benevolo (1982).

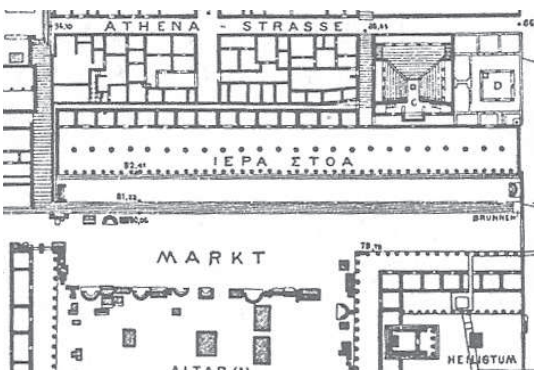


Fig. 60. Planta da stoa de Priene. Fonte: Robertson (1997).



Fig. 61. A Stoa de Átalo, em Atenas. Fonte: Panorâmio (acesso em: 2011).

O eclesiastério ou assembleia popular localizava-se próximo às ágoras e possuía um programa arquitetural semelhante ao bouletério com arquibancadas e um altar ao centro. Ambos partem do mesmo princípio do teatro grego, uma arquibancada de audiência e um palco, resguardadas as diferenças em relação à acústica e a proximidade do público com o orador, bem como o encerramento dentro de um recinto fechado e coberto. No eclesiastério de Priene este recinto definia um quadrado perfeito, com três lados destinados às arquibancadas e o terceiro ao altar e ao espaço orquestral. Saguões ou antecâmaras eram formados atrás do altar por paredes oblíquas que se comunicavam com portas com um pátio que por sua vez interligava-se com o mercado<sup>8</sup>.

Segundo Robertson (1997, p. 461) o pritaneu era a sede oficial do corpo administrativo da cidade grega. Segundo a descrição de Benevolo (2005, p. 76) era:

O lar comum, consagrado ao deus protetor da cidade, onde se oferecem os sacrifícios, se realizam os banquetes rituais e se recebem os hóspedes estrangeiros. Na origem era o lar do palácio do rei, depois toma-se um lugar simbólico, anexo ao edifício onde residem os primeiros dignitários da cidade (os prítanes) e se chama pritaneu. Compreende um altar com um fosso cheio de brasas, uma cozinha e uma ou mais salas de refeição. O fogo deve ser mantido sempre aceso, e quando os emigrantes partem para fundar uma nova colônia, tomam do lar da pátria o fogo que deve arder no pritaneu da nova cidade.

Era um edifício normalmente localizado na ágora, em Priene ficava ao lado do eclesiastério. Mumford (1982, p. 172) associa o *prytaneion* com o termo paço municipal. Na sua abordagem, este edifício manteve nas cidades gregas posteriores as características essenciais do palácio e do templo.

A *Stoa* era um componente da arquitetura urbana que formar-se de uma galeria coberta com um dos abrigando lojas e o outro uma colunata. Mercadores e artistas faziam uso deste espaço aberto ao convívio público e coletivo, tornando-o um lugar agregador. O mercado era comumente formado a partir do agrupamento destas *stoas* em galerias que também serviam de delimitador físico do in-

<sup>8</sup> Idib., p. 208.

terior da ágora. Era, portanto, um edifício utilitário e ao mesmo tempo um recurso arquitetônico para a interconexão entre as construções próximas à ágora. Um edifício rua, pode-se dizer, com características de um espaço semiaberto, transição entre exterior e interior.

Os templos eram edifícios cuja arquitetura voltava-se para o exterior, para as fachadas. As ordens (dórica, jônica ou coríntia) determinavam as proporções do edifício, cuja referência era o módulo obtido a partir do diâmetro das colunas. As colunas eram construídas na parte exterior da nave formando um espaço de culto e convivência. Uma das variações é o períptero, cuja colunata envolve todo o perímetro da construção. O interior possuía uma estátua da divindade ao qual era consagrado e um espaço para oferendas, normalmente frequentado apenas por sacerdotes. O espaço ao redor do templo era amplo o suficiente para a concentração e circulação das pessoas, que prestavam homenagem às divindades do lado externo do templo. Era comum estarem em local de fácil acesso em relação às zonas residenciais. Sua condição era de elevação do caráter simbólico do lugar, sendo portanto oportuno se aproximar dos edifícios públicos.

Robertson (1997, p. 216) afirma o oposto, que sua localização era preestabelecida em lugares sagrados, sem qualquer indicação de que fossem planejados em função do traçado da cidade:

[...] ocupavam locais tradicionalmente santificados e erguiam-se em precintos fechados de dimensões e formatos variáveis, mas nada indica que as ruas e os espaços públicos fossem projetados para isolá-los ou realçá-los.

Percebe-se que a localização do templo podia ser completamente alheia à definição da trama urbana planejada, porém era comum construí-los próximos a ágora. Exemplo característico era Priene, onde o Templo de Demetra se afastava das vias planejadas e o Templo de Atena era interligado à ágora por conjunto formado por um pátio por um *stoa* e uma escadaria, constituindo o núcleo central da cidade. Em Mileto, percebe-se o Templo de Serápis encaixado na trama ortogonal e localizado a frente a uma das portas da ágora meridional. O Templo de Asclépios estava embutido entre a ágora setentrional e o bouletério próximo à por-

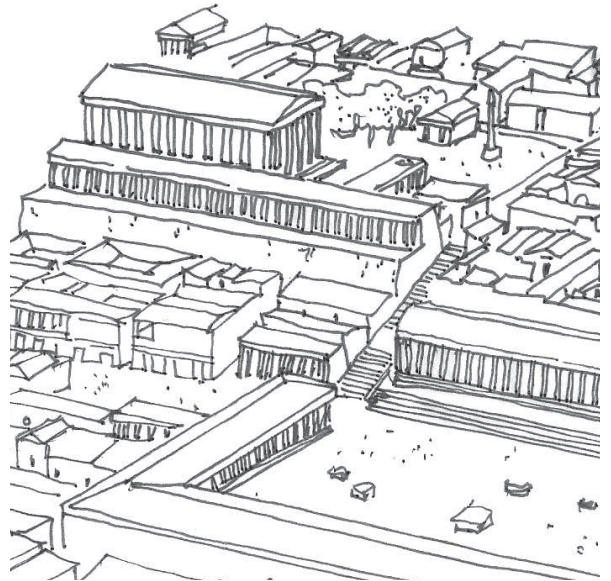


Fig. 62. A conexão do Templo de Atena à ágora, dois espaços articulados da cidade grega (Priene). Fonte: Benevolo (1992).

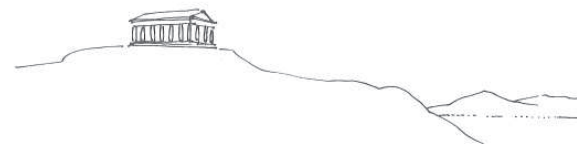


Fig. 63. O lugar: paisagem natural e paisagem construída. Fonte: Moore (1977).

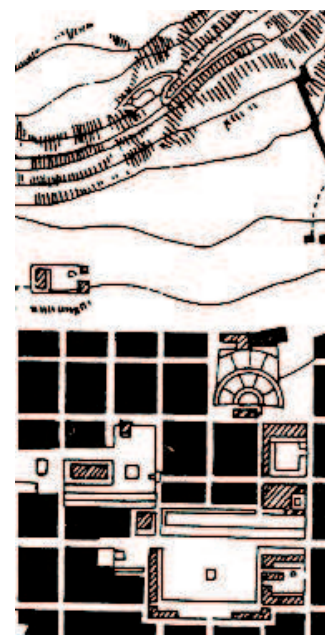


Fig. 64. As três condições urbanas do templo (Priene): 1 - fora da malha, o Templo de Demetra; 2 - inserido na malha e conectado à ágora, o Templo de Atena; 3 - integrado à ágora, o Templo de Asclépios. Fonte: Benevolo (1992).

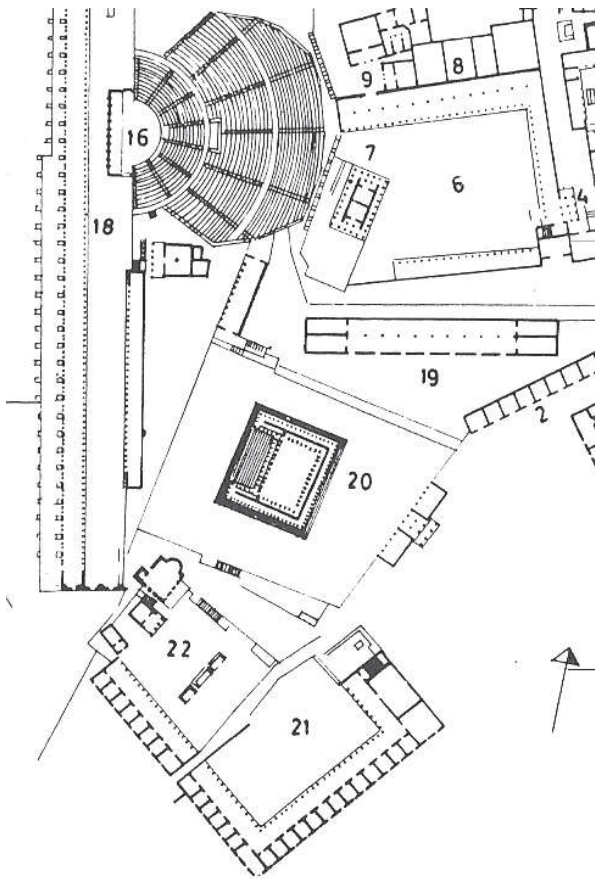


Fig. 65. Cidade superior (Pérgamo). 20 - Altar de Zeus; 21 - ágora superior; 22 - templo da ágora. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 66. A implantação da retícula se adapta à topografia. A cidade termina intramuros (Priene). Fonte: Benevolo (1992).

ta setentrional. Benevolo (2005, p. 131) utiliza o termo templo da ágora para descrever a planta da cidade superior de Pérgamo, ao lado deste templo está o Altar de Zeus. Não há como assegurar que nestes casos existiu uma intenção em aproximar os templos das ágoras ou vice-versa, mas pode-se inferir que fazendo parte dos edifícios públicos, quando próximos, havia um tratamento distintivo do espaço coletivo, normalmente com uma praça ou pátio destinado ao templo e outra para a ágora.

Do ponto de vista do desenho urbano, a capacidade das cidades gregas em distribuir construções sobre um terreno acidentado vai ter influência sobre as cidades medievais mediterrâneas e aquelas de fundação portuguesa. Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro apresentam esta característica. Segundo Teixeira (2010):

A cidade portuguesa deve muitas das suas características à cultura urbana mediterrânica, de que a cidade grega é expressão, e em que sobressai precisamente esta capacidade de entender e de se articular intimamente com o território. De entre estas características, refiram-se particularmente a sua localização privilegiada na costa marítima; a escolha de sítios elevados para a implantação dos núcleos defensivos; a estruturação da cidade em dois níveis: a cidade alta, institucional e política, e a cidade baixa, portuária e comercial; a cuidadosa adaptação do traçado das ruas às características topográficas locais; um perímetro de muralhas, quando existia, que não acompanhava o tecido construído, antes se adaptava às características do território; e uma concepção de espaço urbano em que eram os edifícios localizados em posições dominantes que davam sentido e estruturavam os espaços envolventes. Na cidade portuguesa, os edifícios públicos, civis ou religiosos, localizados em pontos proeminentes do território e associados a uma arquitectura mais cuidada que os destacava na malha urbana, tinham um papel estruturante fundamental na organização da cidade.

Estes edifícios notáveis, e os espaços urbanos a que se encontravam associados, tornavam-se pontos fulcrais do desenvolvimento e da organização da malha urbana, quer se tratasse de cidades de origem vernácula e com um crescimento gradual, quer se tratasse de cidades de origem erudita e planeadas. Em todas as situações havia sempre a preocupação de marcar e de valorizar arquitectonicamente e urbanisticamente as particularidades topográficas e locacionais de cada lugar.

O controle do traçado permitiu criar sistemas viários que auxiliaram a presença de pessoas nas ágoras através das vias de maior acessibilidade dentro desse sistema. Esta afirmação será avaliada analisando o mapa axial. Da mesma maneira como foi controlada a rede viária, os espaços abertos do conjunto passaram a focalizar mais as áreas coletivas.

A localização da ágora grega continuou sendo a mesma do fórum romano e, principalmente, da praça do mercado medieval<sup>9</sup>. Esta, como será visto no capítulo dedicado à Idade Média, normalmente associada ao domínio da municipalidade e da catedral. Tratava-se de uma organização do Estado como um núcleo para onde convergiam fluxos e abriam-se ângulos visuais, em benefício da sua representação arquitetônica. Um traço refletido no período medieval, inclusive no urbanismo português, e sua aplicação nas colônias da América, África, Índia, Ásia.

### 2.1.1.2. EXEMPLIFICAÇÃO DA ÁGORA EM CIDADES GREGAS

A seguir, serão analisadas algumas cidades gregas cujas fontes bibliográficas permitem a reconstituição do desenho para a análise da sintaxe espacial. A começar pelos exemplos gregos, as diferenças de traçados regulares ou irregulares demonstrarão como a relação como núcleo cívico é uma constante que se arraigou e perpetuou até as cidades romanas. No primeiro momento a ágora, em seguida o fórum, consagrava a qualificação do espaço urbano cívico em tipos específicos de praças associados a sistemas de circulação específicos. Coincidentemente os dois exemplos marcantes de ocupação irregular se apresentam nas capitais das duas civilizações: Atenas e Roma. Por conseguinte, nas outras cidades apresentam-se formas predominantemente regulares.

Atenas localiza-se na planície central da Ática, limitada pelos montes Aegaleo a oeste, Parnita ao norte, Pentélico a nordeste, Hímetus a leste e o Golfo Sarônico a sudoeste. A planta estudada data do período helenístico, no qual a ágora foi circundada por duas *stoa*, formando um quadra-

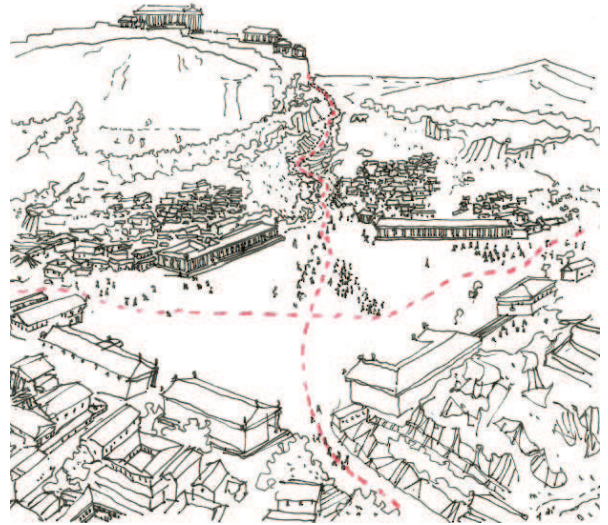


Fig. 67. A ágora e a acrópole de Atenas: o fluxo da cidade nos lugares de representação do Estado e celebração. Fonte: Benevolo (1992).

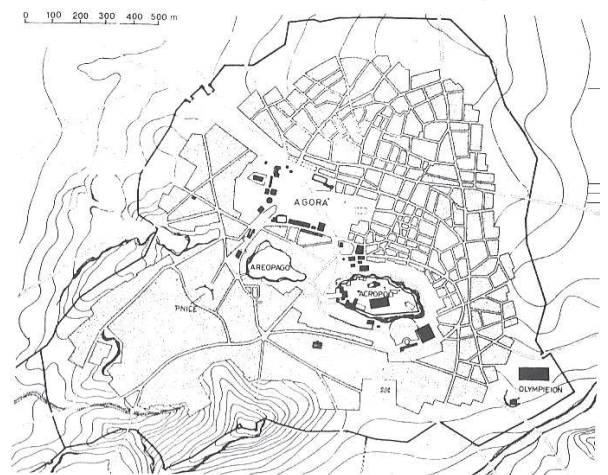


Fig. 69. Reconstituição do mapa de Atenas no período de Péricles (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 68. Mapa de Atenas, esc. 1/3000.

<sup>9</sup> ZUKER, 1959 apud MORRIS, op. cit., p. 41.

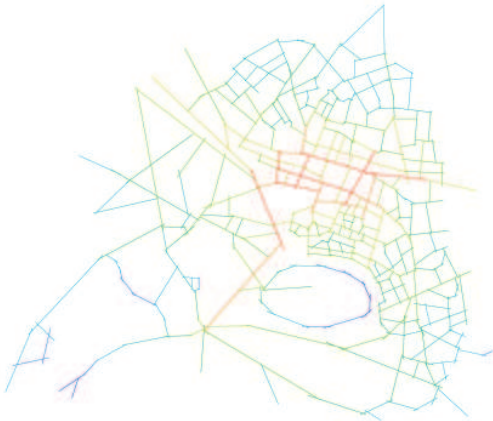


Fig. 70. Mapa axial de Atenas, esc. 1/3000.



Fig. 71. Mapa de isovistas de Atenas, esc. 1/3000.

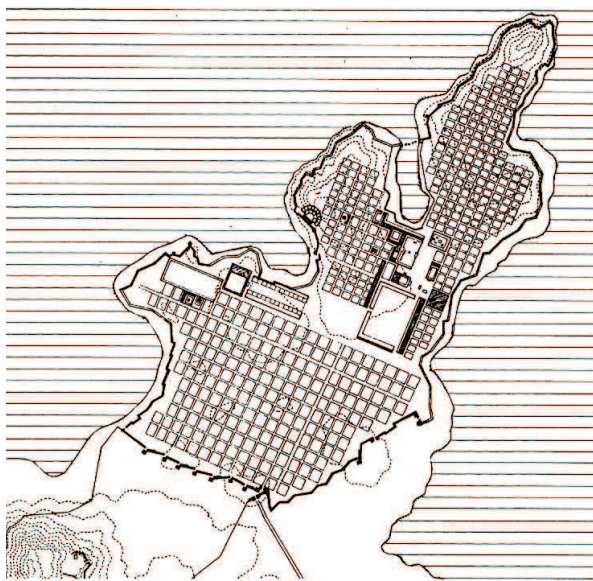


Fig. 72. Plano de Mileto, elaborado por Hipódomo (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (1992).

do cuja diagonal definia a via conectora da porta da cidade em direção à acrópole. Além da *stoa* a havia o bouletério e o Templo de Apolo, definindo o perímetro da praça. Durante o período romano ateniense outros edifícios foram construídos no interior da ágora, mantendo-se o acesso à acrópole. Dentre eles estão o Templo de Ares e o Odeon de Agripa. Ao redor da ágora e abaixo da acrópole estavam distribuídos os quarteirões residências, sem forma predefinida, absolutamente irregular, acompanhando o relevo acidentado.

O mapa axial de Atenas neste período demonstra um núcleo integrador deslocado da acrópole e da ágora, certamente pela fragmentação dos quarteirões residenciais do lado norte em relação ao lado sul e o isolamento de um lado com o outro, obstruído pelos edifícios públicos. Porém, é significativo que, mesmo com este aparente desequilíbrio, a via que atravessava a ágora, conectando a porta da cidade à acrópole, tivesse acessibilidade superior à média da trama urbana.

Observando o mapa de isovistas, cujo limite foi determinado considerando-se o perímetro construído ao redor do aglomerado urbano, as áreas mais visíveis coincidem com o eixo integrador da ágora. Ainda que privilegiado o núcleo integrador pela abertura visual provocada pela ágora, a elevação do relevo na acrópole deve ser considerada como um fator determinante sobre o destaque do conjunto arquitetônico lá instalado sobre a paisagem construída como um todo. A ágora era então o lugar de maior visibilidade na parte baixa da cidade, dividindo a condição de destaque com a acrópole.

Mileto foi uma cidade da Anatólia ou Ásia Menor, no sul da Jônia, junto à foz do rio Meandro. O mapa estudado trata do plano de reconstrução de 479 a.C. elaborado por Hipódomo, após a invasão, saque e destruição emposta pelos persas em 494 a.C.<sup>10</sup>.

Observa-se, intencionalmente ou não, a construção de uma via estruturadora entre os aglomerados residenciais ao norte e ao sul. Esta via cortava longitudinalmente a ágora meridional ao longo de um de seus lados onde existia uma galeria de lojas. Esta via, entretanto, era fragmentada

10 MORRIS, op. cit., p. 44.

em percursos que conduziam o pedestre desde a porta do porto, passando pela rua da procissão, o bouletério e a porta setentrional da ágora. A ágora tornava-se então um ponto de passagem, necessário no percurso entre as zonas residenciais, numa posição centralizadora. Dela se tinha acesso também à zona portuária, ao teatro e outros equipamentos culturais. A acrópole, como em Atenas, estava isolada no cume de uma colina, porém neste caso não havia uma interligação tão forte com a ágora, deslocada cinco quarteirões em relação ao eixo de integração.

Comparando o mapa de axialidade com o mapa de isovistas percebe-se que, dentro do aglomerado de construções as visuais se abrem na ágora, porém menos do que na área residual entre a ela e a zona cultural, devido ao maior número de vias longas que desembocam neste espaço. Nota-se, contudo, assim como em Atenas e o que se verá nos outros exemplos, que não existem grandes eixos visuais e sim recintos fechados com maior ou menor visibilidade. Diferentemente do que se verá a partir do Renascimento e exacerbado no Barroco, quando grandes eixos visuais eram criados para destacar um edifício ou um complexo arquitetônico. A solução por pequenos recintos, sem grandes eixos, seria posteriormente encontrada no Brasil colonial, associada ao destaque alcançado pelo relevo, posicionando os edifícios religiosos e fortificados sobre colinas.

Priene foi outra cidade Jônia, próxima de Mileto, localizada em um vale ao norte do rio Meandro, aos pés de uma montanha chamada Mícale. Assim como em Atenas e Mileto, a acrópole estava isolada do aglomerado urbano, na parte mais alta do terreno. Na parte baixa, o plano reticulado foi distribuído ao longo das curvas de nível em sete ruas cortadas ortogonalmente por outras quinze, escadarias na direção norte/sul. A ágora estava no centro da cidade e era cortada longitudinalmente pela rua que vinha da porta oeste. Morris (1995, p. 46) descreve sua localização do seguinte modo:

[...] Ocupa uma área de dois quarteirões inteiros e parte de outro dos dois lados da rua principal que leva à porta ocidental. Esta estrada se alarga na frente da ágora, atingindo 9 metros<sup>11</sup>.

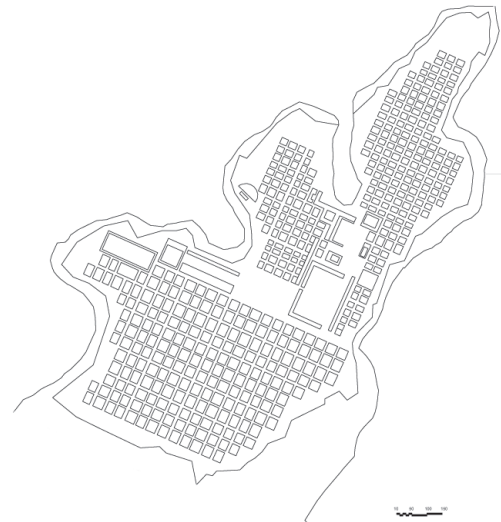


Fig. 73. Mapa de Mileto, esc. 1/2000.

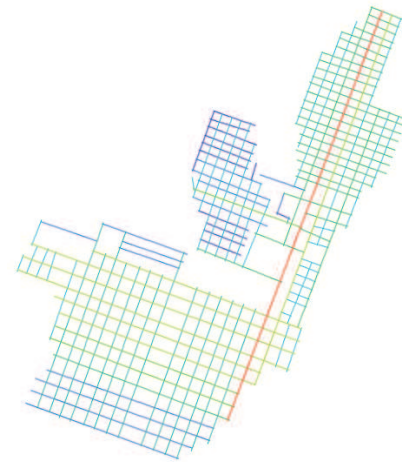


Fig. 74. Mapa axial de Mileto, esc. 1/2000.

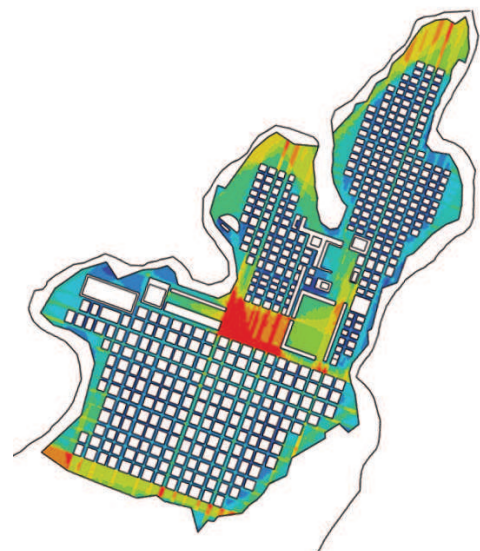


Fig. 75. Mapa de isovistas Mileto, esc. 1/2000.

11 [...] ocupa una superficie de dos manzanas enteras y parte de



Fig. 76. As áreas de Mileto divididas por função. O centro reúne as atividades comercial, civil e religiosa; o tecido trivial, ao seu redor, é dominado pelas habitações. Fonte: Benevolo (1992).

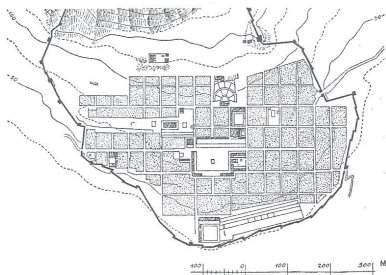


Fig. 77. Plano de Priene (séc. V a. C.). Fonte: Benevolo (1992)



Fig. 78. Mapa de Priene, esc. 1/2000.

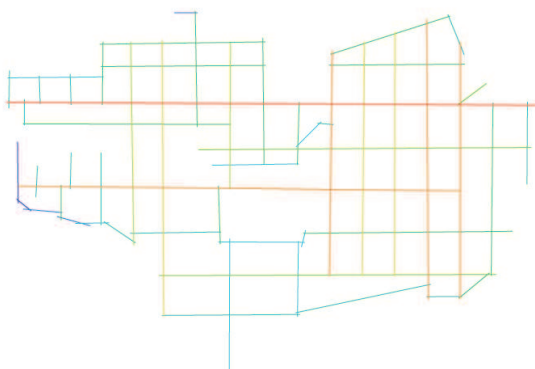


Fig. 79. Mapa axial de Priene, esc. 1/1500

Adiante, Morris (1995, p. 46) menciona esta rua como:

[...] maior rua que atravessa a cidade de leste a oeste. [...] Os principais edifícios cívicos estão em sua maioria no norte da rua principal<sup>12</sup>.

Todavia, olhando o mapa de axialidade, observa-se que embora a rua principal apresente relativa integração, a via de maior acessibilidade está acima dela, em frente ao teatro. O que não significa que a rua do teatro tenha sido necessariamente a rua de maior circulação ou mesmo a rua principal, simplesmente que a ela se chegava com maior facilidade dos outros pontos da cidade e, depois dela a rua da ágora era a mais acessível.

O que é notável observar - além do arranjo equilibrado na distribuição das vias em relação aos equipamentos públicos - é a disposição dos edifícios cívicos e religiosos em relação à ágora. Deixando um dos lados da praça aberto à circulação, com uma rua principal, os outros três são delimitados por construções de uso público. O prítaneu, em um dos lados menores, é o edifício de principal representação do Estado na ágora. Ao lado abre-se um pátio menor a frente do Templo de Zeus. Esta configuração de uma rua de grande acessibilidade e duas praças complementares, uma de cunho cívico onde fica o mercado, e outra de cunho religioso, irá se reproduzir em muitos exemplos da Idade Média, gerando uma tipologia que será utilizada também nas cidades coloniais brasileiras, como será visto nos capítulos posteriores.

Olhando o mapa de isovistas é eminente a posição hierárquica da rua principal, exposta ao longo da parte que adentra a ágora, ladeando a linha de colunas da *stoa*. Na parte mais baixa estão o ginásio e o estádio, onde a paisagem natural se destaca em relação aos edifícios, revelando uma vista panorâmica do vale.

Comparativamente, as cidades gregas analisadas se dividem em dois tipos as planejadas com regularidade ortogonal ou hipodâmicas e aquelas

otra a ambos lados de la calle principal que conduce a la puerta occidental. Esta calle se ensancha frente el ágora, alcanzando una altura de 9 metros.

12 [...] calle mayor que atraviesa la cidade de este a oeste. Los principales edificios cívicos están en su mayoría en el lado norte da la calle principal.



cujo desenvolvimento se organizou em porções irregulares parcialmente integradas ao todo. Das cidades de traçado hipodâmico, disseminado nas colônias gregas posteriormente reestruturadas durante a Idade Média, infere-se que a ágora era um elemento determinante do traçado. Além da topografia, era uma exceção à retícula preestabelecida, a partir dela se desenvolvia o crescimento da malha urbana. Isso fazia com que o sistema de circulação e de eixos visuais convergissem com maior intensidade sobre ela. Em Atenas e Pérgamo a ágora, de formato irregular, se adaptavam à malha, o que levava a uma situação de convergência de fluxos mais casual de que determinada. Entre elas observa-se maior destaque a ágora em Atenas, tanto do ponto de vista da circulação quanto da visibilidade. Contudo, a condição territorial dessa praça estava associada invariavelmente à formação de um núcleo cívico, abarcando seus elementos fundamentais: o governo, o mercado e a religião.

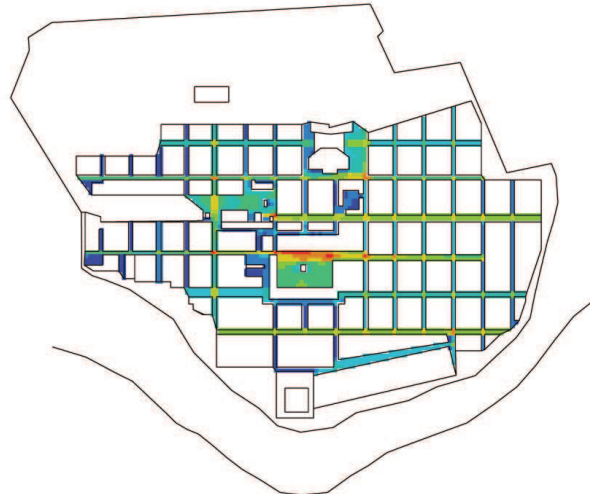


Fig. 80. Mapa de isovistas de Priene, esc. 1/1500.



Fig. 81. Modelo reduzido do centro monumental de Roma. Acima e à esquerda, o Fórum Imperial; em seguida, o Fórum Republicano; abaixo e à direita, o Coliseu. Fonte: Benevolo (2007).



Da capital romana o que se extrai como contribuições ao desenvolvimento do núcleo cívico é antes a monumentalidade dos edifícios do que a malha urbana. As cidades romanas foram vitais para perpetuar a concepção grega de organização espacial desse núcleo. Em Roma encontram-se variantes da planta ortogonal hipodâmica, novos arranjos entre as zonas culturais, cívica e residencial e o crescimento linear ao longo do eixo integrador. A disseminação de colônias romanas na península Ibérica teve como consequência o reaproveitamento português desse tipo de assentamento. A retícula, embora viesse a predominar sobre as cidades de colonização espanhola foi um elemento constituidor do traçado híbrido utilizado em Portugal e nas vilas e cidades que fundou que construiu no Brasil. Sobre o ponto de vista político, explica Reis (1978, p. 107-108) que o *domus municipalis*, ou casa municipal no Brasil colonial, tem origem na comuna medieval, por conseguinte correspondia à cúria e à basílica romana. Tratava-se da sede administrativa e da justiça, colocava-se sempre no “lugar de honra da cidade”, isto é na praça central ou do mercado.

### 2.1.2.1. OS FÓRUNS DE ROMA

A cidade de Roma foi um caso excepcional do urbanismo praticado pelo próprio Império Romano. Nela, foram singulares o tratamento dispensado aos edifícios monumentais e sua relação com a paisagem construída. Um caso que não pode ser negligenciado quando se trata de estudar a composição entre edifícios governamentais e espaços públicos. O centro de Roma, onde estavam os Fóruns Republicano e Imperial, levou a condições notáveis o recurso do “edifício cidade”, que conectava espaços e criava recintos públicos sucessivos.

O Fórum Republicano de Roma foi estruturado ao longo de um único eixo. Os edifícios foram dispostos de modo a conduzir o observador até o ponto focal, a cúria. Era, no entanto, um edifício de proporções modestas e ornamentação austera. Esta descrição de Spreiregen (1973, p.9) articula uma imagem desta simplicidade:

*mentales. El desarrollo de los conceptos de diseño plenamente monumentales se produjo en la confusa área monumental de la Roma antigua.*

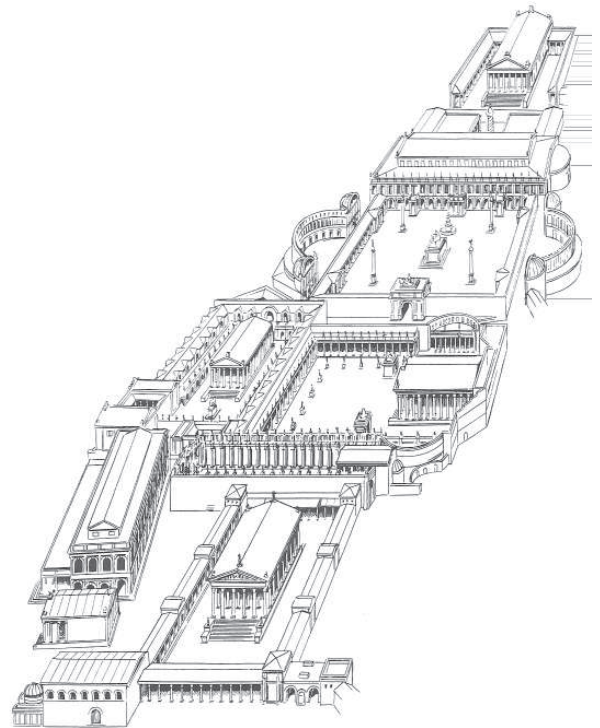


Fig. 84. Os Fóruns Republicano e Imperial de Roma. Fonte: Koch (1982).

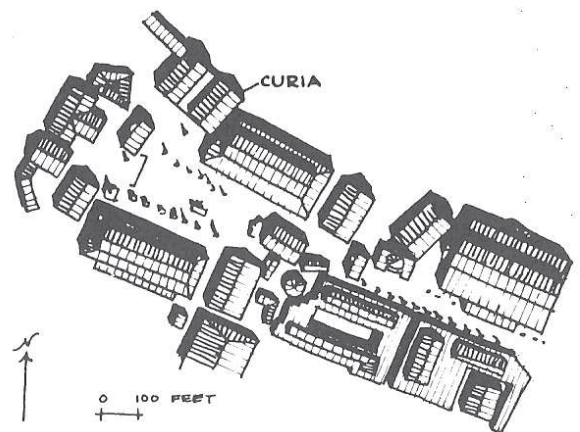


Fig. 85. O Fórum Republicano. Fonte: Spreiregen (1973).

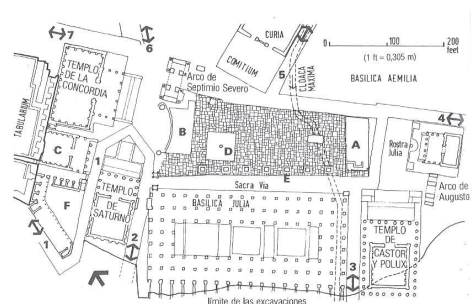


Fig. 86. Planta do Fórum Republicano. Fonte: Morris (1998).

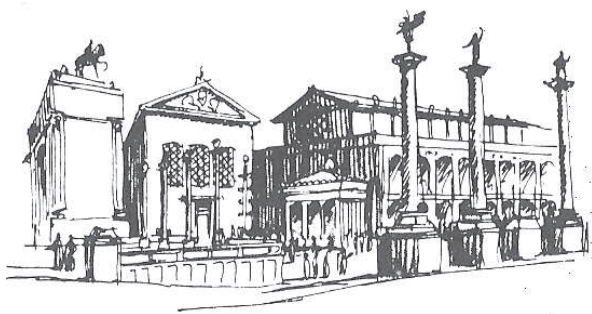


Fig. 87. Reconstituição da Cúria, no Fórum Republicano. Fonte: Spreiregen (1973).

Tão ostentativos eram estes edifícios, que os romanos recorreram a um método original para destacar o mais importante edifício do Fórum Republicano, a casa de reunião do Senado ou “Cúria”. Este era pequeno edifício em forma de dado, cercado por uma multidão de gigantes. As paredes interiores eram praticamente nuas. Assim, a diferença estava em ser o único simples entre edifícios ricamente ornamentados, e em ser o menor em todos eles [...]. A passagem do tempo tem mostrado uma relação de escala semelhante entre o antigo *City Hall* e os arranha-céus em Nova Iorque<sup>17</sup>.

A cúria era ladeada por duas basílicas. Estas tinham funções variadas e por vezes foram comparadas ao próprio fórum. Robertson (1997, p.316) a define de forma abrangente:

[...] trata-se de um salão coberto, via de regra regular ou absidal, e frequentemente provido colunas internas, destinados a finalidades bastante próximas aquelas dos fóruns (ao qual normalmente é contíguo), a saber, o intercurso geral, social e comercial, bem como a audição de processos jurídicos.

Spreiregen (1973, p.10) ressalta que a promenade foi um recurso já utilizado pelos egípcios, citando o Templo de Ammon em Karnak:

“Avenidas procesionales, resaltadas por pilonos y patios interiores, conducen al santuario interior.”

O recurso das promenades desenvolvidas em grandes perspectivas, presentes no Renascimento e Barroco, teve reflexos no Brasil somente a partir dos planos de reestruturação urbana ocorridos na Europa no século XIX e copiados na América<sup>18</sup>. Contudo, o que se expõe aqui é que a maneira grandiosa de articular os edifícios governamentais com o restante da cidade é comum às capitais ou sedes políticas, de modo abrangente.

O Fórum Imperial difere do Republicano pela abordagem sobre o espaço público. No primeiro o espaço vazio predefinido determinou a posi-

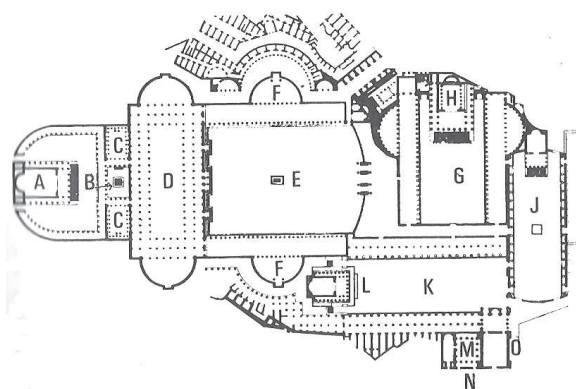


Fig. 89. Planta do Fórum Imperial. Fonte: Morris (1998).

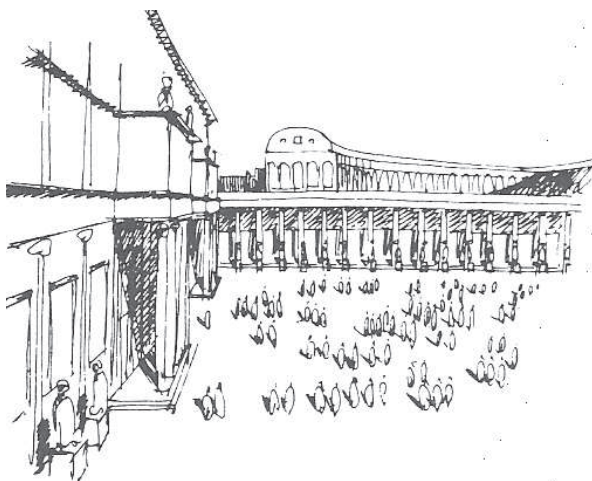


Fig. 88. Reconstituição dos Fórum Imperial. Fonte: Spreiregen (1973).



Fig. 90. Reconstituição dos fóruns romanos, vistos do Capitólio. Fonte: Fletcher (1948).

17 *Tão ostentativos era todos estos edificios, que los romanos recurrieran a un método original para dar realce al edificio más importante del Foro Republicano, la casa de reunión del Senado, o “Curia”. Era este un pequeño edificio en forma de dado, rodeado de una muchedumbre de gigantes. Sus paredes interiores quedaran prácticamente desnudas. Así, su distinción residía en ser el único edificio sencillo entre ochos mucho enormemente decorados, y en ser el más pequeño en todos ellos [...]. El paso del tiempo nos ha mostrado una relación de escala similar entre el viejo City Hall de Nueva York y los rascacielos.*

18 Estes exemplos serão tratados no capítulo dedicado à Brasília.

ção das construções. No segundo, assim como na acrópole ateniense, os edifícios projetados é que determinaram a forma dos vazios<sup>19</sup>.

O programa do Fórum Imperial era dividido basicamente em quatro complexos arquitetônicos integrados. No Fórum Trajano, a praça era ladeada por dois muros circulares cuja função era de conter as terras da colina do Capitólio. À frente uma basílica e em seguida um templo, disposição semelhante ao fórum de Pompeia. Primeiro a ser construído, o Fórum César possui uma configuração espacial que parecer ter orientado os Fóruns Augusto e Nerva, com um vazio retangular circundado por colunatas e na cabeceira havia um templo. O Fórum Augusto continha um templo dedicado Marte à frente de um espaço ladeado por colunatas. Ao lado deste o Fórum de Nerva, como nos outros, um templo na cabeceira da praça.

Assim como no Fórum Republicano, o edifício da cúria tinha proporções reduzidas em relação ao conjunto. Junto à cúria estava o *comitium*, cuja função era estritamente política, destinada às assembleias, tribunais e eleições. Considerando as proporções do *comitium* e da cúria somente em relação ao Fórum de César percebe-se que estes edifícios foram perdendo gradativamente sua importância simbólica para os espaços monumentais construídos posteriormente. Neste caso não havia destaque algum a estas construções, tendo aparentemente papel exclusivamente utilitário, restando aos fóruns toda a função de monumentalidade e valorização do império. Esse incremento das proporções ao longo do tempo criou um sentido de gradação da monumentalidade dos espaços construídos que ficou marcado na trama urbana. Não se vê nos espaços vazios o mesmo sentido de ordenação dos caminhos que se definiam nas colônias romanas ou nas cidades gregas, o que resultou num sistema de fragmentado, examinado nos mapas de axialidade e isovistas.

O mapa de axialidade foi elaborado a partir da simplificação da planta urbana do aglomerado. Não é intenção verificar a rede de circulação no interior dos edifícios, mas sim a estrutura de caminhos entre os conjuntos arquitetônicos, na sua forma irregular. Ou seja, procurar a hierarquia

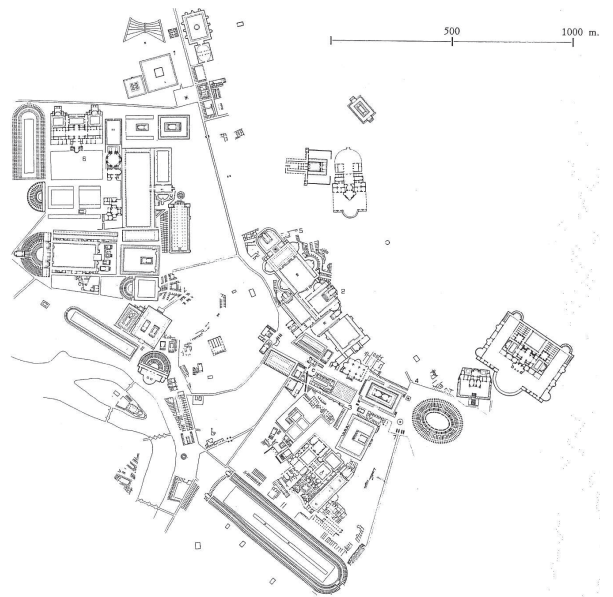


Fig. 91. Reconstituição da planta do centro de Roma (séc. II d. C.). Fonte: Benevolo (1973).

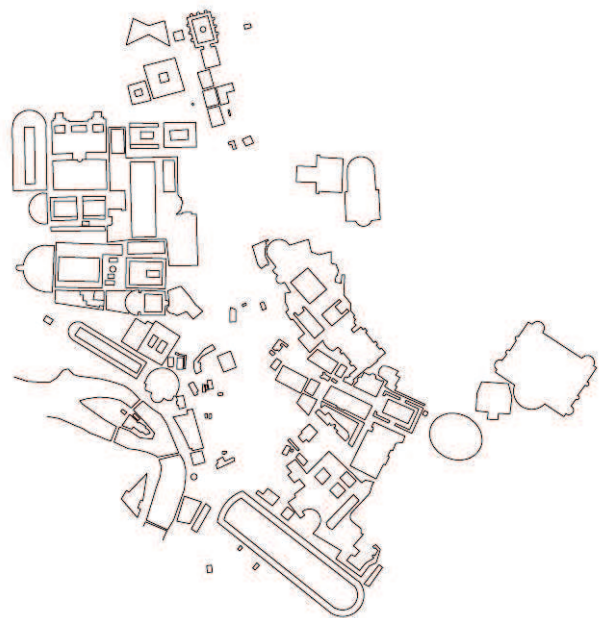


Fig. 92. Mapa de Roma, esc. 1/3000.



Fig. 93. Mapa axial de Roma, esc. 1/3000.

19 SPREIREGEN, Paul D. *Compendio de arquitetura urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 10.

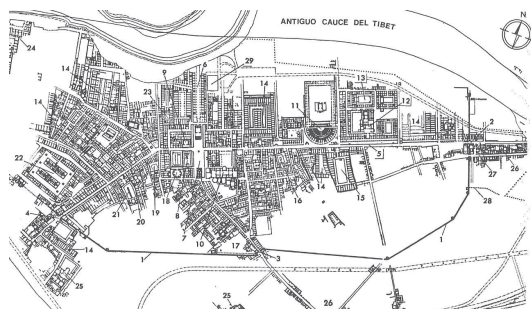


Fig. 94. Planta de Óstia (séc. IV d.C.). Fonte: Benevolo (1982).

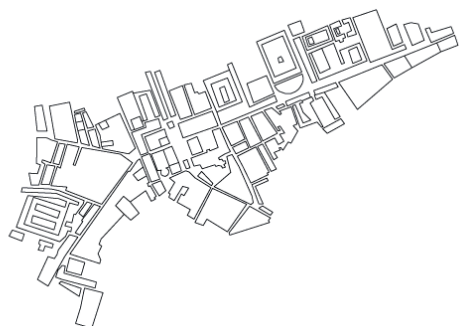


Fig. 95. Mapa de Óstia, esc. 1/2000.

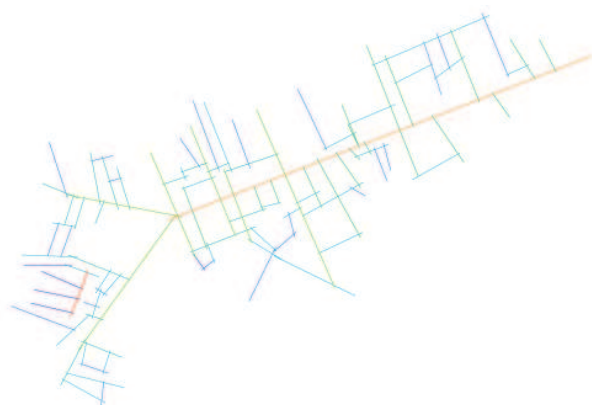


Fig. 96. Mapa axial de Óstia, esc. 1/1750.

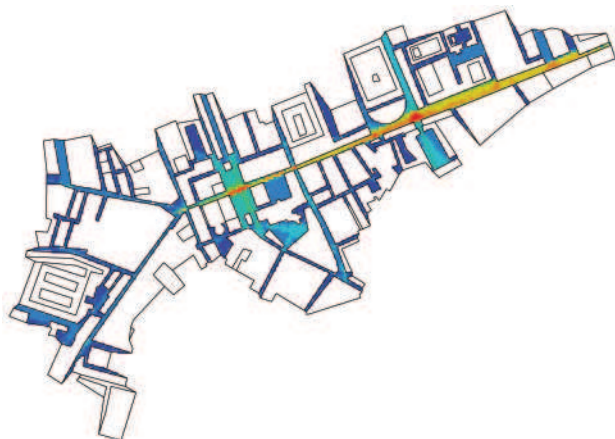


Fig. 97. Mapa de isovistas de Óstia, esc. 1/1750.

entre as vias deste sistema numa estrutura analisável, que possam indicar o modo com que foram trabalhados os problemas de circulação. O núcleo de integração, como pode ser visto, surge entre o Fórum imperial e Republicano. Uma via de acessibilidade relativamente forte liga este conjunto ao Circo Máximo e outra conduz as áreas do Teatro e Pórtico de Pompeu e da Ara Pacis. Atente-se, que esta é uma interpretação generalizante do aglomerado que aponta para uma hierarquia entre os conjuntos e não esconde a complexidade dos caminhos locais entre os edifícios.

### 2.1.2.2. EXEMPLIFICAÇÃO DO FÓRUM EM CIDADES ROMANAS

A seguir serão analisadas as colônias romanas, que por sua disseminação no continente europeu, influíram de maneira determinante sobre o planeamento das cidades medievais. Foram o traçado regular e a centralidade do núcleo cívico duas características que, além das cidades europeias, estariam presentes em colônias fora daquele continente. Segundo Teixeira (2010):

Os princípios urbanísticos da cidade romana de colonização, baseados na regularidade, na racionalidade e na ordem foram também impostos a várias cidades portuguesas: quer a cidades criadas de novo, quer a cidades já existentes e que foram ocupadas e reestruturadas durante o período de ocupação romana. A urbanização romana de Portugal fez-se destes dois modos, através da fundação de novas cidades e através de intervenções em aglomerados já existentes. O modelo urbanístico destas cidades era o das cidades coloniais romanas. Tratava-se de cidades regulares, com uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões. Duas ruas perpendiculares entre si - o *cardo* e o *decumanus* - constituíam os dois eixos viários principais e as directrizes fundamentais da cidade. Adjacente à intersecção destes dois eixos, no centro da cidade, localizava-se o fórum, que era ao mesmo tempo centro da vida pública e religiosa, local de reunião e mercado.

Ostia foi uma grande cidade portuária, na foz do rio Tibre, importante porto de Roma. O plano foi estruturado sobre o *Decumanus*, ao longo do qual o tecido urbano se desenvolveu linearmente, sendo o fórum construído na intersecção desta via com o *cardo*, formando os dois eixos principais.

Observando o mapa de axial percebe-se que o eixo de integração corresponde ao *decumanus* e, em seguida vem o *cardus*, coincidindo o núcleo de integração com o fórum. O traçado reticulado confere ao conjunto equilíbrio entre as vias secundárias, situando entre elas o *cardo* que é interrompido pelo fórum. O equilíbrio do conjunto apresenta, no entanto, uma acessibilidade maior às vias acima dos edifícios públicos, ao norte, certamente pela inserção destes edifícios provocando certa irregularidade nas ruas próximas a eles. Esta disposição não contribui para a formação de uma hierarquia entre os edifícios públicos, consequentemente dificultando a caracterização de um núcleo integrador. O traçado reticulado é, pelo que se pode observar, uma configuração mais útil ao pragmatismo das ocupações militares do que um instrumento de conformação de espaços urbanos qualificados de acordo com suas funções.

O mapa de isovistas mostra que a visibilidade do *decumanus* era ampliada quando atravessava o fórum. Porém não era este o lugar de maior destaque visual. O teatro era, sem dúvida, a construção mais imponente. Sua altura se destacava entre as insulas e edifícios públicos. Sua implantação circular recortava parcialmente o *decumanus*, permitindo sua visão ao longo de quase toda a via. É neste ponto de intercessão que estava a área de maior visibilidade da cidade. O capitólio, edifício focal, não se destacava a grandes distâncias, e sim no próprio interior do fórum, se elevando em relação ao solo e se solto das outras construções, artifício que lhe conferia posição de destaque. O mesmo ocorria com o Templo de Roma e Augusto, no lado oposto do fórum. A basílica posicionava-se em um dos dorsos da praça, em posição estritamente funcional, e o tratamento de sua fachada com pórticos conferia ao conjunto simetria, conduzindo o olhar em direção aos pontos focais.

Timgad localizava-se na atual Argélia. É um exemplo típico do planejamento em grade das colônias Romanas construídas *ex nihilo*. Assim como Tréveris, Autun e Avanche<sup>20</sup> o plano quadrado era cercado por muros e as vias eram estruturadas sobre o *cardus* e *decumanus*, que definiam o centro, onde se localizava o fórum. Como será visto no capítulo dedicado à Idade Média, alguns destes elementos,

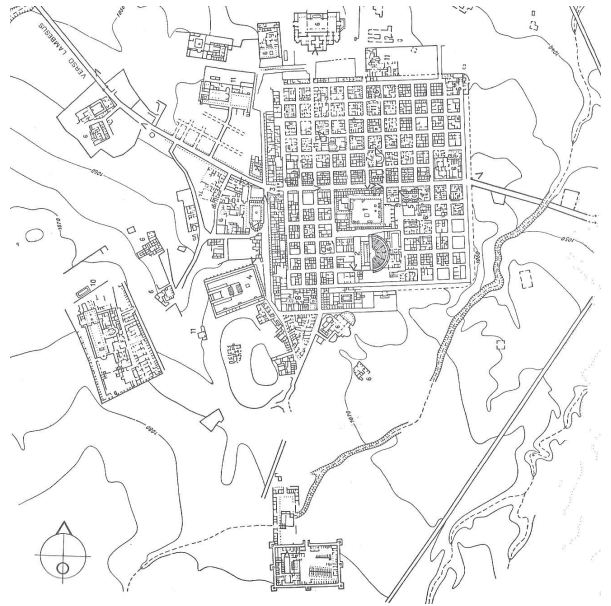


Fig. 98. Planta de Timgad (séc. VI d.C.). Fonte: Benevolo (1992).

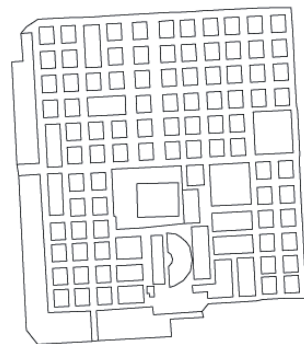


Fig. 99. Mapa de Timgad, esc. 1/2000.

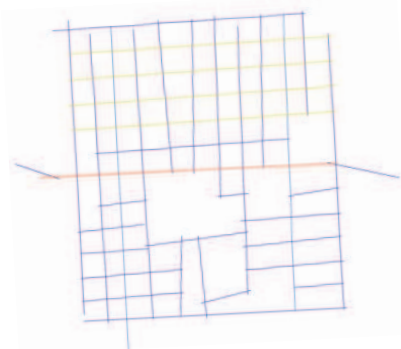


Fig. 100. Mapa axial de Timgad, esc. 1/2000.



Fig. 101. Mapa de isovistas de Timgad, esc. 1/2000.

<sup>20</sup> MORRIS, op. cit., p. 76-78.



Fig. 102. O cardo e o decumanus se cruzam no centro do fórum de Óstia.

principalmente as vias estruturadoras, ainda estão presentes no tecido urbano de cidades como Florença, Colônia, Viena e Ravena<sup>21</sup>.

Esta condição evidente em Timgad, mas também perceptível nos traçados hipodâmicos, somente se transformaria quando da complexidade das ocupações medievais. Principalmente aquelas sob influência moura, articulando centros múltiplos e núcleos de integração que geralmente orbitavam em torno das praças do mercado, da catedral e da municipalidade.

O mesmo sentido de dispersão pode ser observado no mapa de isovistas, no qual não é possível detectar uma articulação entre o eixo de integração e os espaços de maior amplitude visual. Os pontos mais visíveis localizam-se em áreas planejadas, potencialmente ocupadas, de acordo com a representação iconográfica.

21 BENEVOLO, op. cit., p. 197 - 205.

Com o exposto, pretende-se ter levantado um conjunto de informações sobre os assentamentos da Antiguidade Clássicas úteis na identificação de uma sequência histórica acerca do desenho urbano do núcleo cívico. Desse conjunto destacaram-se algumas informações abaixo elencadas, com o objetivo de considerá-las na análise de cidades em épocas subsequentes:

- a) A presença das atividades administrativa, comercial e religiosa no núcleo cívico.
- b) O traçado ortogonal da cidade.
- c) A centralidade geométrica do núcleo cívico.
- d) A inter-relação entre o eixo integrador e a praça cívica.
- e) A acentuação da visibilidade na praça cívica.

A seguir é apresentado um quadro resumo dos índices de Sintaxe Espacial extraídos dos mapas axial e de isovistas. Este resumo é apresentado em seguida ao conjunto de cidades da contextualização histórica e dos estudos de caso, ao final de cada análise.

Na primeira coluna, a indicação das categorias das linhas significa:

ÁREA - área total do perímetro analisado, em metros quadrados.

ILHAS - soma das áreas das ilhas espaciais, ou espaços construídos, inseridos no perímetro total, em metros quadrados.

VAZIO - soma das áreas vazias, ou espaços não construídos, inseridos no perímetro total, em metros quadrados.

y/A - percentual de áreas vazias sobre o perímetro total.

y/B - área média das ilhas espaciais, em metros quadrados.

RRA - coeficiente de integração.

INT - coeficiente de inteligibilidade.



TABELA 1  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	ATENAS	MILETO	PRIENE	OSTIA	TIMGAD
ÁREA	2.356.922	1.306.278	289.329	317.481	116.958
ILHAS	1.007.200	390.205	127.117	246.686	66.621
VAZIOS	1.349.722	916.073	162.212	70.795	50.337
(y/A)	57,3%	70,1%	56,1%	22,3%	43,0%
(y/B)	4.094	805	1.324	2.492	617
RRA	0,82	2,13	1,77	1,38	2,38
INT	0,40	0,45	0,25	0,20	0,29

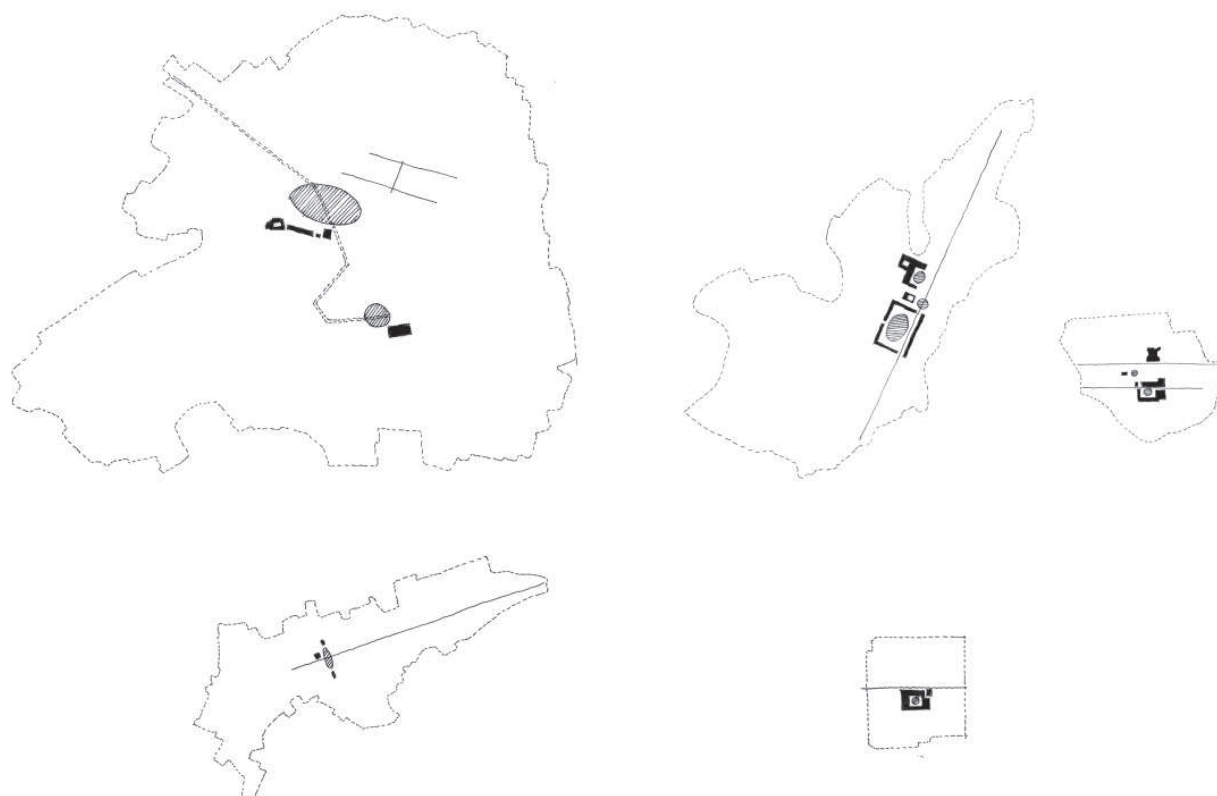


Fig. 103. Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Da esquerda para direita: Atenas, Mileto, Priene, Ostia e Timgad.



Fig. 104. As três atividades públicas em três áreas distintas e interconectadas na cidade medieval, Siena (Itália). Abaixo: a Praça da Catedral; acima, no centro: a Praça do Campo Maior; à direita: a Praça do Mercado. Fonte: Google Earth (2011).

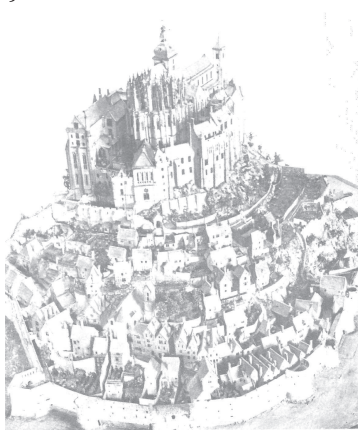


Fig. 105. O Castelo de Münsenberg (Alemanha). A fortaleza medieval e o breve esquecimento da praça cívica. Fonte: Koch (1982).

## 2.2. A PERSISTÊNCIA DA PRAÇA CÍVICA - IDADE MÉDIA E RENASCIMENTO

A partir do século III a Europa assistiu ao declínio do Império Romano do Ocidente. Os povoadamentos entram num processo de esvaziamento que se estende através do século V e atravessa a Alta Idade Média. A igreja foi um importante mecanismo de proteção, principalmente em relação às invasões bárbaras e à preservação do conhecimento clássico. Segundo Harouel (1990, p. 34):

Cada cidade romana é na verdade a sede de um episcopado. O bispo serve geralmente de defensor da cidade diante dos bárbaros, e sua presença contínua é o elemento decisivo que impede que várias cidades de desaparecer ou definharem totalmente.

Junto ao esvaziamento populacional iniciou-se o processo de regressão econômica, uma vez que a preocupação voltava-se, antes de tudo, para a defesa, fortificação e refúgio da população remanescente. A ruralização da aristocracia, que por sua vez refugiou-se nas fortalezas do campo, provocou a descentralização política dos aglomerados urbanos. O poder centralizador romano gradativamente cedeu lugar a uma organização polarizada pelos povos bárbaros. Um novo sistema se instalou baseado em três instituições fundamentais estruturariam o Feudalismo. Segundo Duby (1982, p. 10):

Três “estados” (eis a palavra), três funções (as mesmas: servir a Deus, defender o Estado pelas armas, tirar da terra a alimentação) e que estão igualmente hierarquizadas.

Era uma nova organização social, e o que mais importa para este estudo é a dicotomia que se acentuou entre Deus e o Estado - religião e governo. Durante toda a Antiguidade Clássica esta relação foi resolvida espacialmente num único centro urbano e os edifícios por vezes confundiam as duas funções, como era o caso do pritaneu, ao mesmo tempo administrativo e sagrado. Não que as funções tenham sido isoladas completamente, elas mantiveram relação durante toda a Idade Média. O que passa a se notar é a distinção entre dois poderes paralelos, que se refletia nos edifícios e na organização social da cidade. A praça foi completamente abolida. Não havia lugar para um sistema de espaços públicos de governanças. O castelo e o monastério, edifícios de fundamental importân-

cia para a imagem do poder e do governo durante a Alta Idade Média, não estabeleciam relação com a praça cívica. Os edifícios da Idade Média que estabeleceriam novamente relação com este espaço seriam: o palácio urbano, a catedral, e o mercado. Estes edifícios somente ascenderiam a partir do século XI com o processo de expansão urbana medieval. Segundo Sitte (1992, p. 25):

[...] desenvolveu-se como modelo independente a praça da catedral, que normalmente incluía ainda o batistério, a campanilha e o palácio episcopal; mais distante ficava a principal praça laica, a *signoria*, e, próximo a ambas, mas igualmente separado, o *mercato*.

### 2.2.1. A DECADÊNCIA DAS CIDADES ROMANAS E O VESTÍGIO DO PLANEJAMENTO CLÁSSICO

A partir do século XI assentamentos romanos transformados em burgos abaciais viram o crescimento de sua população provocado pela estabilidade pós invasões bárbaras, a definição do estatuto de homem livre, o desenvolvimento de técnicas agrícolas e o desenvolvimento comercial<sup>22</sup>. Um caso de reaproveitamento do traçado romano é a cidade de Florença. Analisando a planta atual do centro da cidade percebe a permanência das linhas reguladoras romanas combinada com a inserção de largos irregulares. O antigo fórum deu lugar a Piazza del Mercato Vecchio. Duas novas praças de formato irregular dão lugar à Basílica de Santa Maria del Fiore e à Piazza della Signoria. O *decumanus* deixou de ser o eixo de maior acessibilidade e o fórum um núcleo integrado, deslocando-se para o núcleo entre a catedral e a municipalidade. Ou seja, embora conservasse o desenho romano, o novo ordenamento refletia a organização social dos três “estados” medievais. A mesma hierarquia se reflete na configuração das isovistas. As áreas se ampliam nas novos largos, porém é interessante observar que o eixo de integração, ainda que estreito, conduzia o olhar para dentro destes vazios, enquanto as antigas vias principais (*decumanus* e *cardo*) dissolviam-se no tecido urbano.

A adoção de praças irregulares foi exaustivamente

22 HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1990, p. 35-36.

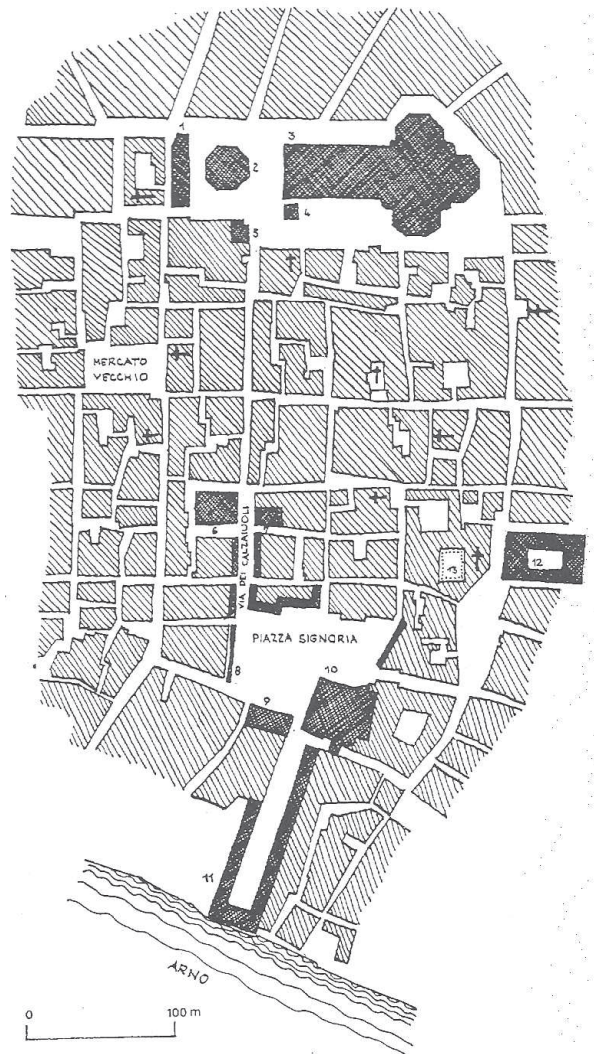


Fig. 106. Área central de Florença (Itália) depois das intervenções urbanísticas do séc. XIII. Acima: a Catedral; No centro, à esquerda: a Praça do Mercado; abaixo: o Palácio Urbano na a Piazza Signoria. Fonte: Holanda (2002).



Fig. 107. Centro histórico de Bolonha (Itália). A presença do traçado romano persiste na trama urbana. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 108. Sobreposição tramas urbanas. As paisagem assimétrica decorrente da interrupção da retícula em largos de formas variadas. Catedral de Santa Maria del Fiore, Florença (Itália). Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 109. Vista de Nápoles (Itália, 1464). A adaptação do traçado medieval ao terreno. Fonte: Kostof (2006b).

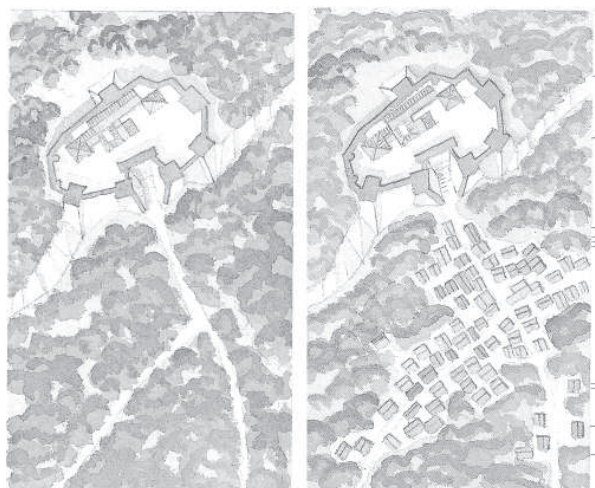


Fig. 110. A origem da cidade a partir da fortaleza. Fonte: Kostof (2006b).

te estudada e enaltecida por Camillo Sitte (1992). Seria um espaço cuja forma decorria do entorno imediato e de onde a arquitetura buscava extrair seus efeitos. Um lugar especializado que deveria receber tratamento de obra de arte, no qual a regularidade não traria resultados. Era a irregularidade que deveria interessar ao objeto arquitetônico. Era a particularidade de cada caso campo para a exploração artística. Segundo Sitte (1992, p. 63).

A origem das irregularidades típicas dessas praças antigas encontra-se em um gradual processo histórico, e não seria um engano aceitar-se que, outrora, cada uma dessas sinuosidades próprias correspondia a um contexto específico, seja um córrego que não existe mais, a forma de uma construção ou um caminho já traçado.

A experiência pessoal nos demonstra que tais irregularidades não causam, de maneira alguma, efeito ruim: ao contrário, aumentam a naturalidade, estimulam nosso interesse e, sobre tudo, reforçam o caráter pitoresco do conjunto.

É quase forçoso observar como o modo medieval de lidar com a paisagem urbana se aproximava da concepção espacial dos largos posteriormente construídos no Brasil colonial. A condição naturalmente sinuosa do terreno e a preocupação de um cenário pitoresco de pequenos conjuntos arquitetônicos, particularmente tratados permeia o cenário das praças cívicas de origem colonial. A ideia de monumentalidade não estava condicionada às dimensões do edifício e das ruas, e sim a um arranjo que provocasse esta sensação.

Além do desenvolvimento a partir de assentamentos romanos, surgiam planos para áreas não ocupadas - *ex novo*. Outro caso de crescimento urbano medieval foi a formação de pequenas vilas e aldeias a partir de elementos não urbanos, o monastério ou o castelo. Este fenômeno, comum durante a expansão urbana medieval, foi descrito e ilustrado por Kostof (1991, p. 35):

Áreas de serviços crescem perto de palácios, templos ou fortalezas, atraídas pela sua concentração de riquezas.<sup>23</sup>

Em muitos casos, a cidade desenvolvia-se num plano radial ao redor dos edifícios principais. Um

23 Service precincts grow up near palaces, temple, or fortress compounds, attracted by their concentration of wealth.

modelo típico, próspero na Europa medieval, mas que não foi aplicado nas colônias do continente americano, provavelmente pelo seu caráter orgânico, não planejado, e norteador pela preexistência de construções dominantes. O que se veria nas colônias portuguesas seria a multiplicação do crescimento linear, vinculado a elementos naturais como rios e costas marítimas, ou a caminhos definidos por rotas comerciais. Nestes casos o centro da rua principal se alargava, formando então a praça com os edifícios institucionais.

O crescimento vinculado a preexistência de fortalezas e templos esteve presente também no Brasil Colônia. Salvador foi um exemplo. Posteriormente à fundação do núcleo urbano, a cidade cresceu esparsa ao redor de fortalezas espalhadas pelo território e do colégio jesuíta, extramuros. Posteriormente, alcançou alguma compactação, num processo de ocupação linear da área costeira.

### 2.2.2. O NÚCLEO CÍVICO DAS CIDADES MEDIEVAIS

A cidade de Lübeck, fundada em 1158 no norte da Alemanha, mostra um desses exemplos de centro multifuncional que se desenvolveram na Europa durante a Baixa Idade Média. A ocupação se fez a partir de um núcleo instalado no cume do território, ligado por ruas pouco sinuosas ao Rio Trave, que a circunda. Segundo Kostof (2006b, p. 126), por esta solução racional, se justificam as ruas transversais às curvas de nível, que desconsideram o terreno natural.

No núcleo, três praças, duas destinadas exclusivamente à Igreja, outra abriga a municipalidade e o mercado em dois edifícios geminados, formando um espaço fechado, como nas ágoras. Sitte (1992, p. 85) qualifica o convívio próximo dos edifícios da prefeitura, mercado e igreja como “balburdia”, uma vez que deveriam formar um espaço coeso, e não segmentado. Todavia, o próprio autor afirma que aquele arranjo de ruas mais antigas possui maior coesão do que as contemporâneas ao século XIX. Um quarto elemento é destacado por Benevolo (2005, p. 270), a rua principal. Esta rua principal é o que pode ser chamado de *leitmotiv* da praça cívica. Como será visto ao longo da dissertação pode ser o eixo integrador do núcleo ou



Fig. 111. O crescimento linear (Rio de Janeiro, séc. XVIII).  
Fonte: Reis (2001).

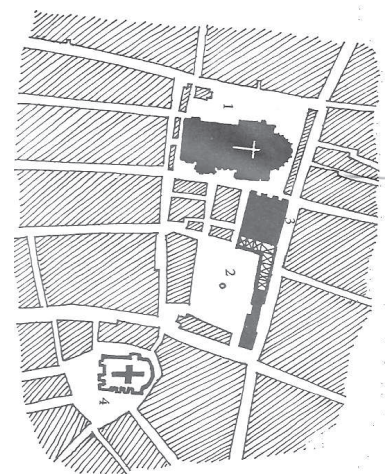


Fig. 112. O centro de Lübeck, Alemanha. Fonte: Benevolo (2007)



Fig. 113. O mapa do centro de Lübeck, esc. 1/750.

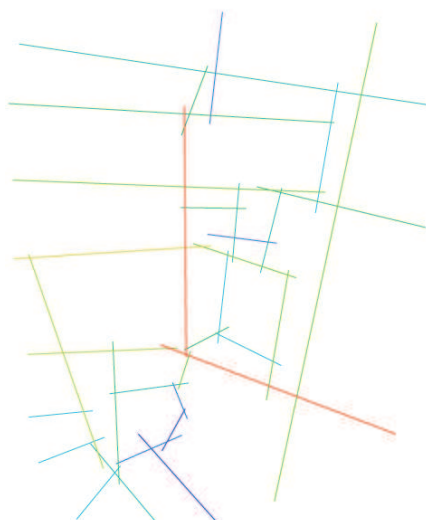


Fig. 114. O mapa axial do centro de Lübeck, esc. 1/750.

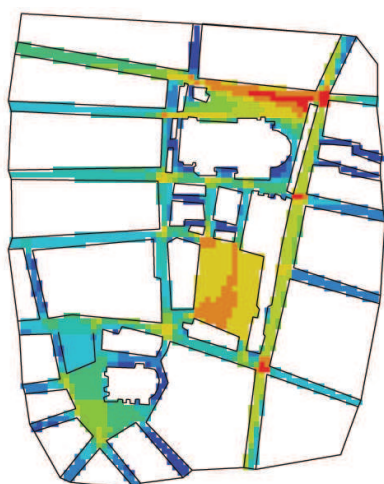


Fig. 115. O mapa de isovistas do centro de Lübeck, esc. 1/750.



Fig. 116. O praça destinada ao mercado e à municipalidade, no centro de Lübeck. Fonte: Panoramio (2011).

estar próximo a ele. Mesmo em lugares onde o crescimento urbano modificou consideravelmente a malha urbana, ao se analisar este núcleo localmente, há, frequentemente, uma relação de integração do sistema viário com a rua “principal”.

O sistema viário de Lübeck possuía claramente duas ordenações, uma radial, onde as ruas que ligavam aos píeres se alongavam para o centro e outra neste centro, estruturando blocos longitudinais à rua principal. Segundo Kostof (2006b, p. 147):

Os limites das praças medievais com suas extensões, e ruas de píeres em portos como Lübeck, foram muito mais densamente aglomerados do que os blocos extraídos da atividade comerciais<sup>24</sup>.

Percebe-se que os eixos de integração no centro não coincidem com a rua principal, embora estejam diretamente vinculados ao domínio da catedral e da municipalidade. Quando analisada uma área de entorno maior, o núcleo de integração permanece neste centro e a rua principal gradualmente se destaca em relação aos eixos de integração anteriores. Isto significa dizer que esta a rua é “principal” para o sistema viário que conduz à praça cívica, e não necessariamente para o conjunto arquitetônico local. Já o mapa de isovistas reproduz o recurso de alargamento de vias para formação de espaços vazios cercados por construções unidas por pórticos abertos, à maneira clássica. Comparação feita por Sitte (1992, p. 53), em relação aos pórticos das *loggias*, que formavam uma galeria aberta na prefeitura de Lübeck. Esta abertura determinava, logicamente, as áreas de maior visibilidade. Porém, o que vai ser interessante observar é a valorização da rua principal, tornando-se a mais visível dentro do sistema viário. Será observado nos próximos exemplos que, quando a rua principal era associada a uma sucessão de fachadas, formava uma perspectiva “monumentalizante” dos edifícios institucionais da praça cívica.

Outra característica importante de se ressaltar é a valorização visual do centro do largo destinado ao comércio, o que não ocorre com as igrejas de Lübeck. Sitte (1992, p. 35-54) evidencia a co-

<sup>24</sup> *The edges of medieval squares and their street extensions, and pier streets in ports like Lübeck, were more thickly crowded lots than blocks removed from commercial action.*

esão das praças medievais e clássicas através do agrupamento dos edifícios, o que daria amplitude a um centro aberto, “livre”. Segundo Sitte (1992, p. 46):

Assim, isolou-se o Holstentor em Lübeck [...]. De fato, uma coisa muito bonita, isso de um portão que não se atravessa, mas em torno do qual se passeia!

Em Bruges, cidade portuária Belga, a separação das praças definidas por função, era mais evidente. Todos os elementos se repetem - igreja, mercado e municipalidade - num traçado caracterizado pelo crescimento urbano radial através da sobreposição de muros concêntricos. O terreno absolutamente plano era compensado com a presença contrastante de duas torres - uma no mercado e outra na catedral - assinalando o *skyline*. Segundo Kostof (2006b, p. 290):

Muitos destes eram marcos encabeçados com símbolos adequados ao seu significado, ou simplesmente atraentes coberturas. São Miguel reside no topo de duas torres uma eclesiástica e outra civil; na antiga Câmara Municipal de Bruges, ela se mostra é expulsando Satanás<sup>25</sup>.

O destaque do mercado no *skyline* era um recurso cada vez mais frequente de reafirmar visualmente a autoridade do poder laico na Idade Média. Para Kostof (2006b, p. 296):

Na maioria das vezes o campanário é um acessório de edifícios importantes nas comunas medievais - um sinal de sua soberania e orgulho cívico. Essas torres aparecem com especial frequência na Itália central e norte da Europa. Além de prefeituras, ele destacam mercados (como em Bruges), e os monumentos de guildas poderosas, como o *Cloth Halls* (em Ypres)<sup>26</sup>.

A presença marcante do campanário da Catedral de Notre Dame estabelecia um marco visual, assim com a torre do relógio do mercado. Uma relação que ia além das conexões do sistema viário. Era uma referência estabelecida por linhas imaginá-

<sup>25</sup> Many of these markers were crested with symbols appropriate to their meaning, or simply eye-catching toppings. St. Michael resided at the pinnacle of both churchly and civic towers; at the Old Town Hall of Bruges, he is shown expelling Satan.

<sup>26</sup> Most frequently the belfry is a fixture of important buildings in medieval communes - a sign of their sovereignty and civic pride. Such towers appear with special frequency in central Italy and Northern Europe. In addition to town halls, they accent markets (as at Bruges), and monuments to powerful guilds like cloth halls (as at Ypres).

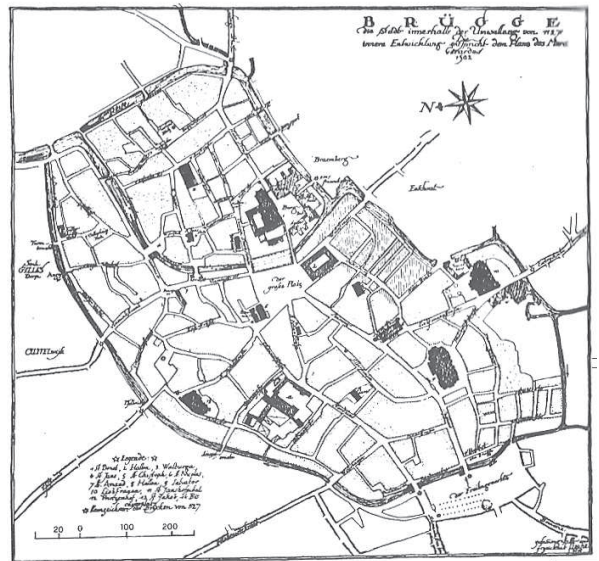


Fig. 117. Mapa do centro de Bruges (Bélgica, 1562). Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 118. O mapa do centro de Bruges, esc. 1/750.



Fig. 119. O mapa axial do centro de Bruges, esc. 1/750.



Fig. 120. O mapa de isovistas do centro de Bruges, esc. 1/750.

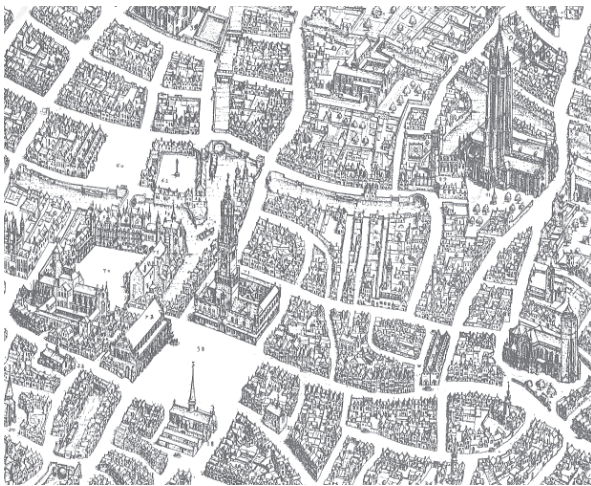


Fig. 121. O centro de Bruges. À esquerda: a Praça Municipal; abaixo: o Mercado do Peixe; à direita e abaixo: a Catedral de Notre Dame e a Igreja de São Salvador. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 122. O environment of trade, em Antuérpia (Bélgica). Fonte: Kostof (2006a).

rias entre um objeto e outro. Situação semelhante verifica-se entre a catedral e o Palazzo Vecchio em Florença. Para Lynch (1960, p. 115):

A cidade de Florença centra-se em redor de sua catedral e de seu Palazzo Vecchio, situando-se ambos em nós centrais. O cruzamento pode emitir uma luz ou um som característicos e podemos deparar com sua presença por meio do pormenor simbólico em regiões distantes, que espalha a qualidade do próprio cruzamento.

Sobre a catedral e o jogo de volumes verticais Lynch (1960, p. 114) afirma:

Falta-nos ainda descrever um caso frequente, em que os elementos marcantes podem estar agrupados em modelos que têm uma forma própria e podem, pela sua aparência, indicar a direção a partir da qual estão a ser observados. O elemento marcante de Florença, constituído pela dupla catedral-torre dos sinos, que dançam um em volta do outro, comprova o fato.

Em Ypres (Bélgica), as funções do mercado e da municipalidade estavam condensadas num só edifício (o Cloth Hall) e um grande largo. A Catedral de S. Martin tinha seu próprio átrio e jardim, em direção oposta. Este ambiente conformava o que Kostof (2006a, p. 96) denominou de *environment of trade*, um modelo funcional que remontava aos mercados e *loggias* da Antiguidade Clássica, que se adequavam a malha urbana medieval. Em Como (Itália) a *trading area* era formada por uma praça em frente ao Pallazo del Broletto. Nas arcadas do térreo funcionava o mercado, a prefeitura e a corte estavam instaladas no pavimento superior<sup>27</sup>.

Estes mercados reforçavam a relação da burguesia com o Estado, e sua localização nas cidades estava conseqüentemente associada à praça cívica, ou mesmo ao edifício municipal propriamente dito. Esta relação, baseada na atuação mercantil e no controle do Estado, retratava uma condição semelhante à Antiguidade Clássica, como explica Kostof (2006a, p. 94-95):

Na Idade Média, o território urbano foi extremamente importante para grupos estrangeiros. Foram chamados de “nations”, onde tinham lugar a religião, o armazém, e o arbítrio sobre seus próprios conflitos, a fim de não serem vinculados às auto-

27 KOSTOF, Spiro. *THE CITY ASSEMBLED: The Elements of Urban Form Through History*. London: Thames & Houdson, 2006a, p. 95.



ridades locais - como consulados. "Nations" foram simultaneamente associações comerciais e clubes sociais; a inscrição nelas era obrigatória. Para a interação necessária de comerciantes e banqueiros, um lugar de troca era frequentemente fornecido. A *loggia dei Mercanti* das cidades italianas, como Siena ou Bolonha por vezes faceava em uma pequena praça. Em Burges era no Beurseplaats, onde se situavam pousadas e consulados.

[...]

Mesmo nas mais democráticas configurações, as cidades greco-romanas e comunas medievais do Ocidente por exemplo, a condução dos negócios deveria ser autoadministrada. Símbolo da parceria entre o interesse público e privado, e empresas e governo compartilharam o mesmo espaço aberto, mesmo recinto cívico - até o mesmo prédio<sup>28</sup>.

Gradativamente, a municipalidade e o mercado se associavam numa relação retratada espacialmente pela ocupação dos edifícios. Um paço municipal era instalado como uma benfeitoria pública, associada ao *status* que a cidade atingia, próximo ao centro mais movimentado e instalado em terreno de menor destaque topográfico, onde a circulação não era tão dificultada. Para Mumford (1982, p. 298):

O centro das atividades municipais era o Paço Municipal, no que também, às vezes servia como Paço de Mercado. No princípio o Paço Municipal era um edifício a se erguer livre na praça do mercado [...]

Os terrenos mais altos, quando existiam, eram historicamente condicionados à presença das fortalezas e castelos. Uma situação equiparável a localização da acrópole em relação ao restante da cidade grega. Raro era o desenvolvimento de um

---

28 *In the Middle Ages, urban territory was exceedingly important to foreign groups. This was called "nations", and what they needed was places in which to worship, to warehouse goods, and to arbitrate their own disputes so as not to be bound by local authority - which meant consulates. "Nations" were trade association and social clubs in one; membership in them was obligatory. For the necessary interaction of merchants and bankers, a place of exchange was often provided. The loggia dei mercanti of Italian cities like Bologna or Siena sometimes fronted on a little square. At Burges it was the Beurseplaats, on which stood inns and consulates.*

[...]

*Even in more democratic set-ups, the Greco-Roman cities and the medieval communes of the West for instance, the conduct of business was supposed to be self-administered. Symbolic of this partnership between the public and private interest, government and business shared the same open space, the same civic container - even the same building.*

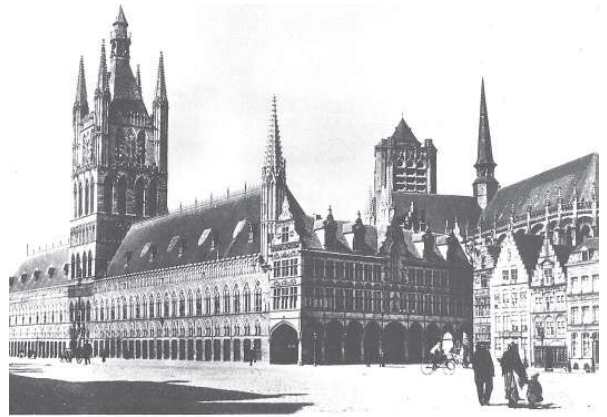


Fig. 123. O Cloth Hall, em Ypres (Bélgica). Fonte: Kostof (2006a).



Fig. 124. Vista aérea da Torre do Mercado, no centro de Burges (Bélgica). Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 125. Praça da Municipalidade vista da Torre do Mercado, em Bruges. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 126. A Praça do Comércio, em Burges. Fonte: Panoramio (2011).

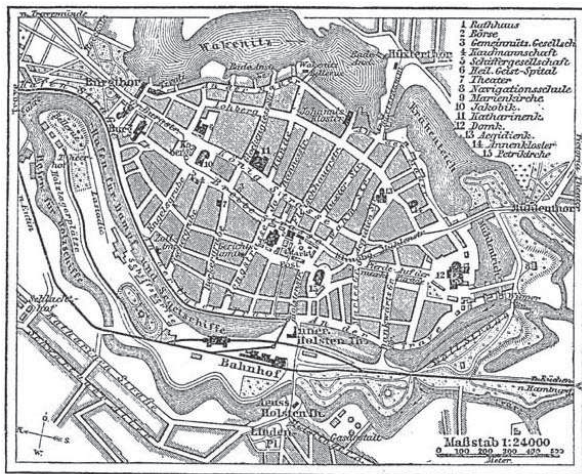


Fig. 127. Mapa de Lübeck (Alemanha). A praça destinada ao mercado na parte central e mais elevada do terreno. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 128. Mapa de Salvador, com a Praça do Governador (B) na parte elevada do terreno e a Casa da Moeda (D) ao lado, conectadas ao porto na parte baixa. Fonte: Reis (2001).

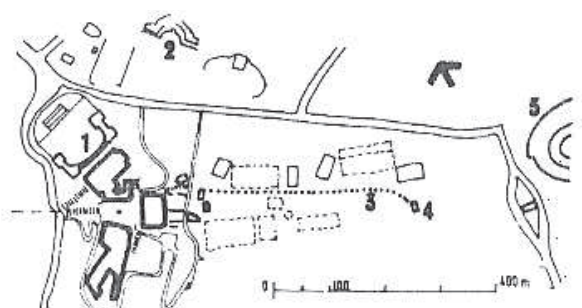


Fig. 129. O posicionamento da Praça do Capitólio em relação ao antigo Fórum Romano. Fonte: Morris (1998).

centro na parte mais elevada do território, como ocorreu em Lübeck. São duas, as motivações de se construir nos terrenos mais altos que terão reflexos sobre as colônias no Brasil: a defesa das fortificações e o realce simbólico dos edifícios religiosos.

O comércio internacional, como afirma Mumford (1982, p. 279):

[...] não produziu cidades medievais, mas promoveu seu crescimento, como Veneza, Gênova, Milão, Arras, Bruges, depois que tinham sido fundadas para outras finalidades.

A presença do mercado ficaria marcada como elemento relativo ao ulterior desenvolvimento econômico de cidades novas, instalado num lugar de destaque, geralmente junto à municipalidade. Os edifícios da Alfândega e da Casa da Moeda exerceriam esta função nas vilas e cidades do Brasil colonial. Das capitais estudadas, pode-se apontar o primeiro edifício da Casa da Moeda junto à Casa de Câmara e Cadeia e do Palácio dos Governadores, em Salvador; a nova sede da Casa da Moeda geminada ao palácio no Rio de Janeiro e a Alfândega geminada à Igreja das Mercês em um terreno próprio, afastada do palácio, em Belém.

Ainda sobre Bruges e a importância da praça do mercado para o desenvolvimento urbano Mumford (1982, p. 447) explica:

O negócio de troca, de compra e venda especulativa e de corretagem ganhou forma nas novas bolsas, e foram as cidades que estabeleceram este centro de troca - primeiro Bruges, depois Antuérpia, no século XVI, antes que os espanhóis a arrasassem, depois Amsterdam e Londres, no século XVII -, que mais rapidamente cresceram e que estabeleceram as novas formas de vida para as classes endinheiradas. A Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio dos mercadores eram catedrais da nova ordem capitalista.

Sobre esta relação, tem-se de Mumford (1982, p. 269):

Dentro da própria cidade de Roma, podia-se acompanhar uma mudança que se estava verificando em toda parte. Uma das primeiras indicações da nova cidade medieval foi a transferência do mercado, entre os séculos VIII e XII, do Fórum para a mais defensável colina Capitolina. Com o mercado, mudou-se o próprio governo o municipal, [...]

Observando a mapa axial do sistema viário de Bruges em 1561 percebe-se a presença do eixo de integração atravessando a área do comércio e, duas ruas partindo deste eixo em direção à Praça da Municipalidade e a Igreja de São Salvador. O núcleo de integração orbita ao redor destes pequenos centros distribuídos num tecido bastante irregular. Embora o tecido fosse composto de ruas sinuosas e de uma aparente falta de organização, existia uma hierarquia de acessibilidade condicionada aos espaços “importantes”, perante as áreas residenciais que os circundavam, representados pelas praças e pelos edifícios do mercado, da municipalidade e da catedral. Esta hierarquia de acessibilidades é tratada com edifícios conectados por eixos de maior integração. Afinal, a função destes eixos era conduzir e reunir pessoas ao redor dos espaços construídos. Não havia necessidade de linhas retas ou eixos formais para isso. A hierarquia dos espaços era montada pelo recurso do arranjo das ruas, sendo a posição geométrica e as distâncias importantes, mas não indispensáveis para esta estruturação. Sobre este tipo de arranjo medieval Mumford (1982, p. 332-33) descreve:

Com determinadas exceções notáveis, os edifícios medievais dominantes não existiam em espaços vazios; menos ainda ninguém se aproximava deles ao longo de um eixo formal. Aquele tipo de espaço foi introduzido no século XVI, com a entrada de Santa Croce, em Florença; e foi apenas no século XIX que os “aperfeiçoadores” urbanos, incapazes de apreciar o sistema medieval de urbanismo, removeram as estruturas menores que se amontoavam ao redor das grandes catedrais [...]

O principal elemento estruturador era a rua, um eixo de integração. O que não significa dizer que o eixo de maior integração coincidia necessariamente com esta rua. Ela possuía as duas marcas, uma de ser morfologicamente destacada, associada ocasionalmente à abertura de praças e edifícios dominantes e outra de coincidentemente ter propriedades de integração. Era no núcleo ao redor desta rua que se conformava o ambiente de convívio coletivo juntamente com os edifícios institucionais e certa representação arquitetônica destas instituições, inclusive o Estado. O edifício é tão importante quanto à configuração urbana vista em planta. Por vezes mais determinante do que a própria planta da cidade. Mumford (1982,



Fig. 130. O núcleo integrado do centro de Bruges, esc. 1/750. Da esquerda para direita: Igreja de São Salvador; Torre do Comércio (Mercado do Peixe); Palácio Municipal.



Fig. 131. O eixo de integração do núcleo cívico de Bruges. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 132. A Praça da Municipalidade, em Bruges. Fonte: Panoramio (2011).

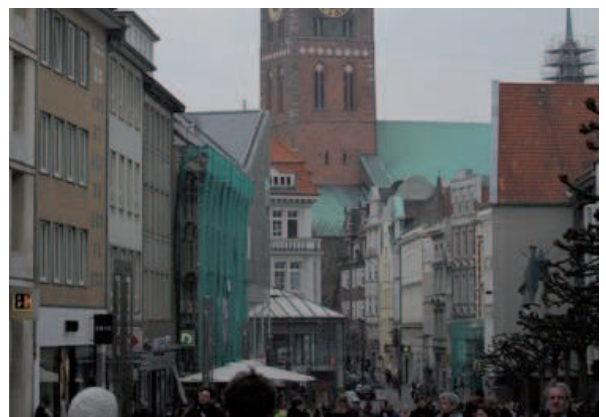


Fig. 133. O eixo de integração do núcleo cívico de Lübeck. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 134. A Praça da República, em Florença (antiga Praça do Comércio). Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 135. A via integradora entre a Praça da catedral e a Praça Signoria, em Florença (Itália): Panoramio (2011).

p. 332) faz a seguinte consideração:

Nenhum plano urbano pode ser adequadamente descrito em termos de seu modelo bidimensional, pois é apenas a terceira dimensão, pelo movimento no espaço, e na quarta dimensão, pelo movimento no tempo, que chegam a viver as relações funcionais e estéticas. Isso se aplica particularmente à cidade medieval, pois o movimento que gerava, conduzia não apenas ao espaço horizontal, mas também ao vertical; e, para compreender a planta, devemos compreender a massa e o perfil de suas estruturas dominantes: especialmente dos componentes nucleares, o Castelo, a Abadia ou Convento, a Catedral, o Paço Municipal, a Sede da Guilda. Se, porém uma edificação pode ser tomada como estrutura chave da planta medieval, esta é a Catedral [...]

As duas cidades analisadas, uma no norte da Alemanha (Lübeck) e outra na Bélgica (Bruges), apresentam características muito diferentes do que será visto no próximo exemplo. Trata-se de Florença, norte da Itália, onde o desenho da antiga colônia romana está calcado no tecido urbano. Nela, vê-se claramente, ainda hoje, núcleo Antigo composto pelo *cardus* e o *decumanus*, além dos quarteirões reticulados e o fórum no centro da composição. Florença foi um dos principais, senão o principal centro irradiador do Renascimento, e foi o florentino Antonio di Pietro Averlino ou “Filareto” o arquiteto tido como precursor do modelo de cidade ideal registrado no projeto de Sforzinda, o qual será tratado mais a frente, no capítulo sobre Renascimento.

O crescimento urbano se fez através da expansão de muros concêntricos ao núcleo romano<sup>29</sup>. O antigo fórum deu lugar ao comércio, ao norte a Basílica Santa Maria del Fiore, construída a partir da abertura do tecido urbano formado de pequenas casas, formando mais uma área de contorno ao edifício do que uma praça propriamente dita; ao sul a Piazza della Signoria com uma atípica, na qual a *lapide angularis* do palácio está posicionada no centro. Sitte (1992, p. 71) descreve a praça *Signoria*:

Em termos arquitetônicos, a Signoria é a praça mais notável do mundo. Aqui estão reunidos todos os motivos da construção urbana antiga - no que tange a forma, dimensões, praças adjacentes, desembocadura de ruas, disposição de chafarizes e monumentos - porém, cada um dos elementos en-

29 MORRIS, op. cit., p. 106.

contra-se sutilmente velado, de maneira que presentimos o seu efeito sem notarmos suas razões, a menos que busquemos de maneira consciente.

Não sumiu o traçado romano, e com ele se preservou também as *insulae*<sup>30</sup>, com o comércio no pavimento térreo (taberna) e o domicílio no pavimento superior. A regularidade do traçado romano não impediu o sequenciamento de uma grande diversidade formas urbanas características do tecido medieval. Sobre esta diversidade Sitte (1992, p. 75) faz a seguinte observação:

A cada instante um novo conjunto pinturesco nos surpreende o olhar, e assim o efeito causado é sempre outro. Podemos verificar a riqueza de efeito dessas praças em especial nas fotografias da Praça de S. Marcos e da Piazza della Signoria em Florença. Fotografando-as de várias posições, pode-se obter mais de uma dúzia de imagens diferentes, cada uma delas mostrando um outro quadro, de maneira que dificilmente acreditamos serem todas as mesmas praças.

Florença serve de bom exemplo para avaliar uma qualidade do espaço que será fundamental para o entendimento dos cenários produzidos nas cidades medievais e reproduzido no Brasil colonial. É o recurso produzido sobre o objeto arquitetônico pelo movimento ao longo de um percurso. A qualidade do espaço é constantemente alternada e os referenciais se produzem pela presença em várias posições do percurso. O Palazzo Vecchio, interrompendo a geometria da Piazza della Signoria multiplicava as possibilidades de visão de suas fachadas do que se estivesse recuado em um dos lados. A cúpula e o campanário da Basílica Santa Maria del Fiore, pela proximidade, estabelecem a cada momento do percurso uma nova imagem do conjunto. Lynch (1960, 114) faz a seguinte observação:

[...] elementos marcantes podem estar agrupados em modelos que têm uma forma própria e podem, pela sua aparência, indicar a direção a partir da qual estão a ser observados. O elemento marcante de Florença, constituído pela dupla catedral-torre dos sinos, que dançam um em volta do outro, comprova este fato.

O núcleo histórico era dominado pelas duas praças e a catedral. Tinha por característica a inte-



Fig. 136. A Basílica de Santa Maria del Fiore, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 137. A Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 138. O Palazzo Vecchio, na Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 139. A Piazza della Signoria, em Florença. Fonte: Panoramio (2011).

30 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p. 269.

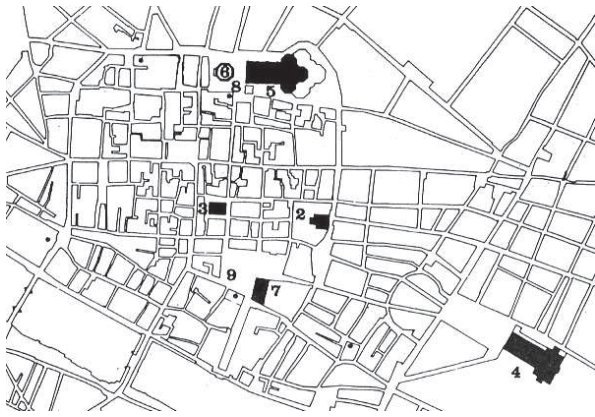


Fig. 140. O mapa do centro de Florença no séc. XIV. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 141. O mapa do centro de Florença, esc. 1/2000.



Fig. 142. O mapa axial do centro de Florença, esc. 1/2000.



Fig. 143. O mapa de isovistas do centro de Florença, esc. 1/2000.

gração entre o desenho romano e as adaptações do espaço medieval. Ao analisar o mapa de axialidade, comparando-o com uma colônia romana - Timgad, por exemplo - percebem-se as gradações da acessibilidade entre as ruas do sistema viário. O traçado absolutamente reticulado provoca homogeneidade no grau de acessibilidade, tornando branda a hierarquia do sistema viário, o que dificulta a caracterização de um núcleo. A inserção de uma via que estruture a circulação ou o sistema romano em cruz evidenciam um centro. Em Florença, por outro lado, a introdução de pequenas ruas intermediárias e alguma variação na retícula inseriu contraste na hierarquia do sistema. Assim, o núcleo integrador foi deslocado da esfera central para a área das três praças.

A combinação entre a retícula clássica, a praça cívica e os edifícios institucionais acabou se tornando uma fórmula - que se equacionava de acordo com as características do terreno e as condições preexistentes - empregada em centenas de cidades da Europa medieval. Eram variações sobre a mesma temática. As soluções *ad hoc* dependiam da inter-relação entre estes componentes, sempre equilibrando a contribuição de cada um e gerando um desenho urbano conciso e acabado.

Cidades como Wodnian, Unicok, Klattau e Pilsen, na República Tcheca, foram exemplos de arranjo deste conjunto de elementos urbanos. Em Wodnian, a igreja era um edifício quarteirão, assim como em *Santa Maria del Fiore*, isolado em todos os lados. Solução comum a este tipo de construção, que lhe imprimia maior importância, muito aplicada no Brasil colonial. Estava em um dos vértices do largo, de onde se avistava a absíde e o campanário, o adro voltava-se para o sentido inverso. O palácio municipal confundia-se com as construções, fachadas de arquitetura bastante semelhante, apenas ligeiramente maior, no lado oposto do largo. A rua principal cortava a cidade atravessando à frente da fachada do edifício municipal. Outra rua importante ligava a igreja à outra fachada da prefeitura.

Em Unicov a mesma órbita entre a igreja e a prefeitura. Porém, aqui o templo estava totalmente insulado. Um quarteirão formado por um dos lados da praça isolava-o da igreja. Já a prefeitura posicionava-se no centro do largo trapezoidal,

configuração incomum entre os portugueses e quase inexistente no Brasil, onde o palácio estava sempre em um dos lados. Uma rua principal atravessava a cidade, no lado maior do trapézio, cruzando também um dos lados do largo da igreja.

Em Klattau, a igreja compartilhava a praça com o Palácio Municipal. Ambos se instalavam em um dos vértices do quadrado. A prefeitura possuía uma torre com relógio, como o mercado de Burges, conhecida como “Torre Negra da Prefeitura”. A torre fazia contraponto com os campanários da igreja. Esse arranjo com o templo e o palácio no mesmo terreiro é o mesmo testemunhado na praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro.

Em Pilsen a Catedral de São Bartolomeu localiza-se no centro da atual Praça da República, conhecida também como Praça do Mercado. É um caso típico da reunião entre município, religião e mercado no mesmo espaço, à maneira Antiga. As quatro ruas formadas a partir dos lados do retângulo são iguais em importância. A malha urbana é regular e homogênea como nas colônias romanas.

### 2.2.3. AS NOVAS CIDADES PLANEJADAS E OS TRAÇADOS REGULARES

A partir do século XII iniciou-se na Europa um processo de construção de cidades *ex novo*. Este planejamento calcava-se fundamentalmente na quadrícula Antiga. Esta característica permitia, como na Antiguidade, maior rapidez na ocupação, defesa e posterior desenvolvimento.

Surgem na França as bastidas, vinculadas à crescente produção agrícola. Apresentam, via de regra, o retorno do traçado regular e ortogonal. Dois largos, um destinado ao mercado e ao palácio, outro à catedral; o castelo, quando existia, estava isolado numa colina fortificada, na qual é irresistível a comparação com as relíquias citadinas que representavam as acrópoles gregas, assumidamente contrastantes com o novo cenário planejado. Villeneuve Sur-Lot, Montpazier, Ste. Foy-La-Grand, Flint e Villefranche são exemplos deste retorno a planificação rigorosamente reticulada. A mesma tendência manifesta-se na Espanha, as novas vilas de traçado ortogonal perfeito e a praça central dominada pelo palácio multiplicam-se

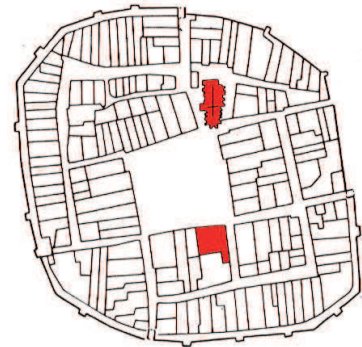


Fig. 144. A Catedral e a Câmara Municipal de Wodnian (República Tcheca). Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 145. A praça cívica de Wodnian. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 146. A Catedral e a Câmara Municipal de Klattau (República Tcheca). Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 147. As torres da Catedral e da Câmara Municipal de Klattau. Fonte: Panoramio (2011).

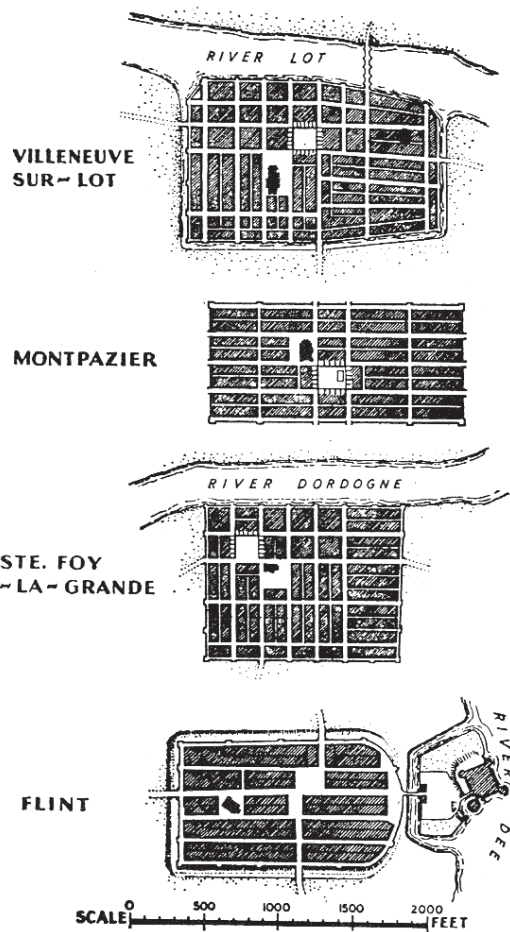


Fig. 148. Plano das cidades francesas de traçado regular (bastidas). Fonte: Goitia 1992)

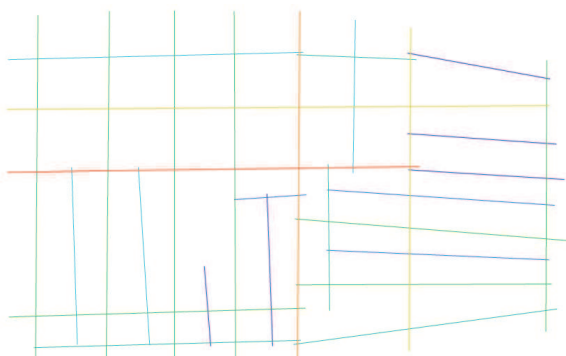


Fig. 149. Mapa axial do centro de Villeneuve-Sur-Lot.

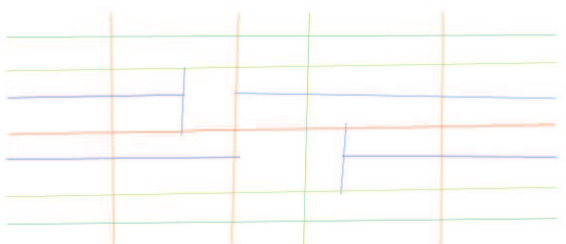


Fig. 150. Mapa axial do centro de Montazier.

a exemplo de Villareal, Villanueva, Castellon e Brieviesca. O trabalho de ocupação e urbanização espanhola iria, quatro séculos depois, ser largamente aplicado e testado nas colônias americanas.

Em Villeneuve-sur-Lot o sistema viário estava claramente estruturado sobre uma armação em cruz. O eixo de integração atravessava as duas praças no centro da cidade. O outro eixo cortava apenas uma delas, se aproximando de quarteirões próximos à igreja. O traçado era rigorosamente regular, formado por quadrados e retângulos, um conjunto praticamente todo ortogonal. O mesmo arranjo se repete em Montpazier. Neste caso ainda mais rígido que o anterior. O resultado obtido no sistema viário é o mesmo. A mesma relação entre as praças e o restante da cidade. Sobre as isovistas os resultados também eram equivalentes. As áreas de maior visibilidade coincidem precisamente com o cruzamento dos eixos de integração. Interessante observar que nestes casos a rua se tornava mais visível do que o largo propriamente dito. O centro tornava-se menos visível do que seus lados, aumentando a visibilidade das fachadas dos edifícios que formavam a praça.

Com o desenho urbano semelhante, porém com resultados em termos de acessibilidade bastante diversos era a cidade de Foy-La-Grande. Neste caso não é identificável um núcleo de integração. Os eixos principais estavam deslocados em relação aos largos. O eixo de integração atravessava a rua por detrás dessa área. A excessiva regularidade, ao exemplo de Timgad, anulava qualquer possibilidade de hierarquização das vias. Não havia gradação na disposição das ruas, vias principais cortam vias bastantes profundas e vice-versa. Não havia qualquer relação entre as isovistas e as vias mais acessíveis. Por outro lado, é palpável que a quadrante mais visível do conjunto coincide com a interseção das duas praças. Logo, as duas vias que se cruzam nesta interseção, embora menos acessíveis, são as “principais” da composição urbana.



### 2.3. A INFLUÊNCIA ISLÂMICA SOBRE O TECIDO URBANO

A partir da segunda metade do século VII os povos árabes iniciaram o processo ocupação na costa do Mediterrâneo, numa região dominada pelo Oriente Helenístico (Alexandria, Antioquia, Damasco e Jerusalém), e se estenderia até a península Ibérica em 711<sup>31</sup>. Segundo Goitia (1992, p. 61):

Durante o segundo quartel do século VII, Maomé, o “último” dos profetas, levantou um movimento confessional nos desertos da Arábia com tal força expansiva que envolveu no seu impulso todo o oriente do Mediterrâneo até a Índia, todo o Norte de África, Sicília e Sardenha e quase toda a península Ibérica.

O modo de fazer cidades do povo Árabe era muito diverso daquilo que vinha sendo desenvolvido na Alta Idade Média, no território ocupado. Eram regiões que vinham de uma tradição urbana da Antiguidade Clássica e de povos germânicos. Essa diferença em muito se credita à cultura religiosa do Islã, como descreve Goitia (1992, p. 70) nesta classificação entre os três tipos:

Entre a cidade a *pública*, a *polis* grega, a *civitas* romana e a cidade *doméstica* do mundo germânico, temos outro tipo de cidade islâmica, a que chamamos *privada*.

Benevolo (2005, p. 225-226) destaca o condicionamento árabe ao hábito religioso:

A simplicidade do novo sistema cultural, que está contido no Alcorão, produz uma redução nas relações sociais.” Em seguida distingui dois tipos de edifícios públicos que concentraram a vida coletiva: os banhos, que corresponderiam às termas romanas e as mesquitas que não teriam correspondente no mundo clássico tanto em relação aos templos pagãos, quanto às igrejas cristãs.

Outro aspecto levantado por Benevolo<sup>32</sup> é a ausência de regularidade em grande escala. Por outro lado, o aglomerado urbano apresentava-se como um organismo compacto.

Segundo Goitia (1992, p. 11):

Na cidade islâmica tão pouco existe a praça como elemento de relação pública. A função da praça é



Fig. 151. Acima: uma rua de Málaga (Espanha); abaixo: uma rua da Medina de Fez (Marrocos). Fonte: Goitia (1992).

31 BENEVOLO, op. cit., p. 223.

32 BENEVOLO, op. cit., p. 226.



Fig. 152. A cidade de Gardaia, na Argélia (fundada em 1035). No centro, a mesquita. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 153. O traçado sinuoso de Toledo (Espanha). No centro a antiga mesquita encontra-se ocupada pela Catedral.



Fig. 154. Palermo (Espanha, fim do séc. XVI). Pode-se reconhecer o traçado sinuoso da cidade árabe, cortado pelas diversas ruas retilíneas espanholas e circundado pelos bairros modernos em forma de tabuleiro. Fonte: Benevolo: (2007).

exercida também por um pátio, neste caso pelo pátio da mesquita. Mas como não se trata agora de política, mas sim de religião, a sua função na vida social é muito diferente. Não estamos perante uma ágora para a discussão ou o exercício da dialética, mas sim perante um espaço de meditação religiosa [...]

Contudo, a contribuição árabe que se percebe nas cidades ocidentais, principalmente na Península Ibérica, e que, indiretamente, influenciou no entorno das praças europeias, está no tecido urbano homogêneo e a maneira de escolher seu território. Segundo TEIXEIRA (2010):

A civilização islâmica foi essencialmente urbana, tendo dado forma a um tipo de cidade com uma estrutura uniforme, apesar da sua aparente desordem. As interpretações da cidade islâmica que a caracterizam pela ausência de ordem e de planeamento resultam da sua comparação com a cidade romana de colonização, onde essa ordem é muito mais aparente para os olhos ocidentais.

[...]

Os muçulmanos tinham preocupações com a escolha do sítio para a implantação das suas cidades, que só se construía em locais de águas não poluídas, com boas terras para cultivo e boa qualidade do ar. Eram características da cultura urbana muçulmana, que ainda permanecem inscritas nos espaços urbanos de muitas cidades portuguesas [...]

Mesmo que mais uniformes, com uma partição menor de zonas, o tecido urbano islâmico apresentava centros no qual orbitavam as áreas residenciais. Morris<sup>33</sup> menciona a medina fortificada onde estavam contidos a mesquita, o mercado central e um complexo comercial cercados por bairros residenciais. Acrescenta ainda que os assentamentos que se estendiam para além desse limite constituíam sua própria mesquita e mercado.

33 MORRIS op. cit., p. 164.

TABELA 2  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	FLORENÇA	FOY- LA- GRAND	LÜBECK	MOMTPAZIER	VILLENEUVE - SUR-LOT	BRUGES
ÁREA	712.105	116.310	134.972	94.104	152.074	110.541
ILHAS	508.728	78.376	94.104	75.856	91.435	79.572
VAZIOS	203.377	37.934	40.868	18.248	60.639	30.969
(y/A)	28,6%	32,6%	30,3%	19,4%	39,9%	28,0%
(y/B)	2.795	1.633	2.614	1.764	1.385	642
RRA	1,21	1,20	1,17	1,64	1,92	1,01
INT	0,28	0,33	0,27	0,27	0,26	0,30

\* Para definição dos coeficientes da primeira coluna ver tabela 1.

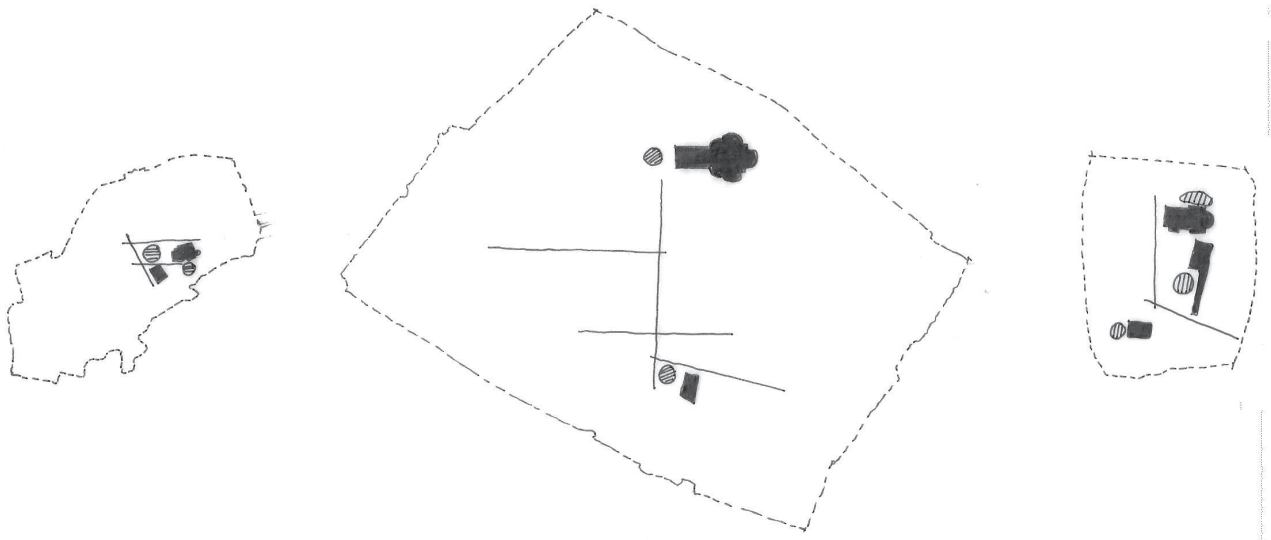


Fig. 155. Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Da esquerda para direita: Bruges, Florença e Lübeck.

## 2.4. AS CIDADES PORTUGUESAS

### 2.4.1. AS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS E A INFLUÊNCIA RENASCENTISTA

O processo de retomada dos territórios ocupados pelos árabes em Portugal estava associado à construção de planos *ex novo* e à reorganização político-econômica do reino<sup>34</sup>. Em Portugal, o planejamento associado ao processo de retomada dos territórios ocupados pelos árabes, teve características diferentes dos modelos franceses e espanhóis, a quadrícula não era tão evidente. Muitas vezes não existia uma praça central, substituída pelos rossios próximos às portas das cidades, podendo ser intra e extramuros, tradição comum aos Mouros. O momento de propulsão do desenvolvimento das cidades medievais portuguesas começa após a Reconquista e a remodelação das cidades ocupadas pelos Árabes.

De acordo com Teixeira<sup>35</sup>, Viana do Castelo é um exemplo de cidade medieval de traçado regular, fundada após a Reconquista (segunda metade do século XIII e princípio do século XIV), posteriormente beneficiada pelos processos de reestruturação decorrentes do comércio marítimo (entre os séculos XV e XVI). Observando-a comparativamente às cidades de traçado regular estudadas até aqui, pode-se também afirmar que o tecido urbano é razoavelmente heterogêneo, embora partindo de uma concepção geométrica de retângulos e ruas ortogonais. Os quarteirões variam significativamente de dimensões e formatos, o mesmo pode-se dizer das ruas, ora estreitas, ora largas. O núcleo fortificado, de forma circular, não possuía uma praça específica, a câmara municipal localizava-se extramuros. Nota-se uma liberdade maior para definir o desenho urbano de acordo com necessidades locais de defesa, produção comercial e administração. A cidade, embora mantivesse o programa de edifícios institucionais: religioso, comercial e administrativo, como um sistema completo, distribuía-se no território de maneira mais eventual.

34 TEIXEIRA, op. cit.

35 TEIXEIRA, op. cit.



Fig. 156. A Câmara Municipal de Viana do Castelo. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 157. A Igreja Matriz de Viana do Castelo. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 159. Mapa de Viana do Castelo, em 1758. Fonte: Teixeira (2010).

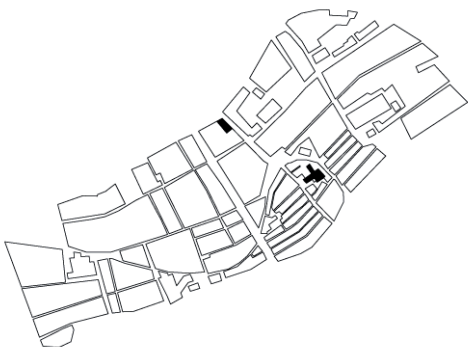


Fig. 158. Mapa atual de Viana do Castelo, esc. 1/2000.

Na parte mais elevada do território foi posicionado o Santuário de Santa Luzia, isolado se destaca de todas as edificações na paisagem urbana. Um destaque comum às construções de cunho religioso em Portugal, que terá reflexos profundos nas cidades e vilas do Brasil colonial.

Observando o mapa de axialidade da cidade atualmente observa-se que, mesmo sem uma praça que demarque o núcleo de integração, este se conforma no centro da cidade, e a hierarquia do sistema viário fica clara. Acentua-se gradativamente a acessibilidade à medida que se aproxima das ruas do centro. O eixo de integração é a rua mais larga (atual Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, que desemboca no região do cais), próxima ao Paço Municipal, que por sua vez é servido pela segunda via mais acessível do sistema, que conecta a Praça da República à Catedral da Sé. Ou seja, a estrutura urbana dos espaços da municipalidade e religioso mantém-se sob um tecido urbano mais diversificado, distribuído de uma maneira menos clássica.

Observando o mapa da cidade em 1758 e sua condição atual, não há um contraste evidente no tecido urbano que defina os espaços da municipalidade e da igreja, ambos acanhados. Os maiores vazios são espaços residuais entre as variadas figuras geométricas que formam os quarteirões. O próprio Terreiro do Paço localizava-se originalmente extramuros. Observando o mapa de isovistas sobre o tecido urbano atual, a área de maior visibilidade coincide com o moderno centro comercial da Praça 1º de Maio. Esta praça é servida por uma via de menor acessibilidade do que as duas anteriores, porém integrada em relação ao sistema completo. Daí pode-se aferir que a distribuição manteve-se equilibrada entre os elementos determinantes cívico, religioso e comercial.

De acordo com Teixeira<sup>36</sup>, Estremoz pertence ao conjunto de cidades em regiões fronteiriças que foram reestruturadas a partir dos métodos de fortificação correntes na segunda metade do século XVII, no período correspondente à Guerra da Restauração. As novas muralhas caracterizavam pela construção de baluartes, uma “cortina horizontal” capaz de defender com mais eficiência a

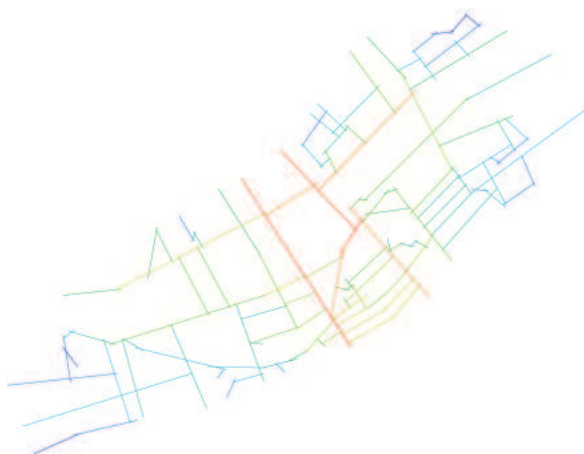


Fig. 160. Mapa axial de Viana do Castelo, esc. 1/2000.



Fig. 161. Mapa de isovistas de Viana do Castelo, esc. 1/2000.

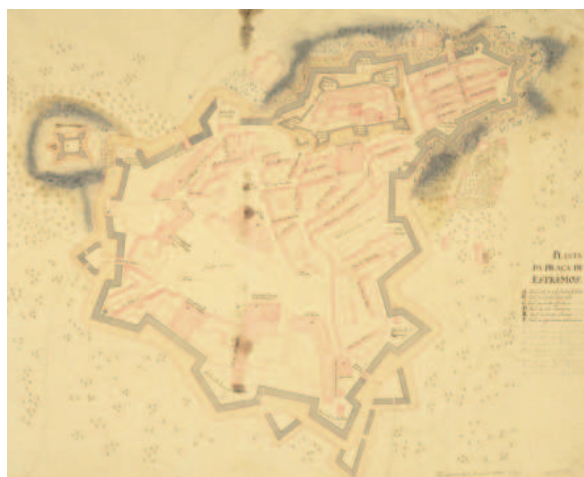


Fig. 162. Mapa de Estremoz (1758). Fonte: Teixeira (2010).

36 TEIXEIRA, op. cit.

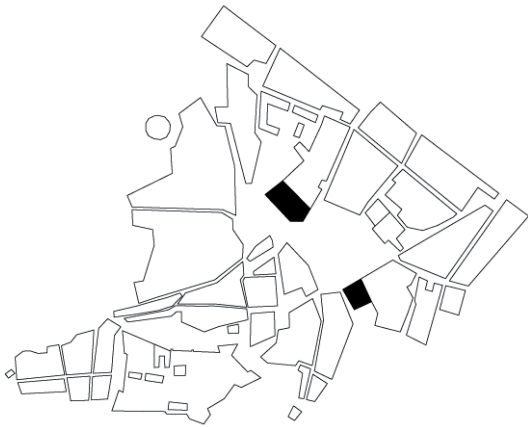


Fig. 163. Mapa atual de Estremoz, esc. 1/2000.

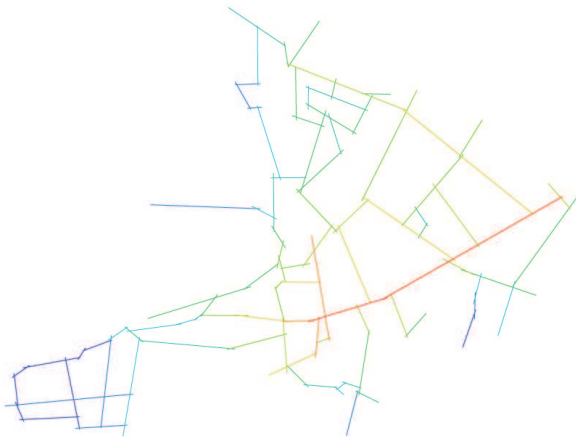


Fig. 164. Mapa axial de Estremoz, esc. 1/2000.

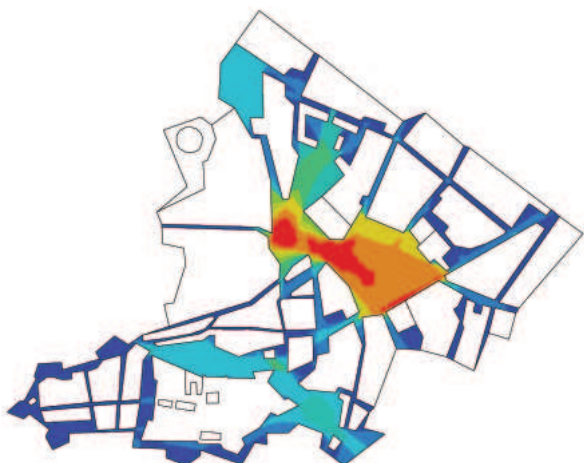


Fig. 165. Mapa de isovista de Estremoz, esc. 1/2000.

nova artilharia pirobalística composta de canhões e bombardas. Não era mais possível defender-se com as “cortinas verticais” típicas da Idade Média, desenvolvidas para obstruir os ataques de armas neurobalísticas de menor alcance como, o arco-e-flecha, a besta e a catapulta<sup>37</sup>.

O castelo foi locado na porção sudoeste da cidade sobre um promontório. Ficou fora do núcleo de circulação da cidade, isolado, como as antigas acrópoles, numa condição evidentemente defensiva.

A planta da cidade, assim como Viana do Castelo, era um híbrido de traçado regular com traçado eventual. Além das imposições do terreno, os quarteirões se moldavam também à forma determinada pela linha de muralha, gerando vazios irregulares. Três áreas se destacavam: a Fonte das Bicas, a Praça Luís de Camões, (antigo Pelourinho) e o Rossio Marquês de Pombal. Ao redor destes largos um grande número de igrejas e a Câmara Municipal. O eixo de integração, observando a condição atual da cidade, atravessa o Rossio, servindo diretamente ao edifício da Câmara Municipal, e do lado oposto, a Igreja de S. Francisco. Como em Viana do Castelo a hierarquia da acessibilidade se acentua gradativamente do perímetro para a praça no centro da planta da cidade. O Pelourinho é o local de concentração das vias de maior acessibilidade. As três manchas vermelhas do mapa de isovistas indicam as fachadas da Câmara Municipal, da Igreja de S. Francisco e a Fonte

37 MORI, Victor H. *ARQUITETURA MILITAR: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DO PORTO DE SANTOS*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 19-25.



Fig. 166. Convento dos Congregados e Câmara Municipal de Estremoz. Fonte: Panorâmio (2011)

das Bicas como os focos de maior visibilidade. Ou seja, a aparente liberdade das formas urbanas e a disposição dos edifícios está associada à ordenação tradicionalmente clássica das praças cívicas em relação à cidade.

Ainda no mesmo conjunto de cidades fronteiriças reestruturadas estão Caminha e Monção. Segundo Teixeira (2010):

A intervenção seiscentista, através da construção do novo sistema defensivo, veio consolidar e ordenar o tecido urbano existente, definindo hierarquias no seu traçado e reforçando a funcionalidade dos espaços públicos.

Em Monção, como foi observado nas cidades anteriores, não houve destaque, em termos de dimensões, à praça da Câmara Municipal. A área central ficou com a Igreja da Misericórdia. Por outro lado, retirando-se da configuração espacial os dados de acessibilidade observa-se uma relação forte da malha urbana com a praça cívica. Deslocada do núcleo de integração formado pela região da Igreja da Misericórdia, estava a ela conectada por uma via de integração maior do que aquelas que compõe a trama ao seu redor. Por mais que fosse apartada da área central e acanhada em relação ao seu entorno o sistema viário, demonstra um bom fluxo em relação à Câmara. Esta via também ligava a Câmara à Igreja da Matriz, mantendo o modelo histórico de associação entre estes tipos de edifício e a importância do conjunto.

Esta importância apontada pela malha viária somente não pode ser observada quando confrontada com o mapa de isovistas. A praça da municipalidade está absolutamente confinada e a matriz não menos. Toda a atenção visual se volta para



Fig. 170. Câmara Municipal de Monção. Fonte: Panorâmio (2011).



Fig. 167. Igreja de São Francisco, em Estremoz. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 168. Mapa de Monção (1758). Fonte: Teixeira (2011).



Fig. 169. Vista aérea atual de Monção. Fonte: Google Earth (2011).

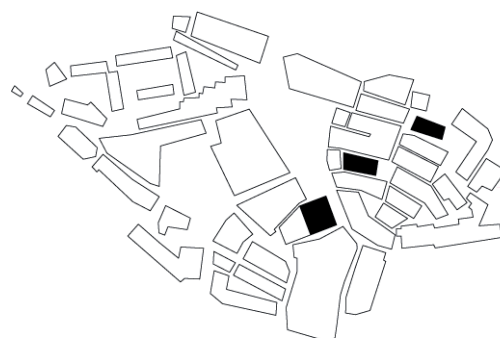


Fig. 171. Mapa atual de Monção, esc 1/1000.

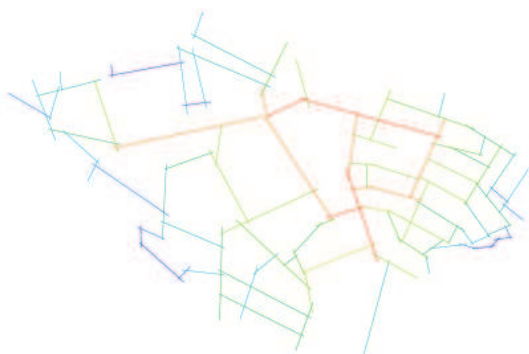


Fig. 172. Mapa axial de Monção, esc. 1/1000.

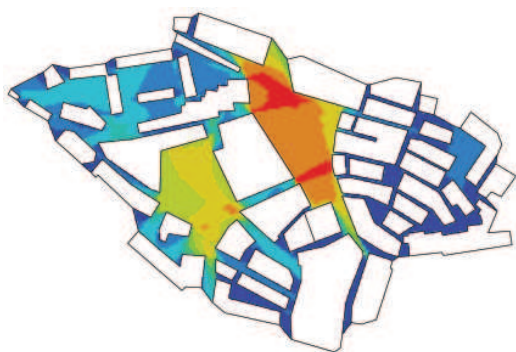


Fig. 173. Mapa de isovistas de Monção, esc. 1/1000.



Fig. 174. Vista da Praça Deu-La-Deu, em Monção. Ao fundo, a Igreja da Misericórdia. Fonte: Panorâmio (2011).



Fig. 175. Mapa de Braga, em 1594. Fonte: Teixeira (2001).

a Praça Deu-La-Deu e a Praça da República. Na Praça Deu-La-Deu o núcleo de integração coincide com o apelo visual do espaço aberto, e, conseqüentemente, toda a atenção se volta para a Igreja da Misericórdia.

Além das cidades fronteiriças, de traçado mais livre, reestruturadas após a Reconquista, influenciadas e moldadas por hábitos mouros, Portugal também encerrou cidades de origem romana, de risco ortogonal reticulado. Évora, Beja e Braga são exemplos representativos. Segundo Teixeira<sup>38</sup>:

Subsistem vestígios mais ou menos evidentes de traçados romanos em algumas cidades portuguesas, nomeadamente em Évora, em Beja e em Braga, onde nalguns sectores se observam as marcas de uma estrutura regular ortogonal, de acordo com os modelos de referência do urbanismo colonial romano.

[...]

A tradição de regularidade da cidade romana vai ser uma componente importante da cultura urbana portuguesa por via erudita. A adopção de modelos racionais na cidade portuguesa é uma constante ao longo dos séculos, sempre associadas a acções de planeamento promovidas pelo poder. Encontramos esses modelos racionais nas cidades medievais planeadas dos séculos XIII e XIV, nas cidades e nas extensões urbanas planeadas, com influências renascentistas, dos séculos XVI e XVII, e nas cidades geometrizadas do Iluminismo do século XVIII. Na génese destes modelos racionais encontramos a deliberada reformulação teórica dos princípios urbanísticos romanos, reafirmados e consolidados nas culturas renascentista e iluminista.

Em Braga, ainda hoje, podem ser notados vestígios do *cardus e decumanos*. No mapa medieval, podem ser claramente identificados e a posição da Catedral da Sé, bem como do antigo Largo do Paço justapõem-se à posição original do fórum romano.

Novamente, os elementos principais do núcleo cívico se agrupam em espaços complementares, uma praça para a sede religiosa, outra para a sede administrativa. Neste caso e nos anteriores, os mercados se desenvolveram em locais diversificados da cidade, e não houve uma sede específica, com era comum na Inglaterra, Bélgica, Alemanha e França. Talvez pela influência moura os merca-

38 TEIXEIRA, op. cit.



dos se desenvolviam próximos aos muros e portas da cidade, em espaços residuais não construídos. O Mercado do Peixe localizava-se no quarteirão ao lado do arco da porta nova, o Mercado de Forragens estendia-se ao longo da Rua da Erva, que unia o Largo de São Paulo ao Rossio da Sé, o Mercado de Olarias situava-se em frente à fachada sul da Sé<sup>39</sup>.

A igreja no centro da cidade era o edifício principal e o paço um apêndice. As ruas de maior integração, neste caso, são periféricas ao núcleo. Há uma branda relação com as antigas vias romanas, bastante transfiguradas pela irregularidade e liberdade do traçado português. Contudo, esta fraca relação fez com que a via que serve o largo do paço fosse a rota de maior acessibilidade cortando o centro da cidade.

Já a inclusão da nova Câmara Municipal foi privilegiada pela linha mais acessível do sistema, servindo à fachada oeste. Do lado oposto desenvolve-se o largo, conectado ao Rossio da Sé por uma rua de baixa acessibilidade. Talvez seja esta a característica mais marcante do sistema: a baixa acessibilidade da via de conexão entre a praça da municipalidade e a religiosa.

Em Beja é importante notar o núcleo deslocado do centro geométrico (considerando o perímetro dos muros da cidade) formado pelo conjunto: castelo, catedral e câmara. O castelo está posicionado

39 RIBEIRO, Maria do C. S. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para leitura da evolução da paisagem urbana*. 2008. 600p. Dissertação (doutorado) - Universidade do Minho, p. 440.



Fig. 179. A Catedral da Sé de Braga. Fonte: Panoramio (2011).

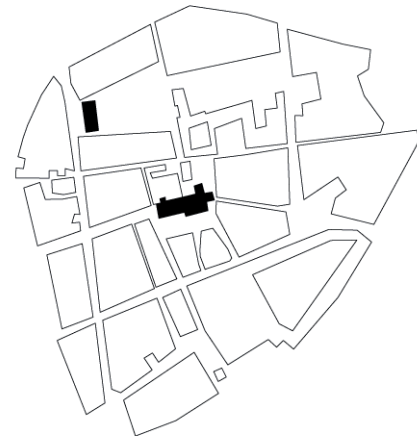


Fig. 176. Mapa atual de Braga, esc. 1/750.

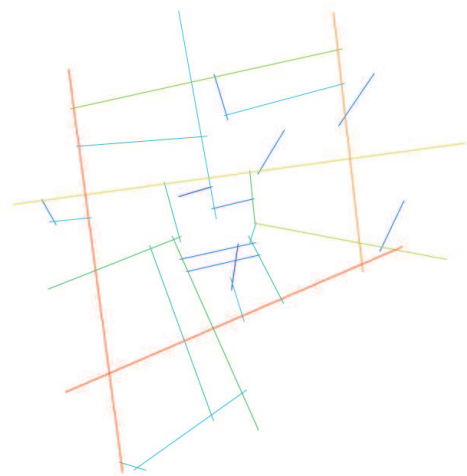


Fig. 177. Mapa axial de Braga, esc. 1/750.

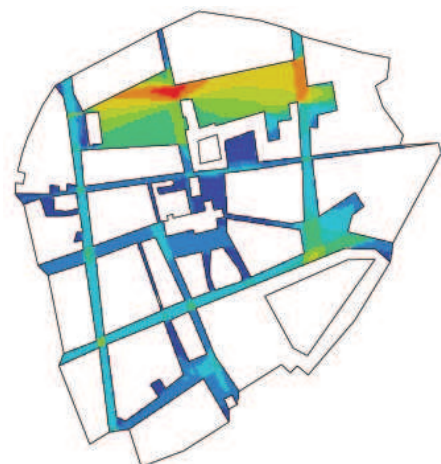


Fig. 178. Mapa de isovistas de Braga, esc. 1/750.



Fig. 180. A Câmara Municipal de Braga. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 181. Vista aérea do centro de Beja. Fonte: Google Earth (2011).

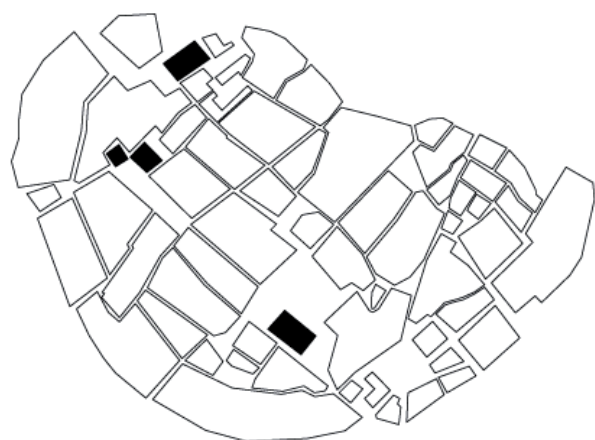


Fig. 182. Mapa do centro de Beja, esc. 1/750.

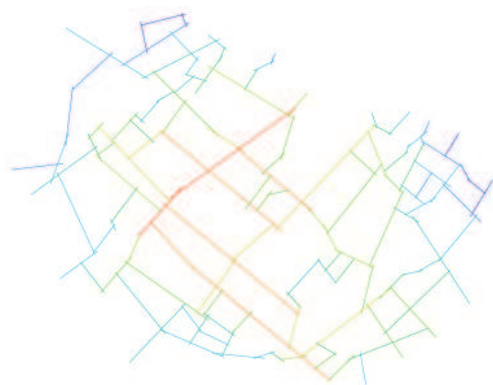


Fig. 183. Mapa axial de Beja, esc. 1/750.



Fig. 184. Mapa de isovistas de Beja, esc. 1/750.

numa pequena elevação do território, à maneira tradicionalmente defensiva das fortificações. Uma particularidade é a coexistência da Igreja da Misericórdia ao lado da Câmara Municipal (na Praça da República), formando uma das esquinas da praça. O edifício municipal, ainda que posicionado de maneira singular na praça, exerce papel coadjuvante na paisagem urbana.

O traçado romano foi alterado de tal maneira que a homogeneidade corriqueira no sistema viário reticulado transformou-se numa hierarquia voltada para o centro da cidade. As áreas periféricas definem bem o término de um sistema, ficando gradativamente menos integradas a medida que se afastam do interior. Conquanto o centro não seja a área cívica especificamente, aí ficou a Igreja de Santa Maria. A via de integração passa por um dos lados menores da Praça da República e se conecta à Sé por outras vias, formando uma interação nítida entre a sede religiosa e cívica. É um arranjo bastante incomum, no qual o núcleo integrador entremeia as duas praças, não estando nelas propriamente ditas.

Comparando o mapa axial com o de isovistas, percebe-se que a relação entre as praças religiosa e cívica se perde. Tanto a Câmara Municipal quanto a Catedral da Sé ficam em segundo plano, um tanto quanto confinadas. A atenção é digressionada para a praça da igreja de Santa Maria. Não há no traçado português a mesma preocupação dos exemplos anteriores em manter uma hierarquia rígida dos elementos no núcleo da cidade. Há, isto sim, um constante cuidado em destacar o templo religioso. Este, aparentemente, o mais importante e que irá, no Brasil colônia, ocupar lugar de evidência, tirando proveito não só do desenho das vias, mas dos terrenos mais elevados do território naturalmente acidentado.

Em Évora o traçado romano está ainda mais encoberto do que nas cidades anteriores. Pode-se, com algum custo, reconhecer o limite da malha romana contornada por um plano radial. Os quarteirões são constituídos de porções divididas por vias que se desenvolvem na direção periferia centro. A área central é formada por três praças: Praça de Sertório (Câmara Municipal), Jardim do Templo de Diana (Catedral da Sé) e Praça do Giraldo (Igreja de Santo Antão).

Observando a morfologia logo é possível perceber que a relação do sistema viário entre as praças não é imediata. O encadeamento se faz por ruas em segmentos de reta, reunidos em movimento sinuoso. Esta ordenação tem reflexos diretos sobre a circulação e os ângulos visuais do sistema urbano. O núcleo de integração, peculiarmente, se desloca do centro geométrico para a porção oeste da área. O setor central, dominado pela Sé, é o segundo na escala de acessibilidade. O principal é formado pela Igreja de São Antão. O eixo integrador conecta as três praças. A Praça da Sé é servida diretamente por ele e as outras duas indiretamente, sendo o terreiro do edifício municipal o de menor acessibilidade. A Sé está localizada sobre uma suave elevação do território, o que lhe confere uma condição de realce sobre as outras construções, mais uma vez aparece a prevalência das igrejas sobre a arquitetura civil.

O mapa de isovistas reflete a desvalorização do terreiro municipal, mais uma vez enclausurado. O destaque fica com a Praça da Sé, a Igreja de São Antão, o Largo dos Colegiais (em frente à Universidade de Évora) e o Teatro Garcia de Resende. Não há relação algum entre o núcleo de integração e estes ambientes de maior visibilidade. Com exceção de um pequeno trecho do lado norte do Jardim do Templo de Diana, limítrofe às fachadas do largo, não há coincidência entre os eixos de maior acessibilidade com os ambientes mais expostos visualmente, contraditoriamente, estes eixos estão em áreas confinadas.

Dos exemplos portugueses, algumas peculiaridades podem ser ressaltadas, e que vão influir nas cidades fundadas no Brasil colônia:

- a) O traçado híbrido (irregular e o reticulado).
- b) As igrejas nas áreas de maior visibilidade.
- c) Fortes posicionados nos pontos mais altos do território.
- e) Coesão entre a praça cívica e a praça da igreja matriz no núcleo de integração.
- f) A institucionalização do comércio no núcleo cívico.

São generalizações com maior ou menor presença, dependendo da cidade, que serão necessárias para avaliar o que foi construído pelos portugueses nas colônias ultramarinas. A praça cívica seria um elemento de confirmação do controle governamental na fundação das vilas e cidades



Fig. 185. Mapa de Évora, sem datação. Fonte: Teixeira (2010).



Fig. 186. Mapa atual de Évora. esc. 1/2000.

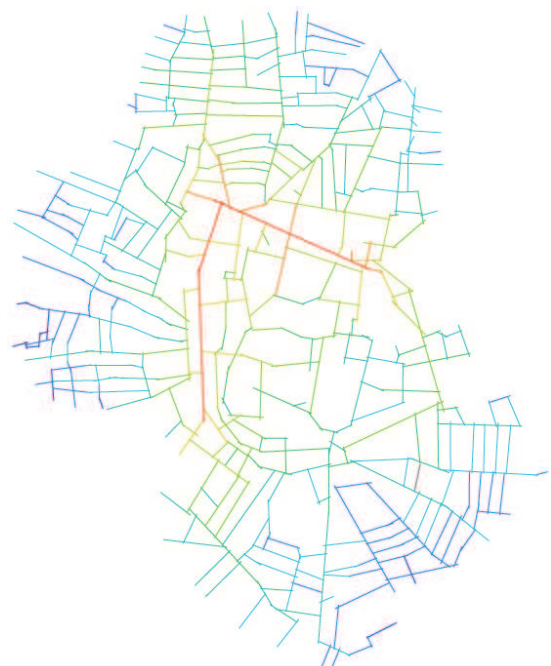


Fig. 187. Mapa axial de Évora, esc. 1/2000.



Fig. 188. Mapa de isovistas de Évora, esc. 1/2000.

coloniais. Estava diretamente associada à ideia de centralidade administrativa e de ordenação do espaço urbano. Segundo Reis e Barreto (1978, p. 110):

No Brasil, a sede da administração e da justiça foi a Casa de Câmara e Cadeia que, com as igrejas, figuram no primeiro plano da quadro de nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do país.



Fig. 189. A Igreja de Santo Antão, na Praça do Giraldo. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 190. A Catedral da Sé, no Jardim do Templo de Diana. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 191. A Câmara Municipal de Évora, na Praça do Sertório. Fonte: Panoramio (2011).

## 2.4.2. A PRAÇA MARCO DO EXPANSIONISMO PORTUGUÊS - A CONQUISTA ULTRAMARINA E O MODELO RENASCENTISTA.

A partir do século XV Portugal começou o processo de conquista de territórios insulares no Atlântico. A ocupação teve início pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores<sup>40</sup>. Tanto a ocupação de sítios habitados, quanto a fundação de novos assentamentos urbanos, passou a ser um novo campo de atuação para o urbanismo português. Esta atuação equilibrava o desenvolvimento teórico renascentista e a prática construtiva portuguesa. A cultura vernacular, os modelos renascentistas e a participação da Coroa aconteciam simultaneamente na implantação dos novos assentamentos. Segundo Teixeira (2010):

Na maior parte dos casos, as estruturas urbanas portuguesas construídas no contexto da expansão ultramarina não correspondiam a tipos puros de traçados. Nelas encontramos a síntese de padrões urbanos de origem vernácula e erudita, de referências medievais sintetizadas com ideais renascentistas. Os diferentes modelos de cidade eram adotados conforme a sua adequação às condições políticas e económicas que haviam conduzido à sua fundação.

A participação Coroa foi determinante na aplicação dos modelos de renascentista, dentre outras, nas cidades que seriam as capitais do Brasil. Segundo Teixeira (2010):

Os traçados das primeiras cidades do Brasil, construídas no século XVI sem intervenção directa do poder real, tinham as suas raízes na tradição vernácula, adequada a uma política de ocupação do território feita lentamente pelos donatários, a quem era permitida a fundação de novas vilas onde o desejassem, se construídas ao longo da costa ou nas margens de rios navegáveis, ou separadas de pelo menos seis léguas, se construídas no interior. Pelo contrário, quando as cidades eram construídas sob os auspícios da corôa, eram adotados modelos de cidades regulares – num primeiro momento, modelos de cidades medievais planeadas e, mais tarde, modelos teóricos de cidades ideais renascentistas.

De meados do século XVI a meados do século XVII foram fundadas no Brasil seis cidades, promovidas directamente pela Corôa portuguesa: Salvador da



Fig. 192. Mapa de Funchal, na Ilha da Madeira (1570).  
Fonte: Teixeira (2010).



Fig. 193. Mapa de Horta, na Ilha dos Açores (1804). Fonte: Teixeira (2010).



Fig. 194. Mapa de Angra, na Ilha dos Açores (1595). Fonte: Teixeira (2010).



Fig. 195. A Catedral da Sé, na Ilha dos Açores. Fonte: Pano-ramio (2011).

40 TEIXEIRA, op. cit.



Fig. 197. Mapa de Filipéia de N. S. das Neves, João Pessoa (Paraíba, ca. 1640). Fonte: Reis (2001).



Fig. 196. Mapa de Salvador (1624). Fonte: Reis (2001)



Fig. 198. Mapa do Rio de Janeiro (1712). Fonte: Reis (2001).



Fig. 199. Mapa de Belém (1753). Fonte: Reis (2001)

Bahia de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, São Luis do Maranhão, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, Nossa Senhora de Belém. Estas cidades eram de maior dimensão que as outras vilas e cidades fundadas por iniciativa dos donatários, eram planeadas e construídas por arquitectos e engenheiros militares, e a maior parte delas adoptava traçados regulares. Estes traçados urbanos regulares, inspirados nos ideais urbanos renascentistas cumpriam da forma mais adequada os objectivos políticos de controle do território, de controle do processo de colonização e de afirmação do poder real que estavam por detrás da fundação destas cidades.

Nas ações de urbanização o traçado da cidade, bem como a forma e a locação dos edifícios, sofriam forte influência de fatores militares, principalmente nos assentamentos costeiros, vulneráveis aos ataques estrangeiros. Posteriormente, eram estabelecidas as sedes administrativa e religiosa. Estas duas podiam ser inicialmente extramuros, porém acabavam sendo abarcadas pelo avanço dos muros, para o interior da região fortificada. Já os fortes propriamente ditos, bem como as praças de armas, posicionavam-se em áreas estratégicas para defender o núcleo urbano estabelecido. Eram utilizadas as regiões altas para localização dos fortes e as baixadas para a construção do núcleo urbano. As praças cívicas tinham caráter essencialmente urbano e dividiam com a praça de armas a função de domínio do território. Segundo Teixeira (2010):

As portas da cidade, sempre em número reduzido por razões de defesa, estabeleciam hierarquias de ruas. Aquelas que davam acesso a essas portas eram as vias principais, em termos militares e em termos da estrutura do burgo. A Praça de Armas, local de exercício e de reunião dos regimentos militares, constituía outro elemento importante da estrutura urbana. Idealmente, deveria localizar-se no centro da cidade, de forma a permitir, a partir dela, um fácil acesso às portas e às muralhas. Em Portugal, estas praças localizavam-se muitas vezes em área livres, algumas ainda com um carácter rural, junto a edifícios militares. Geralmente, não ocupavam o centro do polígono e eram sempre independentes das praças urbanas com funções administrativas ou religiosas, destinadas a usos civis.

A hierarquia das ruas já começava a ser estabelecida a partir da definição das portas da cidade e, como ocorria nas colônias romanas e nas cidades

gregas de traçado hipodâmico, havia uma tendência em arranjar a praça (cívica ou religiosa) no cruzamento entre as ruas de acesso às portas da cidade. A liberdade do desenho urbano português em adaptar-se às condições locais acabou gerando variações sobre esta estrutura primária, resultando em formas não rígidas, mas mantendo a hierarquia em relação às portas e a praça.

Na capital da Metrópole, Lisboa, o Terreiro do Paço debruçava-se sobre as margens do Rio Tejo na região da baía, o que seria uma constante nas colônias costeiras, não foi diferente nas capitais Salvador, Rio de Janeiro e Belém. Estas cidades nasciam com um pequeno núcleo urbano, onde havia a sede administrativa e a igreja; fortes localizados ao longo da costa, em elevações do relevo; a fortificação por muros e baluartes e um sistema de vias que ligavam estes pontos. As vias principais passavam pelas portas da cidade e ao longo delas se desenvolvia o comércio e as áreas residenciais. Segundo Teixeira (2010):

As cidades da Ribeira Grande, na ilha de São Tiago em Cabo Verde, povoada desde 1462, e a de Santo António, na ilha do Príncipe em São Tomé, povoada desde o início do século XVI, apresentam traçados que seguiam de perto a estrutura do território. Ambas as cidades se localizavam em baías, desenvolvendo-se para o interior ao longo de ribeiras. Na cidade da Ribeira Grande, sensivelmente a meio de um caminho ao longo da praia que acompanhava a curvatura da baía, e que ligava dois fortes construídos nos seus extremos, abria-se um largo onde se veio instalar o pelourinho e os edifícios municipais. É a partir deste largo que a cidade se desenvolve para o interior, através de duas ou três ruas que acompanham o percurso da ribeira que dá o nome à cidade. No século XVII, um novo núcleo construído em torno da Sé apresentava já uma estrutura ortogonal. Na cidade de São Tomé, na ilha de São Tomé, encontramos igualmente um traçado com características idênticas às primeiras fases de desenvolvimento das cidades da Madeira e dos Açores. Um caminho ao longo da baía, constituía a estrutura fundamental da cidade, que posteriormente se desenvolveu para o interior, estruturada em sucessivas ruas longitudinais.

A Itália era o mais influente centro de irradiação da remodelação renascentista, sendo Florença o núcleo original<sup>41</sup> desta difusão. O principal modelo urbano foi desenvolvido pelo arquiteto florentino



Fig. 200. Mapa de Recife (1639). Fonte: Reis (2001).



Fig. 201. O Terreiro do Paço, em Lisboa (ca. 1598). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).



Fig. 202. Mapa de Ribeira Grande (Cabo Verde, África). Fonte: Teixeira (2010).

41 MORRIS, op. cit., p. 175.

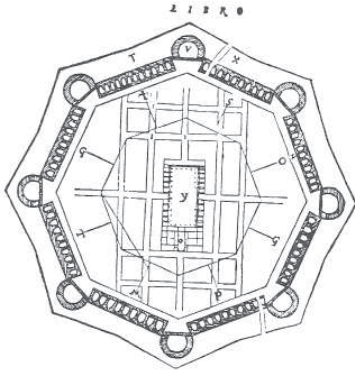


Fig. 203. O plano de Sforzinda, de Filareto. Fonte: Benevolo (2007).



Fig. 204. De cima para baixo, mapas de Chaul e Baçaim (Índia, 1733). Fonte: Teixeira (2010).

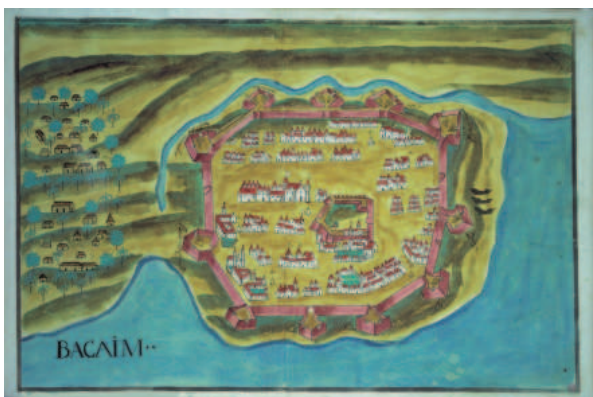


Fig. 205. Mapa de Baçaim, Índia, em 1639. Fonte: Teixeira (2010).

Antonio di Pietro Averlino, conhecido por Filarete, autor do livro *Architettonico*, no qual publica o plano ideal da cidade Sforzinda<sup>42</sup>. Este projeto, que nunca chegou a ser construído, tinha a geometria de um octagrama, desenhado a partir da sobreposição de dois quadrados. Dezesesseis ruas convergiam para uma praça central, onde ficava o Palácio do Soberano<sup>43</sup>. Este modelo foi exaustivamente estudado e reproduzido durante toda a Renascença. Com o ressurgimento de valores clássicos, os modelos, tanto na arquitetura quanto no urbanismo, começavam a se cristalizar e determinar padrões. Nesta época Portugal desenvolveu métodos de construção e tratados de arquitetura e o intercâmbio com a Itália se deu por meio do trabalho que vinha progredindo nas suas colônias ultramarinas. Segundo Teixeira (2010):

Portugal teve um papel importante no desenvolvimento da cultura renascentista. As ciências da matemática, da cosmologia e da geometria, fundamentais para a arte de navegar, eram também bases essenciais do espírito científico renascentista e tiveram expressão directa no pensamento e na prática urbanística. Os contactos de Portugal com o Renascimento italiano começaram ainda no final do século XV. Andrea de San Savino passou nove anos em Portugal, entre 1491 e 1500 a convite de D. João II. A partir daí, diversos arquitectos italianos, e de outras nacionalidades, foram chamados a trabalhar em Portugal e nas suas colônias ultramarinas em diversas partes do mundo.

[...]

Da mesma forma, tratados portugueses de arquitectura militar e urbanismo, baseados na grande experiência prática dos portugueses na fundação de cidades em todo o mundo, foram também escritos a partir da segunda metade do século XVI. Os primeiros tratados portugueses de arquitectura foram escritos por António Rodrigues, em 1575, e por Mateus do Couto, em 1631, não tendo ambos sido publicados. Meio século mais tarde, em 1680, era publicado por Luis Serrão Pimentel o “*Methodo Lusitânico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares e Irregulares*” e em 1728, por Manuel de Azevedo Fortes, “*O Engenheiro Português*”.

A formação de arquitectos e engenheiros era de início essencialmente prática, realizada nos estaleiros de grandes obras como o mosteiro da Batalha, o convento de Tomar ou o mosteiro dos Jerónimos. Os arquitectos, portugueses ou estrangeiros, que

42 HAROUEL, op. cit., p. 45.

43 HAROUEL, loc. cit.



orientavam essas obras eram simultaneamente os mestres de numerosos aprendizes, que eram posteriormente graduados em pedreiros ou mestres de obras através da realização de um trabalho prático. Muitas vezes estes Mestres eram chamados a trabalhar noutros locais. Primeiro o norte de África, depois a Índia e mais tarde o Brasil passaram a fazer parte de um percurso profissional, por vezes de anos, que constituía uma segunda escola de formação prática.

[...]

A partir da Restauração, com a premente necessidade de fortificar as cidades portuguesas, é fundada a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, ou Aula da Ribeira, que iria oficializar o título de engenheiro militar. Outras academias à imagem da Aula da Ribeira seriam também fundadas no Brasil, na Baía, no Rio de Janeiro, no Maranhão e no Recife.

As estruturas construídas pelos próprios colonos em um momento inicial foram posteriormente absorvidas pelo plano regular das cidades medievais e pela adoção de técnicas modernas de fortificação. Os modelos renascentistas ainda não sistematizados são experimentados nestas novas colônias, que têm como característica a proximidades às baías, que auxiliam a defesa e a entrada para o porto da cidade. As cidades se desenvolviam linearmente ao longo da costa unindo antigos núcleos povoados, de onde se estabelecia uma rua principal, que atravessava a cidade fortificada, necessariamente passando na praça cívica. O pelourinho, instrumento jurisdicional para a prática de tortura, instalado no centro da praça, em frente à câmara ao no adro das igrejas, era o símbolo de autoridade do Estado. Segundo Murillo Marx (1980, p. 22):

Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e, polinuclear, tem um contorno indefinido.

Sendo polinuclear, pode-se perceber em Salvador, Belém e Rio de Janeiro que os centros marcados pela presença de colégios eclesiásticos, mosteiros e igrejas, de certa forma orbitavam ao redor de um centro cujo sistema viário convertia, próximo da Sé e da Casa de Câmara e Cadeia. No caso de Salvador e Rio de Janeiro um edifício da Casa da Moeda na praça cívica, próximo ao porto e, em Belém, distante do núcleo cívico, mas próximo ao porto.

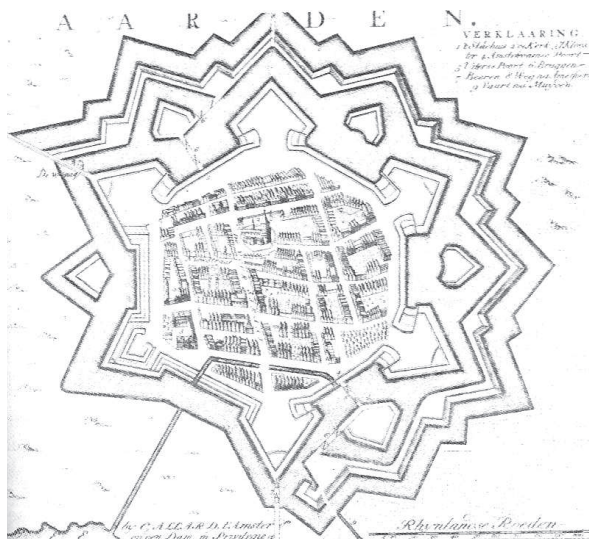


Fig. 206. Cidade fortificada de Naarden (Holanda). Traçado de Paen e Dorstan, (1673). Fonte: Morris (1998).



Fig. 207. Plano para fortificação de Belém, de Gaspar Gronsfeld (1773). Fonte: Reis (2001).

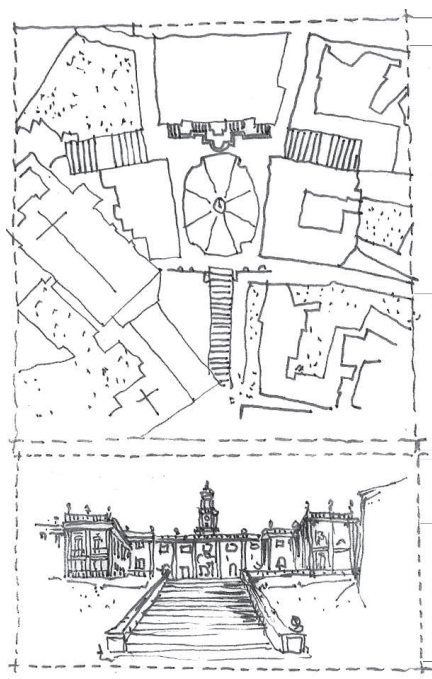


Fig. 208. O Capitólio de Roma (Michelangelo, séc. XVI). Fonte: Spreiregen (1973).

### 2.4.3. A PRAÇA MONUMENTO - O ILUMINISMO E A RECONSTRUÇÃO DA BAIXA DE LISBOA.

Do humanismo renascentista ao Iluminismo, a valorização das coisas profanas sobre a divina teve reflexos sobre a arquitetura e o desenho urbano. A monumental arquitetura urbana do Barroco, dedicada aos edifícios sacros, como a Basílica de São Pedro, no Vaticano e a Catedral de São Paulo, em Londres sede lugar às praças reais do Neoclassicismo. Denominação utilizada por Harouel<sup>44</sup> para se referir a uma invenção do urbanismo francês, o qual seria o resultado de uma associação da praça programada e da estátua do soberano, elementos originalmente utilizados separadamente pelos italianos no século XVI. A associação de um soberano ao espaço civil da cidade, como aconteceu na Antiguidade Clássica, é exacerbada pelos franceses neste tipo de praça palaciana sob os reinados de Luís IV e Luís XV.

Mais tarde, as avenidas monumentais e os grandes cruzamentos, reestruturando todo o espaço da cidade, cujo exemplo emblemático foi o plano de reformulação de Paris do Barão de Haussmann, não têm correlação alguma com a ideia de um tecido urbano condicionado a existência da praça como foco de circulação. Tratam a rede viária numa escala condicionada ao deslocamento de veículos e não da marcha humana.

Em 1755 ocorre o terremoto que iria arrasar o Terreiro do Paço e grande parte de Lisboa, tornando-se foco de estudo de pensadores iluministas. A abordagem científica conduzia às causas geológicas e a sismologia. Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, Marquês de Pombal ordenou um inquérito sobre as causas do terremoto. Os principais autores do plano de reconstrução são o engenheiro militar Santos e Mardel, também engenheiro, possivelmente húngaro<sup>45</sup>. A reconstrução dos edifícios do antigo terreiro do paço e das áreas destruídas contou com um sistema antissísmico conhecido como gaiola pombalina, baseado numa estrutura de madeira, cuja elasticidade maior em relação à alvenaria convencional era inspirada nas estruturas dos

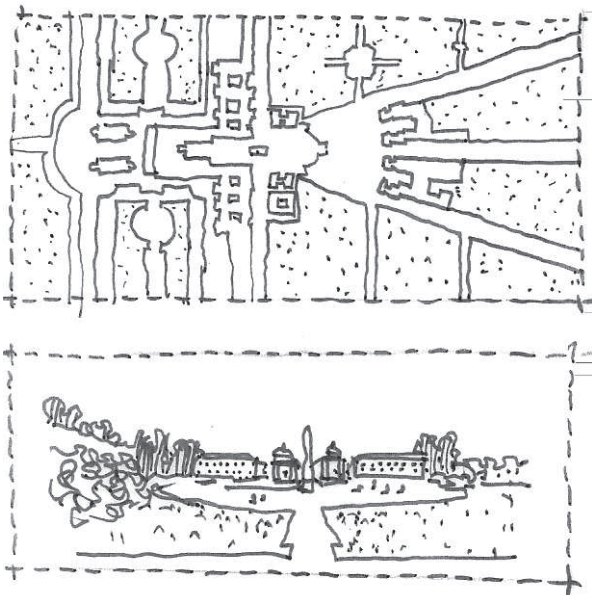


Fig. 209. O Campo das Armas de Luis XIV (Versalhes, final do séc. XVII e início do XVIII). Fonte: Spreiregen (1973).



Fig. 210. Detalhe do Plano Geral de Lisboa (1785). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).

44 Ibid., p. 70.

45 Ibid., p. 92.

navios portugueses.

Ainda que tenha rigor geométrico, o plano da área central da cidade foi condicionado a elementos fundamentais preexistentes: o próprio Terreiro do Paço e o Rossio. Diferentemente do modo medieval, o caminho entre os dois largos é inflexivelmente retilíneo. A largura desta via, não difere substancialmente do restante do sistema, o que permite interpretá-la mais como uma solução moderna de desafogo da circulação, do que uma perspectiva singular e monumental dirigida às praças. Diferentemente da atual Avenida da Liberdade construída no século XIX, onde se percebe a clara intenção da construção de uma perspectiva monumental, a Praça do Comércio pertence a um momento anterior. A influência francesa deste tipo de intervenção urbana não teria reflexos sobre a Praça do Comércio, bem como sobre as capitais do Brasil colonial, ainda fortemente associadas ao despotismo e a imagem do monarca como figura coletiva. Eram ambientes encerrados em si mesmos, sem grandes aberturas panorâmicas que não fossem o próprio mar. Segundo Harouel (1990, p. 73):

Em suma, quanto mais se aproximava o final do século XVIII, mais o gênero urbanístico da praça real veicula abstrações antinômicas ao sistema político e ao direito público em vigor. Atrás da praça real esboça-se cada vez mais a praça nação.

O Terreiro do Paço talvez esteja entre os últimos exemplares de praça real, antes das “abstrações antinômicas ao sistema político”, que passaram a dominar a paisagem urbana em grande escala. O modelo importado no Brasil foi o da praça real, e o representante do rei era o governador-geral. No lugar do paço real instalava-se o palácio do governador. Se a praça da metrópole era uma referência política, também foi referência de urbanismo, pois se configuraram as de Salvador, Rio de Janeiro e Belém à sua semelhança. Uma baía, o palácio de um dos lados da praça e outra praça para uma igreja matriz, ambas se aproximam por um eixo de integração. Segundo Teixeira (2010):

O elemento dominante e gerador da malha urbana é a praça, e já não, como anteriormente, os edifícios singulares e as ruas que os articulavam entre si. Desenvolvidos em múltiplas situações ao longo do século XVII, estes novos conceitos ir-se-ão expressar, plenamente desenvolvidos, nos traçados urbanos

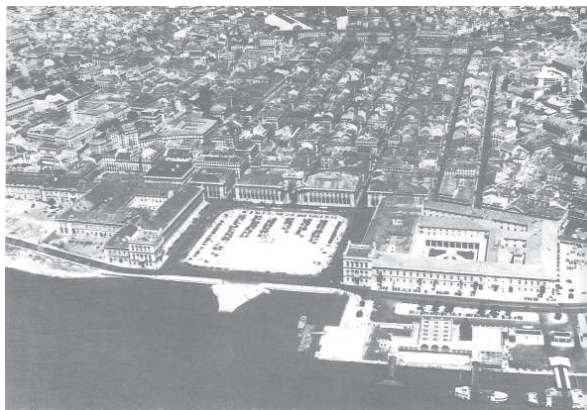


Fig. 211. Vista aérea da Praça do Comércio, Lisboa. Fonte: Morris (1998).



Fig. 212. Vista do Largo do Carmo, Rio de Janeiro (1775). Fonte: Ferrer (1978).

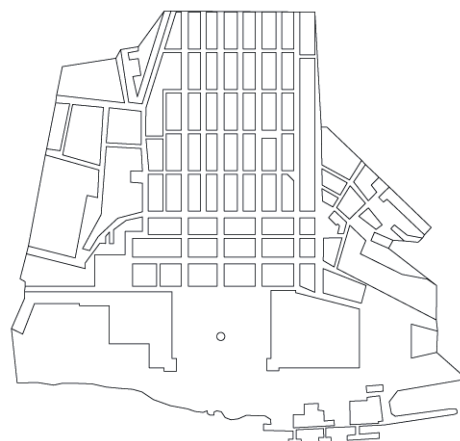


Fig. 213. Mapa atual da Baixa Pombalina, Lisboa, esc. 1/2000.

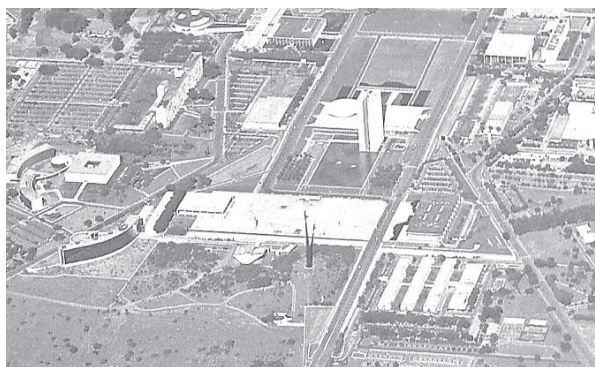


Fig. 215. Vista aérea da Praça dos Três Poderes, Brasília. Fonte: Facó (2003).



Fig. 214. Vista da Praça do Palácio dos Governadores, Salvador (ca. 1624). Fonte: Reis (2001).

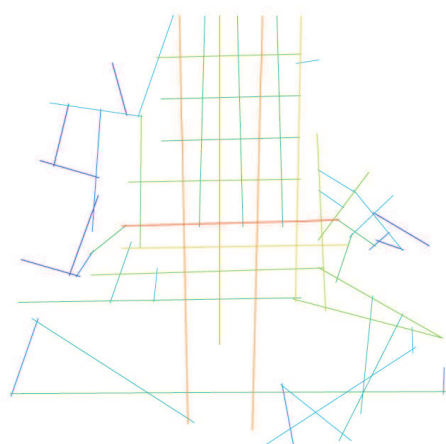


Fig. 216. Mapa axial da Baixa Pombalina, esc. 1/2000.

setecentistas - joaninos e pombalinos - construídos quer no Brasil quer na metrópole.

Schlee e Donato falam da correlação da praça da metrópole não apenas sobre as capitais coloniais, mas também em Brasília. Evidenciam que, não sendo apenas uma cópia, a organização espacial da praça, “aberta” em um dos lados, foi reorganizada numa condição *suis generis* no Planalto Central. Segundo Donato (2007, p. 11):

Se Brasília é a nova capital do país, sua praça tem *pedigree*, e segue a mesma linhagem de suas precedentes históricas: a Praça do Comércio de Lisboa, aberta para o rio Tejo; a Praça do Governador de Salvador, aberta para baía de Todos os Santos; e a Praça XV do Rio de Janeiro, aberta para a baía da Guanabara. Mas ao contrário das antigas capitais, Brasília está no centro do país e sua praça está aberta para o sertão!

Cabe ressaltar que, mesmo com o arranjo de volumes insulados, caracteristicamente modernista, em contraposição aos espaços vazios conformados por massas construídas contínuas, típicos das cidades coloniais, os edifícios da praça encerram um recinto. E, mesmo a posterior construção do Panteão da Pátria, não desfigurou definitivamente o caráter mais aberto daquele lado do triângulo. Não apenas a praça propriamente dita, mas toda a Esplanada dos Ministérios, incluindo a Catedral Metropolitana, embora com outra qualidade espacial, outro tipo de ambiente, modernista, não se desvincilhou completamente de aspectos estruturadores do espaço vinculados à tradição histórica. Como será analisado a miúdo no capítulo dedicado à Capital Federal.

Observando o mapa de axialidade do conjunto reticulado ao redor da atual Praça do Comércio percebe-se que o eixo de integração não a atravessa, se posicionando duas vias acima, na Rua da Conceição. Dois outros eixos destacam-se simetricamente em relação a Avenida Augusta, no centro da retícula, chegando finalmente no largo aberto. O fato a ser notado é a conexão que o eixo integrador faz, mesmo que, indireta à Catedral da Sé.

A relação entre as praças cívica e religiosa, ainda com a intervenção profunda que sofreu o tecido urbano, mantém-se viva. Porém, não conformam um núcleo de integração, a homogeneidade im-

posta pelo traçado ortogonal e o limite com a margem do Rio Tejo, fazem com que a Rua do Arsenal seja uma via dispersa. O núcleo de integração seriam os seis blocos posicionados acima, depois do Arco da Rua Augusta. A Rua Augusta por sua vez, ainda que sendo uma ligação direta entre o rossio e a Praça do Comércio, dois espaços preexistentes estruturadores do desenho, tem um coeficiente de acessibilidade relativamente baixo, sendo intermediário entre os eixos principais e o restante da malha. A ligação entre o rossio a uma praça costeira foi o mesmo expediente utilizado em 1847 por Grandjean de Montigny para o plano não construído da avenida Imperial no Rio de Janeiro<sup>46</sup>.

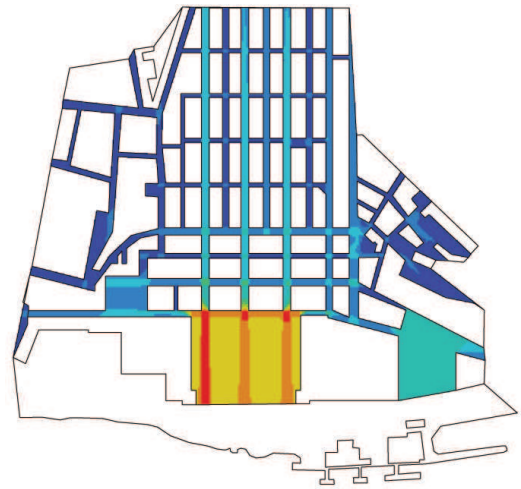


Fig. 217. Mapa de Isovistas da Baixa Pombalina, esc. 1/2000.

Comparando o mapa axial com o de isovistas há coincidências e discrepâncias. As coincidências se apresentam apenas na faixa do largo onde se encontram os eixos de integração, em frente às fachadas dos palácios. O que, por um lado, valoriza os edifícios principais da praça. Intencionalmente foram feitos dois mapas de isovistas, considerando duas áreas diferentes. Isto porque a grande área não construída entre a praça do Comércio e a margem do Rio Tejo, pode ser considerada uma área residual, consequência da implantação da praça. Ou seja, é uma área que dialoga mais com a perspectiva aberta ao rio do que com o conjunto arquitetônico construído. Consequentemente o mapa delimitado pelo perímetro da praça sugere mais claramente a diferença visual entre a praça e o conjunto. Outro espaço que se destaca é uma área de estacionamento conhecida como Campo da Cebola, próxima à Catedral da Sé, de onde a igreja pode ser vista, graças à altura dos dois campanários.



Fig. 218. Vista aérea da Baixa Pombalina. Fonte: Morris (1998).

Comparativamente, há um cruzamento entre as ruas com maior visibilidade e os eixos de integração, sendo que as duas dessas ruas coincidem com os eixos hierarquicamente mais integrados, em seguida do mais acessível. Isto permite interpretar que há alguma relação de amarração entre as visuais e a acessibilidade, gerando um sistema de ruas homogeneamente importantes, em oposição a um sistema que destaque de forma muito contrastante a rua principal ou rua direita, neste caso, a Rua do Arsenal.

46 PUC-RIO. *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC, 1979, p. 164-65.

TABELA 3  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	BEJA	BRAGA	CAMINHA	CAMPO MAIOR	ESTREMOZ	ÉVORA	MONÇÃO	VIANA DO CASTELO
ÁREA	289.358	197.021	204.168	289.831	769.091	761.367	87.026	453.177
ILHAS	216.658	150.051	65.277	239.635	510.193	555.029	51.310	344.262
VAZIOS	72.700	46.970	138.891	50.196	258.898	206.338	35.716	108.915
(y/A)	25,1%	23,8%	68,0%	17,3%	33,7%	27,1%	41,0%	24,0%
(y/B)	2.708	5.174	1.036	4.992	10.204	2.434	1.069	4.918
GRA	0,30	0,14	0,08	0,25	0,25	0,15	0,31	0,26
RRA	0,87	1,44	1,04	0,77	0,71	0,72	0,79	0,90
1/RRA	1,15	0,70	0,96	1,30	1,40	1,39	1,26	1,11
INT	0,33	0,22	0,29	0,34	0,36	0,39	0,34	0,31
VISIBILIDADE	379,95	684,06	369,19	175,19	2.425,49	380,92	961,83	486,83

\* Para definição dos coeficientes da primeira coluna ver tabela 1.

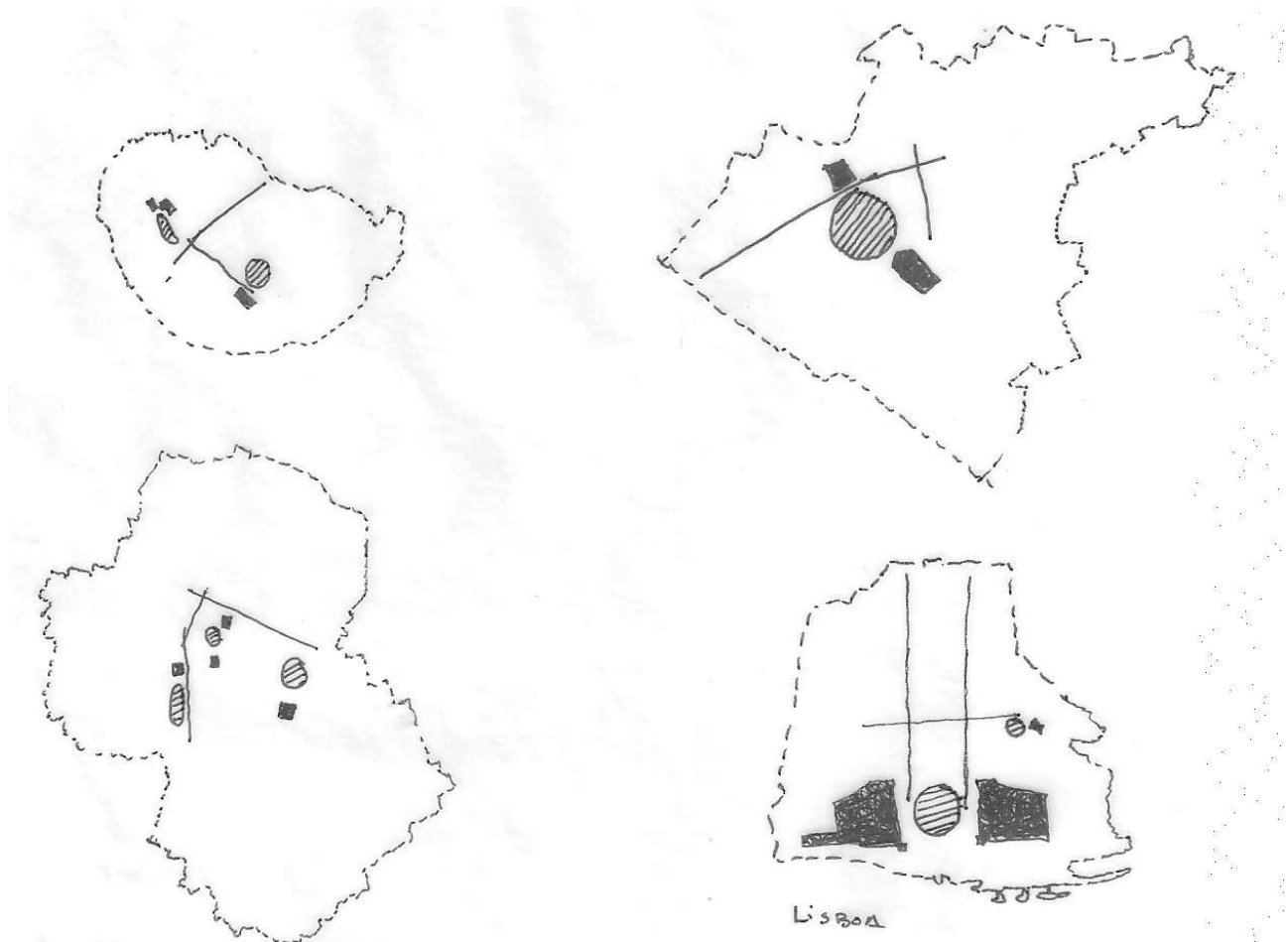


Fig. 219. Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Da esquerda para direita e de cima para baixo: Beja, Estremoz, Évora e Lisboa.

## 2.5. UMA SÍNTESE DO DESENHO URBANO AO REDOR DA PRAÇA CÍVICA.

A categorização morfológica das cidades europeias é antes de tudo uma aproximação de inesgotáveis variantes planimétricas, da qual as referências literárias têm constantemente o cuidado de não incidir sobre determinismos classificatórios equivocados. Das possibilidades de arranjo, sejam eles radiais, lineares, nucleares ou em cruz, a análise que se desenvolveu até aqui tem como intuito, afastado da determinação tipológica, a observação do rendimento do núcleo cívico sobre a configuração espacial manifestada na cidade.

Através dos diagramas elaborados para cada um dos exemplos estudados destacou-se a relação espacial entre a cidade e os edifícios do núcleo cívico. Dessa relação, o primeiro comentário a ser feito é a concordância entre os eixos de integração e as praças. Em seguida aponta-se a propensão destes elementos a se posicionarem no centro geométrico do perímetro, associados à existência de uma via principal. Essa via comumente se estendia do núcleo cívico para restante do tecido, da praça até as portas da cidade primitiva.

A relação de proximidade entre os eixos e as praças era um fator de coesão entre os elementos principais do núcleo cívico: a sede administrativa, religiosa e o mercado. Desde as cidades-estado gregas, estes três elementos orbitavam como agentes de atração entre si mesmos. Eram infinitas as variações de composição do desenho urbano entre eles. Ora se destacava o edifício administrativo ora o religioso, como nas cidades portuguesas. Embora o realce visual estivesse muitas vezes garantido pela altura das construções ou elevações do terreno, a circulação reforça o interesse nas praças, tornando-as uma espécie de núcleo gravitacional na escala da marcha humana. Apresentava-se, não apenas nos exemplos clássicos mas também nos medievais, a conexão entre as praças cívica e religiosa de forma coesa, integrada e determinante do seu valor simbólico sobre a organização da cidade.

O recorte de um perímetro indicando um nú-

cleo cívico, por não ter fronteira clara, é apenas uma referência provável desta área com a praça. Este recorte será utilizado na análise das capitais do Brasil com o objetivo de manter uma abrangência equivalente de comparação entre os exemplos históricos. É marcante como este núcleo estava comumente em uma posição simétrica no perímetro, dividindo esta área em duas partes, seja longitudinal ou transversalmente à figura demarcada. A centralidade de praça em relação ao sistema viário ao seu redor potencializava a sua acessibilidade dentro do conjunto local. A função integradora desse núcleo é, no entanto, unicamente um fato local, que não persiste sob um contexto mais amplo. Considerando globalmente o tecido atual dessas cidades a integração do núcleo cívico se perde. Chega-se facilmente a esta conclusão quando comparados os mapas axiais deste estudo com aqueles presentes na tese de doutorado de Medeiros<sup>47</sup>. A análise global do Rio de Janeiro, Belém e Salvador mostram como o núcleo de integração se desloca totalmente dos centros antigos, designados pelo autor como oásis em meio ao labirinto. Este deslocamento, como se pretende demonstrar adiante, não afetaram necessariamente a lógica espacial local dos núcleos antigos. Nas capitais estudadas, este núcleo esteve durante muito tempo sob uma condição singular da malha urbana. A partir dele se desenvolvia o desenho da cidade, de tal forma que o seu entorno se subordinou estruturalmente a ele.

A existência de uma via, entre os eixos integradores, que parte da praça cívica em direção ao tecido urbano comum. Esta via é bastante comum e frequentemente não finda na praça, a atravessa, e serve a uma porção considerável do núcleo antigo. No Brasil, durante o período colonial, esta via teve um nome específico: Rua Direita. Em Lisboa esta rua se caracterizaria pelas atuais Rua do Arsenal e da Alfândega, que atravessa a Praça do Comércio ligando o cais do Sodré ao Campo das Cebolas, uma disposição semelhante à atual Rua 1<sup>o</sup> de março no Rio de Janeiro. No primeiro caso atua como uma via complementar ao eixo de integração, conectando a praça ao restante do tecido urbano,

47 MEDEIROS, op. cit., passim.

no segundo coincide com o eixo de integração, tornando ainda mais forte a conexão da praça com o entorno imediato. As duas situações de circulação são encontradas nos outros exemplos estudados neste capítulo.

Essa rua, além da função de circulação, poderia estabelecer uma majoração na escala urbana quanto mais longo o trecho retilíneo e quanto mais larga a via. Porém, sendo longitudinal a um dos lados da praça não proporcionava um aspecto monumental a praça cívica e aos edifícios que nela se destacam, mantendo-se a escala do conjunto até que se adentre a praça. Esta situação é predominante nas plantas estudadas, mesmo em casos como Ostia, onde essa rua atravessa o centro do fórum, os edifícios focais são colocados nas extremidades do espaço aberto, somente sendo vistos após a entrada no recinto fechado do fórum.

Da cidade Antiga para a da Idade Média portuguesa, houve tanto transformação como manutenção de características que marcaram configuração do entorno da praça cívica. O traçado ortogonal deu lugar ao hibridismo entre a regularidade e a irregularidade do sistema de ruas e quarteirões. Decorrente da flexibilidade do traçado viu-se a adaptação dos centros às condições geográficas determinantes sobre o crescimento da cidade. A centralidade passa a estar cada vez mais associada à acessibilidade da praça e relação ao eixo integrador. A multiplicação de praças no núcleo cívico especializando cívico e religioso. O crescente papel institucional do comércio com seu espaço próprio no núcleo cívico. A visibilidade acentuada da ágora e do fórum foram reduzidas e prol da crescente valorização dos templos, que se instalavam em porções elevadas da cidade (acrópoles) ou em praças mais espaçosas. Com a multiplicidade de centros as relações de acessibilidade coesas deram ensejo à caracterização de um núcleo de integração mais facilmente identificável, apesar da origem homogênea e reticulada dos traçados.

Os ideais renascentistas geraram nos padrões para a cidade medieval cuja resultante sobre a praça cívica eram semelhantes à organização clássica. A ordenação de um espaço finito da

cidade obedecendo a uma estrutura regular não apresentava uma renovação do ponto de vista da configuração espacial do núcleo cívico. Este se mantinha no centro da composição, funcionalmente vinculado às atividades anteriormente organizadas nas cidades gregas e separados em praças distintas como na Baixa Idade Média. O desenvolvimento bélico, conseqüentemente o surgimento de novas técnicas construtivas de defesa, seria possivelmente a maior inovação renascentista para as cidades coloniais fundadas na América portuguesa. Foram as fortificações abalaustradas e a estratégia de sua distribuição no território - próprias à pirobalística - disseminadas nas cidades brasileiras, principalmente aquelas costeiras, nas quais se incluíram as capitais. As técnicas militares de defesa do período das Grandes Navegações influiriam sobre a distribuição linear dessas cidades ao longo da costa, bem como sobre a localização da praça cívica a beira-mar e cercada simetricamente de fortes circunscritos aos muros do perímetro urbano.

Pode-se figurar a cidade medieval como uma matriz geradora das futuras cidades fundadas pelos portugueses no Brasil, na qual estariam presentes componentes clássicos e renascentistas. Era contudo uma matriz em transformação, marcada pelos desafios científicos do período das Grandes Navegações, e que ainda sofreria mutações sobre o novo território que se descortinava no continente americano.





## 3. SALVADOR

### 3.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA

Em meados do século XVI, com o objetivo de centralizar a administração do sistema de Capitânicas Hereditárias, o governo português instituiu no Brasil o regime de Governo-Geral. Era uma decisão que ia ao encontro das expectativas de controle sobre um território vasto e distante, exposto às investidas estrangeiras.

Estabelecido em 1548, o novo regime teve como seu primeiro governador o militar português Tomé de Sousa e sua capital seria construída *ex nihilo*. Fundada em 1549, Salvador nasceu com o *status* de cidade<sup>1</sup>. Em 1572 Portugal dividiu a administração do Brasil em dois governos: o Governo do Norte (sede em Salvador) e o Governo do Sul (sede no Rio de Janeiro). Esta divisão permaneceu até 1578, quando foi reunificada. Em 1621, sob o domínio espanhol, o Brasil foi novamente dividido em dois Estados: o Estado do Maranhão (sede em São Luís), mais tarde transformados em Estado do Grão-Pará e Maranhão (sede em Belém) e o Estado do Brasil (sede em Salvador). Em 1763 a sede do Estado do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro, sendo finalmente reunificado em 1774, por intervenção do Marquês de Pombal<sup>2</sup>.

A cidade de Salvador, o primeiro estudo de caso, será apresentada a partir de uma síntese do crescimento urbano dirigida para fixação e a forma do seu núcleo inicial: a praça cívica. Iniciando com a sua fundação, esta síntese se estenderá até o momento em que a cidade foi substituída definitivamente pelo Rio de Janeiro na condição de capital da colônia. Ou seja, até a transição entre a primeira e a segunda metade do século XVIII. Desta maneira, pretende-se ter como fonte de análise para a morfologia o período em que a cidade esteve sob uma condição administrativa diretamente relacionada à atividade preeminente do núcleo cívico. Também é necessário este recorte temporal para que na análise morfológica possa se comparar o período colonial e o momento atual.

---

1 Alberto Silva discute a data em que se titulou Salvador cidade, considerando também possível 25 de fevereiro de 1551. SILVA, Alberto. *A Cidade de Tomé de Sousa: ASPECTOS QUINHENTISTAS*. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1949, p. 75.

2 SILVA, Francisco de A; BASTOS, Pedro I. de A. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1983, p. 32.

### 3.1.1. A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

A data em que se comemora a fundação de Salvador, 29 de março de 1549<sup>3</sup>, é aquela em que aportou na Baía de Todos os Santos o primeiro Governador-Geral do Brasil Tomé de Sousa.

O sítio adequado para construir a cidade foi escolhido entre três possibilidades<sup>4</sup>: o atual Porto da Barra, Itapagipe e um terceiro entre as Gargantas da Barroquinha e do Taboão, que foi selecionado. Os dois primeiros ofereciam condições de vulnerabilidade a ataques marítimos, já conhecidos pelos portugueses, em episódios de invasões holandesas<sup>5</sup>. O sítio preferido continha as seguintes características geográficas, segundo Simas Filho (1979. v. 1, p. 24-25):

a) situado no cimo de uma escarpa, com altura média da ordem de 60 (sessenta) metros sobre o mar, de fácil defesa para as táticas de guerra então vigentes, segundo os quatro pontos cardeais, a saber:

I - a Oeste, a escarpa, a rocha, o paredão natural de altura considerável que, bem defendida, era praticamente, inacessível. Ao nível da baía, uma estreita faixa de praia;

II - a Este, o vale do Ribeiro, posteriormente denominado das Tripas, atual rua da Seabra, então em toda sua pureza primitiva, e cujo talvegue se achava a uma cota mais baixa em relação ao divisor de águas na cumeada, sendo esta, por isso mesmo, posição dominante e defensável, caso ocorresse um ataque por estas bandas;

III - ao Norte e ao Sul, duas gargantas, mais tarde denominadas de Taboão e da Barroquinha, respectivamente, acidentes topográficos clássicos e eficazes para a localização de obras defensivas. Nesses pontos, de fato, seria colocada de logo a Porta de Santa Luzia - São Bento - ao Sul e, em pouco tempo, a de Santa Catarina - Carmo - ao Norte que, juntamente com o sistema de baluartes ao longo da paliçada defensiva na parte alta e embaixo na praia, dariam condições de relativa segurança para os

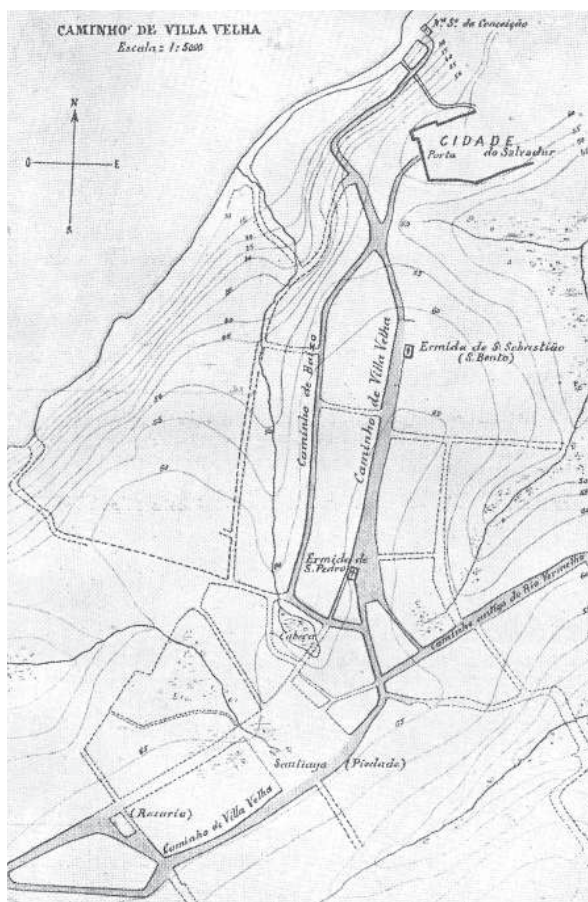


Fig. 221. Primeiros caminhos entre a cidade de Salvador e Vila Velha, próximos à margem da Baía de Todos os Santos. Fonte: Sampaio (1949).



Fig. 222. Mapa da cidade de Salvador (1549). A - Palácio de Governador; B - Baluartes. C - Igreja da Ajuda; C' - Palácio do Bispo; D - Casa de Câmara; E - Igreja da Conceição; F - Trapixes; G - Hospital; I - portas da cidade; J - Fosso; K e L - caminhos para parte baixa. Fonte: Sousa (1995).

3 SILVA, op. cit, p. 87. Esta data foi instituída como sendo a fundação da cidade de Salvador pelo Primeiro Congresso de História da Bahia e o Quarto Congresso de História Nacional.

4 SIMAS FILHO, Américo (coord.). *EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR*. Salvador, UFBA, 1979. v. 1, p. 24-25.

5 Ibid., p. 25.



Fig. 223. Casa de Câmara e Palácio do Governador. Fonte: Ruy (1953).

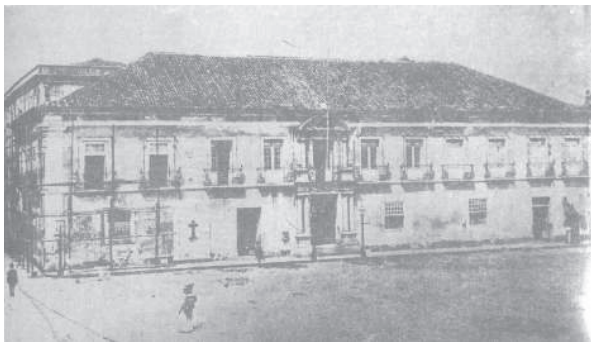


Fig. 224. Palácio dos Governadores seiscentista, antes das reformas de 1890-1900. Fonte: Oliveira (1983).



Fig. 225. Casa de Câmara, depois da restauração de 1970. Fonte: Sousa (1995).



Fig. 226. Igreja da Conceição da Praia, no alto, a cúpula do atual Palácio Rio Branco (antigo Palácio dos Governadores). Fonte: Rodrigues (1979).

primeiros habitantes da capital da América Portuguesa.

b) a solução tipo Acrópole, sempre da preferência dos lusos, vendo-se aí a inegável influência dos povos que os precederam no desenvolvimento da Civilização Helênica - Grécia e Roma - e das civilizações Medievais atuantes no ocidente - Cristã e Muçulmana - todas seguindo a norma antiga de localização as cidades na margem do mar e dos rios, em pontos elevados com um porto, sempre aceita e bastante difundida, por motivos semelhantes aos que levaram à escolha do local de Salvador.

O ano de 1549 foi de trabalho intenso, no início o esforço maior se concentrou na parte baixa da cidade, no Bairro da Praia, com a construção de oficinas, armazéns, ranchos de artífices e obreiros, a Ermida da Conceição e o porto<sup>6</sup>. Na parte alta dava-se seguimento à construção dos baluartes, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa da Fazenda e Alfândega<sup>7</sup>. No mesmo ano foi construído o primitivo edifício em taipa e barro destinado à residência dos Governadores Gerais<sup>8</sup>, um dos casos de mais numerosas metamorfoses com que um palácio pode conviver.

A primeira ligação entre a cidade baixa e alta foi a Ladeira da Conceição que partia do Baluarte São Tomé até a Praça do Palácio. Mostrando-se inadequada para o tráfego de carros foi construída nova ligação que partia da Porta de Santa Luzia terminando na Ribeira dos Pescadores. Uma pequena rede de caminhos ia aos poucos se formando. Dentro do recinto fortificado inicial havia ruas no sentido longitudinal sul a norte, cortadas por ruas menores no sentido transversal. A rua principal se chamou Direita do Palácio ou Direita dos Mercadores, a mais extensa, servindo como um eixo estruturador do tecido urbano em formação. Um largo, ou pátio em frente à Igreja do Salvador, a primeira construída na parte alta, que era a Sé Episcopal, dividia em importância o sistema de ruas e caminhos com o Palácio<sup>9</sup>. Esta praça era aberta para a baía, como o Terreiro do Paço em relação ao Rio Tejo, em Lisboa.

6 Idib., p. 31-32.

7 SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 89.*

8 OLIVEIRA, Mário de Mendonça. *Um sistema para consolidação de estuque no palácio Rio Branco. Salvador, CNPq/FNPM, 1983. p. 30.*

9 SIMAS FILHO, op. cit., p. 33-35.

O assentamento se desenvolveu longitudinalmente às cotas topográficas, adequando o traçado de quarteirões retangulares ao território. A característica acidentada do relevo ordenou o crescimento no sentido sul/norte ao longo da costa, sendo o limite deste crescimento determinado a oeste pelo mar e a leste pelo Vale do Ribeiro, região pantanosa na qual posteriormente foram construídos diques, que podem ser claramente observados num mapa de 1715<sup>10</sup>. Segundo Sampaio (1949, p. 184):

Assentada no cimo de um monte cujo chão, limpo do mato, fácil foi afeiçoar, dando-lhe o aspecto de uma esplanada a sessenta e quatro metros sobre o mar, a nova cidade, no seu recinto fortificado, teve que se amoldar ao terreno, que affectava figura triangular, correndo ao lado maior pela borda do precipício que deita para o mar, a cavaleiro sobre o porto; o menor, no sentido transverso, na posição que hoje ocupa a Ladeira da Praça, e o terceiro lado, o da terra, mais ou menos na posição em que está a rua do Capitães.

No sentido norte foram construídos a Santa Casa da Misericórdia, a Igreja e o Colégio dos Jesuítas. Este crescimento ocorria extramuros, numa área dominada pela ordem dos Jesuítas.

Nos primeiros anos, a cidade exibia ainda um aspecto de arraial ou campo de guerra, com materiais precários. As casas, todas térreas, foram erguidas de taipa de sopapo e cobertas com palmas. As fortificações ao redor foram feitas igualmente de pau a pique, paliçadas e estaqueamentos semelhantes as existentes nas aldeias do gentio<sup>11</sup>.

No último quartel do século XVI a parte o centro administrativo havia desenvolvido pouco mais do que a Cidade Baixa ou Bairro da Praia. Cercada por casas comuns já estavam consolidados, embora com transformações posteriores, o Palácio dos Governadores, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa da Fazenda, formando uma praça retangular com um dos lados aberto voltado para o mar e o pelourinho ao centro<sup>12</sup>. Segundo Teixeira<sup>13</sup>:

A dominação espanhola de Portugal, de 1580 a



Fig. 227. Antiga Catedral da Sé, demolida em 1933. Fonte: Peres (1974).

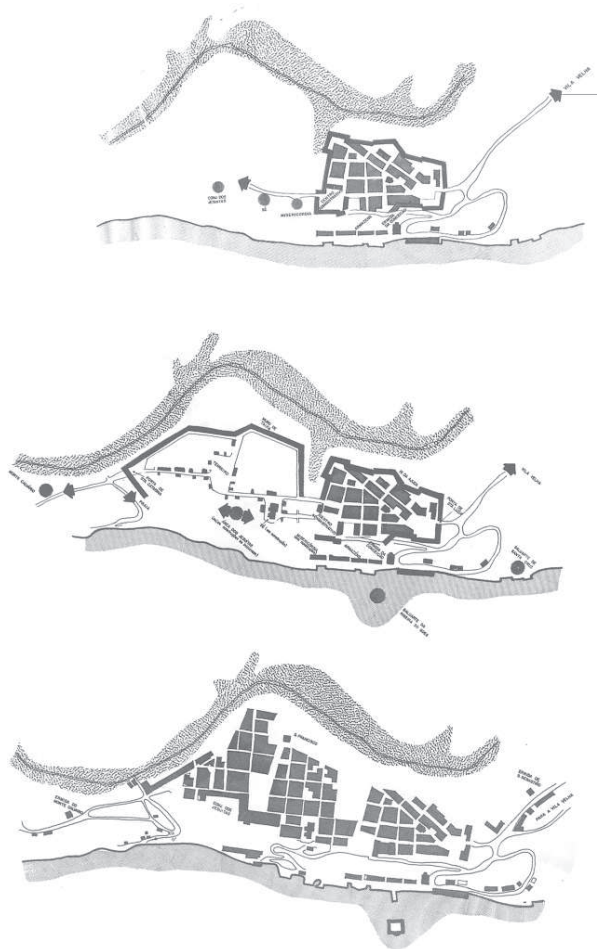


Fig. 228. A expansão urbana de Salvador no séc. XVI. De cima para baixo: em 1551, em 1553 e em 1580. Fonte: Simas (1979).

10 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: USP, 2001, p. 31.

11 SAMPAIO, op. cit., p. 183.

12 SIMAS FILHO. op. cit., p. 59-60.

13 TEIXEIRA, op.cit.

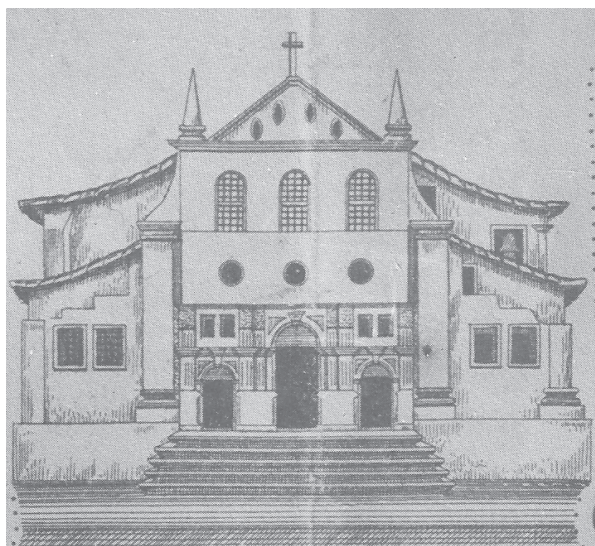


Fig. 229. Fachada da antiga Catedral da Sé, demolida em 1933. Fonte: Peres (1974).

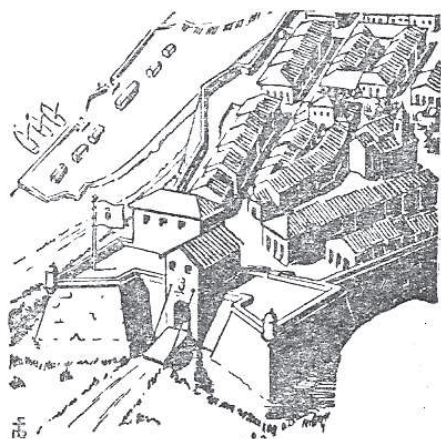


Fig. 230. Porta sul de Salvador. Levava ao caminho da Vila Velha. Fonte: Ruy (1953).

1640, poderá não ser completamente estranha à adopção deste tipo de traçados regulares nas cidades de fundação portuguesa. A actividade de engenheiros militares simultaneamente ao serviço de Espanha e de Portugal, as influências mútuas que se verificaram no ensino da arquitectura e da engenharia militar, e a actividade legislativa de Filipe II, podem ter constituído importantes factores para a crescente racionalização dos traçados portugueses a partir do século XVII.

Lateralmente, consolidava-se a Praça da Sé. Também debruçada sobre o mar, unia-se ao Palácio por uma rua larga ocupada por lojas de mercadores e casas<sup>14</sup>. De acordo com Orlando Ribeiro, em conferência pronunciada na Universidade Federal da Bahia sobre as “Cidades Portuguesas” in Simas Filho (1979, p. 61):

[...] enquanto os espanhóis eram bastante rígidos no traçado de suas cidades, prevalecendo o partido da “Plaza Mayor”, e o quadrado regular das ruas, os portugueses preferiram o traçado mais livre das “praças múltiplas” que em Salvador já estavam presentes no último quartel de quinhentos, com o Centro Administrativo na Praça Municipal e o Centro Cultural e Religioso no Terreiro, além do Largo da Ajuda, fronteiro à primeira igreja da Cidade de Salvador.

As duas portas principais da cidade estavam dispostas uma ao norte, a Porta de Santa Catarina - ligava o conjunto dos Jesuítas à Sé e ao centro administrativo - e outra ao sul, Porta de Santa Luzia - saía do largo da Igreja da Ajuda e do Palácio

<sup>14</sup> SIMAS FILHO, op. cit., p. 61.



Fig. 231. Mapa de Salvador (ca. 1638). Fonte: Reis (2001).

do Bispo em direção a Vila Velha. Correspondem aos atuais Pelourinho e Barroquinha respectivamente. Eram, no final do século XVI dois núcleos fortificados organizados em torno do Palácio do Governador e do Terreiro de Jesus, cuja interligação estava marcada por um estrangulamento dos muros ao redor da Casa de Fazenda, Alfândega e armazéns.

Dividiam-se assim dois centros, um administrativo e outro cultural<sup>15</sup>. A praça cívica não era o único núcleo ao redor do qual orbitava o crescimento da cidade, mas dividia este papel com o Terreiro de Jesus. O que ocorreu também durante os séculos XVII e XVIII. Segundo Teixeira (2010):

Muitas vezes, as praças que se estruturaram gradualmente, apesar da intenção de regularidade que lhes está subjacente, vão manter características formais dos espaços frequentemente irregulares que lhes deram origem. As primeiras praças absolutamente regulares do ponto de vista geométrico vamos encontrá-las no século XVI nos espaços de origem religiosa. Adros e terreiros associados a igrejas e a conventos que, a par da sua função religiosa, cedo foram apropriados para funções urbanas profanas. Muitos destes espaços obedeciam a prescrições precisas quanto à sua localização, orientação e forma, pelo que muitas praças urbanas estão marcadas formalmente por esta função religiosa que lhes deu origem. Um exemplo deste tipo de espaços é o terreiro de Jesús ou o terreiro de São Francisco, em Salvador da Bahia. A regularidade destas praças traduzia-se morfológicamente em formas quadradas ou rectangulares. Em breve, esse rigor geométrico irá afirmar-se nos traçados eruditos, civis ou militares, dos séculos seguintes

A praça da cívica, além da função administrativa era intensamente utilizada para o comércio, como se atém nesta descrição de Sampaio (1949, p. 206-207):

[...] Na Praça da Cidade, em face da Camara e das casas do governador, e em torno do pelourinho, que de começo ahi se assentou, fazia ao mesmo tempo outra feira. Alastravam o solo as mercadorias trazidas pelos índios e pequenos lavradores da vizinhança da cidade. Aos productos tão vários e esquisitos de ceramica indígena, potes, panelas, alguidares, moringues e cuscuzeiros e cachimbos e pratos, para ali trazidos á cabeça das mulheres índias [...].

<sup>15</sup> SIMAS FILHO, op. cit., p. 66.



Fig. 232. A Catedral do Terreiro de Jesus (ca. 1870-80).  
Fonte: Biblioteca Nacional



Fig. 233. Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1625). Fonte: Reis (2001).



Fig. 234. Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1625). Fonte: Reis (2001).



Fig. 235. Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1609). À esquerda: a antiga Sé; à direita, próximos ao caminho para a Cidade Baixa: a Casa de Câmara, o Tribunal da Relação e o Palácio dos Governadores. Fonte: Reis (2001).

### 3.1.2. O SÉCULO XVII

A partir de 1580 teve início o domínio espanhol sobre Portugal. A Holanda, que também estivera sob domínio da Espanha, declara sua independência em 1579, o que resultou num período de guerra que perdurou até o ano de 1648<sup>16</sup>. Em 1621, os holandeses estabeleceram na Companhia das Índias Ocidentais a maior companhia de exploração mercantil das colônias espanholas da América<sup>17</sup>. O período entre 1599 e 1649 foi marcado pelas incursões holandesas<sup>18</sup>, refletindo sobre a rede de fortificações com a construção de fortes localizados de forma espaçada no território. Este reflexo pode ser percebido nos mapas elaborados a partir de 1580, que segundo Simas Filho (1979, v. 1, p. 76):

[...] contém, como componente primário, o desenvolvimento de um sistema de fortificações, circunscritor da forma urbana, no decurso de dois séculos, até meados do VII.



Fig. 236. Vista de Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos (ca. 1695). E - a antiga Catedral da Sé. G - Tribunal da Relação; H - Palácio dos Governadores. Fonte: Reis (2001).



Fig. 237. Mapa de Salvador (1660). Fonte: Reis (2001).

Em 1607 o Rei Felipe II da Espanha ordenou a construção do Tribunal da Relação na capital da colônia. O edifício destinado a este tribunal foi executado na face oeste da praça, o que resultou no fechamento parcial do lado voltado para a baía. Segundo Simas Filho (1979, p. 32):

A Praça do Palácio se comunicava, por seis ruas, com todas as partes da cidade, situação que se conservou por muito tempo.

Da Praça aberta dos tempos iniciais, tinha-se chegado a um espaço fechado em seus quatro lados, pouco restando de livre no poente, para o descortínio da majestosa paisagem da Baía de Todos os Santos. Estava o Centro Administrativo da Cabeça do Brasil plenamente desenvolvido e, com essa forma, per-

16 SILVA op. cit., p. 53.

17 Ibid., p. 54.

18 SIMAS FILHO, op. cit., p. 73.





Fig. 238. Mapa de Salvador (1730). Fonte: Simas (1979).

maneceria por um século e meio adiante.

A localização dos fortes, em pontos da Baía de Todos os Santos afastados do centro de Salvador, acabou por motivar dois vetores de crescimento linear do assentamento, de mesma direção e sentidos opostos (norte e sul), além do crescimento em direção continental (leste). Foi um período marcado pela defesa do território. Apesar do que se fez para sua defesa, muito dos esforços investidos foram de reconstrução daquilo que havia sido destruído pelas invasões, o que resultou num pequeno desenvolvimento da cidade<sup>19</sup>. Em 1650, estima-se uma população de 10.000 habitantes, considerando os arrabaldes próximos das Portas de São Bento e do Carmo.

A partir da segunda metade do século XVII a prosperidade econômica da colônia teve reflexos imediatos sobre o desenvolvimento urbano de Salvador. Era no porto da cidade que escoava grande parte da produção de açúcar concentrada na parte nordeste da colônia. A expansão urbana trouxe novos bairros e uma melhoria no aspecto geral da cidade, além da construção de edifícios suntuosos<sup>20</sup>. O Palácio dos Governadores passou a receber inúmeras reformas<sup>21</sup>. O crescimento econômico também repercutia na construção de novos casarios,

armazéns e edifícios religiosos<sup>22</sup>. Dentre eles, podem-se destacar a versão definitiva da Casa de Câmara e Cadeia, o novo Palácio dos Governadores, as Igrejas de Santa Tereza, São Francisco, de Palmas, de São Pedro Velho, da Lapa, de N.Sa. do Rosário, da Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco, do Carmo, de São Miguel, da Boa Viagem, da Penha, da Conceição do Boqueirão, do Pilar, da Saúde, de Santana, de Santo Antônio da Mouraria, da Barroquinha e o Convento do Desterro. Também são deste período grandes casas senhoriais como o Paço do Saldanha, a Casa dos Sete Candeeiros e os Palácios do Arcebispo, Solar e Ferrão, entre outras.

Em 1640 Portugal declarou o título de Vice-Reino ao Brasil. Era sua colônia mais importante, que economicamente lhe rendia mais<sup>23</sup>. Decorrido quase um século de Governo-Geral, a centralização administrativa acontecia de direito não de fato. Na prática, os governadores das capitânias dirigiam-se diretamente ao Reino. Portugal, diferentemente da Espanha, tinha por costume designar homens da maior habilidade militar do que política para o cargo de governador. A partir do Vice-Reino, Portugal começou a designar governantes de maior experiência administrativa<sup>24</sup>.

19 Ibid., p. 101.

20 SIMAS FILHO, Américo (coord.). *EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR*. Salvador, UFBA, 1979, v.2, p. 23.

21 edifício primitivo é atribuído ao arquiteto português Luís Dias. Construído em taipa e barro, já estava concluído em 1549. Um segundo projeto em pedra e cal foi executado em 1647 pelos arquitetos Philippe Guiteu e Pedro Garim. Em 1663 foi construído um novo edifício pelo mestre Pedro Fernandes de Azevedo. OLIVEIRA, Mário M. de. *Um sistema para consolidação de estuque no Palácio Rio Branco*. Salvador: CNPq/FNPM, 1983, p. 29-47)

22 SIMAS FILHO, op. cit., p. 11.

23 SIMAS FILHO, op. cit., p. 12.

24 SIMAS FILHO, op. cit., p. 24.



Fig. 239. Mapa de Salvador (1800). Fonte: Simas (1979).

### 3.1.3. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII



Fig. 240. Elevação em perspectiva das fortalezas de Salvador (1775-800). Fonte: Reis (2001).



Fig. 241. Vista da Cidade Baixa (1786). Fonte: Reis (2001).



Fig. 242. Mapa de Salvador (ca. 1714). Fonte: Reis (2001).

O sistema de circulação estava bem definido no núcleo primitivo, marcado por quarteirões retangulares e ruas retilíneas. A regularidade era interrompida pelo relevo, formando quadras trapezoidais que se moldavam ao terreno e aos largos que se abriam em frente às construções mais importantes. Eram em sua grande maioria igrejas e fortalezas. Nessa época, a cidade contava com um grande número de fortalezas que se estendiam para além do centro urbano. As igrejas por sua vez concentravam-se em bairros mais próximos. Na porção sul, entre o centro e as fortificações as quadras adquiriram dimensões maiores, configurando caminhos menos segmentados que conduziam à Praça do Palácio. O mesmo ocorria com a porção norte, ligando-a ao Terreiro de Jesus.

Eram cerca de dezenove fortalezas conectadas por dois grandes caminhos ao longo de um assentamento linear intramuros. Esses caminhos atravessavam o assentamento no sentido norte/sul e se encontravam no núcleo cívico, cuja grade urbana conduzia a dois largos principais, o Terreiro de Jesus e a Praça do Palácio do Governador. Dentro deste sistema, a Rua Direita era um eixo estruturador centralizava no núcleo cívico a concentração de fluxos da grade urbana. A semelhança do Terreiro do Paço, em Lisboa (antes de sua estruturação por Pombal), a partir da praça se desenvolvia uma rede de circulação estruturada pela Rua Direita. O paço se posicionava não de frente, mas lateralmente à parte originalmente aberta da praça, naquela época parcialmente obstruída pelo Tribunal da Relação. A mesma configuração ocorreu no Rio de Janeiro e mesmo em Brasília o Palácio da Planalto se posiciona lateralmente

ao lado originalmente aberto da Praça dos Três Poderes. Pode-se ainda especular sobre a semelhança da implantação do edifício do Congresso Nacional, de frente para o lado aberto da praça, com a Câmara de Salvador, que se posicionava da mesma forma em relação à abertura primitiva da praça.

Nesse período começavam a se definir os bairros e suas características funcionais. Seis bairros localizavam-se extramuros, o de São Bento era o maior deles. O Mosteiro de São Bento, a Matriz São Pedro, as Igrejas e os Conventos da Lapa, da Piedade, das Mercês, São Raimundo e os casarios uniam-se por ruas e largos. Era um bairro eminentemente ocupado por igrejas, assim como os Bairros da Praia, do Santo Antônio, da Palma, do Desterro e da Saúde. Na Freguesia de São Pedro a quantidade e qualidade de seus imóveis, bem como o número de habitantes, caracterizou-o com a atividade residencial. Era o local da mais importante instituição de ensino, o Colégio da Companhia de Jesus. As atividades comerciais preponderavam nas Freguesias da Conceição e Pilar, em maior parte de importação e exportação de produtos, porém nestas freguesias também moravam muitas pessoas, o binômio habitar/trabalhar tinha estreita relação<sup>25</sup>.

A Freguesia da Sé era o centro cívico por excelência, e foi o que se desenvolveu urbanisticamente com maior velocidade. Além dos palácios, igrejas e mercados, a construção de casarios também ajudou a consolidar o Bairro da Sé. A estrutura urbana do núcleo cívico de Salvador estava consolidada. Ao redor dele desenvolviam-se áreas residenciais com centros de convergência comercial e religiosa. Contudo, essas áreas se conectavam ao núcleo cívico sem necessariamente transfigurar sua hierarquia espacial.

25 SIMAS FILHO, op. cit., p. 75.

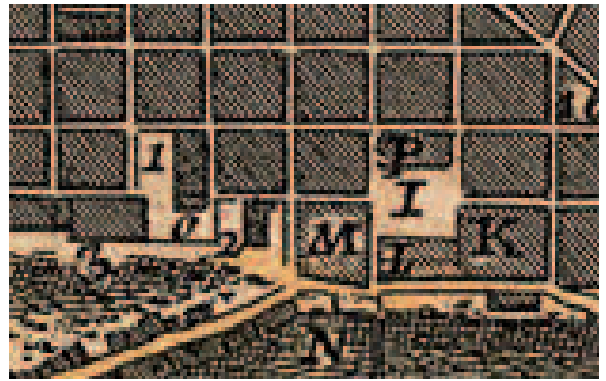


Fig. 243. A Praça da Sé e a Praça do Palácio, em mapa de ca. 1714. Fonte: Reis (2001).



Fig. 244. A Praça da Sé (demolido) e a Praça Tomé de Sousa (antiga Praça do Palácio). Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 246. O Elevador Lacerda, na Praça Tomé de Sousa (local do antigo Tribunal da Relação). Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 245. O edifício da Prefeitura de Salvador, na Praça Tomé de Sousa (local da antiga casa da Moeda). Fonte: Panoramio (2011).



*Fig. 247. A Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara) e o Palácio Rio Branco (no local do antigo Palácio dos Governadores), na Praça Tomé de Sousa (antiga Praça do Palácio). Fonte: Panoramio (2011).*

## 3.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

### 3.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO

A análise morfológica está focada sobre a relação do desenho da praça com o território. As dimensões, a disposição e função dos edifícios são fundamentais para se apreender as semelhanças destes elementos entre as cidades estudadas. A maneira de organizar os edifícios administrativo e religioso no espaço público, bem como o posicionamento da praça no território, são fundamentais para se compreender as características luso-brasileiras das capitais coloniais do Brasil.

Foram selecionados como metodologia de análise dois momentos: um colonial (século XVIII) e outro atual (século XX), interpretados a partir de mapas de axialidade e isovistas. Os dados extraídos desses mapas foram considerados em conjunto com as informações históricas de formação do desenho urbano. Tanto sobre a sequência construtiva desse desenho, quanto sobre a variação das funções dos lugares ao longo do tempo. A relação de integração das vias com as funções principais do núcleo cívico, bem como a acessibilidade deste núcleo ao entorno, ajudam a apreender o sentido da trama urbana e o desempenho dos espaços em relação aos edifícios preeminentes. A sintaxe espacial também foi confrontada com os fatores topográficos do território. A interpretação dos dados sintáticos, em planta, não afastou o entendimento de soluções de circulação vertical decorrentes do desnivelamento da cidade em partes baixa e alta. Também foi considerado o posicionamento de edifícios em partes elevadas do território, do ponto de vista da visibilidade objetivada em igrejas e da defesa dos fortes. Em termos sumários buscou-se associar os dados sintáticos a questões mais amplas da morfologia e da história de Salvador.

A base do mapa colonial utilizado para a análise da sintaxe espacial parte da planta elaborada pelo Brigadeiro João Massé de 1715<sup>26</sup>. Trata-se de um plano projetado<sup>27</sup>, elaborado a partir de

referência iconográfica de 1715<sup>28</sup>, que guarda estreita semelhança com os quarteirões existente em 1638<sup>29</sup>. Sua área total era de 483.904 m<sup>2</sup>. Já apresenta a cidadela dividida em cidade baixa e alta, com a parte alta (administrativa) contida ao entre a costa e de um alagadiço. A área entre os muros e o arroio era ocupada por fortalezas e não apresentava o mesmo desenvolvimento urbano da área administrativa e da comercial abaixo. De maneira que, a rede viária estava mais consolidada nestas duas últimas, somente se estabelecendo na outra parte a partir do século XIX, época em que a capital já havia sido transferida para o Rio de Janeiro<sup>30</sup>. Este primeiro mapa representa então um momento inicial, demarcado pelas áreas mais consolidadas do ponto de vista urbano.

O segundo mapa axial tem por base a planta cadastral de Salvador de setembro de 2007 e correções necessárias a partir da imagem aérea de fevereiro de 2009 gerada pelo programa *Google Earth* versão 5.2.1.1588. A delimitação do mapa parte do mesmo perímetro definido anteriormente, ajustando-se obrigatoriamente ao traçado urbano atual. Sendo assim, a parte sudeste, anteriormente delimitada pelo alagadiço, está delimitada pela Ladeira da Barroquinha e a Rua Joaquim José Seabra até se encontrar com a Rua do Tabuão. A parte inferior muda o perímetro em função dos aterros, porém necessariamente delimitada pelas margens da Baía de Todos os Santos. Sua área total é de 538.038 m<sup>2</sup>.

28 REIS FILHO, op. cit., p. 31.

29 REIS FILHO, op. cit., p. 32-34.

30 A transferência da sede do governo português de Salvador para o Rio de Janeiro se deu em 1763, fato descrito mais detalhadamente no capítulo dedicado ao Rio de Janeiro.

26 REIS FILHO, op. cit., p. 37.

27 REIS FILHO, op. cit., p. 314.



Fig. 248. Mapa de Salvador (ca. 1715) utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial. Fonte: Reis (2001).

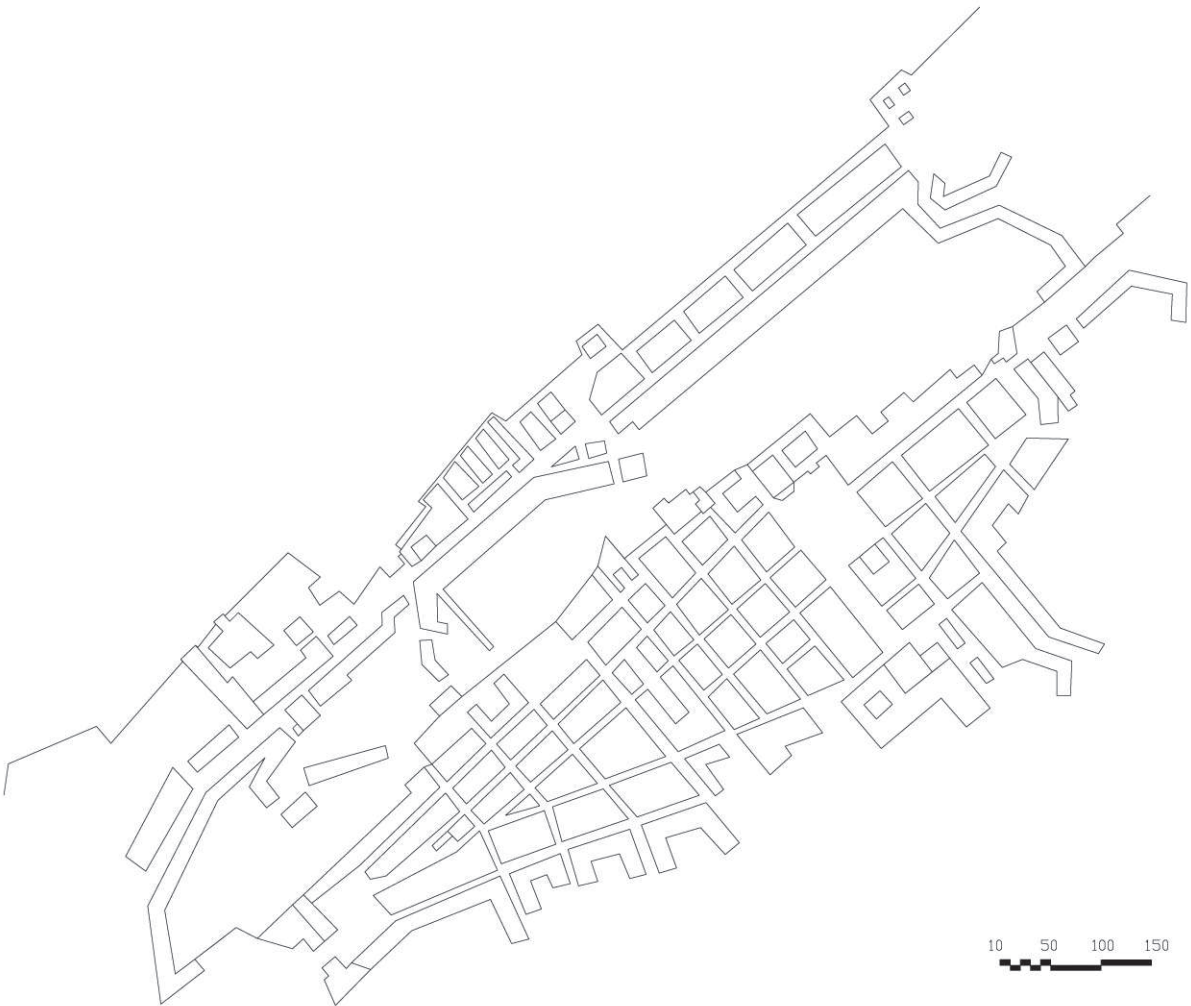


Fig. 249. Mapa de Salvador colonial, esc. 1/750.

### 3.2.2. O MAPA COLONIAL

A forma inicial da praça tinha apenas dois lados ocupados - a oeste a Casa de Câmara e a sul o Palácio dos Governadores. Os lados restantes eram cercados por muros, sendo o leste voltado para a Baía de Todos os Santos. As dimensões eram modestas e as fachadas da Câmara e do Palácio tinham ambas aproximadamente 40 metros de largura. Era menor que o Terreiro de Jesus, como ocorria com frequência nas cidades portuguesas o espaço dos edifícios administrativos eram menores do que o religioso.

A Praça do Palácio possuía 5.711 m<sup>2</sup> e o Terreiro de Jesus, em conjunto com a Ladeira da Igreja de São Francisco, possuía 10.927 m<sup>2</sup>. O Palácio dos Governadores posicionava-se lateralmente ao flanco aberto. A Casa de Câmara posicionava-se ao lado do Palácio e, interrompendo a ortogonalidade das quadras, afastou-se do alinhamento da Rua Direita dos Mercadores, inclinada num ângulo de aproximadamente 30°. O resultado foi uma forma mais livre, distanciando parte da fachada em relação à rua, criando uma área de enquadramento visual para quem chegava no largo, vindo da Catedral da Sé ou do Terreiro de Jesus.

O edifício da Alfândega, presente já em mapas do primeiro quartel do século XVII<sup>31</sup>, foi adaptado para receber a Casa da Moeda em 1694<sup>32</sup>, no lado norte da praça. A construção estava. O espaço adquiriu um formato em "U" bastante comum. Este tipo seria repetido noas praças cívicas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Um desenho que delimitava o recinto, cercado por construções sem confiná-lo completamente, e ainda abria-se ao panorama marítimo.

Construído na fachada leste da praça a Casa da Relação, obstruiu parcialmente a visão do mar. Não era uma situação comum ao urbanismo ibérico, e não causa estranheza que tenha sido erigido no período de domínio espanhol, sob ordem de Felipe II. Era uma intervenção na

*plaza mayor* da capital da colônia, uma negação da imagem portuguesa e uma reformulação aos moldes da praça de quatro lados espanhola. Este edifício foi demolido em 1871 para a construção do Parafuso da Conceição, atual Elevador Lacerda.

Com a ampliação da área fortificada, a praça cívica passou a fazer parte de um sistema coeso de três lugares, a ela se juntando a Catedral da Sé (demolida em 1933) e o Terreiro de Jesus. Esta ampliação vê-se em mapas do primeiro quartel do século XVII<sup>33</sup>. No terreiro era fortíssima a relação compositiva entre a Igreja Jesuíta (atual Basílica de Salvador) e a igreja de São Francisco no alto da ladeira, que se alongava do largo até sua fachada e que se mantém até hoje.

São duas as leituras possíveis do mapa de axialidade e que ajudam a compreender a relação entre espaços determinantes do desenho urbano do núcleo cívico.

Na primeira percebe-se a integração das cidades alta e baixa, ou entre a praça cívica e a zona comercial. Ainda que considerando a acentuada declividade entre as duas partes, as vias de maior integração faziam a comunicação entre elas. A articulação entre a zona comercial com o restante da cidade, dificultada pela diferença topográfica, era facilitada pela acessibilidade das ruas que ligavam uma ao outro. Os principais eixos faziam-se sobre as vias que atravessavam a zona portuária e a praça cívica. A trama regular da cidade alta homogeneizava a acessibilidade, desvalorizando a acessibilidade aos edifícios que não estivessem na Praça do Palácio. Apesar da proximidade e da facilidade de comunicação entre o Palácio dos Governadores, a Catedral da Sé e o Colégio dos Jesuítas, não se vê destaque na via de ligação entre eles, a antiga Rua Direita dos Mercadores, em relação ao sistema como um todo.

Essa situação se modificava completamente quando analisada o mapa sobre uma segunda abordagem, isolando o mapa de axialidade da Cidade Alta. Apresenta-se então uma situação

31 REIS FILHO, op. cit., passim.

32 GONÇALVES, Cleber B. *CASA DA MOEDA DO BRASIL: 1989 ANO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA*. Rio De Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1989, p. 56.

33 REIS FILHO, op. cit., p. 17-19.

evidentemente privilegiada de acessos ao Terreiro de Jesus, sendo que o eixo de integração passa a ser a comunicação deste com a praça cívica. A rua paralela à antiga Rua Direita dos Mercadores passa a função de eixo integrador do sistema, comunicando o Palácio dos Governadores com a Catedral da Sé, a Igreja e o Colégio dos Jesuítas. O núcleo integrador é revelado no entorno imediato do Terreiro de Jesus, partindo dele o eixo integrador até se conectar com a praça e o núcleo cívicos.

Do ponto de vista da conectividade as vias se comportam de maneira semelhante, nas duas visões do conjunto o eixo integrador coincide com a via de maior conectividade. Porém, quando isolados os sistemas das Cidades Alta e Baixa a maior conectividade se mantém na zona comercial, ou seja a coincidência ocorre em cada sistema isolado. Outro aspecto é a queda da conceptibilidade entre os dois sistemas. Essa informação revela que as vias de ligação entre elas tinham uma função exclusivamente de ligação entre as duas partes, não desenvolvendo permeabilidade com a malha do sistema. Eram o que se pode chamar de “afunilamento” para transição entre as partes baixa e alta.

O índice de inteligibilidade do sistema 0,46 evidencia uma fraca correlação entre a integração e a conectividade das vias. Porém, este índice é significativamente elevado pela condição de correspondência entre estes dois parâmetros na Rua Direita e a principal da zona comercial. Essa é uma evidência que leva a previsibilidade de mais co-presença nessas vias. No caso da cidade alta esta relação se potencializa quando considerado independente da parte baixa.

O perímetro recortado abrange uma área de 483.904 m<sup>2</sup>. O conjunto tem uma área construída de 190.317 m<sup>2</sup>, em oposição aos 293.587 m<sup>2</sup> de espaços vazios. Esses vazios significam portanto 60,7% da área total. Uma percentual acima da média de 51,7% encontrada em conjunto com os mapas coloniais de Belém e Rio de Janeiro, demonstrados nos respectivos capítulos. Se comparadas com as médias encontradas nas cidades europeias 32,03%, ou apenas nas portuguesas 33,7% percebe-se que as

capitais do Brasil tiveram caracteristicamente uma proporção alta de áreas vazias em relação ao núcleo urbano. O teria reflexos diretos sobre os mapas de isovistas.

Observando o com mapa de isovistas percebe-se que, de fato, as partes de maior visibilidade estão no Terreiro de Jesus, em seguida estão a Praça do Palácio e um pátio próximo à capela de N. Sra. da Ajuda, delimitado pelos baluartes da primeira configuração de muros. Não pode deixar de ser observado um dado fundamental da implantação portuguesa, desconsiderado pelo mapa de isovistas, a altura final do edifício considerando o relevo.

Observando-se um perfil<sup>34</sup> de 1695, de Salvador vista do mar, a Catedral da Sé se destaca em toda a paisagem. Também se realçam as igrejas do Terreiro de Jesus e a Palácio dos Governadores, parcialmente obstruído pelo Tribunal da Relação. Pode-se dizer que a Catedral da Sé e o Terreiro de Jesus possuíam a característica urbana dos edifícios religiosos: o posicionamento nas áreas de maior visibilidade. Já o Palácio, de dimensões modestas, somente não estava enclausurado pela abertura para a baía. Ou seja, não se voltava para o interior da cidade, e sim para o exterior. Habilmente, estava em posição estratégica de defesa e, ao mesmo tempo, conectado ao núcleo de integração, no qual o Terreiro de Jesus era o espaço principal. Entre um e outro a Catedral da Sé, demolida em 1933. Além do destaque topográfico a cidade nesse período ainda possuía grandes vazios a serem preenchidos, evidenciados pelos 950 m<sup>2</sup> de área média dos espaços convexos. Média que cairia 20,8% em relação ao mapa do século XX, e como consequência destacaria mais os largos e as praças.

A praça cívica não se voltava para as construções - como as praças religiosas - e sim para o mar. Era na chegada dos navios que se tinha a leitura panorâmica da cidade. As torres das igrejas eram vistas se destacando da massa de pequenas construções, de um ou dois pavimentos, e a forma em “U” permitia a visão não apenas dos edifícios mas do praça em si.

<sup>34</sup> REIS FILHO, op. cit., p. 35-36.



O mesmo ocorreu com os terreiros de Lisboa e Rio de Janeiro.

Naquele período, Salvador apresentava um resumo de características históricas das cidades portuguesas. O traçado urbano tinha a maleabilidade das ruas medievais e a regularidade evocada pelos renascentistas. Era com isso um desenho híbrido, útil à organização hierárquica entre os centros e o tecido comum da cidade. Dessa hierarquia, tinha as igrejas localizadas nos locais mais elevados, evidenciando a construção sobre a paisagem natural. Apesar de estarem geralmente nos largos mais espaçosos, subordinavam-se no sistema de circulação à praça cívica. Esta, apesar de mais confinada, tinha uma posição de centralização de fluxos, combinada com uma simetria que não significava necessariamente estar no centro geométrico do perímetro urbano. As atividades comerciais ocorriam nas ruas de maior circulação, normalmente próximas às igrejas e ao núcleo cívico. Na praça cívica aglutinavam-se as subdivisões do poder entre o Palácio dos Governadores, a Casa da Câmara, a Casa da Moeda e o Tribunal da Relação. Segundo Teixeira<sup>35</sup>:

É na cidade de Salvador da baía que encontramos contudo uma expressão bastante nítida da síntese de algumas das características fundamentais das cidades de origem portuguesa. Nomeadamente, a construção do núcleo urbano primitivo no cume de um monte, e a sua organização em dois níveis, a cidade alta e a cidade baixa, com funções e características bem distintas: a cidade alta, sede do poder civil e religioso e a cidade baixa, local onde se desenvolviam as actividades marítimas e comerciais.

Como foi verificado nos exemplos analisados na contextualização histórica pode-se perceber uma tendência de aproximação do núcleo integrador e a praça cívica. Havia o mesmo sentido de conexão das câmaras municipais com as igrejas matrizes nas cidades portuguesas examinadas. Essa conexão de certa maneira estruturava a rede de circulação e o próprio desenho urbano, no seu entorno imediato. Era um sistema coeso de praças articuladas, a par-

tir do qual de desdobravam as articulações entre os casarios e os locais comerciais da vida cotidiana.

O sistema de fortificação reunindo os muros e baluartes que circunscreviam a área em processo de urbanização, tinha sua ordenação correlata ao que ocorria no interior da *urbis*. Existia para protegê-la, sua ordenação era condicionada ao território circunscrito e à sua abordagem marítima. Quando a *urbis* crescia para além desses muros eram construídos novos, estrategicamente posicionados. Os fortes, obrigatoriamente se distanciavam dos edifícios principais intramuros. A condição de defesa estabelecia esta ordenação, que tinha consequência sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Esta situação foi muito clara em Salvador. O desenvolvimento linear da cidade ao longo da costa se deu de um ponto a outro entre as fortalezas e os bairros até então consolidados.

O crescimento, contudo, não subverteu a hierarquia do sistema viário estabelecido, a contrário, o caracterizou ainda mais. O mesmo ocorreu com a organização visual dos edifícios institucionais, que se realçavam na paisagem construída por sua condição de destaque na paisagem natural.

---

35 TEIXEIRA, op. cit.

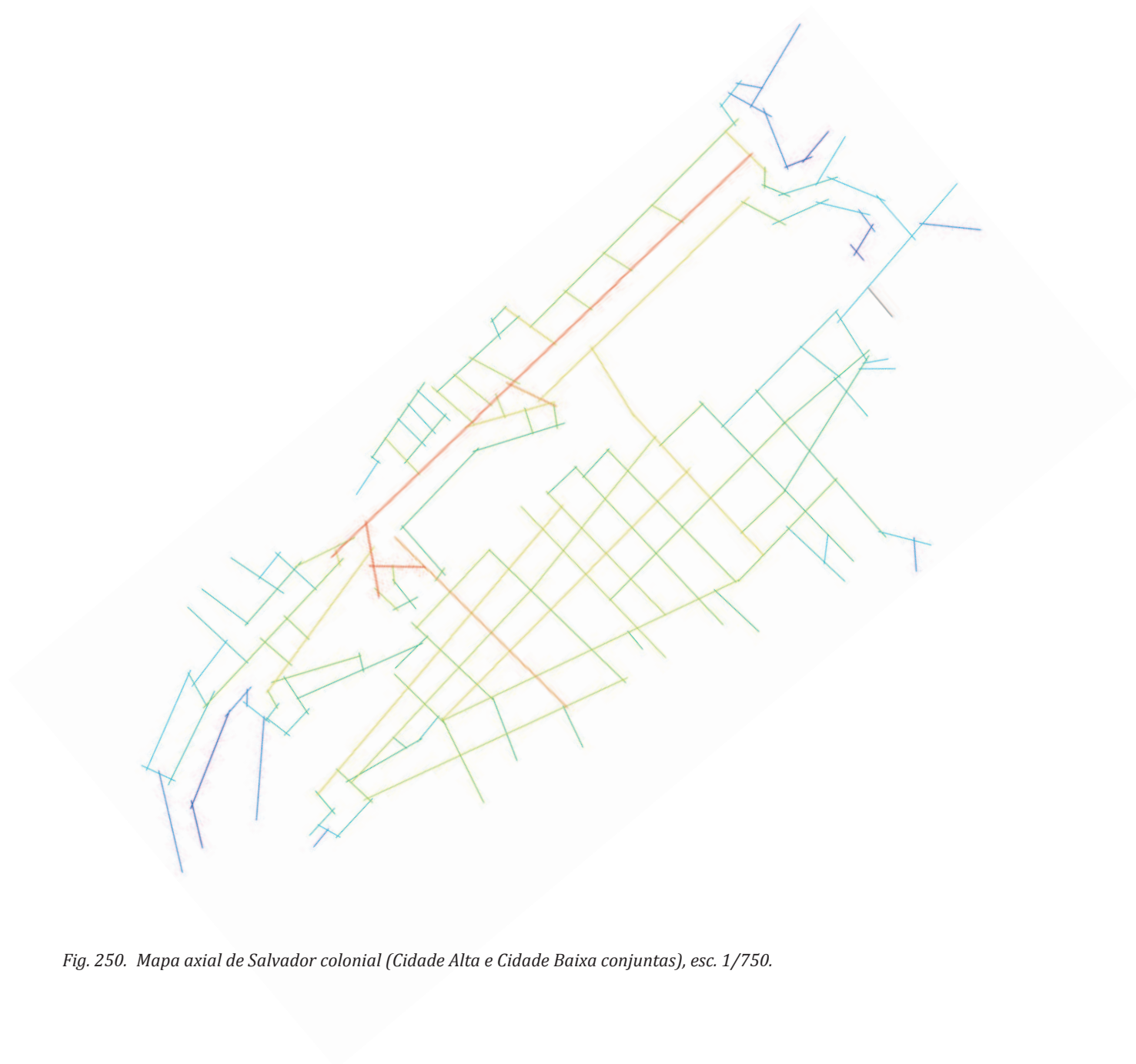
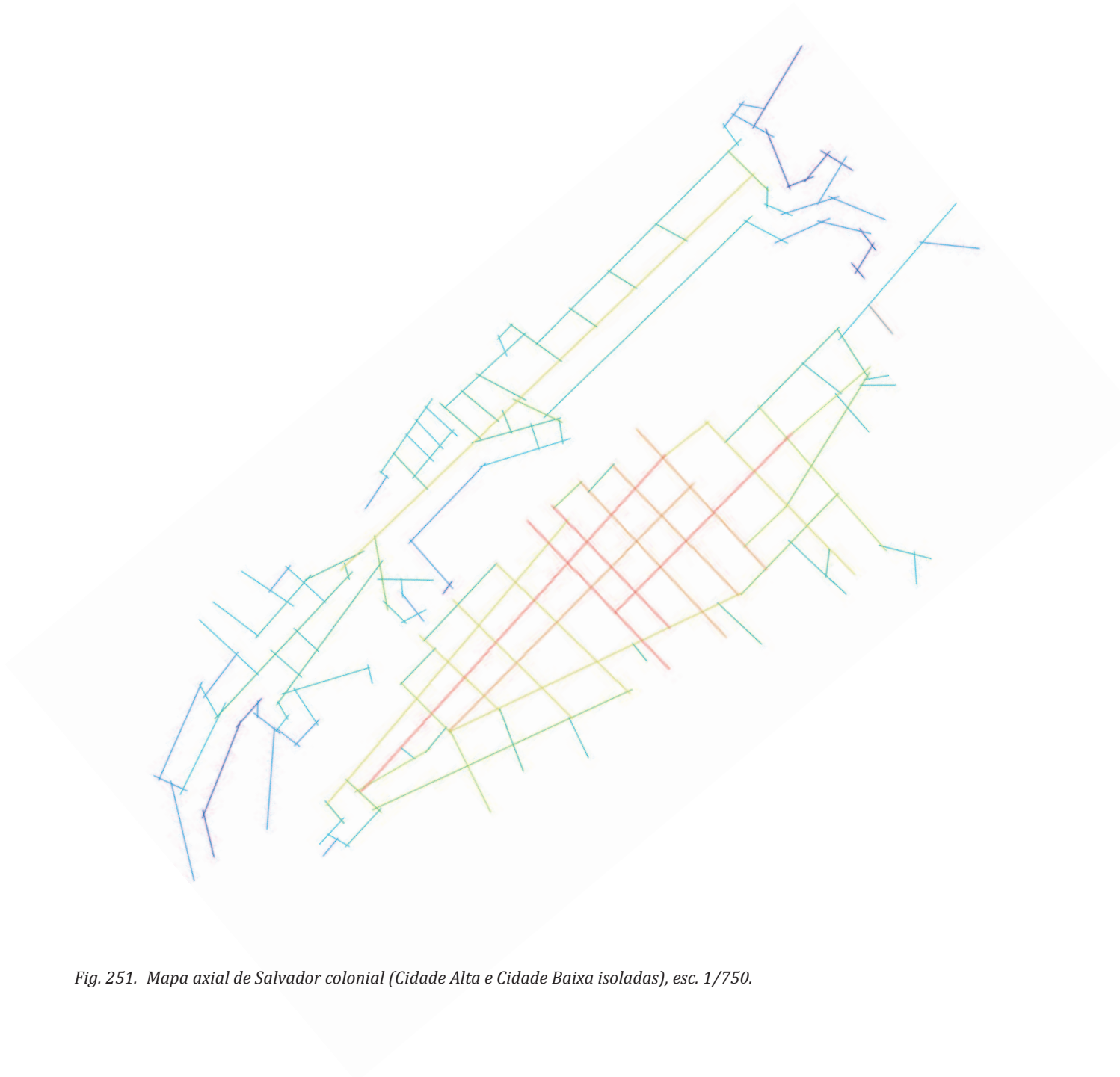


Fig. 250. Mapa axial de Salvador colonial (Cidade Alta e Cidade Baixa conjuntas), esc. 1/750.



*Fig. 251. Mapa axial de Salvador colonial (Cidade Alta e Cidade Baixa isoladas), esc. 1/750.*



Fig. 252. Mapa de isovista de Salvador colonial (somente Cidade Alta), esc. 1/750.

### 3.2.3. O MAPA ATUAL

Observando o mapa axial atual do conjunto Cidade Baixa e Alta, repete-se a mesma condição anterior de forte integração entre as duas partes. O eixo de integração da parte baixa é a Rua Portugal, que liga o Mercado Modelo ao Palácio do Comércio, na Praça Riachuelo. Porém, percebe-se que o eixo referente a Rua da Misericórdia, antiga Rua Direita dos Mercadores, que liga a Praça Tomé de Sousa ao Terreiro de Jesus passa a ser o eixo integrador de todo o sistema. Ou seja, o desenvolvimento do núcleo cívico, e mesmo da parte baixa levaram a reforçar a condição de rua principal.

É precisa a coincidência da Rua Portugal e da Rua da Misericórdia, eixos integradores do núcleo comercial e cívico, respectivamente, com os eixos de maior conectividade. O que determina grande compreensão da funcionalidade dessas ruas. Embora livre, o traçado urbano apresenta uma clara hierarquização das ruas. Respeitando não apenas as condições topográficas, mas cria situações locais de composição urbana e arquitetônica, como a inclinação da fachada da Casa de Câmara em relação à Rua da Misericórdia e a diversificação de formas dos largos.

A conexão entre a Praça Tomé de Sousa e Praça da Sé com o Terreiro de Jesus, formando um caminho em “L” passa a ser a via estruturadora no núcleo cívico. Ao longo dela, desenvolvem-se os espaços simbólicos de valorização do poder do Estado e seus signos. O Pelourinho, que antecede à chegada na Igreja de S. Francisco, no alto do largo da Cruz de S. Francisco era um símbolo do poder do Estado, criando uma cenografia que unia o aspecto cívico ao religioso.

Observando os níveis de visibilidade da parte alta, nota-se que os três pontos de maiores índices são os cruzamentos em frente à Ladeira da Misericórdia, à Igreja da Misericórdia e à Praça da Sé. Esta condição reforça o “L” de conexão entre os edifícios e espaços, formando um conjunto arquitetônico coeso e integrado.

Percebe-se o confinamento típico dos traçados

medievais, com eixos visuais formados por ruas estreitas, que levam de uma igreja a outra onde abrem-se pequenos largos, cuja visibilidade verificada no mapa de isovista é menor do que o que se tem no cruzamento das ruas. Este confinamento conduzido pelas ruas é interrompido pelo novo edifício da Prefeitura de Salvador, construído em 1986 no local da antiga Casa da Moeda, de autoria do arquiteto José Filgueiras Lima “Lelé”<sup>36</sup>. Este edifício, alçado do chão com o objetivo de abrir a visão através do terreno até a baía, antecipa a visão do mar. Antes da demolição da Casa da Moeda o recinto fechado da praça cívica era quem emoldurava este enquadramento.

O percentual entre ilhas e vazios espaciais se manteve praticamente o mesmo do mapa anterior 60,6%. Essa correspondência evidencia a manutenção das relações entre os volumes em planta dos edifícios e os espaços abertos, ou da rua com o quarteirão. Esse dado desconsidera a dimensão vertical dos edifícios, que no núcleo antigo de Salvador também manteve o destaque das igrejas em relação ao restante da paisagem urbana.

Comparando os dois mapas de isovistas vê-se que a valorização visual do Terreiro de Jesus no período colonial perde posição na hierarquia dos espaços a partir da abertura da Praça da Sé. A relação entre a praça cívica e o restante passa a ser mais forte visualmente, não apenas em termos de circulação, o que não é comum nas cidades medievais portuguesas. O comum é o enclausuramento inclusive do Palácio e da Câmara, conectando-se apenas por eixos de circulação de forte integração com os espaços religiosos. O que não pode ser negligenciado é a abertura da pequena praça cívica para a Baía de Todos os Santos, desconsiderada no mapa de isovistas. Esta continua sendo sua condição de maior visibilidade: quando vista do mar. Assim como na condição da cidade colonial, a relação do urbanismo com o mar continua sendo um fator presente, e que foi determinante da construção da praça.

<sup>36</sup> Construído em menos de um mês, tinha caráter provisório, mas acabou por permanecer definitivamente.



Fig. 253. Vista aérea da Praça de Tomé de Sousa e seu entorno. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 254. Mapa de Salvador atual, esc. 1/750.



*Fig. 255. Mapa axial de Salvador atual (Cidade Alta e Cidade Baixa conjuntas), esc. 1/750.*



Fig. 256. Mapa axial de Salvador atual (Cidade Alta e Cidade Baixa isoladas), esc. 1/750.





Fig. 257. Mapa de isovista de Salvador atual (somente Cidade Alta), esc. 1/750.

TABELA 4  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	SALVADOR COLONIAL	SALVADOR ATUAL
ÁREA	483.904	538.038
ILHAS	190.317	212.091
VAZIOS	293.587	325.947
(y/A)	60,7%	60,6%
(y/B)	1.599	951
(Y/C)	950	753
RRA	0,60	0,81
INT	0,46	0,40

\* Para definição dos coeficientes da primeira coluna ver tabela 1.





## 4. BELÉM

### 4.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA

Este estudo de caso trata de Belém, cidade que foi capital de uma unidade administrativa (Estado do Grão Pará e Maranhão) distinta daquela do Governo Brasileiro até o início do século XIX. Situada num território que compreendia os atuais Estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Piauí, o Grão Pará sofreu desmembramentos que se estenderam até 1823<sup>1</sup>, quando foi definitivamente incorporado ao Império do Brasil.

A inclusão de Belém nesta pesquisa obedece a um motivo especial: embora não tenha sido capital do Brasil, exerceu a função de sede administrativa do Estado ao qual era sede, sendo submetida diretamente a Lisboa. Belém então possuía autonomia administrativa em relação ao Brasil, apesar de poder-se dizer que estava inserida em seu território. Não obstante a condição política, o desenho urbano do núcleo cívico corroborou para sua inclusão no conjunto das capitais estudadas.

O processo de consolidação do núcleo cívico em Belém foi mais lento do que em Salvador. Se o segundo já nasceu capital do Governo-Geral, a primeira tinha por objetivo inicial a ocupação militar daquela parte do território e, embora fosse uma cidade real, somente no século XVIII se firma como uma das principais da América portuguesa<sup>2</sup>. O largo da Catedral da Sé foi durante um período o mesmo da Casa de Câmara e Cadeia. Casas destinadas à Cadeia, Câmara Municipal e Residência dos Capitães-Mores foram construídas em diferentes lugares até a consolidação da praça cívica e a construção definitiva do Palácio dos Governadores, atual Palácio Lauro Sodré - Museu do Estado.

Em 1572, 23 anos após a fundação de Salvador, D. Sebastião I de Portugal dividiu a administração da colônia em dois Governos-Gerais:

a) O Governo do Norte, com capital em Salvador;

---

1 A data de 15 de agosto de 1823 faz referência a decisão do governo local de Belém em unir-se ao Brasil independente. A decisão, conhecida como Adesão do Pará, incorporou ao Império do Brasil a Capitania do Grão-Pará.

2 IPHAN/INBI/SU/BELÉM. *FORMULÁRIO GERAL DO SÍTIO URBANO DE BELÉM: Pesquisa Histórica INBI/SU de Belém*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 37.

encarregado de administrar a região que seguia da capitania da Baía de Todos os Santos a do Maranhão;

b) O Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, responsável pelos territórios da Capitania de Ilhéus para até o extremo sul.

Posteriormente, em 1621, durante a União Ibérica (1580-1640) a dinastia Filipina dividiu o território da América Portuguesa em duas unidades administrativas autônomas:

a) Ao norte, o Estado do Maranhão, com capital em São Luís, abrangendo a Capitania do Pará, a Capitania do Maranhão e a Capitania do Ceará.

b) Ao sul, o Estado do Brasil, cuja capital era Salvador, encerrando as demais capitanias.

Durante a administração pombalina a política de incremento populacional e da produção agrícola no Vale do Amazonas estimulou o crescimento de Belém. Com o trânsito de mercadorias a cidade foi dotada de maior infraestrutura, aumentando sua capacidade populacional. Em consequência desse crescimento a cidade teve sua condição política elevada quando, em 1751, passou a sediar o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1755, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, instituída por Pombal selou definitivamente a supremacia comercial e política de Belém.

Como no estudo de caso anterior, será apresentada a seguir uma síntese da expansão urbana da cidade com o foco sobre as questões que fixaram a forma e o lugar da praça cívica no território, bem como a maneira que se dispuseram as construções a seu redor. A apresentação da formação urbana será dividida a cada metade de século por motivo exclusivamente cronológico, sem que tenha necessariamente relação com um evento específico.

#### 4.1.1. O SÉCULO XVII

Em 1615, após a conquista de São Luís do Maranhão, tendo como objetivo garantir a ocupação portuguesa do extremo norte do território brasileiro contra ataques de corsários ingleses, holandeses e franceses, o Capitão-Mor da conquista,

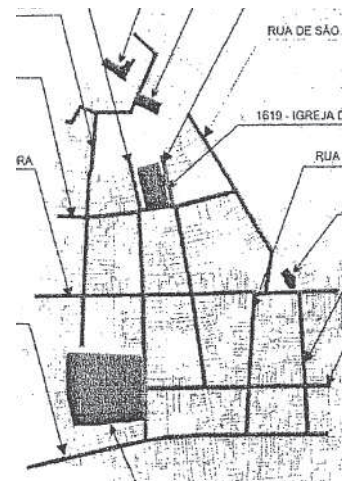


Fig. 259. Ruas e edifícios de Belém (1626). De cima para baixo: Forte do Castelo, Casa de Câmara e Cadeia, Pelourinho, Igreja de N. S. da Graça, Igreja de São João Batista e terreno e casa de Bento Maciel Parente. Fonte: Iphan (2003).

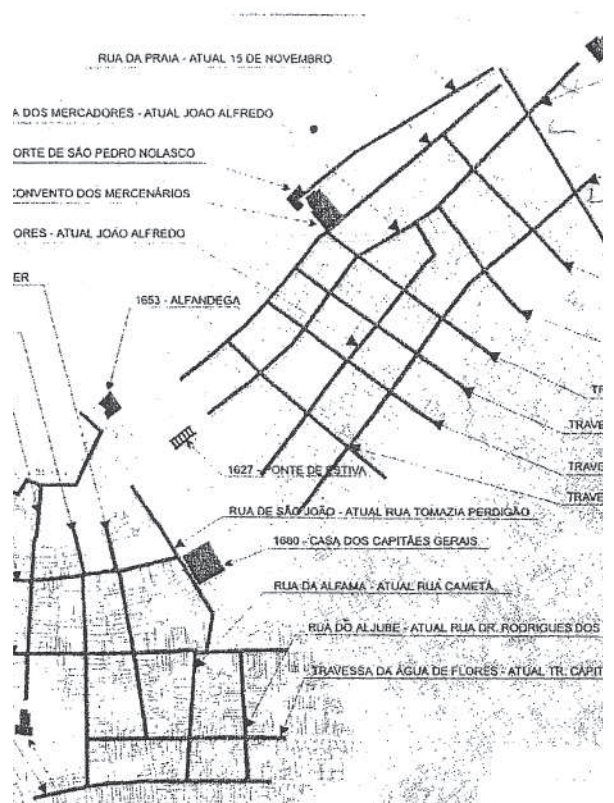


Fig. 260. Ruas e edifícios de Belém (fim do séc. XVII). De cima para baixo: Convento de Santo Antônio, Forte São Pedro Nolasco, Convento dos Mercedários, Alfândega, Casa dos Capitães Gerais e Igreja e Convento do Carmo. Fonte: Iphan (2003).



Fig. 261. O Forte do Castelo hoje. Fonte: Panorâmio(2011).



Fig. 262. O Forte do Castelo visto da Baía do Guajará. Fonte: Panorâmio(2011).



Fig. 263. Igreja de São João Batista. Fonte: Panoramio (2011)

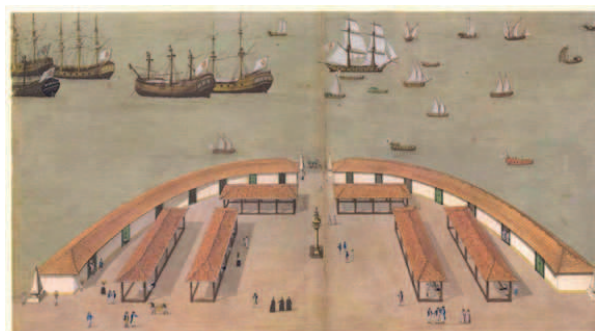


Fig. 264. O novo Pelourinho (substituiu o da Praça da Catedral). Situado em um baluarte semicircular, em frente à praia que servia de porto, na confluência da Rua do Norte com a Rua da Praia. Fonte: Biblioteca Nacional (2011).

Alexandre de Moura, determina ao Capitão-Mor da capitania do Rio Grande do Norte, Francisco Caldeira de Castelo Branco a partida da cidade de Natal em direção à foz do Rio Amazonas<sup>3</sup>. A expedição ancorou na Baía de Guajará em 12 de janeiro de 1616, numa região habitada pelos índios Tuipinambás<sup>4</sup>, levantado um forte de faxina e terra denominado Forte do Presépio de Belém<sup>5</sup> e fundando o povoado Feliz Lusitânia.

Esse ato fazia parte do processo de conquista portuguesa do litoral norte, naquilo que se denominou de Conquista Leste-Oeste<sup>6</sup>. A construção do forte pelos portugueses era o ponto de partida para a penetração e conquista do Amazonas. Anteriormente havia sido fundada a cidade de Filipéia de N. Sra. da Neves (1584, atual João Pessoa), o Forte dos Reis Magos (1598, origem da cidade de Natal, fundada em 1959) e o Forte de N. Sra. do Amparo (1613, nascedouro de Fortaleza).

O Forte do Presépio (atual Forte do Castelo) foi localizado em condições geográficas favoráveis à maneira portuguesa de se defender, uma vez que a Baía do Guajará dava proteção ao acesso para o mar. Era uma implantação equivalente ao Terreiro do Paço (Lisboa) e à Praça do Palácio (Salvador), em relação as suas baías. A fortificação fora feita de uma extensa paliçada que descia de um promontório em direção à praia. Foram construídas habitações simples e uma modesta capela. No próprio forte havia cômodos destinados ao Capitão-Mor<sup>7</sup>.

No ano seguinte deu-se início à construção da Casa de Câmara e Cadeia, próxima à Igreja de Santo Alexandre, no local onde fica atualmente o Largo da Sé<sup>8</sup>. Era, naquele momento inicial, um local com função cívica e religiosa, que estaria posteriormente inserido num contexto maior, de três

3 BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 34.

4 IPHAN, op. cit., p. 13.

5 Tipo de construção militar provisória, conhecida como fortificação de campanha ou de campo erguida de maneira fugaz, com aproveitamento de materiais locais sem muita elaboração, como terra apiloada e madeira de mato (faxina).

6 SILVA, op. cit., p. 63.

7 CRUZ, Ernesto. *Casas e palácio do Governo: Residências dos Capitães-Mores, Residências dos Capitães-Generais e presidentes da Província do Pará 1616 - 1974*. Belém: Gov. do Estado do Pará, 1976, p.13.

8 IPHAN, op. cit., p. 1.



Fig. 265. Perfil de Belém, vista da Baía do Guajará (ca. 1817-20). À direita: o Palácio dos Governadores; atrás: as torres da Catedral da Sé. Fonte: Reis (2001).

praças que dividiriam as atividades cívica, comercial e religiosa.

Em 1621, fundado o Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>9</sup>, Bento Maciel Parente, então Capitão-Mor, firmou residência fora da área protegida pela paliçada, ligando-a ao forte pela Rua do Norte<sup>10</sup>. Segundo CRUZ (1976, p.15):

O capitão-mor do Pará, na época do depoimento do Alferes Manoel Alvares, era Bento Maciel, que assumiu em 6 de outubro de 1621 e entrou o cargo à Manoel de Sousa d'Eça, no dia 6 de outubro de 1626. Quer isto dizer que o capitão-mor Bento Maciel residiu, em caráter oficial, em casa de propriedade da filha herdeira do conquistador<sup>11</sup> do Pará, possivelmente no período de 1621 a 1626.

Um dos primeiros caminhos a se consolidar foi essa ligação do largo em frente ao forte com a Residência do Capitão-Mor<sup>12</sup>. Segundo Cruz (1973, v. 2, p. 428):

[...] partindo da praça d'armas onde se abrigavam os soldados de Caldeira Castelo Branco ia até onde hoje está a igreja do Carmo, levantada nos terrenos que pertenceram ao Capitão-Mor Bento Maciel Parente e onde este tinha sua residência.

Segundo Penteadó (1968, p. 100):

Este caminho, que veio dar origem à primeira rua de Belém, acompanhava a escarpa do terreno do sítio primitivo da cidade pelo lado do Guamá; era um plano que se desenvolvia numa altitude situada em torno da cota 9 m; transformou-se na então chama-

9 SILVA, Francisco C. T. da. *Conquista e colonização da América portuguesa*. In: LINHARES, Maria Y. (Org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

10 IPHAN/INBI/SU/BELÉM. *FORMULÁRIO GERAL DO SÍTIO URBANO DE BELÉM*: Pesquisa Histórica INBI/SU de Belém. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 1.

11 Francisco Caldeira de Castelo Branco.

12 IPHAN, op. cit., p. 13.



Fig. 266. A Igreja de Santo Alexandre, na Praça da Sé. Fonte: Biblioteca Nacional (2011).



Fig. 267. A Ladeira do Castelo. Antigo caminho entre o Forte e a Residência do Capitão-Mor. Fonte: Panoramio (2011).

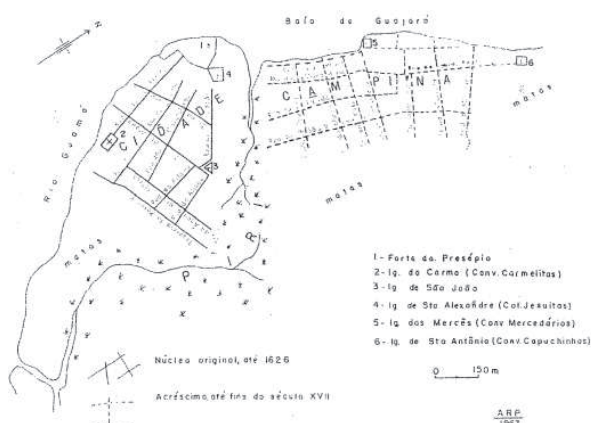


Fig. 268. Os núcleos urbanos da Cidade e da Campina. No centro, a região alagadiça do Piri, onde foi implantada a praça cívica (fim do séc. XVII). Fonte: Iphan (2003).



Fig. 269. Porto pesqueiro do Ver-o-Peso, próximo à antiga Alfândega. O edifício de ferro é do final do séc. XIX. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 270. A Praça do Relógio, em Belém. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 271. A Torre do Relógio vista da Praça da República, Serpa (Portugal). Fonte: Panoramio (2011).

da Rua do Norte, atual Rua Siqueira Mendes.

Nesta altura, definiam-se dois núcleos separados pelo Alagado do Piri, respectivamente Campina e Cidade<sup>13</sup>. Naquele período, quando já se haviam instalado na cidade os Carmelitas e os Capuchos, desenvolveram-se habitações em taipa ao norte, na localidade denominada Campina<sup>14</sup>. O núcleo da chamada Cidade, em consequência da construção do forte, das residências dos capitães-mores e da Igreja de N. Sra. da Graça, se consolidava como o núcleo cívico de Belém. Por outro lado, o desenvolvimento comercial se daria posteriormente na região da Campina, impulsionado pelo comércio de drogas do sertão.

Em 1653 foi fundada a primeira Alfândega, próxima à desembocadura do Piri e da Casa do Ver-o-Peso (na região da Campina), provável atracadouro da cidade<sup>15</sup>. Formava-se um largo de atividade comercial latente. Este largo (atual Relógio) viria a compor, em conjunto com Largo da Sé (atual D. Frei Caetano Brandão) e a praça da futura Casa do Governador (atual D. Pedro II), um tríptico dividido por suas funções: religiosa, comercial e administrativa, que, como já foi sistematicamente exemplificado na contextualização histórica, são os elementos prevaletentes do núcleo cívico. Cabe observar que a Praça do Relógio, como denota o próprio nome, possui o elemento simbólico do “*enviroment of trade*”<sup>16</sup> medieval - eg. Palazzo del Broletto (Brescia, Itália), Cloth Hall (Ypres, Bélgica) e Marktplatz (Bruges, Bélgica) e a Torre do Relógio (Serpa, Portugal).

O comércio de drogas do sertão era um dos principais fatores de desenvolvimento da cidade, bem como a cultura de cacau<sup>17</sup>. Começa então a se definir um vetor de crescimento em direção à Campina. Edifícios administrativos se instalavam naquela região, residências e lojas de comerciantes são construídas no Caminho de Santo Antônio, posteriormente denominada Rua dos Mercadores (atual avenida João Alfredo). A Campina viria

13 CRUZ, Ernesto. *Casas e palácio do Governo: Residências dos Capitães-Mores, Residências dos Capitães-Generais e presidentes da Província do Pará 1616 - 1974*. Belém: Gov. do Estado do Pará, 1976, p.15.

14 CRUZ, op. cit., p.15.

15 IPHAN, op. cit., p. 27.

16 KOSTOF, op. cit., p. 96.

17 IPHAN, op. cit., p. 36.



a chamar-se Bairro dos Mercadores<sup>18</sup>. Em 1665 foi construído o Forte São Pedro Nolasco junto ao Convento dos Mercedários, também naquela região.

Segundo IPHAN/INBI/SU/BELÉM (2004, p. 12-13):

As expedições de caráter conquistador, como a de Pedro Teixeira, o estabelecimento de missões religiosas ao longo do rio, bem como as povoações que visaram explorar o comércio de drogas do sertão e de escravidão indígena fizeram com que a população de Santa Maria de Belém do Grão Pará transcendesse sua função inicialmente militar e assumisse o papel de entreposto comercial, para o que sua posição geográfica colaborou muito, por estar entre o rio e o mar, e nessa vocação se desenvolveu e chegou a assumir a posição de centro político administrativa da região, suplantando mesmo São Luís no século XVIII.

[...]

em 1680, a construção da casa do governador, no núcleo original, então conhecido como Cidade, em oposição ao segundo núcleo da Campina, marcou a consolidação de Belém como um importante entreposto militar e comercial que rivalizava com São Luís no comando do Estado do Maranhão e Grão Pará. Impulsionada pelo comércio das drogas do sertão, Belém continuava a se desenvolver. Mesmo se sua área não tivesse ultrapassado ainda a barreira do Piri, a cidade se adensava.

O desenvolvimento urbano e a consolidação do comércio impulsionavam o incremento material da Campina. Concomitantes a este crescimento, na parte sul eram construídas as Igrejas do Carmo, de São João e de Santo Alexandre (Colégio dos Jesuítas). A Casa do Governador seria o edifício determinante da função cívica da nova praça, destacada do Largo da Sé, que teria em 1883 um novo edifício destinado ao Palácio Municipal ao seu lado.

#### 4.1.2. O SÉCULO XVIII

Durante a primeira metade do século as construções temporárias entraram num processo de reconstrução, entre elas o Forte Presépio. Novos

18 PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 55.

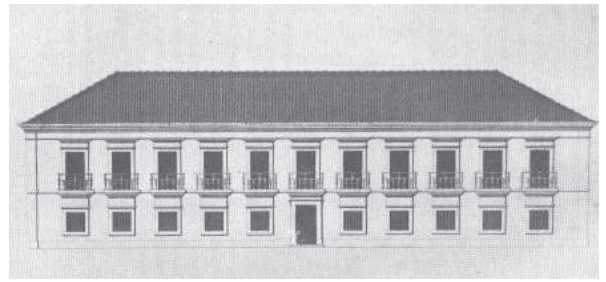


Fig. 272. Fachada da Residência de Governadores e Capitães-Gerais do Estado do Grão-Pará, no Largo da Sé. Fonte: Cruz (1976).



Fig. 273. O Largo de Sé. À esquerda: a Igreja de Santo Alexandre; à direita a Catedral da Sé (s/d). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).



Fig. 274. A Catedral da Sé e a Igreja de Santo Alexandre vistas do Largo do Relógio (1935). Fonte: Biblioteca Nacional (2011).

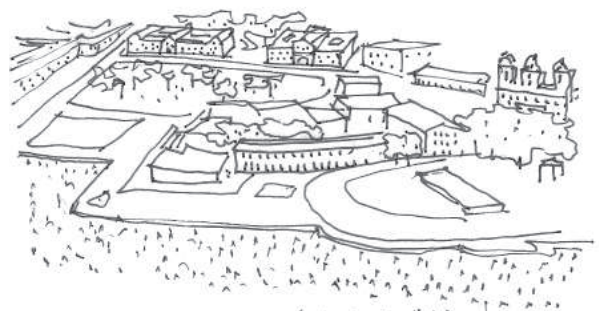


Fig. 275. A Praça do Palácio, a Praça do Relógio e a Praça da Sé, vistas da Baía do Guajará.



Fig. 276. Ruas e edifícios de Belém no Período Pombalino (1791). De cima para baixo: Reduto de São João, Convento de Santo Antônio, Açougue, Forte São Pedro Nelasco; Igreja das Mercês, Igreja da Misericórdia, Igreja de Santana, Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, Praça do Pelourinho, Alajamento da Tropa e Praça dos Quartéis, Armazém e Casa das Canoas, Palácio Episcopal, Ópera, Palácio dos Governadores, Igreja de N. S. do Rosário dos Brancos e Igreja do Carmo. Fonte: Iphan (2003).



Fig. 277. Mapa de Belém (1780). Fonte: Reis (2001).



Fig. 278. Plano de fortificação da região da Cidade (1773). Fonte: Reis (2001).

edifícios também foram levantados, entre eles destacam-se: o novo Convento dos Carmelitas, o Convento de São Boaventura, a Igreja de São Francisco Xavier e a Catedral de Belém, no local da antiga Matriz de N. Sra. da Graça<sup>19</sup>.

Duas construções que merecem destaque, nesse mesmo período são: a nova Residência de Governadores, cuja destinação foi alterada para os preladados da nova diocese, desmembrada do Maranhão e o armazém de pólvora, em um largo localizado na Campina, posteriormente denominado Largo da Pólvora.

Em 1734, por ordem do Rei, foram afastadas a Cadeia e o Pelourinho das igrejas, seminários e do bairro. A nova Casa de Cadeia fora transferida para a Rua dos Mercadores<sup>20</sup>. Esta rua desembocava numa área próxima ao Alagadiço do Piri, adquirida no mesmo ano pelo Capitão-Mor Antônio Duarte de Barros para ali instalar o Largo do Palácio<sup>21</sup>. Em carta régia de 1716, D. João V manda que se faça casa para que morassem os governadores no Largo da Sé, por ser parte mais pública e com melhor terreno para os exercícios da infantaria.

Segundo Teixeira<sup>22</sup>:

A cidade, implantada num sítio plano, era constituída por duas malhas urbanas distintas construídas simultaneamente e cada uma delas com uma estrutura sensivelmente ortogonal. A separar uma da outra existia um pequeno curso de água e terrenos vazios sobre os quais, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se estruturaram as duas grandes praças centrais de Belém. Uma destas praças estruturou-se progressivamente no decorrer do século XVII, no terreiro que separava a cidade da fortaleza. Neste espaço foram sendo sucessivamente construídos a Igreja Matriz, o Colégio Jesuíta e a Casa da Câmara. Simultaneamente, foi-se estruturando e regularizando esta praça, que nunca assumiu contudo uma forma geométrica perfeita. A segunda praça central de Belém, adjacente a esta, só no século XVIII se virá a desenvolver, associada à construção de um novo palácio do Governo. O que restava do vasto terreiro que separava as duas partes da cidade, até então um espaço urbano bastante irregular, foi reordenado e regularizado, transformando-se na grande praça nobre da cidade, à imagem das praças barrocas se-

19 IPHAN, op. cit., p. 37.

20 IPHAN, op. cit., p. 38.

21 IPHAN, op. cit., p. 3.

22 TEIXEIRA, op. cit.

tecentistas. Um dos lados maiores desta praça, de forma rectangular, era dominado pelo novo palácio do Governo, tendo chegado a ser proposta a construção, no centro da praça, de uma estátua equestre de D. José, com o objectivo de a transformar numa verdadeira praça real na tradição das praças reais europeias dos séculos XVII e XVIII, o que nunca chegou a acontecer.

Contudo, seriam do quartel posterior, quando iniciou o Período Pombalino, as referências cartográficas existentes de Belém. Além do original manuscrito dos arquivos do *Algemeen Rijksarchief*, em Haia “*de stat ende fort van grand para*”, possivelmente não há registros cartográficos anteriores à segunda metade do século XVIII<sup>23</sup>.

Também seria naquele período que chegaria à Belém o arquiteto régio de Bolonha, Antonio José Landi, responsável por uma reformulação profunda na arquitetura da cidade.

Em 1751, o Estado do Maranhão passou a denominar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, quando então a capital foi transferida de São Luís para Belém. O território abarcava os atuais Estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Piauí. Em 1755 foi criada a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Iniciava-se o Período Pombalino da cidade, uma vez que o Marquês de Pombal era Primeiro-Ministro português (1750 - 1777).

Belém dominava o monopólio comercial da Bacia Amazônica. A população crescia em exponencial, conseqüentemente, ocorriam transformações na infraestrutura da cidade. Juntamente com a comissão encarregada de demarcar os limites das colônias portuguesas e espanholas - após a assinatura do Tratado de Madrid (1750) - chegou à Belém Antonio José Landi. Responsável pela construção e renovação dos principais edifícios da cidade, ele foi um dos pioneiros da arquitetura neoclássica no Brasil.

Manoel Bernardo, Governador do Estado no início da segunda metade do século, enviou à Lisboa uma carta na qual informava o estado de ruína em que se encontrava a Residência dos Governadores, localizada no Largo da Sé. O edifício fora en-



Fig. 279. Manuscrito dos arquivos do *Algemeen Rijksarchief* (ca. 1640). À esquerda: a Campina; à direita: a Cidade, com o forte e primeiros quarteirões. Fonte: Reis (2001).



Fig. 280. Fachada da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, em Belém (por Landi). Fonte: Cruz (2001).



Fig. 281. Fachada da Catedral da Sé (por Landi). Fonte: Cruz (1976).



Fig. 282. Fachada do Palácio dos Governadores (por Landi). Fonte: Meira (1974).

23 REIS FILHO, op. cit., p. 397.

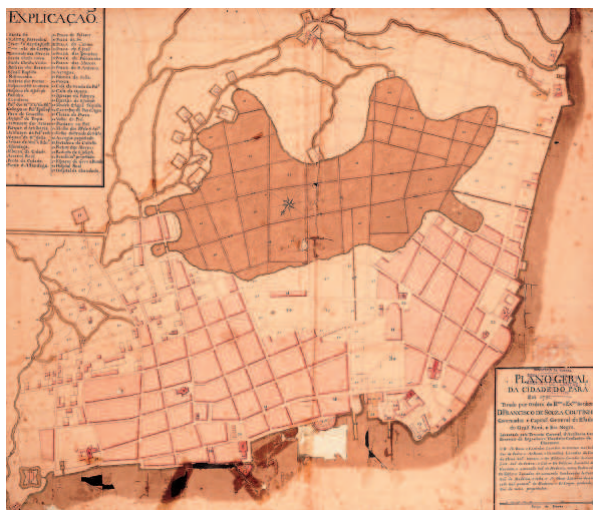


Fig. 283. Mapa de Belém (1791). Fonte: Reis (2001).



Fig. 284. A Catedral da Sé atualmente. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 285. O Palácio dos Governadores atualmente. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 286. O Palácio Antônio Lemos (antiga Câmara Municipal, atual Prefeitura) e o Palácio Lauro Sodré (antigo Palácio dos Governadores, atual Museu do Estado do Pará). Fonte: Panoramio (2011).

tão demolido, passando os governadores a morar em casas de aluguel<sup>24</sup>.

A praça principal próxima ao Pirí ainda sofria com o efeito dos alagamentos, quando em 1771 finalizaram as obras com o traço final de Landi para o novo Palácio dos Governadores<sup>25</sup>. As obras de aterramento do alagadiço estariam concluídas somente em 1853<sup>26</sup>, após 3 etapas de execução: 1) limpeza das valas que cortavam a atual Avenida Almirante Tamandaré; 2) instalação de estacas nas bordas das valas; 3) calçamento (“empedramento”) daquela via.

Em 1774 estava concluída a obra da Catedral da Sé e em 1796 a Alfândega era transferida para a Igreja das Mercês, cuja ordem havia sido expulsa do Pará<sup>27</sup>. O tríptico teve uma de suas funções deslocada - o comércio da Alfândega - enquanto o Largo da Sé consolidava sua função religiosa. Esta seria a configuração final do núcleo cívico, cujo mapa é estudado na análise morfológica.

A essa altura a capital do Estado do Brasil já havia sido transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Belém vivenciaria um emergente incremento material, traduzido nos seus edifícios de vanguarda estilística, e um fortalecimento de sua condição político comercial, até que após a instauração do Império do Brasil, seria definitivamente agregada ao Estado do Brasil.

24 CRUZ, op. cit., p. 50-52.

25 MEIRA FILHO, Augusto. *O BI-SECULAR PALÁCIO LANDI*. Belém: Grafisa, 1974, p.27.

26 DIÁRIO DO PARÁ. *Manuscritos revelam versão da construção de Belém*. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-93297-MANUSCRITOS+REVELAM+VERSAO+DA+CONSTRUCAO+DE+BELEM.html>

27 Foram expulsas de Belém, durante o domínio do Marquês de Pombal, as Ordens da Companhia de Jesus (1759) e de Nossa Senhora das Mercês (1794).

## 4.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

### 4.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO

Assim como no estudo de caso anterior, em Belém foram comparados dois mapas, um do período colonial (século XVIII) e outro atual (século XX). A delimitação da área foco obedece a dois critérios: os limites da cidade murada e sua correspondência sobre a malha urbana atual. Consequentemente, permitiu-se ajustes de delimitação, de forma a manter a área respeitando a nova morfologia. Nesse caso a organização das quadras e vias também não sofreu alterações radicais, admitindo relativa equivalência entre os dois momentos.

O antigo Palácio dos Governadores é hoje o Museu Histórico do Estado do Pará (Palácio Lauro Sodré). O edifício construído no fim do século XIX para ser a Câmara Municipal, ao seu lado, é a atual sede da Prefeitura de Belém (Palácio Carlos Lemos). Os edifícios principais da praça mantiveram parcialmente a função cívica, o que contribuiu para permanência do cunho representativo e simbólico da praça cívica. Em termos de dimensões é maior do que as praças de Salvador e do Rio de Janeiro, principalmente considerando as praças contíguas da Sé e do Relógio (antiga Alfândega). Como será comentado adiante, distinguia-se do espaço medieval para um ambiente que se aproximava mais do neoclassicismo, predominante no Período Pombalino.

A base do mapa colonial utilizado para a análise da sintaxe espacial foi extraída da planta elaborada pelo engenheiro militar Gaspar João Geraldo de Gronsfel<sup>28</sup>. Este engenheiro foi um dos militares que chegaram a Belém para atuar na Comissão de Demarcação dos limites do Tratado de Madri, em meados do século XVIII. O mapa faz parte de um estudo solicitado pelo governador com duas alternativas de fortificação para a cidade. Embora não tenha chegado a ser executada esta opção mostrava uma muralha de baluartes na parte continental e uma linha murada na parte oceânica que encerra-

vam a área da Campina e da Cidade. Embora não utilizada na análise morfológica, interessante ilustração é a segunda opção. Nela o autor encerra a Cidade por uma linha fortificada e, substituindo a muralha, uma extensão do alagadiço forma o Lago do Pirí ao seu redor, restando a Campina sem qualquer forma de proteção.

No mapa utilizado, a região fortificada abrangia os dois assentamentos desenvolvidos, sendo importante considerar o rendimento da rede de circulação ante as quadras lindeiras à região da Cidade Velha, uma vez que compo-riam a praça cívica da forma como de fato ficou consolidada.

No mapa atual a base utilizada foi a planta cadastral de setembro de 2011 e correções necessárias a partir da imagem aérea de julho de 2009 gerada pelo programa *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Ante a permanência de quadras, em relação ao mapa colonial, foi possível precisar o atual na mesma delimitação do anterior. Na parte interior os canais da Avenida Almirante Tamandaré fixam a área previamente tomada pelo Alagadiço do Pirí. Mesmo a área a beira-mar sofreu poucas variações de forma, podendo-se também manter o mesmo perfil marítimo da cidade.

<sup>28</sup> REIS FILHO, op. cit., p. 270.



Fig. 287. Plano para fortificação de Belém (1773) utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial.  
Fonte: Reis (2001).

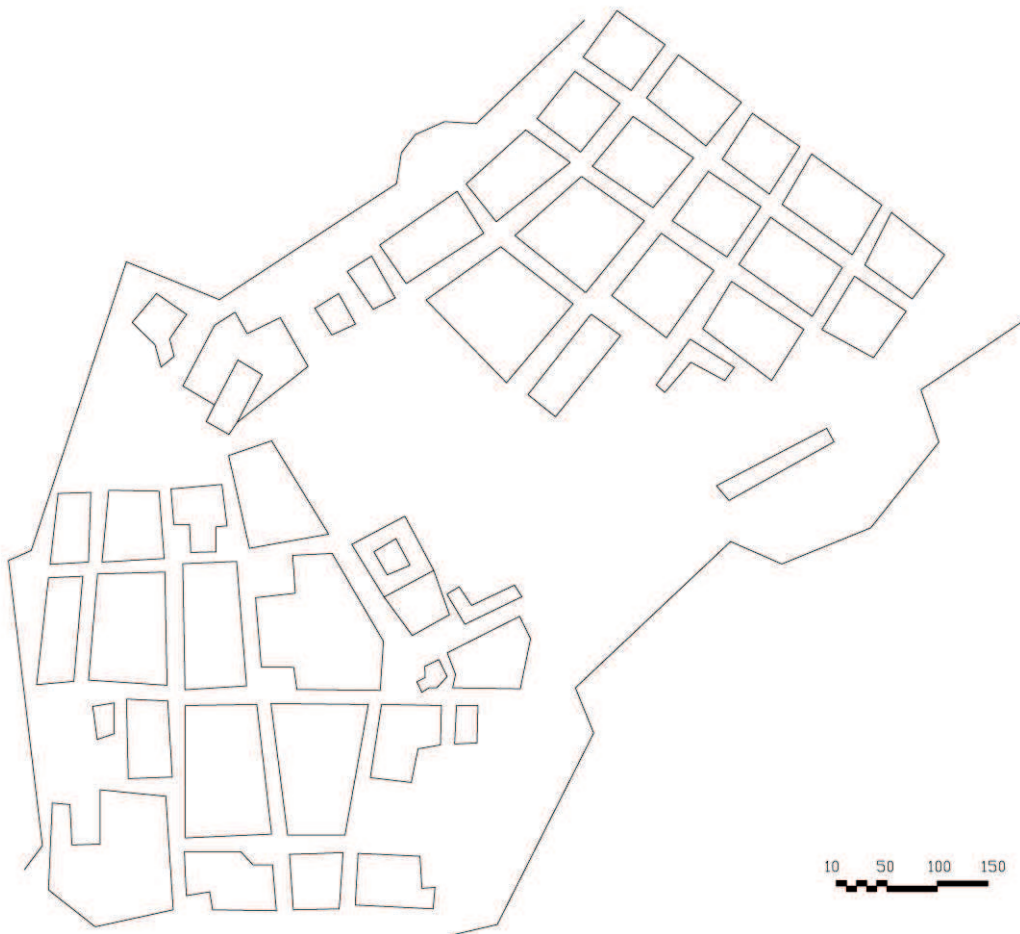


Fig. 288. Mapa de Belém colonial, esc. 1/750.

## 4.2.2. O MAPA COLONIAL

Como já foi citado, a praça cívica de Belém se constituía de vasto terreiro que separava as duas partes da cidade e tinha forma irregular. Associada a ela estavam a Sé e a Alfândega. Era um espaço amplo, de proporções incomuns nas vilas e cidades brasileiras. Menos próxima do mar, tinha uma atmosfera diferente da praça de Salvador, cuja amplitude estava toda condicionada à abertura para a baía.

Se comparar as proporções entre os largos de Salvador e Belém, logo se percebe a diferença de dimensões. Em Belém, a atual D. Pedro II possui 38.402 m<sup>2</sup>, tendo o lado do palácio 216 m e, se somada a área do Relógio a superfície chega a 49.970 m<sup>2</sup>. Em Salvador, a atual Tomé de Sousa mede apenas 5.711 m<sup>2</sup>, com 70 m no lado do palácio. São diferenças consideráveis se observada a condição de capital do Estado do Brasil atribuída a Salvador, mas que não se extingue quando a capital fora transferida para o Rio de Janeiro, onde o terreiro do paço tinha 13.180 m<sup>2</sup>, aos quais deve se somar a área em frente à fachada leste do paço, chegando a 18.624 m<sup>2</sup>. Nas cidades de colonização espanhola a praça onde se localizava o palácio, que tinha por hábito ser a principal ou *plaza mayor*, era concebida com proporções mais generosas. Em Buenos Aires ou na Cidade do México, por exemplo, passam ambas dos 60.000 m<sup>2</sup>. Dimensões que ultrapassam inclusive a área do Terreiro do Paço, em Lisboa, com aproximadamente 46.933 m<sup>2</sup>.

Observando o mapa axial, o eixo de integração localiza-se no espaço cívico, do lado oposto do Palácio dos Governadores. Em seguida, apresentam-se dois eixos, um deles no lado que fazia uma das fachadas do palácio e outro que parte do Largo da Sé. O eixo seguinte na hierarquia de integração localiza-se entre as quadras da Campina. Desta maneira, constitui-se em foram de “U” uma estrutura de conexão entre essa parte e a Cidade.

No restante, é homogênea a organização dos eixos, decorrente da malha reticulada, que tem como característica não formar núcleos de integração isolados. Conforme já mencionado, a

cidade se formava de duas retículas distintas e, como pode ser percebido no mapa axial, a integração se faz justamente na intercessão destas duas retículas.

A implantação da praça cívica varia em relação à Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa, por ter iniciado menos próxima da baía, parcialmente envolvida pelo tecido urbano do lado voltado para o mar. Todavia, pelo posicionamento, pode-se considerá-la como uma variante a beiramar, mais do que uma no interior do tecido urbano, como nas colônias espanholas. O palácio, embora a mais de 300 metros da margem e com a visão obstruída pela Catedral da Sé, estava de frente para a Baía do Guajará. Diferentemente de Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa, onde posicionavam lateralmente à baía.

A Catedral da Sé localiza-se num espaço religioso de maneira atípica, mais confinada do que o Palácio de Governo. Em Belém a Praça do Palácio traduz melhor uma condição neoclássica de monumentalidade do que nas outras cidades brasileiras, cuja tradição estava mais influenciada pelas cidades portuguesas da idade média e renascimento. Cabe aqui o paralelismo com a reconstrução de Lisboa, ambos sob o comando do Marques de Pombal, de caráter iluminista e classicizante. Mesmo nesta condição, a Sé posiciona-se próxima do vértice da praça cívica correspondente ao núcleo integrador do conjunto, com a maior confluência de eixos integradores.

Nota-se um destacado isolamento do Forte Presépio, no que tange a rede viária. Não era contudo um local de trânsito de pessoas no século XVIII, como nos primeiros momentos da cidade, quando aglutinava a maioria de suas atividades no largo que se destinou à Matriz.

No mapa de isovistas percebe-se que a área de alagamento do Piri apresenta-se com maior visibilidade. O território foi ocupado paulatinamente, com isso, as áreas vazias correspondem antes a uma ocupação parcial do que a uma intenção de projeto. Outro aspecto é o enclausuramento das ruas que se estende à Catedral da Sé. Este fechamento, ou tratamento secundário, comumente era dado às câmaras municipais,

nas cidades portuguesas, e não às igrejas. Por outro lado, é uma situação semelhante a que se encontra entre a Praça do Comércio e o Largo da Sé, na Baixa Pombalina, com a diferença de, neste caso a igreja se encontrar acima do nível da praça, no sopé do morro onde fica o Castelo de São Jorge. O terreno plano de Belém não permite esta distinção do edifício pela altura, embora a Sé esteja no local mais elevado.

Com a construção da Câmara Municipal e a instalação de novos edifícios após o aterro do Pirí - o que somente veio a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX - a forma da praça ficaria mais claramente delimitada no tecido urbano. O fato das linhas integradoras estarem mais próximas ao núcleo inicial da Cidade possivelmente decorre de serem acessos primitivos, cuja rede de circulação ulterior seria a eles conectada com menos bifurcações. Era uma espécie de *hall* de distribuição ao tecido urbano que acabaria por se consolidar na praça cívica após o aterro do Pirí.

As duas linhas transversais ao eixo integrador mostram nitidamente a existência de dois centros urbanos distintos e fortemente integrados. Esta condição reforça a presença da praça cívica como espaço de transição entre os dois centros. Ainda com um forte potencial de ocupação das áreas então alagadas, aquém do Palácio dos Governadores, que separava as já áreas ocupadas e em franco desenvolvimento.



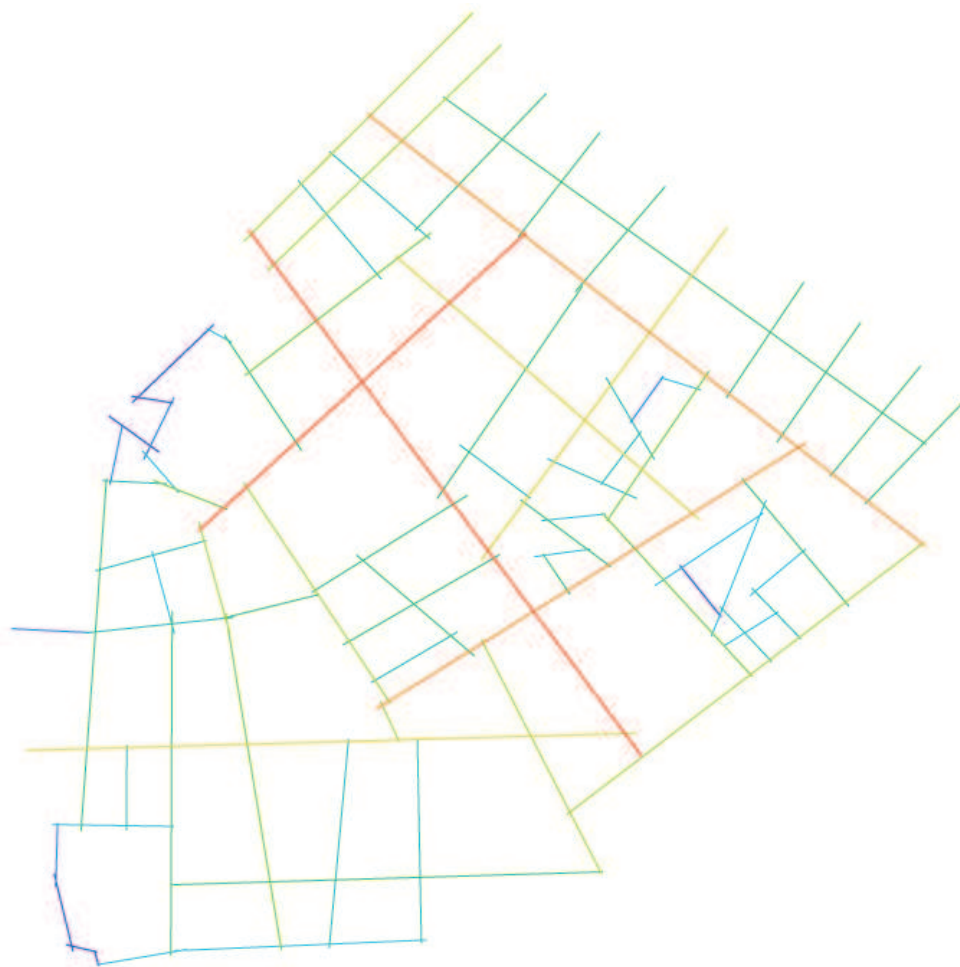


Fig. 289. Mapa axial de Belém colonial, esc. 1/750.

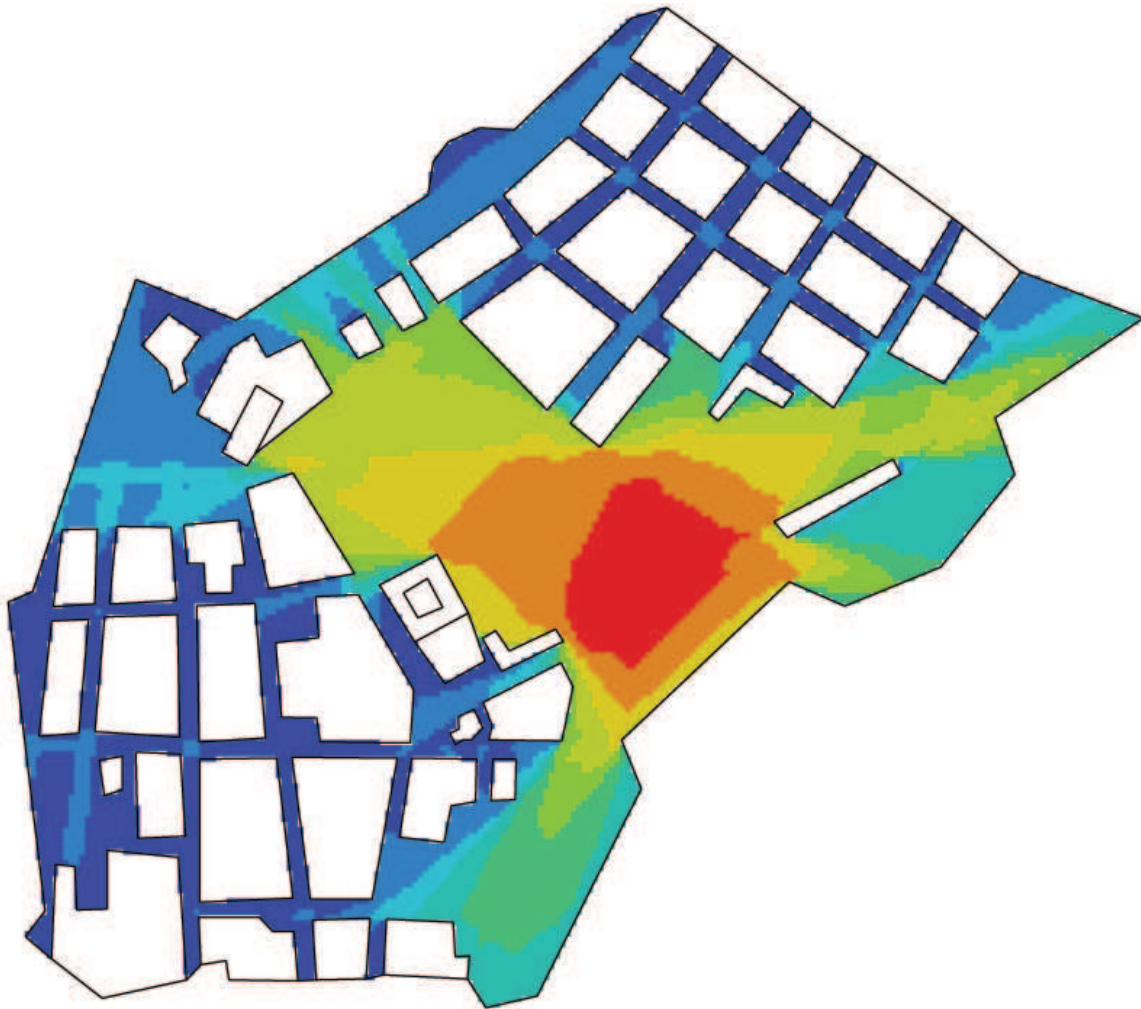


Fig. 290. Mapa de isovista de Belém colonial, esc. 1/750.

### 4.2.3. O MAPA ATUAL

Assim como em Salvador, a área delimitada para o estudo está hoje inserida num contexto de preservação tanto de conjunto quanto de bens isolados no âmbito dos governos locais quanto federal caracterizando o que se chama de centro histórico<sup>29</sup>. Muito pela condição de proteção legal destas áreas, a rede de circulações e a implantação dos quarteirões tendem a ser preservadas.

Sugere-se que, além da condição de proteção legal, a preservação obedece a uma continuidade que diz respeito exclusivamente ao desenho urbano. Traços da configuração espacial se mantêm porque são mais eficientes à utilização dos edifícios e espaços públicos. E eficiência, neste caso, não diz respeito unicamente a questões de agilidade no deslocamento ou mesmo a generosos panoramas das construções. Mas sim, de uma estreita relação da forma do espaço com a sua utilização coletiva. A hierarquização dos edifícios que somam suas massas criando um cenário de coesão e continuidade volumétrica. Como nas ágoras ou fóruns antigos<sup>30</sup> o recinto público tem essencialmente o objetivo de congregar edifícios de modo a encerrar as partes de um conjunto e os edifícios por sua vez configuram a qualidade do espaço urbano. Um quarteirão de habitações geminadas derivadas das *insulae*, com domicílio e comércio resolve ao rés do chão a vida urbana cotidiana, ao passo que o mesmo quarteirão pode ser ele todo um palácio e o mesmo chão passa a ter outra função urbana, mais solene. Uma igreja incrustada neste quarteirão, ou sendo ele próprio, gera ainda uma terceira qualidade ao espaço urbano e é o jogo entre estes motivos que organiza os espaços nos núcleos cívicos, bastante evidentes nas cidades capitais.

No mapa atual, apesar das poucas alterações nas quadras já definidas, algumas características de circulação se transformaram. Estas

transformações, além do sistema de circulação, afetaram também as isovistas.

O eixo de maior integração continua passando pela praça cívica, porém do lado próximo a antiga área da Campina, e o eixo oposto ao Palácio é o segundo nesta hierarquia. O vértice vizinho à área do Relógio ocupa a posição de núcleo integrador do sistema. Por um lado, este deslocamento poderia ser proveitoso para o enquadramento visual do vértice oposto - Palácio dos Governadores e Câmara Municipal - ou mesmo do vértice adjacente - Catedral da Sé -, porém estas possibilidades são parcialmente obstruídas pela generosa massa arbórea plantada na Praça D. Pedro II. Outra situação trazida com o novo eixo de integração é a conexão fluente entre essa praça e o Mercado do Ver-o-Peso.

Sob o ponto de vista funcional, a fluência de circulação das zonas residenciais para as zonas comerciais torna-se mais evidente neste mapa, deslocando o núcleo anterior entre as praças cívica e a religiosa. Mas, ainda que deslocado para a zona residencial, não se perde a relação do eixo integrador com a praça cívica.

Com a instalação da Câmara Municipal, as isovistas também mudam significativamente de condição. Esse edifício ao lado do Palácio está diretamente voltado para o mar, sem qualquer tipo de resguardo, seja pela implantação ou por construções intermediárias. Ocupa um espaço anteriormente vazio e que com isso fecha o perímetro tendo um efeito maior sobre as vistas do que sobre o sistema de circulação.

Diferentemente do período colonial, neste mapa coincidem os valores de integração visual e de acessibilidade. A diferença entre o padrão espacial das ruas e da praça, maior do que o padrão português comum apresenta nos valores de integração uma interpretação deste contraste. Nota-se visivelmente que o cruzamento entre o eixo integrador e a rua a ele perpendicular é um ponto de articulação entre as duas malhas ortogonais distintas do tecido urbano.

Os valores altos de integração visual no espaço cívico contradizem o padrão espacial comum nas cidades medievais portuguesas, onde o

29 MINISTÉRIO DA CULTURA, Programa Monumenta. *Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Minc, 2005, p. 58-91 e 307 - 366.

30 SPREIREGEN, op. cit., 1973, p. 6.

espaço cívico é confinado e o religioso amplo. Porém, o desenvolvimento urbano de Belém esteve diretamente associado ao Período Pombalino, a construção do Palácio dos Governadores de Belém é contemporânea à reconstrução do Terreiro do Paço lisboeta, com a mesma valorização espacial/visual em relação ao seu entorno. Aproxima-se do espaço monumental, onde a simetria controlada valoriza o governante, mais do que a Igreja.

Contudo, a integração que permanece entre a Igreja Matriz e o Palácio é muito semelhante com o que ocorria em Salvador, até a demolição da Sé. Depois desse evento a integração passou a ser com o Terreiro de Jesus e a Basílica Primacial. Os dois espaços se articulam como variações sobre temas repetidos. A praça cívica aberta para o mar ou muito próxima dele, sempre numa baía, como apêndice o Largo da Matriz, que também se articulava com a edificação da Alfândega. Obviamente, não são condições que permanecem no tempo e mesmo os edifícios são muitas vezes demolidos, como a Alfândega de Belém, a Casa da Moeda e a Sé em Salvador. Porém, o espaço resta subordinado a esta organização inicial cuja finalidade era primária para a existência da cidade e vital para uma capital.



Fig. 291. As três praças do núcleo cívico: Praça D. Pedro II, Praça da Sé e Praça do Relógio. Google Earth (2011).



*Fig. 292. Mapa de Belém atual, esc. 1/750.*

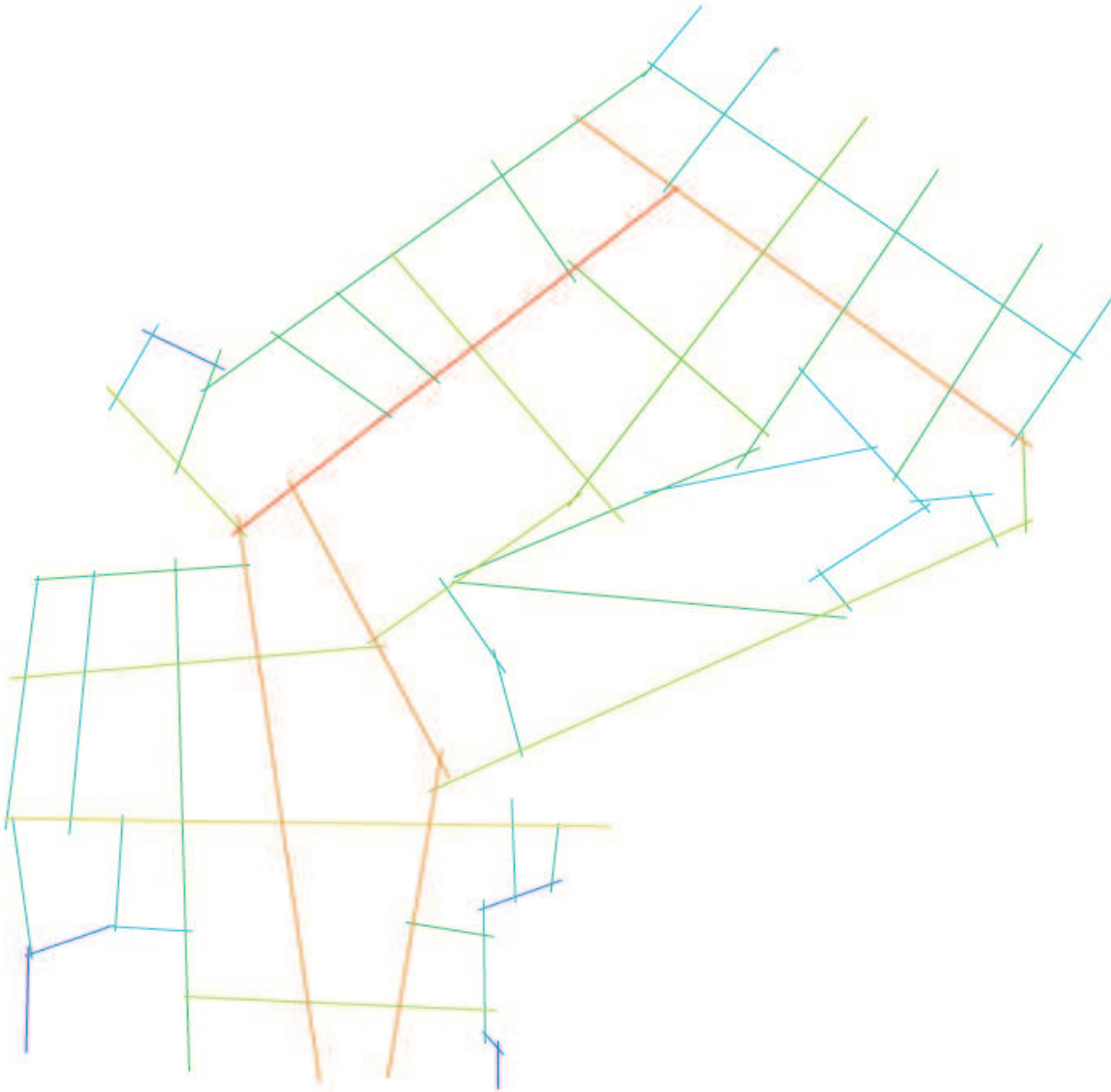


Fig. 293. Mapa axial de Belém atual, esc. 1/750.

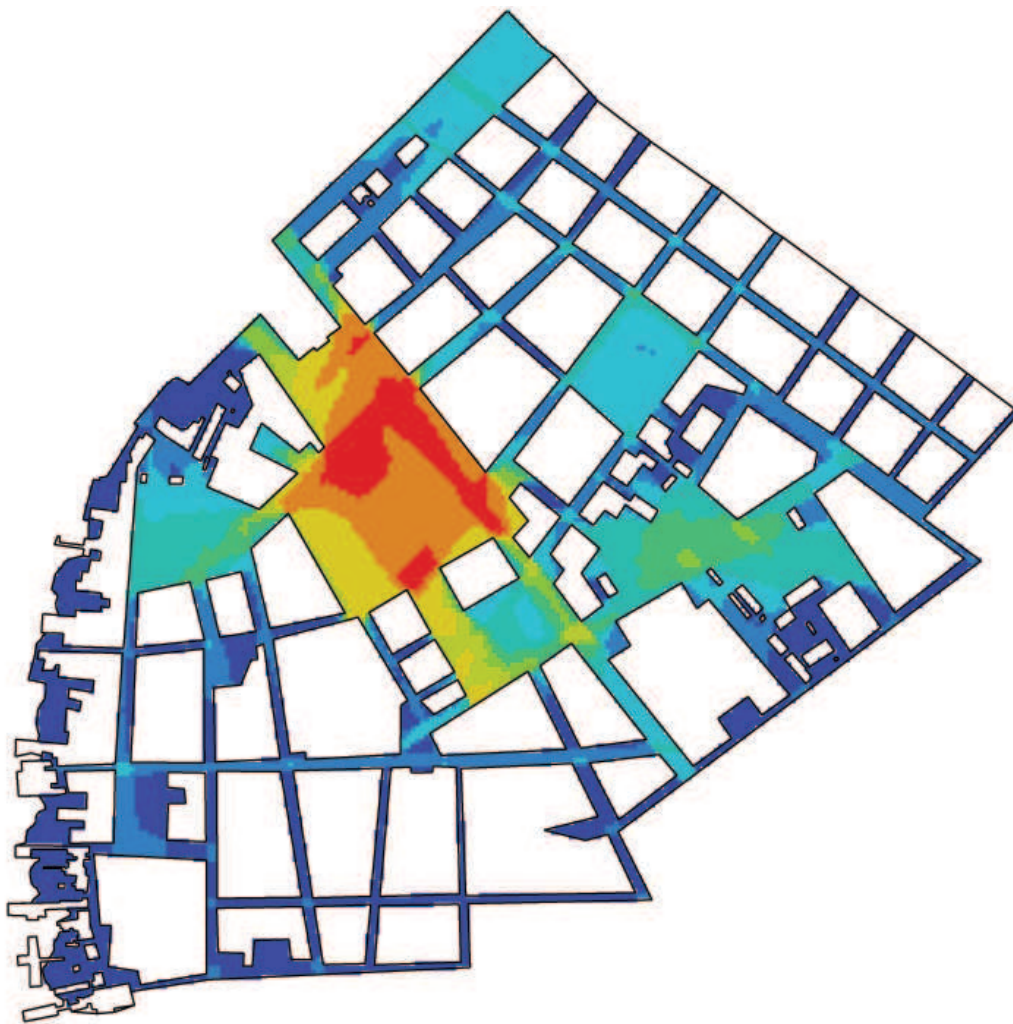


Fig. 294. Mapa de isovista de Belém atual, esc. 1/750.

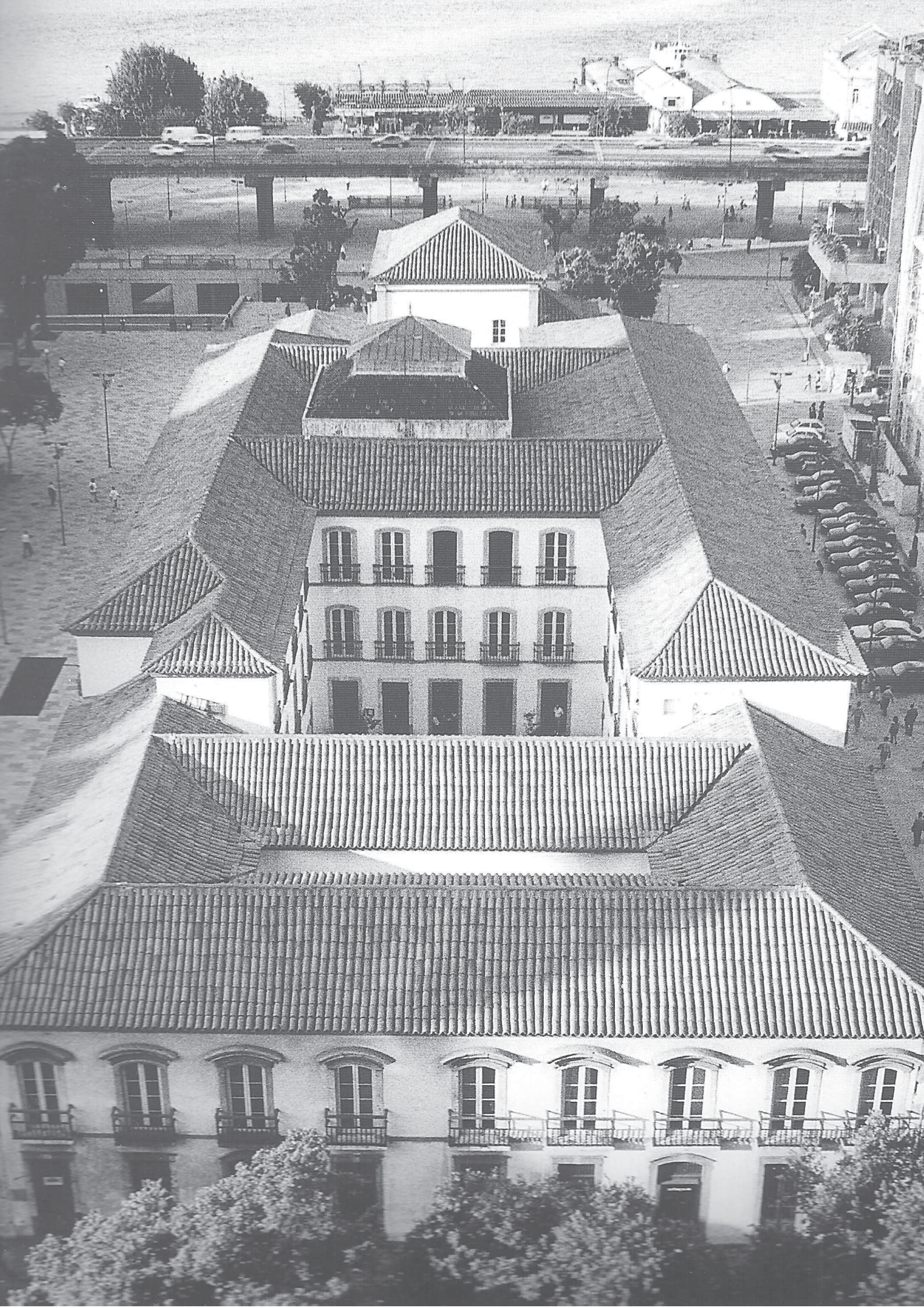
TABELA 5  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	BELÉM COLONIAL	BELÉM ATUAL
ÁREA	527.115	698.592
ILHAS	205.799	364.678
VAZIOS	321.316	333.914
(y/A)	61,0%	47,8%
(y/B)	4.287	3.647
(Y/C)	3.090	1.284
RRA	1,16	1,36
INT	0,31	0,26

\* Para definição dos coeficientes da primeira coluna ver tabela 1.







## 5. RIO DE JANEIRO

### 5.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA

Em 1763, Portugal transferiu a capital do Vice-Reino para a promissora cidade do Rio de Janeiro, de onde embarcavam para as rotas comerciais do Atlântico os minérios provenientes das minas de ouro e diamante do proveniente da parte sudoeste do território brasileiro.

O início da ocupação da cidade teve origem em janeiro de 1504, quando o navegador português Gonçalo Coelho aportou na Baía de Guanabara em expedição comercial cujo objetivo era Pau-Brasil. O desinteresse da Coroa Portuguesa pela região teve como consequência a organização de expedições comerciais particulares, que objetivavam o lucro possível pela extração da madeira. João Dias Solis e Fernão de Magalhães estiveram na baía sem perspectivas de povoar o território em 1515 e 1519, respectivamente.

O crescente interesse comercial dos franceses fez com que o Governador-Geral Tomé de Sousa, em carta de 1º de junho de 1533 ao rei de Portugal<sup>1</sup>, demonstrasse a conveniência em um assentamento humano na Baía da Guanabara. Resultou que, em 1565, sob o governo de Mem de Sá, em campanha contra a ocupação francesa, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar<sup>2</sup> por Estácio de Sá (seu sobrinho). Em 1568, Mem de Sá considerou a localidade primitiva boa para a defesa, mas desfavorável para o desenvolvimento de um novo povoado. Então transferiu a sede para o Morro do Castelo, onde ergueu uma fortaleza, e iniciou a construção dos muros de defesa do núcleo citadino. Assim como nas grandes capitais de origem portuguesa, a importância da baía para a defesa e o comércio marítimo foi um fator determinante do desenho urbano colonial.

Como já foi descrito no capítulo referente à Belém, em 1572 a colônia foi dividida em dois Governos-Gerais. O Governo do Norte, com capital em Salvador e o Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Entre 1572 e 1763, quando foi transferida definitivamente a capital para o Rio de Janeiro, houve

Fig. 295. A cobertura do Paço Imperial, o Elevado da Perimetral e a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Fonte: Calalcanti (1999).

1 MELLO Jr., Donato. *Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências*. Rio de Janeiro: João Fortes, 1988, p. 27.

2 MELLO Jr., op.cit., p. 40.

alternância entre a divisão e a unificação do governo entre as duas cidades. Nesse período, o governo foi reunificado em 1578, dividido em 1608, reunificado em 1612 e, finalmente, transferido para o Rio de Janeiro em 1763. Considerando-se ainda a autonomização da Capitania do Maranhão em 1621.

Para traçar uma linha evolutiva do processo de ocupação que culminou na consolidação do núcleo cívico, o estudo morfológico partirá da ocupação entre os Morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e da Conceição, na direção norte do território. Por motivo metodológico serão excluídos os períodos referentes à ocupação entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, e também do Morro do Castelo, na parte sul. Como nos casos anteriores, será apresentada a seguir uma síntese do crescimento urbana da cidade com o foco sobre as questões que fixaram a forma e o lugar da praça cívica no território.

### 5.1.1. O SÉCULO XVII

Dirigindo-se paulatinamente no sentido sul - norte ao longo da costa carioca, o governo encontrou na região de várzea entre, os morros da porção norte do território, o local propício a um assentamento urbano. O deslocamento do Morro do Castelo para o terreno mais plano, condições favorável ao crescimento urbano, foi ocupado primeiramente pela Ordem do Carmo. Segundo Ferrez (1978, p. 9):

Em 1619 os frades Carmelitas iniciaram a construção de seu convento ao lado da antiga ermida da N. Sra. do Ó, que ficava no local onde hoje se ergue a ex-Catedral, e que fora dos Beneditinos, passando a servir de capela aos Carmelitas.

Nessa época, a Sé estava instalada na Igreja de São Sebastião, construída em 1583 no Morro do Castelo<sup>3</sup>. Cabe destacar que em 1608 a Ordem Franciscana já havia iniciado a construção da Igreja e Convento de Santo Antônio no morro que levava o mesmo nome, finalizada em 1620<sup>4</sup>. As primeiras construções carmelitas seriam o alicerce dos



Fig. 296. A entrada da Baía de Guanbara (ca. 1602). Fonte: Reis (2001).

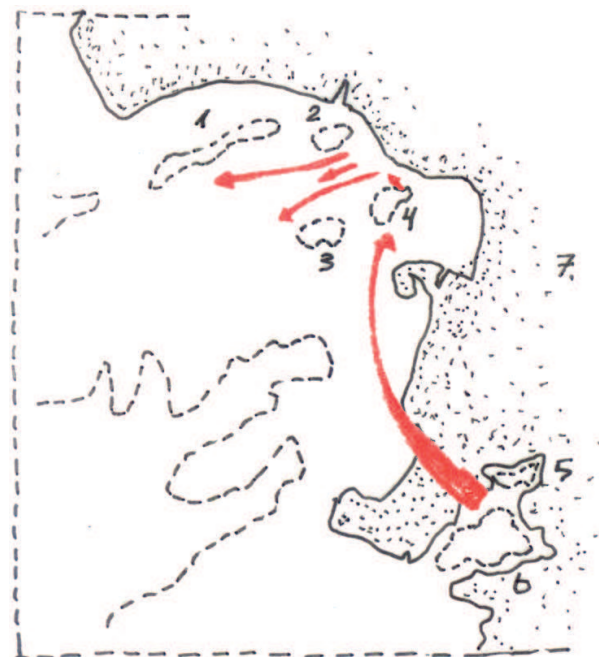


Fig. 297. O movimento de ocupação do Rio de Janeiro no séc. XVI. 1 - Morro da Conceição; 2 - Morro de São Bento; 3 - Morro de Santo Antônio; 4 - Morro do Castelo (1567); 5 - Morro Cara-de-Cão (1565); 6 - Morro do Pão-de-Açúcar; 7 - Baía de Guanabara.



Fig. 298. Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo: a primeira Sé da cidade. Fonte: Carvalho (2000).

3 CARVALHO, Ney. O. R. *PRAÇA XV E ARREDORES: UMA HISTÓRIA EM CINCO SÉCULOS*. Rio de Janeiro: Bolsa do Rio, 2000, p. 34.

4 CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia de Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, PMRJ, 2000, p. 64.



Fig. 299. A Capela de N. S. do Ó, na várzea carioca (1620).  
Fonte: Pereira (2002).



Fig. 300. Detalhe de mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714).  
A - Fortaleza do Castelo; G - Armazéns do Rei; H - Casa da Moeda; I - Convento do carmo. F - Cais. Fonte: Reis (2001).



Fig. 301. Detalhe de mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714).  
M - Convento de São Bento; N - Armazéns da Junta; O - Baluarte da Prainha; Q - Fortaleza da Conceição; R - Casa do Bispo. Fonte: Reis (2001).

futuros edifícios que formariam o Largo do Paço. Dentre elas, casas que se tornariam o próprio Paço. O lugar que seria a praça cívica da capital do Brasil surgia com uma destinação religiosa. A área receberia sucessivas denominações: Terreiro do Ó, Terreiro da Polé, Terreiro do Carmo, Terreiro do Paço, Praça D. Pedro II e finalmente Praça 15 de Novembro. As três últimas já na condição de capital, durante o Reino, Império e República. No primeiro momento, a constituição do largo definia um desenho em “U”, condicionado à abertura para o mar. Posteriormente, viriam as atividades comerciais, cujo estímulo foi a rota comercial de ouro e diamante vinda do interior do território nacional. Decorrente da valorização comercial, instalaram -se na praça o Armazém do Rei e a Casa da Moeda. Estavam ambas contidas no edifício que seria reformulado em 1743 para abrigar a Casa dos Governadores do Rio de Janeiro. Assim, estaria completo o conjunto de atividades fundamentais ao núcleo cívico colonial: a administrativa, a comercial e a religiosa. Segundo Ferrez (1978, p. 9):

Ainda no século dezessete os Carmelitas construíram umas casas em frente ao seu convento onde se instalaria a Casa da Moeda quando transferida da Bahia para cá em 1699. Por trás destas e olhando para a praia ficavam os Armazéns do Rei. Este conjunto demarcava o lado Sul do largo (ocupava o espaço tomado pelo atual prédio dos Correios e Telégrafos) e no lado oposto, ficavam os prédios da família Teles Meneses, um dos quais dava passagem à atual Travessa do Comércio, antes do Beco do Peixe, por um arco conhecido até hoje pelo nome de Arco do Teles. A praia formava o quarto e último lado do largo.

O edifício mencionado dos Correios e Telégrafos era a antiga Casa dos Governadores, como fora ocupado no início do período republicano.

Em 1633 teve início a construção do Mosteiro de São Bento, no morro que levava seu nome, do lado oposto do Morro do Castelo<sup>5</sup>. Gradativamente, formava-se uma rede de circulação em caminhos que, pela força do uso, iam definindo um sistema antes circunstancial do que geométrico, sobre o qual se acomodaria a base do traçado urbano do núcleo inicial da cidade. Segundo Carvalho (1994, p. 32-34):

<sup>5</sup> CZAJKOWSKI, op. cit., p. 48.



Fig. 302. Perfil do Rio de Janeiro entre os Morros do Castelo e de São Bento, visto da Baía de Guanabara. (ca. 1695) Fonte: Reis (2001).

Os habitantes do morro do Castelo tinham então três ladeiras para alcançar a planície: a Ladeira da Misericórdia, a Ladeira da Ajuda ou Passo do Porteiro e a Ladeira do Cotovelo. Assim, foram as primeiras ruas da cidade a Rua da Misericórdia, a Rua Direita, a Rua S. José e da Ajuda.

[...]

A Rua Direita, primeira e única paralela ao litoral, não era senão uma comunicação mais direta com o Mosteiro de S. Bento.

Na área costeira entre os morros já citados se desenvolveria o núcleo cívico da cidade. Foi uma região escolhida não apenas pela condição de defesa do território, como havia sido a locação anterior, mas pela possibilidade de desenvolvimento urbano que despertava o interesse dos portugueses. Segundo Mello Jr. (1988, p. 27):

Foi Tomé de Souza, sabendo do interesse comercial dos franceses, o primeiro a propor a fundação de um assentamento humano na Guanabara, numa carta a El-Rei, em 1º de junho de 1553, onde ele aconselha: “Parece-me que V.A. devem mandar fazer ali uma povoação honrada e boa porque já nesta costa não há rio em que entrem os franceses senão neste e tiram muita pimenta”.

Começava a expansão para várzea por meio do desaterro de barreiras e aterro de pântanos. Nas estampas desse período já era possível observar como a ocupação da planície ao longo da costa se adensava, formando quarteirões residenciais, com certa regularidade geométrica, além das construções destacadas no cume dos morros<sup>6</sup>. Em 1647, o Ouvidor-Geral Damião de Aguiar mandou construir o Pelourinho no Terreiro da Polé, o que denotava a co-

notação cívica e de autoridade do poder que se instalavam no largo<sup>7</sup>.

Ao desenvolvimento linear das quadras ao longo da beira-mar seria combinado com um vetor de crescimento no sentido transversal, respeitando a continuidade da grelha que se formava nas primeiras quadras. Segundo Teixeira (2010):

A cidade do Rio de Janeiro, apesar de aparentemente não ter sido objecto de um planeamento urbanístico inicial, antes evoluindo de forma tradicional a partir da ocupação inicial de um morro e de formas de povoamento linear ao longo da costa, acabou contudo por se estruturar também segundo um plano de base ortogonal. A ocupação da várzea entre os morros do Castelo e de São Bento a partir do início do século XVII vai-se fazer segundo uma malha sensivelmente ortogonal apoiada em sucessivas ruas transversais construídas paralelas à baía. O desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, justificado pela sua crescente importância estratégica e económica, contou ao longo do tempo com o contributo de vários engenheiros militares, portugueses e estrangeiros, que planearam a expansão ordenada da cidade e mantiveram a coerência do seu plano urbano. Tal como noutras cidades, a regularidade do traçado molda-se sem esforço às particularidades do terreno, às preexistências naturais ou às construídas pelo homem, e à lógica dos percursos de ligação entre pontos fulcrais do território ou da malha urbana.

A intensificação da navegação entre os portos brasileiros deu causa a medidas fiscais e obrigatoriedade das embarcações a fundear no Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Como consequência as transações se multiplicavam na praça comercial e aumen-

6 REIS FILHO, op. cit., p. 159.

7 CARVALHO, op. cit., p. 20.

8 CARVALHO, Delgado de. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1994, p. 40.

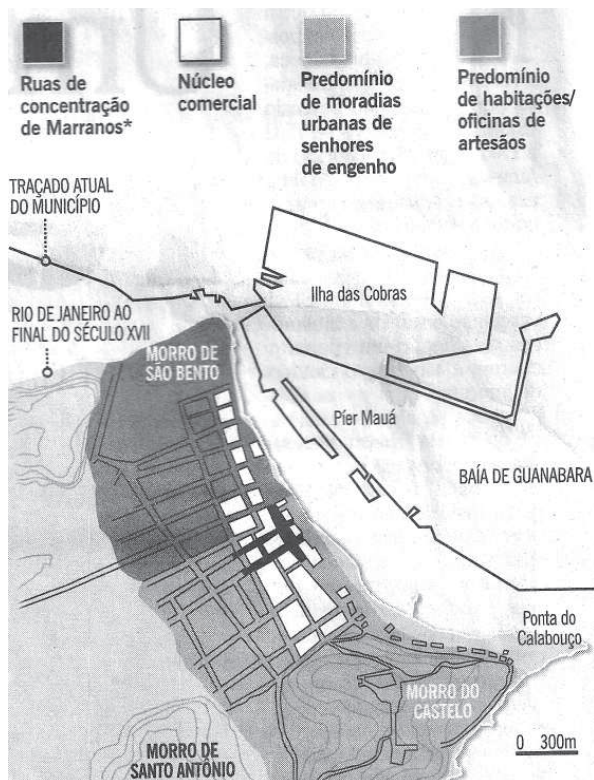


Fig. 303. Provável distribuição de atividades no Rio de Janeiro (séc. XVII). Fonte: Abreu (2011).

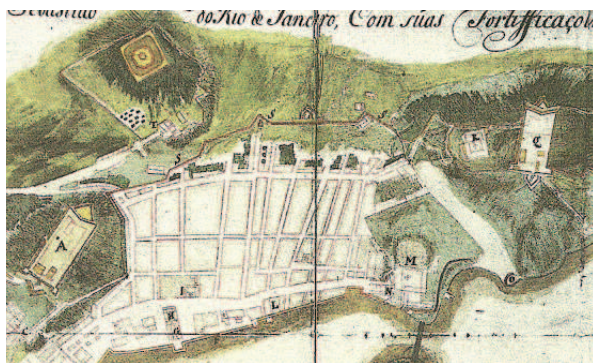


Fig. 305. Mapa do Rio de Janeiro (ca. 1714). Fonte: Cavalcanti (1999).



Fig. 304. Mapa do Rio de Janeiro (1767). Fonte: Reis (2001).

tava o fluxo de pessoas e mercadorias. O fechamento das estradas da Bahia e do Espírito Santo para as minas<sup>9</sup> intensificaram ainda mais a concentração comercial e o crescimento urbano. A notícia da descoberta do ouro em Cataguases (Minas Gerais), a pouco mais de 250 km, foi um evento marcante no desenvolvimento da cidade, tendo provocado uma comunicação franca através do chamado Caminho Velho<sup>10</sup>. Em 1698 foi transferida a Casa de Moeda de Salvador para o Rio de Janeiro<sup>11</sup> e foi instalada no edifício do Armazém do Rei.

No final do século a população carioca se distribuía na faixa costeira entre os Morros de São Bento e do Castelo de maneira quase setorizada. As oficinas de artesãos se instalavam no flanco norte e no sul predominavam as moradias urbanas dos senhores de engenho<sup>12</sup>, no centro estava o porto, conjugado com o Terreiro da Polé.

### 5.1.2. O SÉCULO XVIII

O início foi marcado pelo crescimento econômico e o desenvolvimento urbano acelerado. A importância política se acentuava, de tal maneira que a condição de capital brasileira seria transferida de Salvador ainda em meados daquele século. Havia também o fato de Portugal aliada à Inglaterra estar em guerra contra a França e Espanha<sup>13</sup> e as investidas daqueles países a cidade acabariam por torná-la objeto de maior atenção da Coroa.

As áreas ao redor dos quatro morros principais foram sendo gradativamente habitadas e a construção consolidava novos caminhos formando uma rede de circulação que orbitava ao redor do Largo da Polé. No Morro da Conceição, de 1702 a 1738, foram construídos o Palácio Episcopal, a Fortaleza de N. Sra. da Conceição, a Igreja de Santa Rita, a Igreja de São Francisco da Prainha, além de trapiches avançando à beira-mar junto ao limite

9 Ibid., loc. cit.

10 Ibid., loc. cit.

11 GONÇALVES, Cleber B. *CASA DA MOEDA DO BRASIL: 1989 ANO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1989, p. 426.

12 ABREU, Maurício de A. *GEOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2011, p. 742.

13 MATHIAS, Herculano G. *História Ilustrada do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, p. 51.



Fig. 306. Vista do Terreiro do Paço (1775). Fonte: Reis (2001).

norte dos muros da cidade<sup>14</sup>. No Morro de São Bento, além do convento dos beneditinos e trapiches na parte baixa, foi construído o Arsenal da Marinha pelo primeiro Vice-Rei Antônio Alves da Cunha, em 1762<sup>15</sup>. No Morro de Santo Antônio foram construídos de 1735 a 1759 a Igreja de N. Sra. da Conceição e Boa-Morte, a Igreja de N. Sra. da Mãe dos Homens, o Aquecimento da Carioca e a Igreja de São Francisco de Paula<sup>16</sup>. Próximas ao Terreiro da Polé de 1728 a 1789, destacavam-se a construção da Casa de Câmara e Cadeia<sup>17</sup>, o Paço do Governador, os edifícios da família Teles (atual Arco do Teles), o Mercado da Praia do Peixe, a Igreja de N. Sra. da Lapa dos Mercadores, a Igreja da Ordem Terceira da N. Sra. do Monte do Carmo, a Igreja de N. Sra. do Monte do Carmo (para onde seria transferida a sé em 1761). Em 1775, teve início a construção da Igreja de N. Sra. da Candelária e, em 1789, foi construído um chafariz pelo Mestre Valentim no então Largo do Paço.

Na primeira metade do século, o fato marcante, que iria ter influência direta sobre a condição do Terreiro da Polé foi a reformulação, entre 1738 e 1743, do edifício destinado à Casa de Moeda e Armazém do Rei para abrigar a Casa do Governador. O terreiro passaria a ter o edifício-argumento da praça cívica: o palácio. A iniciativa foi tomada durante o governo do Conde de Bobadela, José Gomes Freire de Andrada, último governador de São Sebastião do Rio de Janeiro antes da transferência

do Vice-Reino. O edifício também iria abrigar o Tribunal da Relação transferido de Salvador em 1751. Dirigida pelo brigadeiro engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, a construção da Casa do Governador estava mais relacionada ao barroco característico da arquitetura civil colonial brasileira do que ao neoclassicismo que já havia sido inaugurado em Belém naquela época. Diferentemente do que ocorreu em Salvador e Belém, a sede do governo partiu do reaproveitamento de uma construção preexistente. O reaproveitamento e as adaptações de edifícios existentes seria uma casualidade que se estenderia durante o período imperial e as sedes republicanas cariocas.

Durante o Período Pombalino, em que se fez definitivamente a transferência da sede do governo, a nova capital do reino se viu sujeita aos conflitos com franceses e espanhóis simultaneamente às intensas obras de infraestrutura urbana. O desenho urbano da cidade se assemelhava ao plano de reconstrução do centro de Lisboa após o terremoto de 1755. Primeiramente, a posição da praça cívica em relação ao território e a paisagem construída. Em segundo lugar, o rigor da ortogonalidade das quadras e ruas, atípica em Portugal e no Brasil. O Rio de Janeiro também tinha propriedades de Salvador. O crescimento linear ao longo da costa combinado com o vetor de interiorização, o posicionamento periférico das fortalezas, as igrejas nos locais de maior visibilidade, a praça cívica no eixo de simetria do núcleo urbano e debruçada sobre o mar eram algumas dessas características.

14 CZAJKOWSKI, op. cit., passim.

15 CARVALHO, op. cit., p. 38.

16 CZAJKOWSKI, op. cit., loc. cit.

17 CARVALHO, op. cit., p. 31.



Fig. 307. Mapa do Rio de Janeiro (1812). Fonte: Reis (2001).

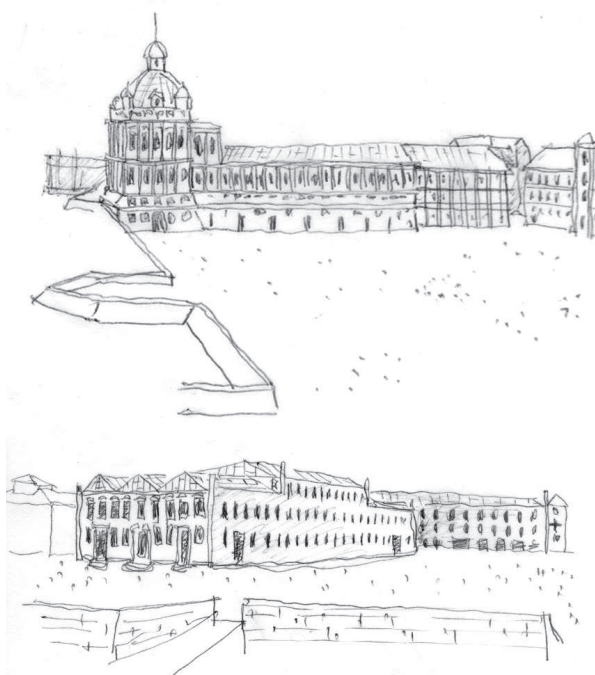


Fig. 308. Os Terreiros do Paço, em Lisboa e Rio de Janeiro, respectivamente (séc. XVII).

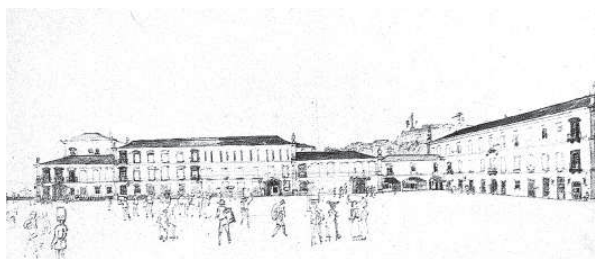


Fig. 309. O Terreiro do Paço (1817). Fonte: Cavalcanti (1999).

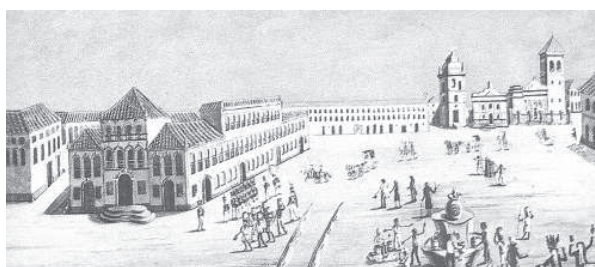


Fig. 310. O Terreiro do Paço visto da Baía de Guanabara (1817). Fonte: Cavalcanti (1999).

Observando as estampas da época, é possível observar a ampliação da cidade e a consequente expansão dos seus muros de proteção. Com o crescimento no sentido transversal à beira-mar não mudou a geometria da Rua Direita, que continuava abarcando todas as ruas transversais da malha de circulação. Este fato aumentou a integração da Rua Direita e evidenciou sua conexão com a praça, onde se alargava consideravelmente. O terreiro também detinha os elementos fundamentais do núcleo cívico: o palácio, a catedral (ou matriz) e o mercado. Naturalmente, este espaço tornou-se também utilizado para os exercícios militares comuns às praças de armas. Esta configuração, de maneira peculiar ao Rio de Janeiro, concentrava no Terreiro do Paço os elementos característicos do núcleo cívico como um todo. Diferentemente de Salvador, Belém e Lisboa, onde estes elementos estavam conectados, porém em ambientes distintos.

### 5.1.3. O SÉCULO XIX

Sob a condição de capital do Vice-Reino, o Rio de Janeiro teria sua história marcada no início daquele século pela presença da família e da corte portuguesa. Se tornaria em 1808 a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com isso a cidade teria seu desenvolvimento material e espiritual impulsionado, com reflexo direto sobre o Terreiro do Paço.

O antigo Paço dos Vice-Reis não seria mais subordinado à Metrópole, e sim a própria sede da Metrópole, que naquele momento era invadida pelas tropas de Napoleão Bonaparte. O novo Paço Real recebeu um opulento cenário, que se estendia por todo o largo, para que fosse celebrada a aclamação do monarca D. João VI. Uma extensa varanda foi construída contornando as fachadas da Capela Real (Igreja de N. Sra. do Carmo) e do Convento do Carmo partia um passadiço sobre a Rua Direita ligando-o ao Paço<sup>18</sup>. Este passadiço, de certa forma, exercia o papel da rua que comunicava a praça cívica com a matriz religiosa, tão característica das cidades portuguesas.

Foi criada a Intendência-Geral de Polícia, a qual

18 CAVALCANTI, Lauro. *Paço Imperial, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 76.





Fig. 311. O Terreiro do Paço, visto do Morro do Castelo (1825). Fonte: Carvalho (2000).

impôs medidas de ordenação urbana. Eram medidas voltadas para o abastecimento de água, a coleta de lixo e esgoto, o calçamento, a iluminação das ruas com lampiões a óleo de baleia, a construção de estradas, pontes, aquedutos, fontes passeios e praças públicas<sup>19</sup>. Havia também aquelas de cunho arquitetônico, que mudariam o aspecto das ruas, como a substituição muxarabis, rótulas e gelosias das fachadas por grades de ferro e balaústres de madeira<sup>20</sup>. A presença dos membros da corte acabou por determinar o aumento do número de habitações, incentivando o aterramento em áreas pantanosas e a construção de sobrados em substituição das casas térreas<sup>21</sup>. Entre 1808 e 1821 o número de habitantes do Rio de Janeiro (60.000) dobrou<sup>22</sup>.

O largo, dividido entre o Paço Real e a Matriz de N. Sra. do Carmo, confirmava-se como lugar principal dos despachos da Coroa. A Quinta de São Cristóvão, utilizada como residência pela Família Real constituía uma situação atípica, uma vez que a sede administrativa e a residência costumavam ser no mesmo edifício, a exemplo do Paço da Beira, em Lisboa. Surgia um fato peculiar ao Rio de Janeiro: era a divisão entre palácio de despacho e palácio residencial. Essa divisão intermitente, como será visto, nos Palácios Itamaraty, Laranjeiras e do Catete, voltou a ser regra em Brasília, com a construção dos Palácios da Alvorada e do Planalto.

Além do Paço, a família real utilizou a proprie-

dade da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, doada pelo comerciante português Elias Antônio Lopes. Apesar de possuir outros imóveis a Coroa ficou sediada entre a Quinta, a Igreja de N. Sra. do Carmo e a Cadeia Velha, as duas últimas anexas ao Paço Real<sup>23</sup>. Uma propriedade rural jesuíta seria mantida em Santa Cruz pela Coroa, que era utilizada para veraneios, despachos, audiências e recepções. Essa fazenda também era conhecida como Paço Real de Santa Cruz<sup>24</sup>.

Outra particularidade da Coroa no Rio de Janeiro foi em momento algum ter autorizado a construção de uma sede específica para o novo governo ou mesmo uma residência para si, utilizando-se invariavelmente de imóveis preexistentes. A única exceção ocorreria décadas após a independência brasileira, em 1845, com a autorização de D. Pedro II para construção do Palácio de Verão, em Petrópolis. Coincidentemente, o primeiro membro da Família Real nascido em terras brasileiras.

Em 1816, após a queda definitiva de Napoleão Bonaparte, chegava ao Brasil a Missão Francesa, trazida pelo príncipe regente D. João VI. Com ela, aportou no Rio de Janeiro Grandjean de Montigny, que seria fundamental para o desenvolvimento do estilo neoclássico na arquitetura institucional da capital. O arquiteto construiu dezenas de edifícios para o governo e colaborou com o sistema educacional dos arquitetos brasileiros, sendo um dos fundadores da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (atual Escola de Belas Artes da UFRJ). No

19 GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 229.

20 CAVALCANTI, op. cit., p. 72.

21 CAVALCANTI, op. cit., loc. cit.

22 GOMES, op. cit., p. 228.

23 CAVALCANTI, Lauro. op. cit., p. 68.

24 FREITAS, Benedito. *SANTA CRUZ: FAZENDA JESUÍTICA, REAL E IMPERIAL*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, v. 2, 1985, passim.

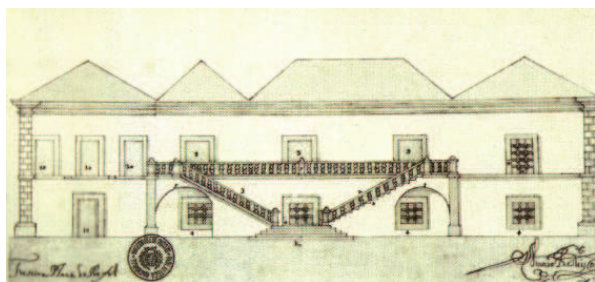


Fig. 312. A Cadeia Velha (1728). Fonte: Carvalho (2000).



Fig. 313. A Quinta da Boa Vista. Fonte: Panoramio (2011).

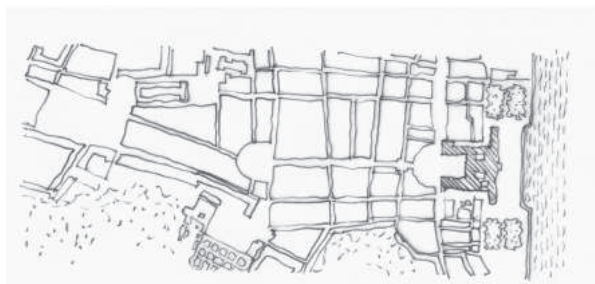


Fig. 314. O Projeto para a Avenida e Palácio Imperial, de Montigny (1847). Fonte: PUC-RIO (1979).

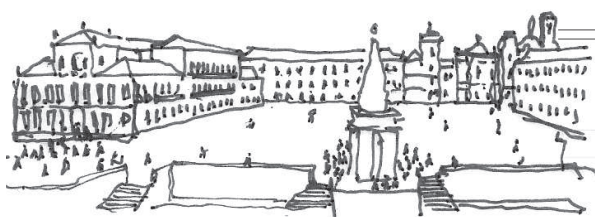


Fig. 315. O Terreiro do Paço (1834). Fonte: Biblioteca Bacional (2011).

entanto, o que seria sua maior contribuição para a arquitetura do governo, durante o Imperial, foi rejeitada por D. Pedro I e jamais seria construída. Montigny havia realizado em 1847 um complexo projeto para reestruturação da cidade que previa um imenso Palácio Imperial a beira-mar. Segundo publicação realizada pelo Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979, p. 160):

De acordo com os princípios da tradição clássica francesa, trata-se de realizar praças monumentais limitadas por prédios de fachadas uniformes com a estátua do soberano ao centro, e de estabelecer perspectivas por meio da abertura de rua e avenidas retilíneas na velha trama urbana.

[...]

É importante observar, por outro lado, que o sistema das *places royales* e das avenidas retilíneas não constitui simplesmente um fato estético e celebrativo, mas visa resultados de maior eficiência urbana. Em cada projeto, a praça é também um ponto de partida para reestruturação de bairros centrais, e a avenida marca novas diretrizes de expansão em direção aos novos bairros, proporcionando eixos de travessia rápida da cidade.

Este projeto teria representado uma transformação do sistema urbano e arquitetônico historicamente desenvolvido no Brasil no que tange à imagem do poder. Dos reduzidos largos, subordinados às igrejas e a um sistema com ruas estreitas, anteciparia o sistema monumental da arquitetura governamental destacada na paisagem urbana por opulentas perspectivas, desenvolvida pelo neoclassicismo. A Praça 15 de Novembro manteve-se, portanto, como a singela sede carioca do poder durante todo o período pré-republicano. A Rua Direita era ainda o principal eixo para circulação na malha urbana, segundo Moreira (2010):

Foi a primeira rua a ser dotada de numeração nas casas, idéia do arquiteto francês Pedro Alexandre Cavroé. Devido à grande intensidade de tráfego, em 1847, adotou-se nela o sistema de mão e contra-mão.

[...]

Durante quase três séculos foi em torno da Rua Direita, que giraram os grandes acontecimentos políticos da cidade. Só no início do século XX é que a área viu ser transferido o eixo principal da Metrô-

pole para a nova Avenida Central, eixo monumental da nascente República.

Em 23 de dezembro de 1889 foi comprado pelo Governo Provisório da República à Marquesa de Itamaraty o edifício que seria a sede da presidência. Era uma casa construída em 1851 pelo Barão de Itamaraty em uma das mais largas ruas cariocas, a então Rua Larga de São Joaquim. O projeto neoclássico atribui-se ao arquiteto brasileiro José Maria Jacinto Rabelo, aluno de Grandjean de Montigny. Porém, há a informação na qual o projeto teria vindo da França<sup>25</sup>. Segundo Almeida (1994, p. 21):

Montigny trouxe para o Brasil um modelo de francês de neoclassicismo baseado em exemplos de Palladio (1518-1558) e em elementos da antiguidade clássica, esta vista ainda pela ótica monocromática, tanto na arquitetura quanto na escultura.

Contudo, a mudança da imagem associada ao poder da arquitetura colonial e barroca já não era tão evidente desde a utilização da Quinta da Boa Vista pela Família Real. O que evidentemente se transformaria era a associação do Largo do Paço, que se tornou comum sob a ótica política. A ocupação do Departamento de Correios e Telégrafos no edifício do Paço Imperial, apesar da manutenção da estrutura urbana do antigo núcleo cívico, transformou completamente o significado do lugar. As futuras sedes da presidência no Rio de Janeiro tiveram muito maior atenção ao *status* do edifício do que à organização de um cenário urbano que desse a singularidade específicas do governo sobre ela. Na melhor hipótese a atenção com o jardim próximo ao mar do Palácio do Catete foi o que mais se aproximou da escala urbana. Segundo Almeida (1994, p. 34):

A localização do novo palácio em bairro residencial, de características aristocráticas, com terreno ligado ao mar, contrastava com o Itamaraty, situado no centro da cidade, zona comercial e de casas populares.

Segundo Roure (1896):

Que o Itamaraty não podia continuar a ser o palácio do governo da República é uma coisa tão fora de que a compra do Palácio Friburgo mereceu a aprovação

25 LEÃO FILHO, J. de Souza. *Palácio do Itamaraty, resenha histórica e guia descritivo*. Rio de Janeiro: MRE, 1936, p. 5-11.



Fig. 316. As fachadas do Paço e da Catedral (1861). Fonte: Cavalcanti (1999).



Fig. 317. Multidão em frente ao Paço Imperial no Dia do Fico (1822). Fonte: Cavalcanti (1999).



Fig. 318. A localização das sedes da capital no Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 319. Fachada do Palácio Itamaraty. Fonte: Panorâmio 2011).



Fig. 320. A localização do Palácio Itamaraty. Fonte: Google Earth (2011).

de toda a gente e despertou mesmo o entusiasmo geral... de todos que possam pretender ou esperar residir no imenso casarão do Catete. Apesar de sua aparência exterior de caixão, apesar de sua desgraciosa forma cúbica, o Palácio Friburgo tem, contudo, aparência mil vezes superior à do chatíssimo palácio da rua Larga, além de estar colocado em local muito mais distinto e aprazível [...]

O Itamaraty foi utilizado pelos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Este último teve sua residência em um sobrado ao lado do Palácio. Prudente de Moraes assumiu o governo ainda no Itamaraty, onde morou até a compra do Palácio do Catete no lado sul da cidade, adquirido pelo Vice-Presidente Manuel Vitorino em 1897. A aquisição foi mais umas das adaptações da sede do governo. Inicialmente construído pelo Barão de Nova Friburgo entre 1858 e 1866, o projeto foi confiado ao arquiteto alemão Gustav Waehneltd<sup>26</sup>. Segundo Almeida (1994, p. 21):

Novas descobertas de arqueologia - notadamente os achados de Pompéia, divulgados a partir de 1817 - principalmente no que dizia respeito ao uso de cor nos monumentos clássicos, determinando modificações nos padrões do neoclassicismo europeu e influenciaram diretamente a formação de Waehneltd.

[...] algumas aberturas para o ecletismo podem ser sentidas, como no caso dos salões que remetem a diversos estilos (veneziano, pompeano, mourisco etc).



Fig. 321. Fachada do Palácio Palácio do Catete. Fonte: Panoramio 2011).

Durante o período republicano em que o Catete foi o Palácio Presidencial, a capital vinha gradativamente perdendo sua relação simbólica e funcional com antigo núcleo cívico. O crescimento, principalmente nos sentidos sul e oeste, multiplicou os centros da malha urbana e a relação com o Largo do Paço começou a assumir uma posição secundária. Manteve-se somente a lógica local, subordinada a um sistema regional mais complexo, a malha viária decorria do crescimento urbano acelerado da capital. Segundo Abreu (1988, p. 43):

[...] em 1858, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) que permitiu, a partir de 1861, a ocupação acelerada das freguesias urbanas por elas atraves-



Fig. 322. A localização do Palácio do Catete. Fonte: Google Earth (2011).

<sup>26</sup> ALMEIDA, Cícero A. F. *Catete: memórias de um palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994, p. 14.

sadas. A partir de 1868, com a implantação das primeiras linhas de bondes de burro, outro meio de transporte veio a facilitar a expansão da cidade, neste caso em direção aos bairros das atuais zona sul e norte.

De 1821 a 1870 nota-se um franco crescimento das freguesias urbanas e rurais. A Glória possuía mais de dezoito mil residentes e a Lagoa mais onze, ambas na direção sul do território. Jacarepaguá, do lado oeste, era uma zona rural de mais de sete mil residentes, Campo Grande apresentava mais de nove mil pessoas. Contudo as regiões mais populosas permaneciam no entorno do núcleo primitivo. As freguesias de São José, Candelária, Sacramento e Santo Antônio juntas possuíam mais de setenta mil residentes em 1870<sup>27</sup>.

O antigo núcleo cívico estava relegado a uma condição de mais um dos centros da malha urbana. A imagem do Estado havia perdido sua relação com o urbanismo colonial. Havia se aproximado do neoclassicismo somente no que tange à arquitetura, sem reflexos sobre o urbanismo monumental já desenvolvido naquele período.

#### 5.1.4. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Foi um período de extensão do sistema viário fluminense, que iria afetar diretamente a paisagem urbana do antigo núcleo cívico. De um sistema fundamentado no ambiente da cidade colonial, esse núcleo foi submetido a uma nova escala. A sede do governo já não estava mais no antigo Largo do Paço, pois a transição do regime político havia causado uma transformação na imagem física do poder. A unidade espacial do período colonial até o império era um fato do passado e a república transitava entre os imóveis da capital sem um programa específico.

A abertura da Avenida Central em 1906 reorganizou a hierarquia das vias do centro da cidade. O bulevar era um recurso de circulação e embelezamento das grandes metrópoles. A largura da Avenida Central era duas vezes e meia maior do que a da Rua Direita. As fachadas eram intensa



Fig. 323. A localização do Paço Imperial. Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 324. A fachada do Paço Imperial voltada para a Baía de Guanabara. Foto: Maurício Souza.



Fig. 325. O Elevado da Perimetral. Foto: Maurício Souza.

27 ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar, 1988, p. 38-39.

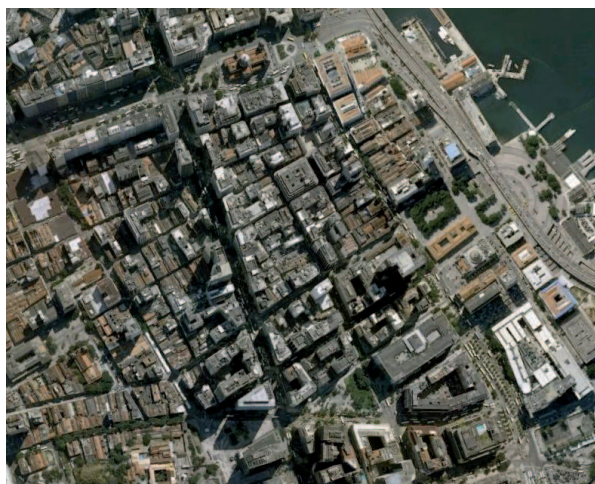


Fig. 326. A Praça 15 de Novembro e a Av. Rio Branco (antiga Av. Central). Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 327. A fachada da Igreja do Carmo. Foto: Maurício Souza.



Fig. 328. Vista aérea da Estação das Barcas de Niterói. Fonte: Carvalho (2000).

e cuidadosamente ornamentadas, as proporções dos edifícios muito maiores, principalmente na Cinelândia. Ao longo da avenida chegavam a ter cinco pavimentos; o antigo Paço Imperial possuía apenas três. O embasamento das construções era frequentemente utilizado pelo comércio e as instituições e associações buscavam aquele requintado ambiente para suas instalações. A posição da Praça 15 de Novembro era gradativamente relegada a uma condição coadjuvante do tecido e da paisagem urbana. Segundo Cavalcanti (1999, p. 104):

A República deslocou, na sua capital federal, os lugares de centralidade do poder. Não seriam mais os mesmos do Império e, já no início do século XX, uma nova avenida, a Central, provocaria outros deslocamentos, inclusive da vida mundana, passando a ocupar o lugar que fora da velha rua do Ouvidor. O largo do Paço, Praça D. Pedro II desde 1870, passara a se chamar, no triunfo republicano, Praça Quinze de Novembro. No centro da praça foi erguido um monumento ao general Osório.

Na década de cinquenta, a abertura da Avenida Presidente Vargas foi mais um evento de reestruturação urbana que apequenou o antigo núcleo cívico. Com três quilômetros e meio de extensão e quatro pistas de rolamento, era um recurso urbano que obedecia à grande escala automobilística. Era uma realidade que contrastava com o centro antigo, conferindo-lhe novas dimensões e hierarquia. A avenida tinha como ponto focal a Igreja de N. Sra. da Candelária<sup>28</sup>. Originalmente, a igreja estava geminada por outros edifícios e sua fachada voltava-se para uma rua estreita. Tratava-se de uma concepção espacial medieval, muito mais do que a nova monumentalidade. Segundo Czajkowski (2000):

O fato de apresentar-se isolada e em local de destaque acentua sua monumentalidade, contudo deve-se ressaltar que tal situação é decorrente de demolições efetuadas para abertura da avenida Presidente Vargas (1944).

Originalmente a igreja estava colada a outras edificações, com a fachada frontal voltada para uma rua estreita, de cerca de sete metros de largura e com construções fronteiras.

28 Construída entre 1775 e 1898, projeto de Francisco João Roscio. CZAJKOWSKI, op. cit., p. 54.

No mesmo período já havia sido construída a via expressa de ligação à Petrópolis (atual Avenida Brasil), que viria a culminar na construção do Elevado da Perimetral, ligando-a ao centro da cidade. Este viaduto impôs definitivamente a escala automobilística ao conjunto da praça. Em conjunto com o aterro onde hoje se localiza a Estação das Barcas afastou qualquer vestígio da antiga integração entre o paço e a baía.

Em 1960, sob o governo de Juscelino Kubitschek, que utilizava o Palácio Laranjeiras<sup>29</sup> como residência oficial, uma mudança de rumo de cento e oitenta graus traria novamente a oportunidade para reorganização espacial da sede do governo. A transferência da capital para a nova cidade que seria construída na região Centro-Oeste marcaria uma nova fase da relação do urbanismo com o governo brasileiro.

O edifício do antigo Paço Imperial, que havia sido tombado em 1938 pelo Patrimônio Histórico, passou por um período de restauração em 1982, que lhe devolveu a fachada barroca do início do Império. Em 1985 passou a ser um centro cultural vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.



Fig. 329. O Convento do Carmo e o edifício Candido Mendes. Fonte: Carvalho (2000).

29 Construído pela família Guinle entre 1909 e 1913, o projeto foi confiado aos arquitetos Joseph Gire e Armando da Silva Telles.



Fig. 330. Vista aérea da Praça 15 de Novembro e entorno. Fonte: Carvalho (2000).

## 5.2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

### 5.2.1. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO

A base do mapa colonial utilizado para a análise da sintaxe espacial foi extraída da carta topográfica elaborada pelo capitão André Vaz Figueira em 1750<sup>30</sup>. O desenho ilustra as quadras internas e muros da cidade, sendo possível identificar de alguns edifícios elencados numa lista legendada. Também ilustra com bastante detalhamento o relevo e sua interação com as construções. Partindo do mesmo princípio dos estudos de caso anteriores, partiu-se da referência dos muros da cidade fortificada para definição da área foco. Como nos outros cenários, a delimitação buscou adaptar esse perímetro à área urbanizada do assentamento, uma vez que as muralhas muitas vezes obedeciam mais à topografia do que a um contorno exato das áreas habitadas. Não interessa para a análise da circulação e das visuais do conjunto construído essas áreas residuais, que foram ocupadas paulatinamente, à medida que a cidade expandia. O limite em direção ao mar era a própria margem da baía, em frente ao palácio. Dos lados norte e sul o limite é definido pelos morros, até que encontrem os muros ou a rua mais próxima.

Para o mapa atual a base utilizada foi a planta cadastral de setembro de 2011 e correções necessárias a partir da imagem aérea de julho de 2009 gerada pelo programa *Google Earth* versão 5.2.1.1588. A sobreposição dos limites anteriores sobre a malha existente demonstra coincidências que permitem o encaixe de uma com a outra. Por outro lado, o ajuste considerando a Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central) e a Avenida Presidente Vargas define fisicamente o recorte a que foi sujeito o antigo núcleo cívico. Não seria lógico incorporar estas duas vias na área em estudo, uma vez que pertencem a um sistema muito mais amplo de conexões de malha viária. O lado junto à baía teve sucessivos aterros e se estendeu até onde hoje está instalada a Estação das Barcas de Niterói.

O desativado Chafariz do Mestre Valentim, que se debruçava sobre as águas da baía, com o aterro ficou praticamente sob o Elevado da Perimetral. O elevado, que atravessa transversalmente a praça, não será considerado no mapa axial, uma vez que não contribui para a circulação local, se conectando com o sistema viário em pontos afastados.

Já no mapa de isovista são considerados os pilares do viaduto, que não impedem o trânsito de pessoas, mas interrompem bruscamente a continuidade visual. Interferência ainda maior decorre das faixas de rolamento alçadas, das quais a referência fotográfica traz mais resultados para a análise do que o mapa de isovistas (cuja interpretação é exclusivamente bidimensional). Será, no entanto, instrumento útil quando avaliada a manutenção de algumas visuais sobre a Rua Direita e o desempenho das fachadas dos edifícios localizados na Praça 15 de Novembro.

A área total do mapa colonial é de 521.987 m<sup>2</sup> e do atual é 371.964 m<sup>2</sup>. Uma diferença da ordem de cento e cinquenta mil metros quadrados que se explica pela redução de quadras no entorno da Praça 15 de Novembro após a construção das Avenidas Central e Presidente Vargas. Como foi dito anteriormente, não se justifica a inclusão dessas vias que correspondem a um sistema mais amplo de circulação, afastando-se da lógica local que se busca neste estudo.

<sup>30</sup> REIS FILHO, op. cit., p. 169.



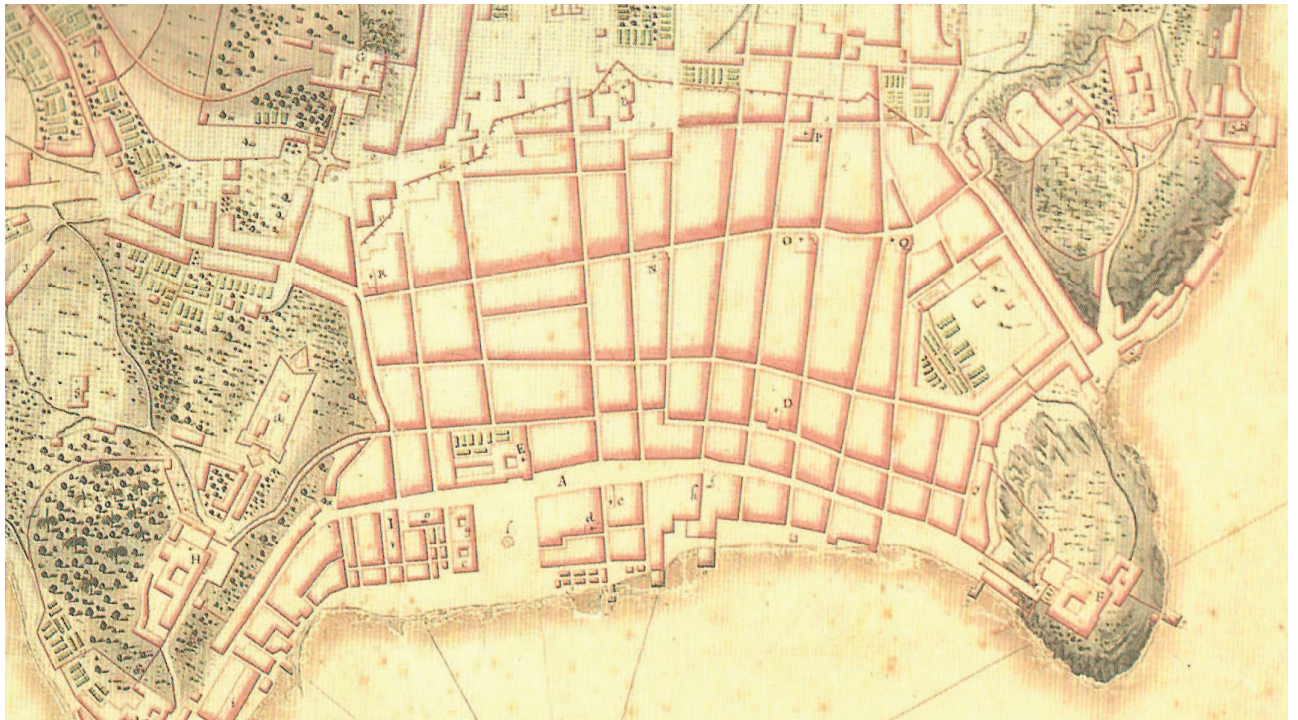


Fig. 331. Mapa do Rio de Janeiro (1750), utilizado para confecção dos mapas de Sintaxe Espacial. Fonte: Reis (2001).

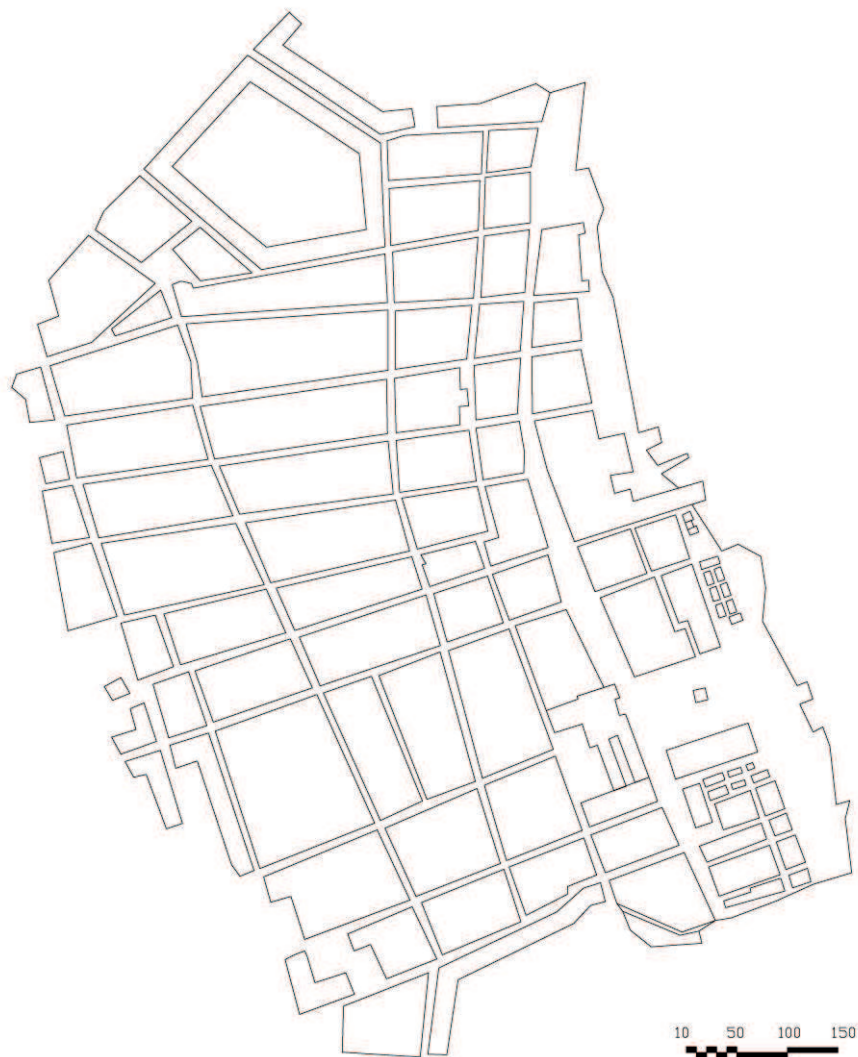


Fig. 332. Mapa do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.

## 5.2.2. O MAPA COLONIAL

Do Período Pombalino, o mapa já apresentava, bem consolidadas, as características de um princípio de planejamento urbano baseado na ortogonalidade, simetria e hierarquização das vias. Estes componentes do espaço urbano carioca presentes no século XVIII serão focados na análise morfológica como uma continuidade do processo de formação do núcleo cívico das capitais.

O traçado das vias de circulação apresentava o hibridismo de Salvador e Belém. A disposição das quadras partia do reticulado, adaptando-se não apenas ao terreno acidentado, mas às particularidades de cada situação urbana. As fortalezas, os conventos, as habitações ou as igrejas definiam a formatação do espaço também. O resultado eram quarteirões que, partindo da ideia retangular, adquiriram formas mais irregulares, quebrando também a monotonia do tabuleiro xadrez. A irregularidade das quadras, que gerou em Salvador situações para abertura de largos com formas variadas, não teve a mesma aplicação no Rio de Janeiro. A irregularidade era contornada por ruas estreitas ao longo de todo o desenho, raramente surgindo a oportunidade para abertura de pátios ou átrios das igrejas. Com isso, a praça do paço era praticamente a única abertura de espaço público, congregando atividades cívicas, comerciais e religiosas. A própria Rua Direita se alargava quando próxima a ela, uma situação que lembra o recurso utilizado em Salvador com a inclinação da fachada da Casa de Câmara. O resultado era a valorização da fachada do convento e Igreja do Carmo, principalmente esta última - além da facilidade do fluxo nesta que seria em 1847 uma via de duas mãos<sup>31</sup>.

O eixo de integração correspondia à Rua Direita, mas era baixa a acessibilidade do conjunto de ruas a que conduzia. Não é possível afirmar que fosse este um núcleo integrador. As ruas na porção norte do sistema, também servidas por um eixo de alto índice de integração (o se-

gundo do sistema) atendem muito mais ao que se poderia chamar de um núcleo integrador. Esta característica, longe de desvalorizar a importância da praça, reforçava sua condição de predomínio simbólico dentro do sistema. Não havia o apelo de conectividade entre palácio e igreja ou comércio que repercutia numa extensão na malha de ruas de maior acessibilidade. O fato de condensar em si a Sé, o palácio de governo e o comércio a beira-mar, centralizava estas necessidades de circulação, que não se refletia no entorno imediato. Mesmo a geometria reticulada da malha, como já foi visto nos exemplos históricos, refletia na homogeneização do grau de acessibilidade do sistema. Diferentemente dos graus sucessivos que ocorriam nos núcleos cívicos das cidades medievais portuguesas analisadas anteriormente.

Há na estrutura da malha uma tendência à simetria, talvez influenciada pelos ideais classicizantes do neoclassicismo e do pensamento iluminista. Diz se talvez porque na tradição portuguesa predominava a resolução *in situ* da ocupação do território muito mais do que o grafismo do planejamento espanhol. Característica que seria inovadora na reconstrução de Lisboa após o cismo de 1755. Esta simetria se refletia na acessibilidade das vias à medida que o eixo de maior integração no sentido da costa para o interior do assentamento não coincidia com espaço aberto do terreiro, deslocado do centro, e sim uma quadra ao lado, buscando o eixo de simetria da composição. Interessante notar que as quadras que dariam caminho à estreita rua que parte da praça, ao lado da Igreja do Carmo, que cruzava com o eixo de integrador da Rua Direita, eram fechadas num bloco duplo, estranho à reticula da malha. Caso estas quadras dessem continuidade à rua que vem do cruzamento com o eixo integrador, deslocaria a conexão com o interior da malha, deixando assimétrico seu acesso ao conjunto.

As dimensões do Terreiro do Paço, com 13.181 m<sup>2</sup>, eram relativamente reduzidas, ficando a área entre a de Salvador e Belém, com 5.711 m<sup>2</sup> e 49.970 m<sup>2</sup> respectivamente. Este último maior ainda do que Terreiro do Paço em Lisboa, com 46.933 m<sup>2</sup>. O fato de concentrar os edifícios fundamentais do núcleo cívico em um

31 MOREIRA, Jane B. *Rua Direita - Sua História*. Disponível em: <http://www.marcellio.com/rio/enceprma.html>. Acesso em: 09/2010.

espaço relativamente reduzido e contíguo à zona comercial, fez com que a integração em “L” ou “U” apresentadas em Salvador e Belém, respectivamente, fosse substituída pela integração em cruz. Conserva-se, contudo, o princípio básico da posição privilegiada em relação ao mar e a forma aberta de um dos lados. Como uma regra tipológica, independente das dimensões urbanas, a concepção espacial se manteve rígida. Resultou a configuração em uma estrutura em cruz, integrando o Terreiro do Paço ao sistema pelos eixos de maior acessibilidade. Era um desenho ao mesmo tempo simétrico e excêntrico. Excêntrico porque o centro do ponto de vista urbano não coincidia com o centro geométrico da composição, como ocorria em Belém. Era uma imagem correlata aos assentamentos de Salvador e de Lisboa. O terreiro guardava o eixo de simetria da malha urbana, porém afastada do centro. Essa era uma consequência natural da implantação da praça junto ao mar. Em uma parte a estratégia militar em outra a tendência de geometrização do plano urbano.

Os mapas axiais de integração e conectividade são praticamente os mesmos. Os dois eixos principais de integração eram respectivamente os eixos com mais ramificações e capilaridade sobre o território construído. A conectividade, assim como em Salvador e Belém, articulava-se com as áreas comerciais. Como foi visto anteriormente, o núcleo comercial desenvolvia-se ao longo dos quarteirões dos dois lados da Rua Direita, tornando-se mais rarefeito na porção norte, menos integrada. Esses atributos denotam a singularidade do entorno imediato ao Terreiro do Paço. Tratava-se de uma reunião de componentes urbanos que agregavam à carga simbólica elementos de potencial incremento à sua vivacidade. Era de fato um lugar de intensa vida cotidiana, com vendedores, passantes, militares e escravos convivendo com carroças, carruagens, embarcações e bondes, cujas linhas viam da zona oeste e sul até contornarem o interior do largo.

Quando comparado o mapa axial com o de isovistas, logo se percebe a coincidência do eixo integrador com as áreas de maior amplitude visual. Os edifícios privilegiados eram a Igreja

e o Convento do Carmo, cujas fachadas debruçavam-se sobre a Rua Direita. Condição que remete à origem do largo, quando era utilizada por aquela ordem religiosa. O incremento da visibilidade destas fachadas era, em grande parte, potencializado pelo alargamento da rua à medida que se aproximava delas. Um recurso que foi também utilizado em Salvador, com a inclinação da fachada Casa de Câmara, abrindo-se para a Rua Direita dos Mercadores. Essa articulação não remetia às composições urbanas ou arquitetônicas do barroco ou mesmo do renascimento, era muito mais uma maneira medieval de organização *in situ* dos edifícios em relação ao espaço público.

A fachada do Paço voltada para a praça estava desprivilegiada, e de fato não era o lado principal do edifício. A fachada principal voltava-se para a baía, área em que se intensificava substancialmente a condição de visibilidade do edifício, dividida entre o mar e a cidade.

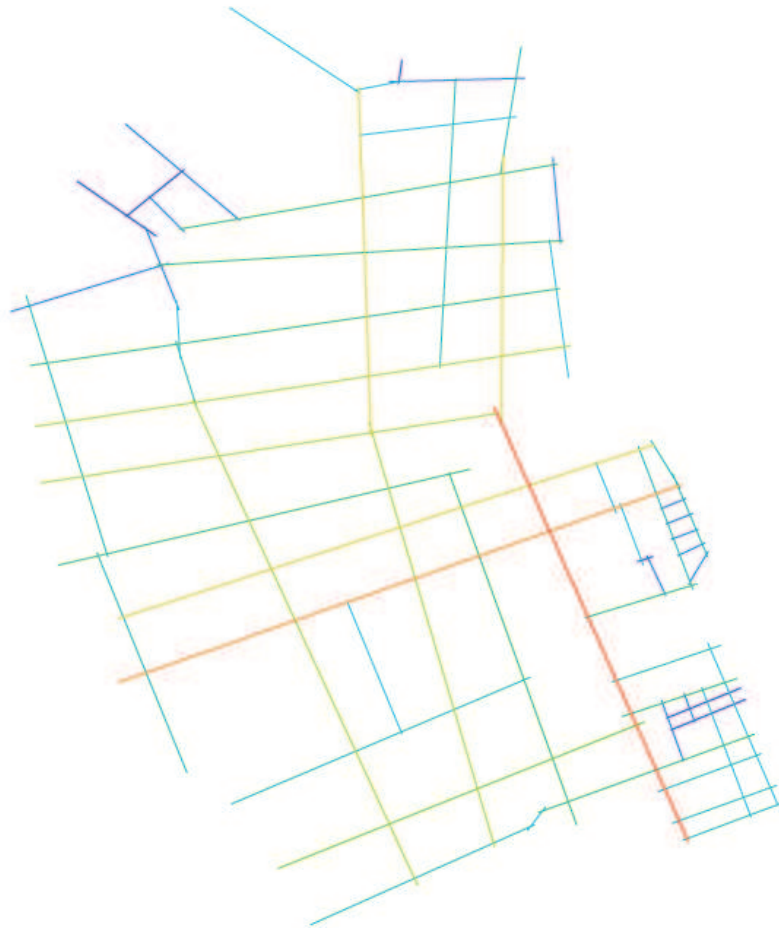


Fig. 333. Mapa axial do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.

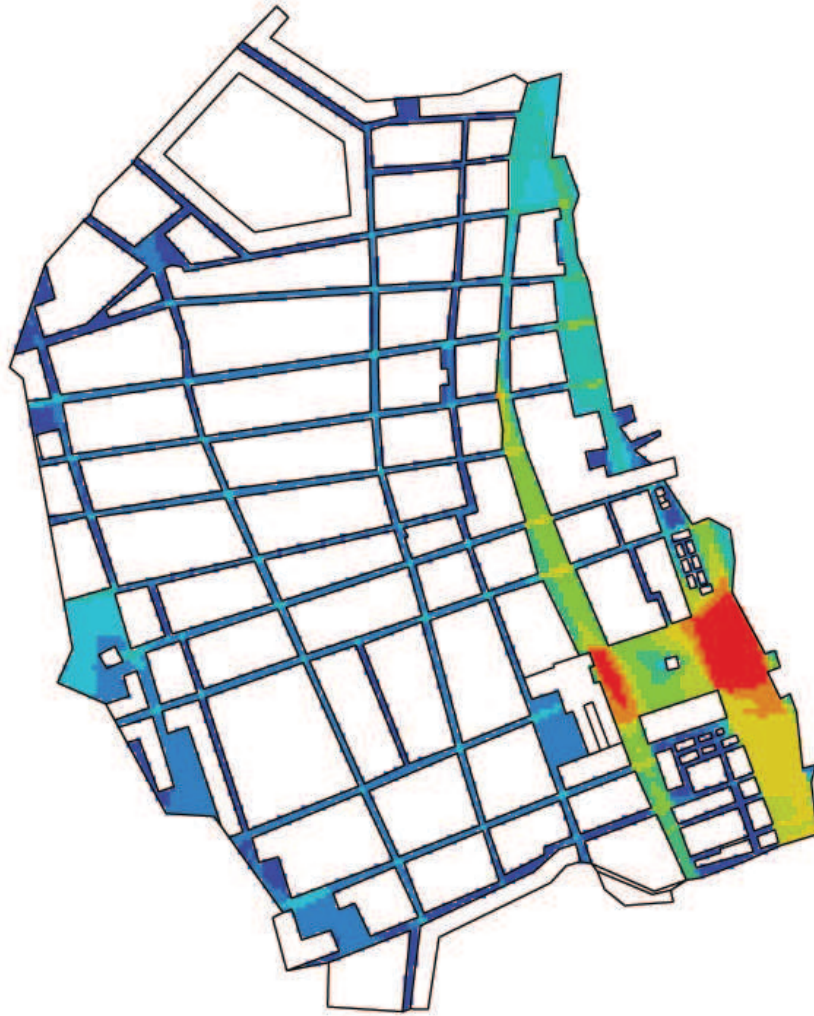


Fig. 334. Mapa de isovista do Rio de Janeiro colonial, esc. 1/750.

### 5.2.3. O MAPA ATUAL

Mais uma vez vê-se a manutenção da antiga Rua Direita como eixo integrador do sistema. Era de fato a linha reguladora do desenho urbano. Tanto sob o aspecto da escala como da circulação. Apesar das transformações num entorno mais distante, a escala local somente foi transformada pela ascensão vertical dos edifícios. No plano do chão pouco se transformou.

Assim como o eixo principal, o sistema de integração em cruz também se manteve. Porém, o núcleo de integração se aproximou da praça. O distanciamento da margem da baía fez com que ficasse mais centralizada. Esta transformação ocorreu não só pelo aterro da baía mas pela abertura das Avenidas Central e Presidente Vargas. Essas duas vias fizeram com que o perímetro do sistema se aproximasse da praça, interrompendo o tecido urbano do seu entorno. A conectividade da rua 1º de março (antiga Rua Direita) com isso não se alterou, ao contrário da rua que se dirigia a oeste, interrompida pela Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central).

Em valores absolutos a integração da rua principal reduziu-se e a média das outras vias aumentou. Isto significa dizer que o sistema tornou-se mais homogêneo. De fato, olhando para o mapa, percebe-se essa homogeneidade, próxima ao que se tem das malhas absolutamente reticuladas. A redução de área provocada pelas avenidas novas foi, em parte, causa dessa transformação. Diminuindo o comprimento das ruas mais longas, ainda que segmentadas e pela curvatura do traçado, os filamentos ficaram mais reticulados. Ao passo que as ruas foram segmentadas a acessibilidade como um todo diminuiu. O núcleo cívico perdia a força inicial de sua conexão com a cidade. Não era mais ponto de chegada nem partida, apenas passagem casual, e isso se refletiu no desenho urbano.

Isolado, o núcleo cívico manteve a hierarquia do sistema local. A praça continuou sendo o ponto focal, até mesmo com maior intensidade, uma vez que as ruas mais acessíveis aproxima-

maram-se dela. Por outro lado, o crescimento urbano com seus desdobramentos viários e a mudança contrastante de escala arquitetônica da cidade relegaram ao espaço cívico um estado comum. A sobreposição do tráfego de passagem tanto de pedestres quanto de automóveis à circulação local não corresponde funcionalmente à integração e conectividade da praça. Ao contrário do sentido original, a parte da Rua 1º de março mais estreita é justamente aquela que vai do Paço à Avenida Presidente Vargas, onde se abre para uma perspectiva ampla, focada na Igreja de N. Sra. da Candelária. O que anteriormente era a parte mais larga do sistema viário transformou-se num anticlímax antes de desembocar na grande avenida.

Embora o aterro tenha aumentado a área a beira-mar, criando novas situações de circulação daquele lado do largo, a funcionalidade desses novos espaços não se traduziu em um incremento de fato da integração. São áreas de intenso tráfego de automóveis da zona norte para a zona sul da cidade ou ocupadas por armazéns da região portuária. Mesmo a instalação da estação das barcas provocou um fluxo imediato de cruzamento da Praça 15 de Novembro de quem chega na cidade rumo a outro lugar. Interessante observar que a feira livre que ocorre naquele ponto nos finais de semana se instala mais próxima à estação, em frente ao Paço e sob o Elevado da Perimetral e não no largo propriamente dito. Segundo Gomes (2007):

Localizado na Praça 15 de novembro, em frente à estação das barcas que fazem a travessia da Baía de Guanabara em direção a Niterói, o antigo Paço Imperial é um casarão de dois andares do século XVII. Foi a sede oficial do governo de D. João no Brasil, entre 1808 e 1821, mas hoje um turista desavisado poderia passar por ele sem tomar conhecimento dessa informação.

Se, por um lado, o isolamento relegou uma condição ordinária ao Paço, por outro serviu como amortecimento de intervenções urbanas novas. Hoje não há mais necessidade aparente de transformá-lo para se adaptar à cidade, ao contrário o que há são estudos para recuperação da área portuária que incluem a possibilidade de demolição do Elevado da Perimetral.

Seria uma intervenção no sentido de retomar a lógica urbana local.

Mantido o eixo de integração e conectividade, a área de maior visibilidade também se conservou na antiga Rua Direita. Apesar de ser uma via de elevado desempenho urbano, este potencial se reflete de fato no cotidiano contemporâneo. Exprime-se apenas no desenho o aspecto estrutural, que persiste da malha urbana colonial.

As fachadas da Igreja e Convento do Carmo se mantêm como ponto focal da Rua 1º de Março, ainda que alargada esta via no trecho entre o Palácio Tiradentes e o Museu do Ministério da Fazenda. O alargamento provocou um incremento nos cruzamentos subsequentes à praça, porém não se sobrepuseram a ela. A diferença topográfica em relação à porção sul da via faz com que ela se destaque menos, situação que não se reflete no mapa de isovistas. Cabe aclarar que esta era uma área ocupada pelo Morro do Castelo, de onde partiu a ocupação para várzea, de modo que o cenário posterior ao desmonte do morro não estava previsto na concepção espacial colonial. Ao contrário, a malha urbana contornava o relevo até alcançar a parte sul do território.

Uma das últimas áreas a serem urbanizadas com o desmonte do Morro do Castelo no final da década de setenta, o popularmente chamado Buraco do Lume (atual Praça Mário Lago), era uma abertura significativa na malha urbana do núcleo cívico. Ironicamente, o local se tornou popular pelas manifestações políticas, ao lado do esquecido Paço Imperial, onde ainda permanecia como uma descuidada reparição pública do Governo Federal. Todavia, o que fez a Praça Mário Lago foi desmembrar a antiga malha medieval de ruas estreitas e arrefecer o impacto visual de quem chega ao Paço. Em conjunto com o alargamento da Rua 1º de Março, imprime um ambiente mais esparso, que contribuiu para a transformação da escala urbana colonial.

Quanto à Praça 15 de Novembro propriamente dita, a maior transformação ocorreu do lado voltado para o mar. Tanto pela construção do

Elevado da Perimetral quanto pela instalação da Estação de Barcas de Niterói. A principal consequência decorre do ofuscamento da fachada principal do Paço, que dividia sua visibilidade entre o mar e a extensa área que separava o edifício da baía. A área, em termos absolutos, até mesmo aumentou de dimensões, porém sua relação com o entorno ficou apegada. Relativamente, o conjunto possuía áreas mais estreitas o que resultavam num efeito de monumentalidade em espaços de menores dimensões. O mesmo vale para a região em frente à fachada da Igreja do Carmo que, embora mantenha-se em destaque, somente está nesta condição pelo incremento de área aterrada em frente à praça.

Com o aterro e os novos edifícios, o ambiente foi transformado. Atualmente, o Paço, que era o edifício principal do lugar, se esconde entre as construções. Todos os edifícios ao seu redor, à exceção da Igreja e Convento do Carmo, se avolumam próximos a ele. Tanto da terra quanto do mar, e especialmente deste último, a praça quase não se faz perceber. Cercado por uma paisagem urbana densa, onde o *skyline* começa a cerca de setenta metros de altura, o Paço não ultrapassa os vinte metros do chão. A maior tensão sobre a proporção ou escala do antigo núcleo cívico é o edifício destinado à Universidade Cândido Mendes, construído em 1978 pelo arquiteto carioca Harry James Cole, com cento e trinta e oito metros de altura e quarenta e três andares<sup>32</sup>.

Com resultado do adensamento construtivo do entorno e da perda do sentido simbólico da praça os vazios tornaram-se antes residuais do que consoantes com o novo ambiente. A funcionalidade, não mais de representação do Estado, é dirigida aos momentos esporádicos de concentração de pessoas ou a o fluxo de passagem cotidiana proveniente da Estação das Barcas de Niterói.

32 Disponível em: <http://www.emporis.com/application/?nav=building&lng=3&id=centrocandidomendes-riodejaneiro-brazil>. Acesso em: 09/2010.



Fig. 335. Vista aérea da Praça 15 de Novembro. Fonte: Carvalho (2000).

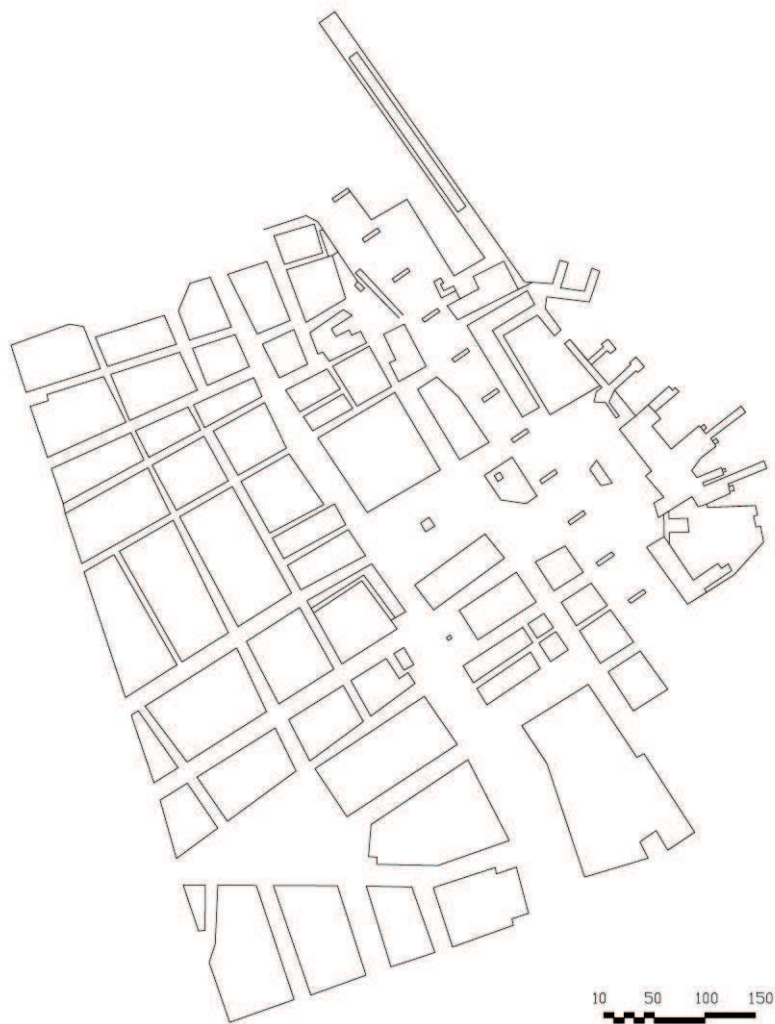
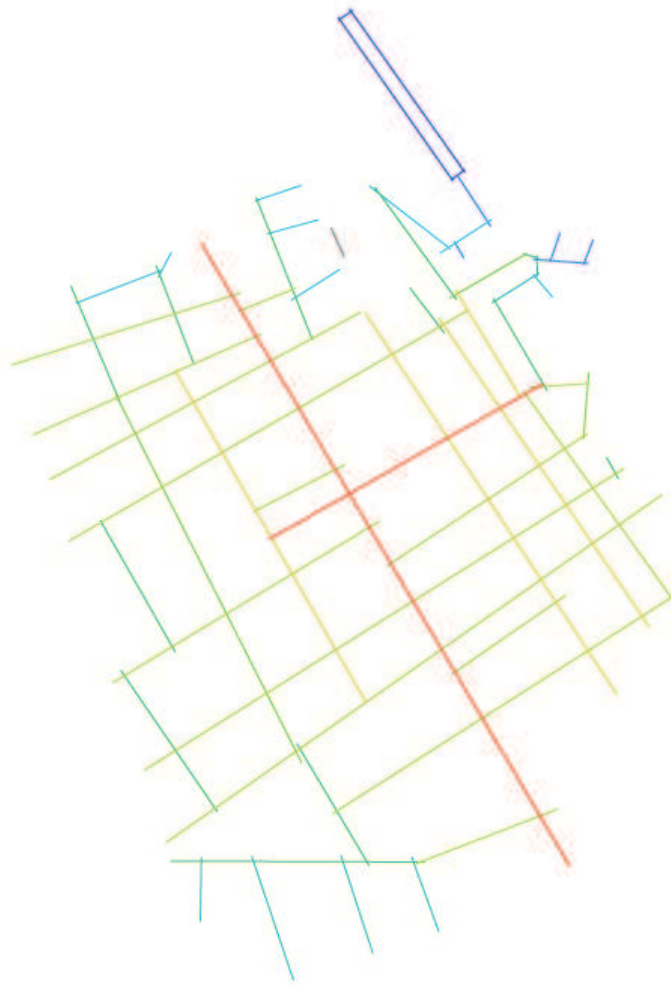
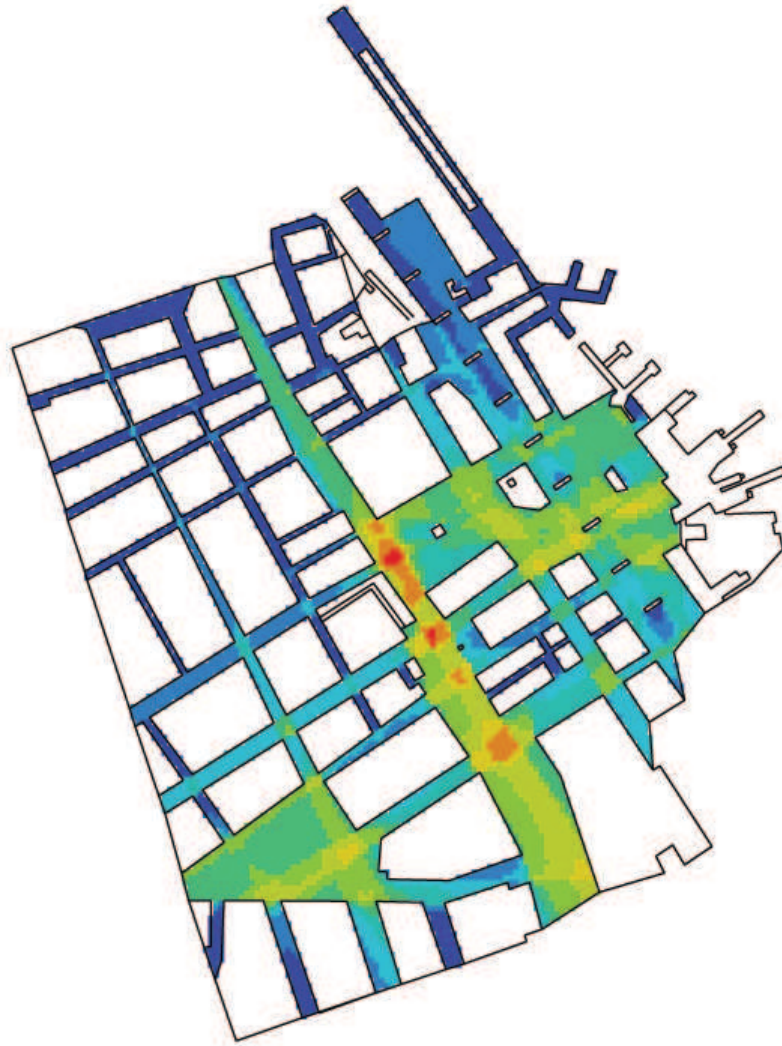


Fig. 336. Mapa do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.





*Fig. 337. Mapa axial do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.*



*Fig. 338. Mapa de isovista do Rio de Janeiro atual, esc. 1/750.*



Fig. 339. Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Linha superior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro coloniais. Linha inferior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro atuais.

TABELA 6  
RESUMO DE ÍNDICES DE SINTAXE ESPACIAL

	RIO DE JANEIRO COLONIAL	RIO DE JANEIRO ATUAL
ÁREA	579.003	371.964
ILHAS	385.896	203.500
VAZIOS	193.107	168.464
(y/A)	33,4%	45,3%
(y/B)	3.747	2.165
(Y/C)	937	1.066
RRA	1,17	0,91
INT	0,33	0,35

\* Para definição dos coeficientes da primeira coluna ver tabela 1.





## 6. BRASÍLIA

### 6.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA

Após analisar as capitais até o século XX, parte-se agora para o estudo da atual capital do Brasil. O intervalo histórico em termos de desenho urbano é contrastante. Pode-se dizer que os exemplos anteriores fazem parte de um conjunto dominado pelo desenho urbano colonial. O centro cívico de Salvador, Rio de Janeiro e Belém são, ainda hoje, uma malha viária arraigada na urbanística medieval portuguesa, mesmo com as intervenções contemporâneas. A comparação dos mapas axiais e parâmetros de morfologia urbana demonstra que a estrutura do espaço manteve índices próximos entre as três cidades, associados à caracterização espacial da função cívica destes centros. Brasília difere, entretanto, dos exemplares até agora estudados. Não havia paisagem construída antecedente à construção do núcleo urbano, apenas as ideias e os novos preceitos, oriundos do movimento Modernista. Segundo Holanda (2002, p. 290):

A ruptura se manifestaria claramente somente na década de 1950, quando Kubitschek assumiu o poder. Podemos assim dizer que, em 1954, o Brasil ainda apresentava essencialmente a mesma estrutura espacial do passado colonial. Um discurso que identificasse tal fato ganharia inevitavelmente apoio popular, e o discurso “mudancista” fez exatamente isso. A construção da capital no interior era apresentada como o símbolo de uma “virada histórica”. As “peculiaridades do ativismo lusitano” que faziam os portugueses “se agarrarem ao litoral como caranguejos” eram finalmente deixados para trás. O Rio de Janeiro como capital era considerado como parte dessa estrutura histórica “voltada para fora”, que havia de ser transformada em nome do “desenvolvimento nacional”.

Brasília foi simultaneamente um rompimento com o espaço urbano tradicionalmente constituído nas capitais do Brasil e um retorno à unidade espacial e arquitetônica do Estado, então perdida. A pulverização em diversos edifícios estatais, que havia iniciado com a Proclamação da República no Rio de Janeiro, ou mesmo as constantes migrações da sede republicana, haviam contribuído para a dissociação do governo com a própria cidade. Consequentemente, as atribuições urbanas do traçado da capital já não tinham mais correlação com sua condição política. Brasília, assim como

Salvador, havia de ser concebida com a consciência de se construir o lugar da nova capital.

Se Brasília não teve o mesmo processo histórico de conformação de seu centro cívico *in loco*, como nas outras capitais, sua concepção estava imbuída de imagens precedentes a sua realização. Isso significa dizer que não se tratou apenas da aplicação radical dos preceitos de um movimento, mas de uma proposta viva, imersa em um repertório de informações culturais. Segundo Ficher (2010):

Levando em consideração a dimensão cívica de Brasília, feição essencial de uma cidade-capital, devemos considerar primeiramente os atributos característicos da monumentalidade. Tão antigo quanto a urbanização, o tratamento dado aos “espaços de exceção” – tomando emprestado a expressão de Frederico de Holanda (1998) – irá se tornar a problemática central de uma disciplina: a urbanística. Assim, pensarmos a urbanística em uma perspectiva histórica significa enfocar, preferencialmente, aquelas porções urbanas de representação e consagração. E a solução paradigmática por excelência é o recurso à composição monumental: eixos reguladores, simetria, ordenação geométrica, isolamento das partes, disposição regrada de volumes e marcação de pontos focais com edifícios imponentes e obras de arte, tudo isso empregado segundo uma relação de cheios e vazios que se diferencia do tecido trivial do restante da cidade.

Era uma monumentalidade conferida ao tecido urbano através de elementos de maior autonomia, cuja escala singular encerra um conjunto de regras de composição e esse tecido urbano tornava-se antes moldura do que conteúdo. A cidade caracterizava-se como o lugar da *civitas*, do poder do Estado. O exemplo emblemático desse tipo de urbanismo foi o plano de Versalhes (1617) e também pode ser ilustrado pela intervenção, no início do século XVIII, na cidade de Paris, da Avenida Champs-Élysées, citada pelo próprio Lucio Costa no relatório do plano de Brasília.

O sumário histórico que segue tem como pretensão descrever o resultado construído dos princípios urbanísticos modernistas que, já um tanto maduros naquela época, foram aplicados no projeto de Brasília. O intuito aqui é, uma vez construído o espaço, avaliar seu desempenho perante os parâmetros até então agrupados, focados na constituição física e simbólica do centro cívico. Por tratar-se de uma concepção espacial diversa e, em



Fig. 341. A Strada Pia, em Roma. A porta desenhada por Michelangelo sobre a antiga fortificação (séc. XVI). Fonte: Kostof (2006b).

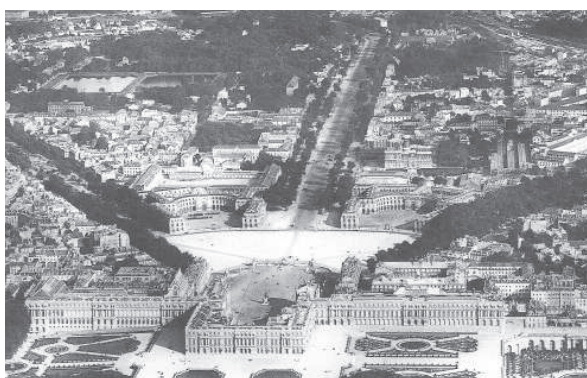


Fig. 342. Vista do Palácio de Versalhes (plano de 1671). Fonte: Kostof (2006b).



Fig. 343. O Capitólio de Washington DC, (plano de L'Enfant, 1791). Fonte: Kostof (2006b).



Fig. 344. Proposta de Otto Wagner para o distrito de Viena (1911). Fonte: Kostof (2006b).

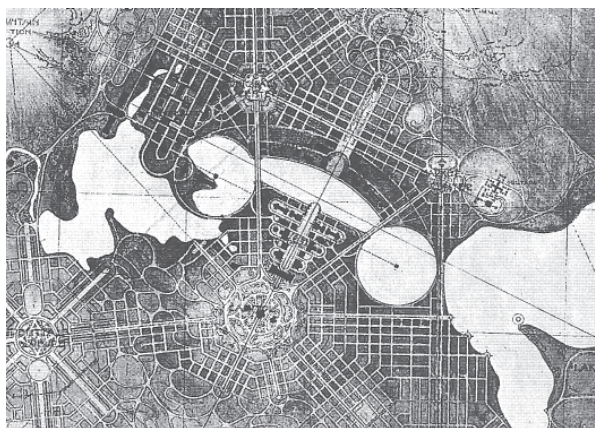


Fig. 345. Canberra, Austrália (plano de Griffin, 1912).  
Fonte: Kostof (2006b).

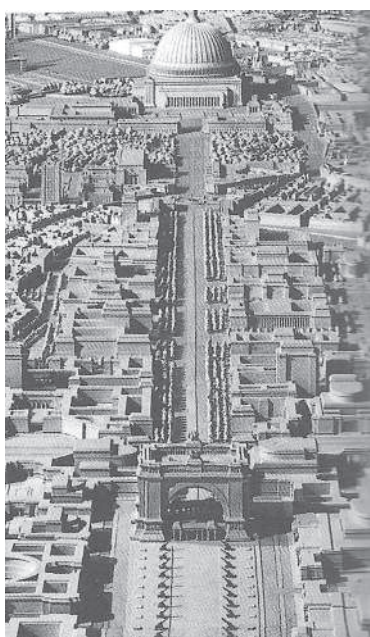


Fig. 346. Projeto para o Eixo Norte-Sul de Berlin elaborado por Speer (1938). Fonte: Kostof (2006b).

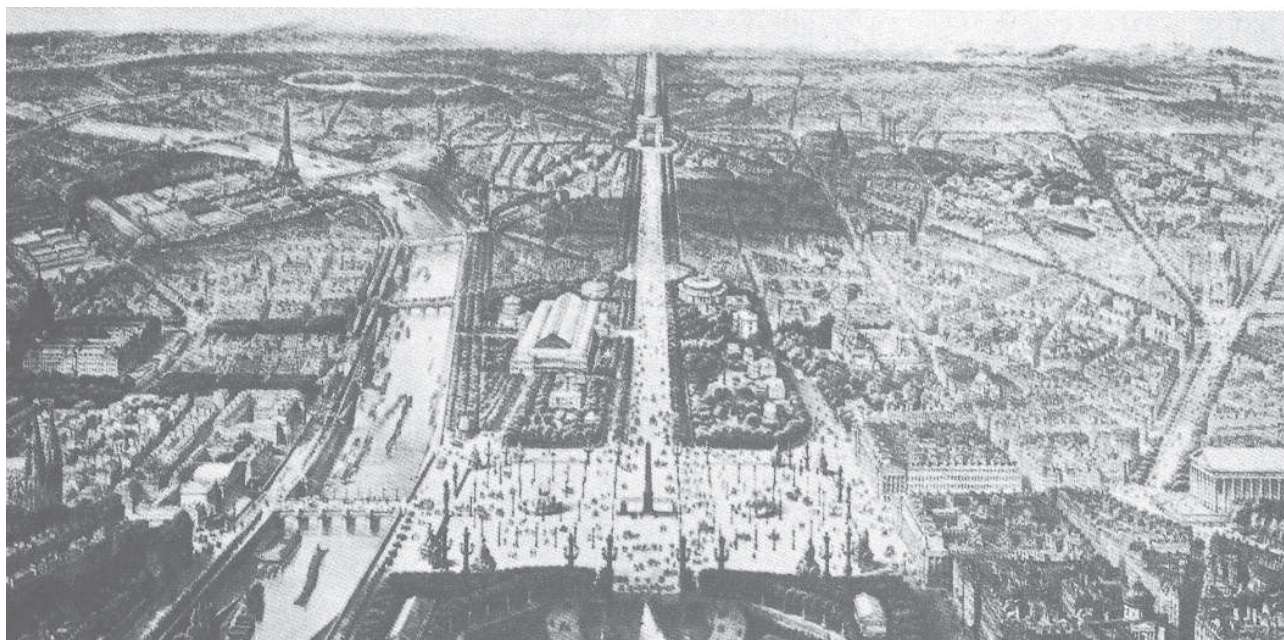


Fig. 347. Vista aérea de Paris, mostrando o eixo de ligação da Place de la Concorde ao Arco do Triunfo (1889). Fonte: Gorovitz (1985).

muitos aspectos, oposta ao que foi consolidado ao longo dos séculos desde o início da ocupação do território nacional far-se-á uma descrição sintética da construção dessa nova especialidade. Essa descrição será elaborada sobre fase inicial de execução do centro cívico e em seguida sobre o período de sua consolidação.

Com isso atenua-se a descrição evolutiva do assentamento, uma vez que a totalidade da ocupação estava predefinida e ocorreu, com modificações pontuais, dentro do previsto. Procurou-se, contudo, descrever aquilo que se transfigurou na escala local da praça cívica. Como ocorreu nas outras capitais, a escala global foi a mais afetada, porém o foco não se dirige ao processo de ocupação do Distrito Federal<sup>1</sup>. Quanto a estas últimas será feita menção dos efeitos do crescimento, principalmente sobre o sistema viário, sobre o núcleo cívico. Da mesma forma como ocorreu no Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Sobre a análise da região metropolitana de Brasília recomenda-se a leitura de HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores, 2003, cap. 2.



### 6.1.1. DO PLANO À CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO CÍVICO

O debate sobre a monometalidade não era novo no país. No final dos anos 30, o movimento moderno se firmara, provando sua habilidade em criar monumentos na construção de grandes obras do Estado Novo. (CAVALCANTI, 2006, p. 209)

A decisão de Juscelino Kubitschek em 1957 de construir a capital<sup>2</sup> foi cercada por opiniões contrárias, de opositoristas que alegavam o gasto de recursos e a dissipação de energia em um país que tinha outras prioridades. Enquanto acirravam-se as discussões, era aberto o concurso para escolha do plano da capital, naquele momento já haviam começado inclusive as obras do Palácio Presidencial<sup>3</sup>.

O palácio localizava-se numa área próxima ao lago artificial, em pleno Planalto Central, localizava-se, como nas capitais anteriores, próximo a um aquífero. O partido arquitetônico desse edifício, que já foi comparado à fazenda de Colubandê, seria uma alusão ao passado colonial. Segundo Artigas (1981. p. 49):

O Palácio da Alvorada, em particular, me parece uma casa-grande colonial, com sua igreja ao lado e o alpendre característico. É uma forma pré-urbana no Brasil. O que não impede de exprimir as proezas construtivas que o conhecimento cada vez maior da técnica do concreto armado possibilita.

Para o concurso, foram apresentados vinte e seis projetos, dos quais quatro foram pré-selecionados. Segundo o relatório do júri (SILVA, 2006, p. 151):

O júri procurou encontrar uma concepção que apresentasse unidade e conferisse grandeza à cidade, pela clareza e hierarquia dos elementos. Na opinião dos seus membros, o projeto que melhor integra os elementos monumentais na vida quotidiana da cidade, como capital Federal, apresentados numa composição coerente, racional, de essência urbana - uma obra de arte - é o projeto de número 22 (vinte e dois) do senhor LUCIO COSTA.

2 Sobre a história de interiorização da capital, que antecedeu a decisão de JK, desde o século XVIII, recomenda-se a leitura de SILVA, Ernesto. *HISTÓRIA DE BRASÍLIA: UM SONHO, UMA ESPERANÇA, UMA REALIDADE*. Brasília: FIBRA, 2006, p. 19 -112.

3 CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 208.

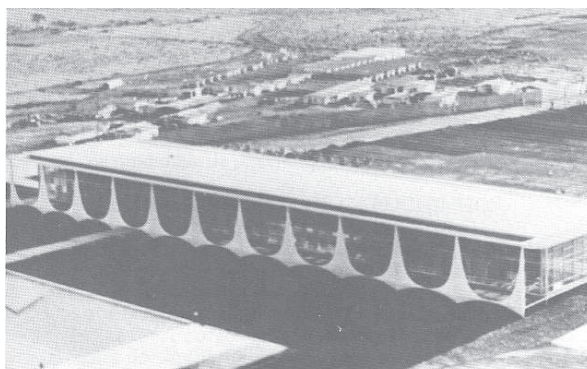


Fig. 348. Vista aérea do Palácio da Alvorada. Fonte: Vasconcelos (1989).



Fig. 349. A Fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo (Rio de Janeiro). Fonte: Panoramio (2011).

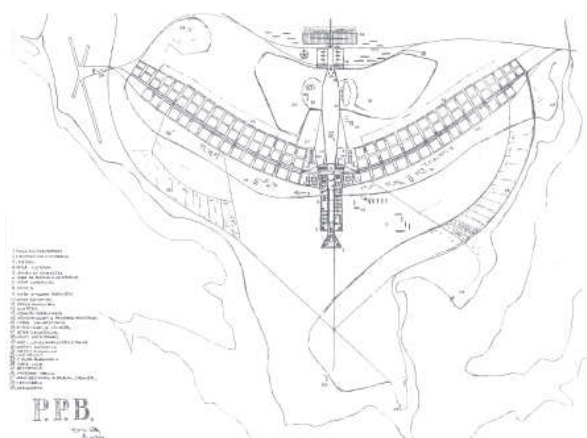


Fig. 350. O Plano Piloto de Brasília (proposta de Lucio Costa, 1957). Fonte: Costa (1991).

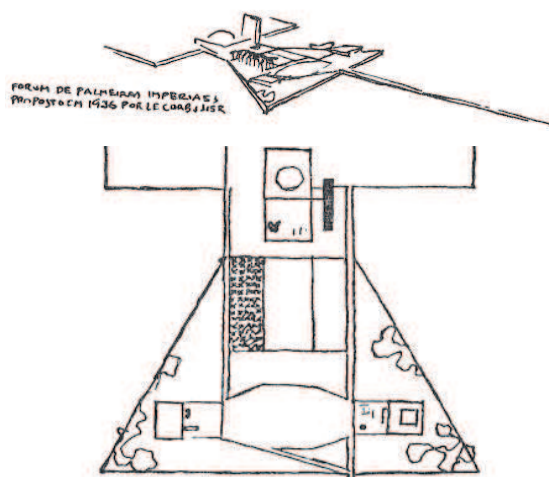


Fig. 351. Perspectiva e planta da Praça dos Três Poderes (croquis do Plano Piloto de Brasília - 1957). Fonte: Costa (1991).

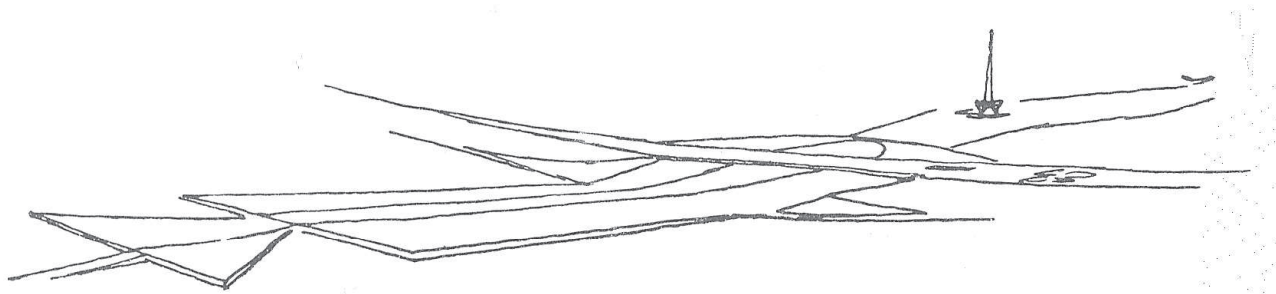


Fig. 352. Perspectiva e planta da Praça dos Três Poderes (croquis do Plano Piloto de Brasília - 1957). Fonte: Costa (1991).



Fig. 353. Vista aérea da Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes. Fonte: Facó (2003).



Fig. 354. Planta do projeto para a Avenida e Palácio Imperial (Montigny, 1847). Fonte: PUC-RIO (1979).



Fig. 355. Plano de Vera Cruz (1954). Fonte: Silva (2006).

Dentre as apreciações do júri via-se constantemente a referência ao lago artificial. Questionava sempre que surgia a desassimilação do centro governamental, da mesma forma era demonstrada atenção à ocupação da área mais alta do terreno<sup>4</sup>. O projeto vencedor foi criticado sobre o primeiro aspecto, cujo paliativo veio com a implantação da cidade, quando foram reduzidas as distâncias dos dois eixos residenciais, e com eles o centro cívico, em relação ao lago. O segundo aspecto havia sido preenchido de forma um tanto tecnicista. Era a Torre de Televisão, suporte das antenas de transmissão televisiva, símbolo de modernidade tecnológica, o edifício que se assentava no centro geométrico da cidade, sobre a parte mais alta do território, o *piano noblie*.

A utilização do lago de forma mais integrada ao centro cívico, influenciando mais no seu desenho teria sido proposta num plano anterior ao de Lucio Costa. Tratava-se do projeto de Vera Cruz, desenvolvido em 1955 por uma comissão formada por Raul Pena Firma, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis e chefiada pelo marechal José Pessoa<sup>5</sup>. O centro cívico, embora distante, voltava-se para o grande espelho d'água. Duas grandes avenidas partiam do lago em direção à praça do governo, a elas unida por outra avenida. A composição estava toda ela voltada para o lago, no sentido oposto do plano de LC. O desenho, de certa forma, assemelha-se ao partido adotado por Grandjean de Montigny, em seu projeto para a Avenida Imperial. Duas praças unidas por uma avenida monumental, uma delas junto ao espelho d'água, a outra imersa na malha urbana. No projeto de Montigny, o Palácio Imperial estava a beira-mar, diferentemente de Vera Cruz. Pode-se dizer que comparan-

4 SILVA, Ernesto. *HISTÓRIA DE BRASÍLIA: UM SONHO, UMA ESPERANÇA, UMA REALIDADE*. Brasília: FIBRA, 2006, p. 167-175.

5 SILVA, op. cit., p. 206.

do os três projetos, tratam-se de variações sobre partidos urbanos bastante equivalentes. Segundo Ficher (2006):

Aqui há uma coincidência, provavelmente fruto da preocupação com o aproveitamento de uma localização privilegiada: em Vera Cruz, o extremo do promontório deste parque é ocupado por uma espécie de mirante rodeado por embarcadouros, enquanto que na cidade real aí foi erigido o seu primeiro monumento, o Palácio da Alvorada.

Em maio de 1957 estava fixado o Marco Zero, no cruzamento entre os futuros eixos Monumental e Residencial. Em 1958 foi executado o terrapleno da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios e o eixo Monumental. Foi concluída a estrada Brasília-Anápolis e a Avenida das Nações, bem como o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel<sup>6</sup>. No ano seguinte já se viam os Palácios do Planalto, do Superior Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Viam-se também os blocos ministeriais, a Catedral Metropolitana e a Plataforma Rodoviária. A população de operários em Brasília era estimada em 50 mil<sup>7</sup>, totalizando mais de 60 mil habitantes<sup>8</sup>.

Estavam concluídos os edifícios fundamentais do centro cívico. Além deles a estrutura viária do plano, formada pelos eixos Monumental (leste e oeste) e Rodoviário (norte e sul). A avenida que ligava o Palácio da Alvorada à Praça dos Três Poderes estava sendo asfaltada<sup>9</sup>. Encontrava-se em andamento a rodovia Belém-Brasília, liderada pelo engenheiro Bernardo Sayão. A execução contava com 3 mil operários e a conclusão estava programada para 1960, antes da conclusão de Brasília<sup>10</sup>.

Quanto às habitações permanentes haviam sido inauguradas as casas da Avenida W3, do lado sul do Eixo Rodoviário. O primeiro conjunto de Superquadras a servirem de modelo para as Unidades de Vizinhança<sup>11</sup> subsequentes estava parcial-

6 SILVA, op. cit., p. 199.

7 VASCONCELOS, José A. *A Epopeia da Construção de Brasília*. Brasília: edição do autor, 1989, p. 167.

8 SILVA, op. cit., p. 201.

9 VASCONCELOS, op. cit., p. 147.

10 VASCONCELOS, op. cit., p. 145 e p. 181-85.

11 Sobre o conceito de Unidade de Vizinhança e sua aplicação por LC no plano de Brasília recomenda-se a leitura de FERREIRA, Marcílio M. e GOROVITZ, Matheus. *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*. Brasília: Iphan, 2008, p. 15-39).



Fig. 356. O terrapleno da Praça dos Três Poderes (1957). Fonte: Costa (1991).

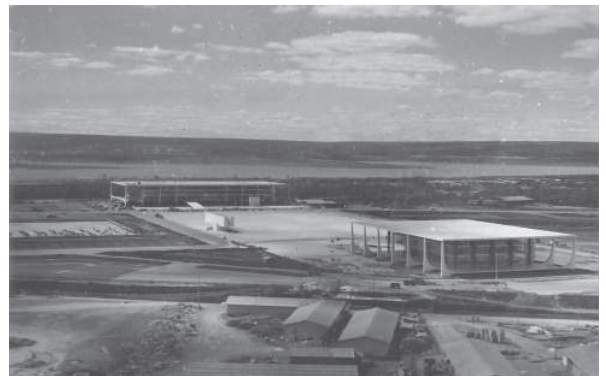


Fig. 357. Palácios do Planalto e do STF (1957). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004).



Fig. 358. Congresso Nacional e Esplanada dos Ministérios (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004).

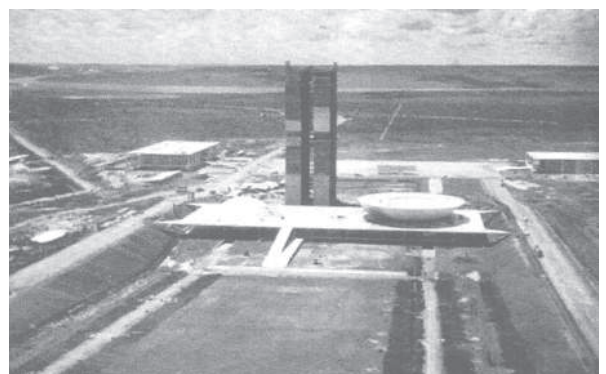


Fig. 359. Congresso Nacional e a Praça dos Três Poderes (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF (2004).



Fig. 360. A catedral Metropolitana (1959). Fonte: Arquivo Público do GDF.



Fig. 361. A catedral Metropolitana. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 362. A Catedral Metropolitana, a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional. Fonte: Panoramio (2011).

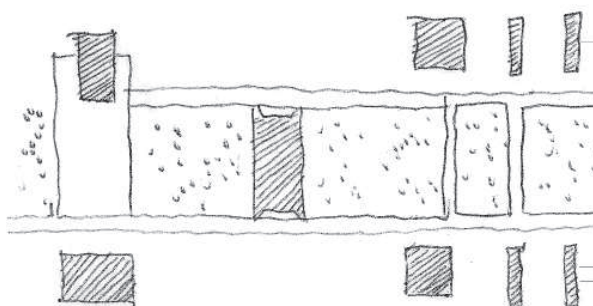


Fig. 363. Planta esquemática dos Palácios Itamaraty e da Justiça, em conjunto com a Praça dos Três Poderes.

mente concluída, contando com a maioria de seus blocos residenciais e equipamentos urbanos.

Uma ressalva não pode deixar de ser feita quanto à construção pragmática do Catetinho, intitulado na época pelo DIÁRIO DE BRASÍLIA como Palácio Provisório<sup>12</sup>. Erguido em 1956, localizava-se próximo a Fazenda do Gama, fora do perímetro da nova cidade e hoje é mantido como museu.

Em 21 de abril de 1960 a cidade era inaugurada com seus edifícios governamentais construídos. A praça cívica e a e sua continuidade, a Esplanada dos Ministérios, já mostravam o cenário que seria a marca da sede do governo brasileiro. O edifício em evidência era o Congresso Nacional, no centro da composição, como a Câmara de Salvador. Para se apreender o todo da composição é necessário estar afastado o suficiente para enquadrar o olhar desde a Catedral até os palácios da Praça dos Três Poderes. De preferência do alto, sobre a Plataforma Rodoviária, como que do convés de uma embarcação.

O templo religioso estava presente no núcleo cívico, como ocorre desde a Antiguidade Clássica, situação descrita por LC como protocolo (in SILVA, 2006, p. 160):

A Catedral ficou igualmente localizada na esplanada, numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por questão de escala, tendo em vista valorizar o monumento e ainda, principalmente por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma, onde os dois eixos se cruzam.

Cabe ressaltar que a praça destinada à igreja matriz, desde as cidades medievais portuguesas, era disposta separadamente da praça cívica, e a ela integrada por um eixo de fluente acessibilidade.

Incluídos no plano de LC, porém construídos apenas em 1962, foram os Palácios da Justiça e do Itamaraty. Ambos eram estruturas determinantes do espaço de transição entre a praça do Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios.

Previsto no plano de LC e construído em 1969, o Palácio do Buriti era o edifício destinado a ocupar

12 SILVA, op. cit., p. 178.

a municipalidade. Seu caráter cívico foi associado espacialmente à sede administrativa principal. Era um ponto extensão no Eixo Monumental do seu segmento dedicado à função cívica. Segundo Costa: (in SILVA, p. 162):

15 - Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo monumental, vê-se que a fluência e a unidade do traçado, desde a praça do Governo até a Praça Municipal, não excluía variedade de cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto.

Somente em 1968, durante o Regime Militar, foi construído o quartel-general do Exército, projeto de ON. Não era mais, obviamente, o contexto histórico das fortificações em cortina rasante, como ocorreu nas capitais desde Salvador, e sim a cortina virtual, definido por Mori (2003, p. 29) como o fim da história da arquitetura militar:

O fracasso da “Linha Maginot”, em 1940, o surgimento dos foguetes V-2 e a explosão da bomba atômica, em Hiroshima em 1945, encerraram o capítulo da história das fortificações.

Após a inauguração da cidade, a praça cívica ainda receberia duas intervenções espaciais marcantes. Em 1972 foi erguido o Mastro da Bandeira Nacional, com 100 m de altura. Projetado pelo arquiteto Sergio Bernardes, localizou-se na face da praça voltada para o leste. Em 1985 foi executado o projeto de ON para o Panteão da Pátria Tancredo Neves, ao lado do mastro. Outra intervenção, que não foi realizada na praça propriamente dita, mas que influenciou sobre sua paisagem urbana, foi a construção do edifício da Procuradoria-Geral da República (PGR). Concluído em 2002, o projeto de ON localiza-se a leste da praça cívica.

A partir da década de 1990 começaram a se estender edifícios numa segunda esplanada adjacente à Praça dos Três Poderes. Trata-se da Praça dos Tribunais Superiores, desencadeada pela construção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concluído em 1997 e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), concluído em 1997. Os lotes possuem em torno de 65.000 m<sup>2</sup> e fazem parte de um conjunto de mais quatro lotes, dos quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal Regional Federal (TRF) estão em construção.

Em 2004, teve início a construção do Museu e da Biblioteca da República, ambos no Setor Cultural

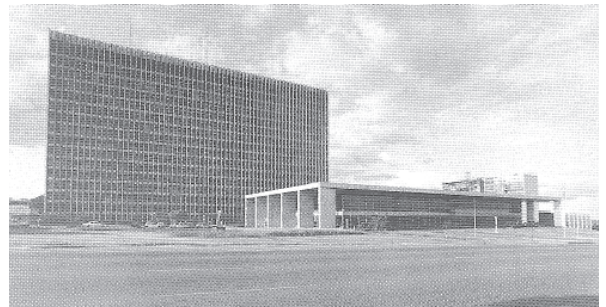


Fig. 364. O Palácio do Buriti, localizado no lado oeste do Eixo Monumental. Fonte: Arquivo Público do GDF (2004).

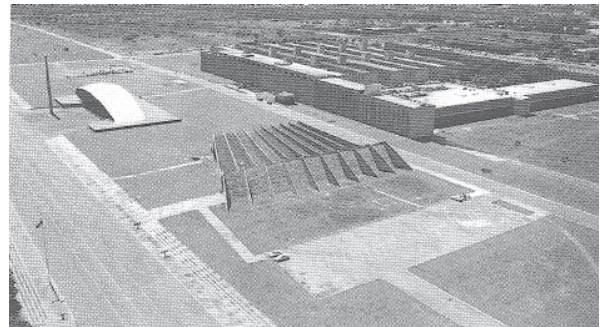


Fig. 365. O Quartel General, localizado no Setor Militar Urbano. Fonte: Arquivo Público do GDF (2004).



Fig. 366. O Pavilhão da Bandeira Nacional, atrás do Congresso Nacional. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 367. Os Tribunais Superiores, adjacentes à Esplanada dos Ministérios. Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 368. O Setor Cultural, inacabado, ao lado do núcleo cívico (Espanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes). Fonte: Google Earth (2011).



Fig. 369. O Pavilhão da Bandeira Nacional, atrás do Congresso nacional. Fonte: Panoramio (2011).



Fig. 370. Vista aérea do Eixo Monumental, desde a Torre de TV até a Praça dos Três Poderes (fim da via S1). Fonte: Facó (2003).

Sul. Estes setores fazem parte do quadrante da esplanada em direção à Plataforma Rodoviária, sendo que o lado norte ainda resta inconcluso. A grande área vazia interrompe o conjunto de edifícios, num imenso espaço residual. Os edifícios desses setores são monumentais, tanto quanto o conjunto. Porém, a imagem cívica da esplanada foi consagrada, ao longo dos anos em que estiveram vazios, pelo conjunto findo na Catedral e nos blocos dos Ministérios. Se por um lado causam estranheza à paisagem consagrada, por outro dão continuidade ao conjunto monumental, interrompido pelo imenso vazio entre os Ministérios e a Plataforma Rodoviária.

Uma proposta do Governo do Distrito Federal que ressurgiu em 2004 foi a inclusão de um túnel sob a Praça dos Três Poderes, em continuidade ao Eixo Monumental (via S1). Contudo, foi rechaçada pelos órgãos de preservação do patrimônio histórico, em vista da indesejada continuidade que daria ao sistema viário do Eixo Monumental, concebido para findar na Praça dos Três Poderes. De fato, não apenas evidente pelo desenho, mas expresso verbalmente pelo seu autor, a Praça dos Três Poderes é o fim (ou início) do Eixo Monumental, não um ponto de passagem inserido no tecido urbano. A ideia de uma passagem subterrânea seria a antítese do sistema de circulação tradicional que convergia para a praça. Nesse caso, a circulação passaria como que por um entrave, sob os palácios.

Em 2008, ON elabora o projeto para o anexo V da Câmara dos Deputados. O edifício, destinado à biblioteca e outros setores da Câmara, se localizaria no terreno de forma triangular entre os Palácios do Itamaraty e STF, contíguo ao Edifício Anexo II

da Câmara dos Deputados. O pavimento superior, na mesma cota da esplanada, possuía uma cúpula da mesma altura do plenário da Câmara. O projeto não foi executado. No ano seguinte, ON apresentou o projeto para a então chamada Praça da Soberania ao Governo do Distrito Federal. Tratava-se do Memorial aos Presidentes da República, localizado no canteiro central da Esplanada, entres os Setores Culturais Norte e Sul, a Plataforma Rodoviária e o limite do núcleo cívico, demarcado pela ligação entre as vias L2 Norte e Sul. O Memorial possuía um obelisco inclinado mais alto do que Congresso, com a mesma altura do Pavilhão da Bandeira, na Praça dos Três Poderes. A mudança maior, em relação à praça cívica, seria de seus referenciais no Eixo Monumental. Num de seus croquis para o Relatório do Plano Piloto, LC ilustra a perspectiva desse eixo, o qual tem a referência vertical pontuada na Torre de Televisão. Em conjunto com o Congresso Nacional, esses seriam os referenciais observados da Plataforma Rodoviária. Com a nova praça o obelisco dividiria este referencial com as torres do Congresso. Em planta, tais torres não estão no eixo de simetria da Esplanada dos Ministérios, como o obelisco. Porém, o volume de proporções monumentais do novo elemento participaria da perspectiva sobre diversos ângulos, desfigurando significativamente a escala consolidada do conjunto arquitetônico/urbano.

## 6.2. A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

### 6.2.1. UMA NOVA IDEIA DE NÚCLEO CÍVICO

Em Brasília as funções determinaram a estruturas espaciais do tecido urbano. Estas funções, articuladas em escalas urbanas, tinham como elemento de intermediação as áreas verdes, generosamente distribuídas em toda a cidade, principalmente na escala monumental. O senso espacial de integração e de formação da paisagem urbana se transfigurou profundamente, se comparado as cidades coloniais. Segundo Costa (in: Gorovitz p. 24):

A importância atribuída a esses grandes quadriláteros verdes resulta de que, além de contribuir para o resguardo das quadras, eles garantem, por sua massa e dimensão, a integração da escala residencial na escala monumental.

Os quadriláteros mencionados por LC eram as faixas verdes das Superquadras, das quais a mais próxima à Praça dos Três Poderes localizava-se a mais de três quilômetros de distância, de carro.

Como nas capitais anteriores, Brasília teve definido um setor para a função cívica. Porém, a setorização Modernista da cidade previa condições mais rigorosas de divisão entre as atividades. Morar, trabalhar, lazer e circulação eram as funções básicas que deveriam estar bem definidas nessa setorização<sup>13</sup>. Brasília incluiu entre essas a função cívica, discriminada *civitas* por LC<sup>14</sup> e destacada pela banca julgadora do concurso para escolha do novo plano<sup>15</sup>. No âmbito da escala cívica foi colocado o edifício religioso, como ocorre desde a Antiguidade Clássica. Integrada ao conjunto cívico, a Catedral estava localizada numa praça própria, como um adro. Sua localidade lateral ao canteiro central conferiu-lhe grande destaque, sendo um dos primeiros edifícios da grande perspectiva monumental que se inicia na Plataforma Rodoviária. Mesmo sem os desníveis do

relevo da costa brasileira a Catedral foi colocada em condição de evidência. Tratava-se de uma condição emblemática, mais do que a demanda funcional, atendida pelos lotes de templos distribuídos nas zonas residenciais, um a cada Unidade de Vizinhança.

Analogamente, pode-se comparar esta condição em primeiro plano da Catedral e a compartimentação reduzida da praça cívica, por detrás das torres do Congresso Nacional, com a relação de visibilidade e confinamento entre as catedrais e paços das cidades medievais portuguesas. Característica reproduzida nas capitais do Brasil anteriores, principalmente em Salvador e Belém.

O centro cívico estava definido em seus edifícios. Nele estavam desenhados os edifícios dos três Poderes em perspectivas que definiam muito do partido arquitetônico de cada um. A forma da praça e a localização dos edifícios foi acuradamente desenhada. A Praça dos Três Poderes foi desde sua concepção em planta, tida como derivada da forma triangular. Um triângulo equilátero onde equilibradamente se harmonizavam os edifícios sede dos três Poderes da União: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. De fato, foram estes edifícios implantados próximos aos vértices deste triângulo materializado num terrapleno único, nivelado. Porém, o que se sugere é a interpretação espacial a partir das fachadas dos palácios voltadas para a praça. Considerando esta percepção do espaço, da forma como pode ser aprendido pelo observador no interior do recinto, a praça é retangular. Triangular seria se tais fachadas não fossem paralelas e ortogonais entre si, e sim inclinadas. Seria então a planta triangular, a partir da qual a praça foi concebida e o terrapleno construído, uma imagem de concordância entre a implantação dos edifícios e a expressão do Estado mais presente no projeto do que *in situ*.

A verossimilhança do desenho elaborado com a construção da cidade foi algo destacado por LC<sup>16</sup>, que a concebeu com escassas informa-

13 CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000, p. 21-68.

14 LUCIO, Costa. *RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA*. Brasília: ArPDF, CODEPLAN, DePHA, 1991, p. 20.

15 SILVA, op. cit., p. 167.

16 COSTA, Lucio. *BRASÍLIA REVISITADA 1985/87: Complementação, Preservação Adensamento e Expansão Urbana*. Brasília: SDU/GDF, 1987, p. 87.



ções de desenvolvimento regional, mas com riqueza de detalhes na escala arquitetônica. A praça cívica não se encontrava inserida no tecido urbano, para nele ser particularizada, como ocorreu nas capitais anteriores e ocorria nas cidades em geral. Essa particularidade de Brasília seria uma situação inevitável diante da determinação estrutural que foi estabelecida por cada setor e sua função. Eram as escalas urbanas identificadas por LC, posteriormente à elaboração da cidade<sup>17</sup>. A praça cívica, isolada, se apresentava como motivo articulado à composição do desenho urbano. Não foi evidenciada, como ocorria tradicionalmente, através de uma distinção inserida no tecido urbano que, conforme vem sendo visto, possuía também características sintáticas peculiares. Como foi dito anteriormente as funções estruturavam os espaços, e não o contrário. Daí o oportunismo da chamada escala bucólica, ou áreas verdes.

Fixada no extremo leste do Eixo Monumental a praça foi marcada verticalmente com as torres do Congresso Nacional e a continuidade do eixo tinha como segundo ponto de referência a Torre de Televisão à oeste. Mesmo recurso de perspectiva monumental aplicado na Avenida Champs-Élysées, em Paris. Segundo Gorovitz (1985, p. 31):

A estrutura monumental de Paris é constituída por pontos de referência espacial (Arco do Carrossel, obelisco da Place de la Concorde e o Arco do Triunfo) e relacionados espacialmente através de um eixo que compreende o Champs-Élysées, o Jardim de Tuilleries e o Louvre. Esse eixo organiza também a malha urbana: funcionalmente, por suas dimensões e pela relação que estabelece entre os monumentos.

As peculiaridades de Brasília vão além dos princípios Modernistas, e já foram objeto de estudos diversos quanto a suas origens ou primazia. Conforme destaca o próprio autor da cidade. Segundo Costa (in Gorovitz, 1985, p. 15):

A despreocupação pelos tabus e a indiferença em relação ao “modismo” em voga permitiram integrar - graças à disposição verde das quadras e em virtude de se tratar de uma capital - os velhos princípios do Ciam e a grata recordação

das bonitas perspectivas de Paris, sabiamente entrecruzadas em um todo articulado organicamente.

[...] Paris é uma cidade caracterizada por aquelas belas perspectivas, e eu particularmente tenho grande apego à cidade. De modo que essa lembrança de Paris, que está no subconsciente, aflorou naturalmente.

Se a atividade comercial sempre esteve inserida no núcleo cívico das cidades coloniais em Brasília a situação foi diferente. O papel institucional do mercado está presente, contudo na zona central da capital. O Banco Central é o edifício mais alto da área comercial, com seus 101 m ultrapassa as torres do Congresso Nacional, com 93 m, ainda que desconsiderando sua cota mais elevada. O centro da cidade, no cruzamento dos eixos, foi onde LC introduziu o setor comercial, oportunamente, ciente de sua propriedade condensadora de fluxos. Era o que definiria como escala gregária<sup>18</sup>, onde foi colocada a Plataforma Rodoviária, debruçada sobre a perspectiva monumental da Esplanada dos Ministérios. Lembrando das capitais anteriores vê-se o seguinte quadro: (1) em Salvador, a Casa da Moeda tinha lugar na praça cívica, e na Cidade Baixa o Mercado Modelo determinava o eixo integrador que se conectava à praça da Cidade Alta; (2) em Belém, a Alfândega ocupava uma praça própria, a frente o Mercado do Ver-o-Peso, até onde, a partir da praça cívica, se estendia o eixo integrador; (3) no Rio de Janeiro, o Paço ocupava um edifício originalmente utilizado pela Alfândega e Armazém do Rei, posteriormente foi transferida a Casa da Moeda de Salvador, instalando-se no mesmo edifício; a Rua do Ouvidor era o centro comercial da antiga capital e desembocava na Rua Direita, não menos movimentada e eixo integrador do núcleo cívico.

Como uma proposta de leitura do tecido urbano do núcleo cívico que evidencie a transformação do seu desenho na nova capital, sugere-se os ideogramas abaixo. Estes ideogramas apresentam uma interpretação da relação morfológica de determinação e subordinação entre elementos básicos do tecido urbano no núcleo cívico: o quarteirão (Q), a rua (R) e o terreno

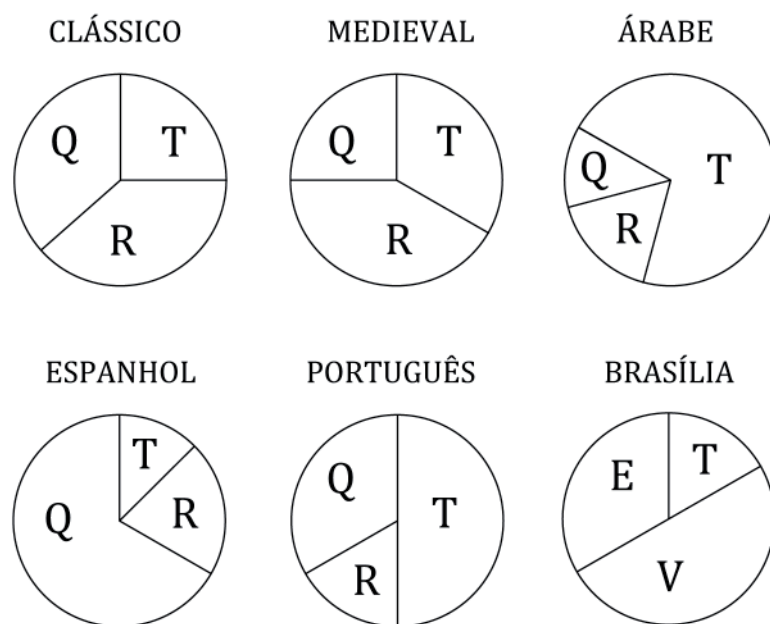
17 COSTA, op. cit., p. 89.

18 COSTA, op. cit., p. 89.

(T). Para tanto, foram classificadas as categorias de tecido desse núcleo em clássico, árabe, medieval, português, espanhol e Brasília. Em Brasília, os elementos tradicionais (quarteirão e rua) são substituídos pela ideia do edifício isolado (E) e do sistema viário segregado entre automóveis e pedestres (V). Esta é uma proposta de leitura do tecido urbano apenas do núcleo cívico, como algo destacado e inteiro, devendo ser ponderado sobre soluções locais de arquitetura que têm sua própria intensão compositiva em relação as ruas, quadras e terreno. A determinação de cada um dos elementos do conjunto entre si é representada como uma impressão não quantificada numericamente, mas ilustrada no gráfico por porções maiores ou menores do círculo.

Na primeira figura (clássico), ilustra-se o plano do tipo hipodâmico, criado na Grécia e empregado pelos Romanos. O quarteirão é o elemento determinante do traçado reticulado do tecido urbano, seguido pela rua, que organiza os espaços públicos. O terreno, embora modele partes da retícula hipodâmica, não é determinante do traçado, são nas exceções que a ele se molda. Na segunda figura (medieval), o território ganha importância sobre as ruas. As ruas passam então a determinar formas irregulares aos quarteirões. Na terceira figura (árabe) vê-se a subordinação do quarteirão ao terreno. O sistema de ruas reduz sua auto-

nomia sobre os quarteirões, que se unem em formas contínuas e irregulares. A quarta figura (espanhol), refere-se ao plano filipino, ortogonal e composto pela *plaza mayor* no centro. Neste caso, é absoluta a determinação da forma retangular do quarteirão sobre a rua e o território, igualmente subordinados a ele. Na quinta figura (português) está a interpretação que mais se abordou nesta dissertação, que diz respeito à colonização ultramarina portuguesa. O território é o elemento determinante, seja pela composição de uma paisagem urbana ou pela condição geográfica para defesa militar. A influência do traçado regulado sobre o quarteirão faz dele mais determinante do que nos traçados medievais, e a rua resta subordinada a estes dois elementos principais. Na sexta figura (Brasília), está a inovação aplicada à atual capital. Assim, compreende-se o sistema viário como principal elemento de determinação do tecido urbano. Em seguida estão os edifícios isolados que marcam a composição e, por fim, o terreno, como elemento moldável à intensão compositiva estabelecida pelos elementos anteriores.



## 6.2.2 A DELIMITAÇÃO DA ÁREA FOCO

Para o estudo de Brasília, foi utilizado apenas o mapa atual para análise dos eixos e isovistas. Não há elementos no entorno imediato e na própria praça que justifiquem a adoção de dois momentos, para elaboração de mapas comparativos. Não há, como nas capitais anteriores, dois momentos históricos, nem a praça está suficientemente imersa numa malha urbana a ponto de provocar mudanças de sistema viário ou da paisagem urbana. Como tudo na análise morfológica da cidade esta é uma afirmação que pode ser relativizada. Como já mencionado, há intervenções contemporâneas substanciais na praça e em seu entorno; a questão aqui é a sua interferência dentro dos critérios morfológicos agrupados até agora. Desta forma, essas mudanças não serão desconsideradas por completo, e sim avaliadas no contexto histórico de caracterização do conjunto de praças cívicas analisadas nesse estudo.

A área delimitada, com 1.026.628 m<sup>2</sup> (449.980 m<sup>2</sup> superior à média de todas as cidades analisadas), não sofre influência direta do tecido urbano residencial. Nela estão contidos a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. Trata-se de uma definição de perímetro que busca conciliar o aspecto funcional da atividade cívica com as dimensões urbanas em questão. Considerar Brasília como um todo seria perder a ordem de grandeza do conjunto de cidades analisadas, como se ela fosse uma estrutura abstrata.

Percebe-se então que a relação dos edifícios com o espaço público, ou com os vazios, se transformou profundamente. A densidade construtiva por metro quadrado despencou. Os edifícios não se agigantaram, o espaço entre eles sim. A correlação entre Brasília e as capitais anteriores se torna uma tarefa limítrofe entre a apreensão espacial do ambiente urbano e a ideia de uma estrutura urbana típica dos núcleos cívicos.

## 6.2.3. O MAPA ATUAL

O perímetro é claro, uma vez que define essencialmente a atividade cívica, autônoma em relação à composição do todo da cidade. A forma periférica é estabelecida pelos blocos ministeriais, uma compressão de área no Congresso Nacional e a reabertura na praça seguindo o terrapleno triangular.

Ao total são 1.026.628 m<sup>2</sup>, sendo 111.359 m<sup>2</sup> de ilhas espaciais e 915.269 m<sup>2</sup> de espaços vazios. Ou seja, 89,2% de espaços vazios, de longe o maior índice levantado, dentro do conjunto de cidades analisadas. Isso não significa que não haja conexão entre o núcleo cívico e o restante da cidade. Sua formalidade<sup>19</sup>, como destaca Holanda, era mais local do que global:

E verdade que o lugar [Esplanada dos Ministérios] é fortemente segregado de seu entorno, ou seja, do resto do centro do Plano Piloto e da cidade. Mas tal segregação é mais geométrica do que sintática, assim como mais local do que global. Eixos muito integrados conectam a Esplanada ao resto do centro e à cidade e, em si mesma, a Esplanada é bem estruturada globalmente: a economia da malha é equilibrada (0,34), a medida de integração não é excessivamente baixa nem alta (1,67), embora sua inteligibilidade caia relativamente (0,61). Mas quando se trata de atributos locais o desempenho do lugar despenca, do ponto de vista da urbanidade: o tamanho médio dos espaços convexos (6.684 m<sup>2</sup>), a relação de espaço aberto por entrada (8.232 m<sup>2</sup>), ou o percentual de espaços cegos (67,5) são os piores encontrados entre todas as áreas analisadas [cidades do Distrito Federal]. Entendo, no que diz respeito aos padrões espaciais, que esses atributos locais são, mais do que quaisquer outros, os responsáveis pela identidade sintática do lugar.

Observando o mapa axial, percebe-se que os dois eixos integradores atravessam o conjunto arquitetônico desde a Praça dos Três Poderes até a Catedral e o último bloco de ministério. Ou seja, apesar das grandes distâncias, é coeso. Mantém, como nas capitais anteriores, a integração entre a praça cívica e a praça da catedral. Os dois eixos se encaminham para a

<sup>19</sup> Sobre os conceitos de formalidade, urbanidade e padrões espaciais recomenda-se a leitura de HOLANDA, Frederico de. *O espaço da exceção*. Brasília: Unb, 2002, p. 307-321.

parte inferior da Plataforma Rodoviária, o que contribui para a integração do núcleo cívico com o centro de transporte coletivo e as duas praças em frente aos centros comerciais Conjunto Nacional e Conic. Esse encaminhamento contudo é topograficamente cerceado pela ligação entre as vias L2 Sul e Norte, que, numa cota abaixo da esplanada, define o limite físico do núcleo cívico e a continuidade da Esplanada entre os Setores Culturais Sul e Norte. Este último ainda inconcluso.

A homogeneidade da malha no centro cívico confere-lhe pouca gradação de acessibilidade entre os eixos de circulação, que se dividem basicamente em três categorias: muito integrados, integrados, e pouco integrados. Os considerados muito integrados correspondem evidentemente aos dois eixos de integração; os integrados são aqueles que se aproximam da Catedral, dos Palácios da Justiça e Itamaraty e do Congresso Nacional, os restantes são os pouco integrados. A referência aos edifícios emblemáticos do núcleo cívico se faz, portanto, clara sobre o aspecto da acessibilidade. A configuração espacial, nesse caso, corresponde ao significado dos edifícios, cuja lógica de implantação reforça sua condição hierárquica.

Se considerarmos, no entanto, uma gama maior de possibilidades de circulação pedestre, apresenta-se a mesma situação, porém com dados mais detalhados, sobre a concentração dos percursos próximos ao Congresso e aos Palácios, bem como a concentração entorno da Catedral. Surge uma nova concentração de eixos entre a Praça dos Três Poderes e a Catedral. Muito forte em termos de integração, reforçando a condição de acessibilidade no flanco sul da Esplanada, em detrimento do norte. Natural seria imaginar que o Palácio do Planalto estivesse em posição trocada com o STF, não fosse a busca pela simetria da composição, em não “carregar” um eixo em relação ao outro.

Comparado com as capitais anteriores, o mapa de isovistas de Brasília reproduz o contraste de um dado que já foi evidenciado. Diretamente associado ao percentual de 89,2% de espaços vazios, o índice de conectividade das isovistas atinge 13.003,60 pontos em oposição à média

de 342,89 pontos das cidades analisadas. Dentre elas, a de maior média de conectividade é Atenas, com 870,08, em seguida vêm Braga, com 684,06 e Belém, com 658,02, esta última com uma grande área aberta onde seria a praça cívica, decorrente do Alagadiço do Piri. O mapa atual de isovistas de Belém corresponde à média de 479,91 pontos.

Quando analisado em conjunto com o mapa axial o que se tem é a relação forte com os eixos integradores na Esplanada dos Ministérios e fraca na Praça dos Três Poderes. Com nas cidades portuguesas, a praça cívica é menos evidente dos que a praça religiosa, esta muito beneficiada pela esplanada e sua posição destacada, a frente do conjunto. A praça da Catedral foi parcialmente ocupada por um anexo da Cúria Metropolitana. É uma praça protocolar; de fato a Catedral compartilha o espaço da Esplanada com os Ministérios e o edifício principal - o Congresso Nacional. Como foi mencionado anteriormente a composição do núcleo cívico a integra dentro do conjunto arquitetônico e não como um edifício isolado, com uma praça a parte.

As fachadas dos Palácios do Planalto e do STF voltadas para a Praça dos Três Poderes, são, evidentemente as mais privilegiadas em termos de visibilidade, porém, esta é uma praça introvertida, voltada para si mesma, não se abre generosamente para a perspectiva da Esplanada, cujo ponto focal é o Congresso Nacional. O fato de estar rebaixada em relação à cota da Esplanada, acentua seu caráter de confinamento, provocando antes a ideia de um recinto semifechado, cuja ordenação espacial inicia e encerra nele mesmo, e que simplesmente se conecta ao restante.

Considerando o conjunto arquitetônico do núcleo cívico, pode -se dizer que cada parte associa as características de circulação e visual a um todo. A matriz tradicional fornece os elementos que estruturam esse núcleo. Núcleo que, por sua vez, articula-se com a cidade pela forte identidade do cenário marcante e pela integração à malha viária.

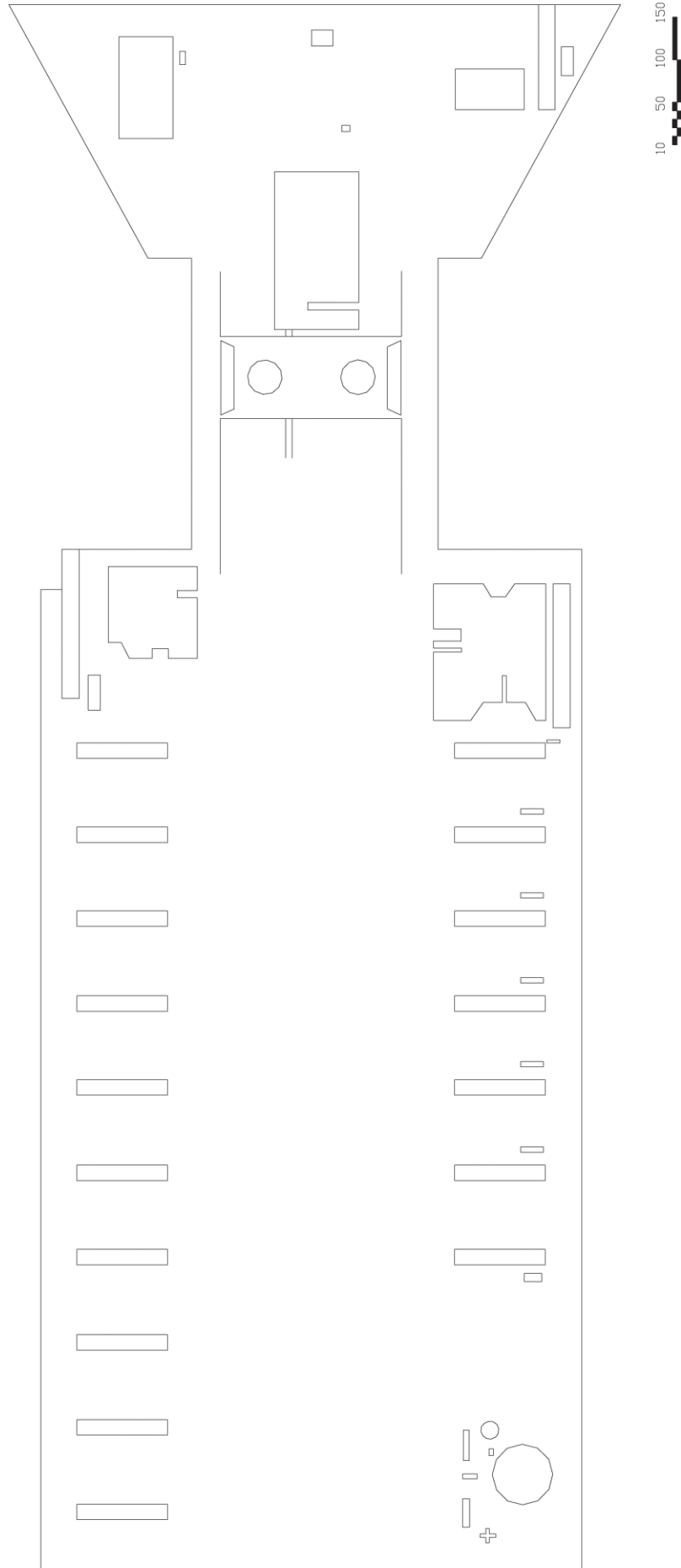


Fig. 371. Mapa do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750.

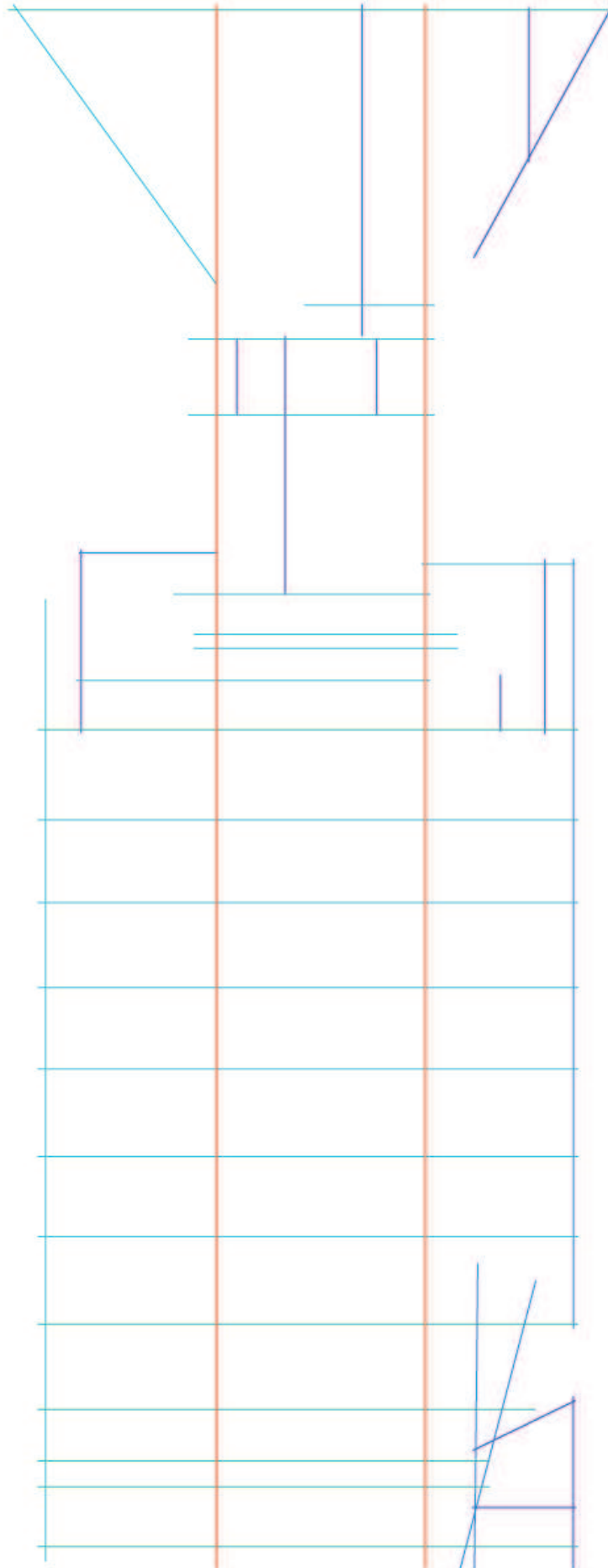


Fig. 372. Mapa axial do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750.

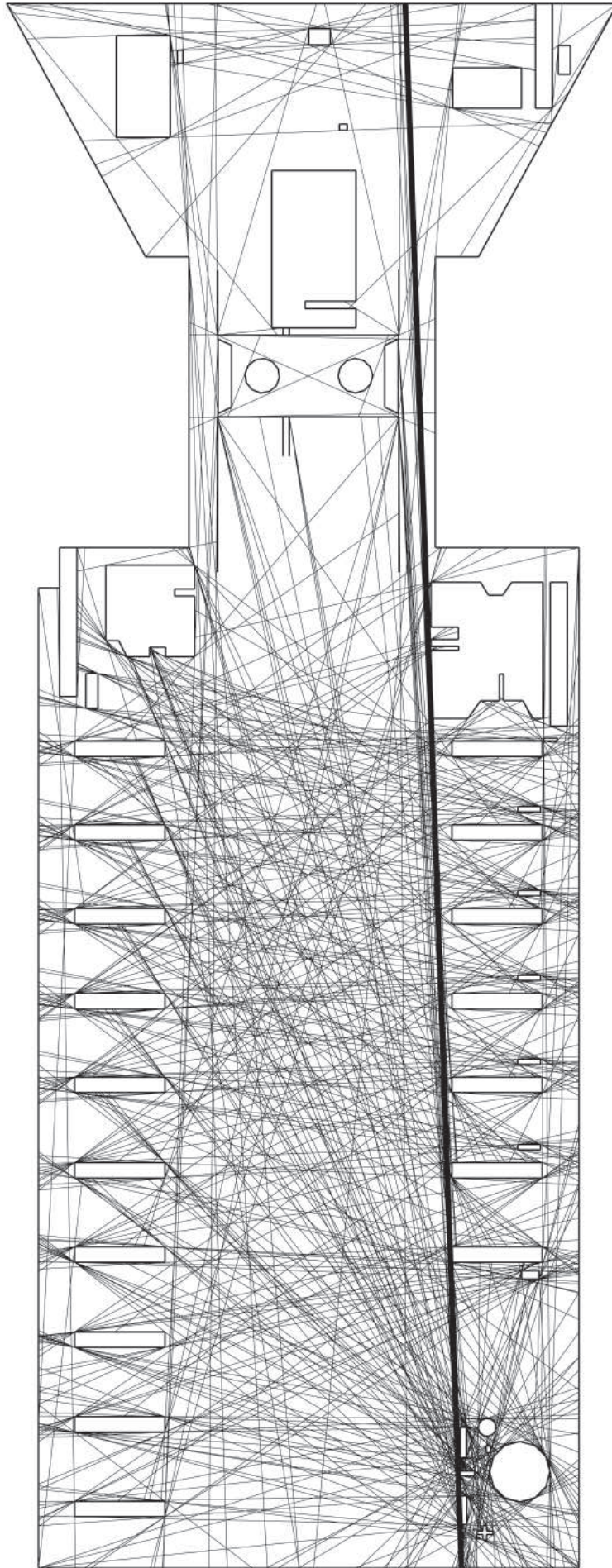


Fig. 373. Mapa axial do núcleo cívico de Brasília (com linhas axiais mínimas definidas automaticamente pelo software Dethmap), esc. 1/750.

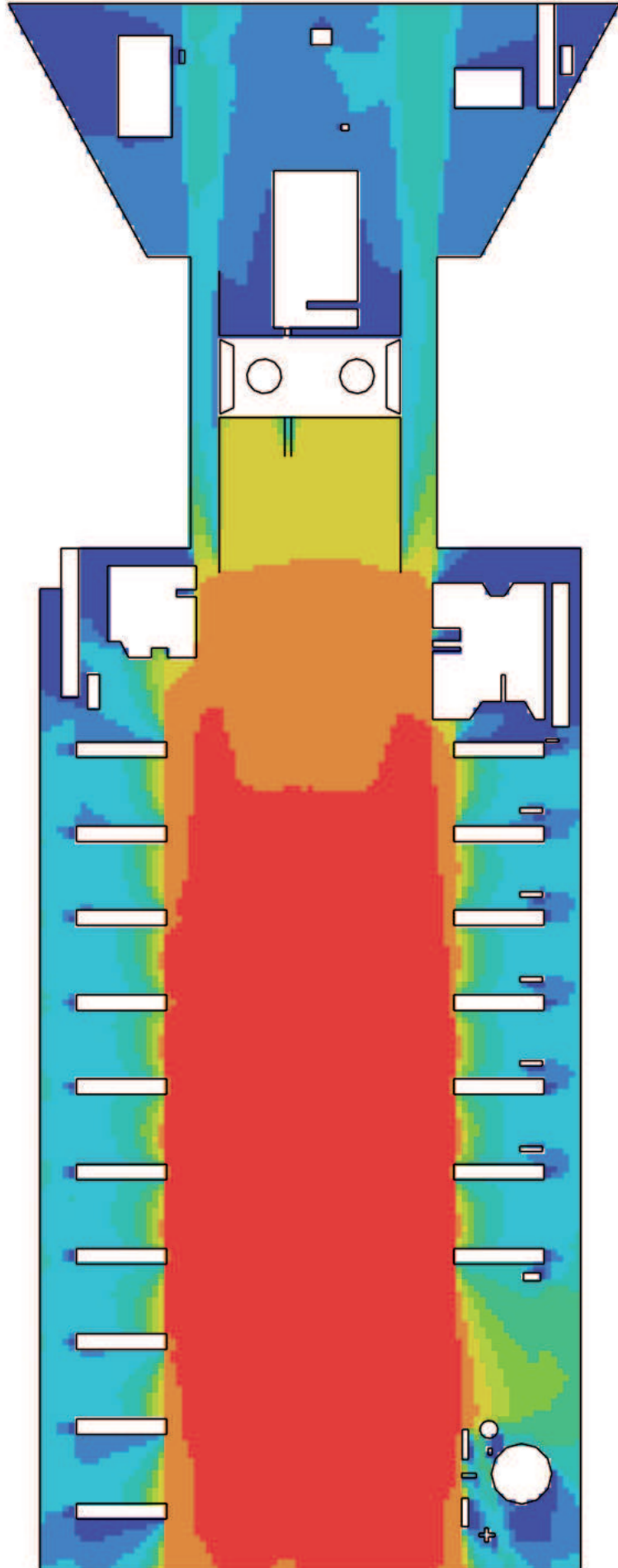


Fig. 374. Mapa de isovistas do núcleo cívico de Brasília, esc. 1/750.



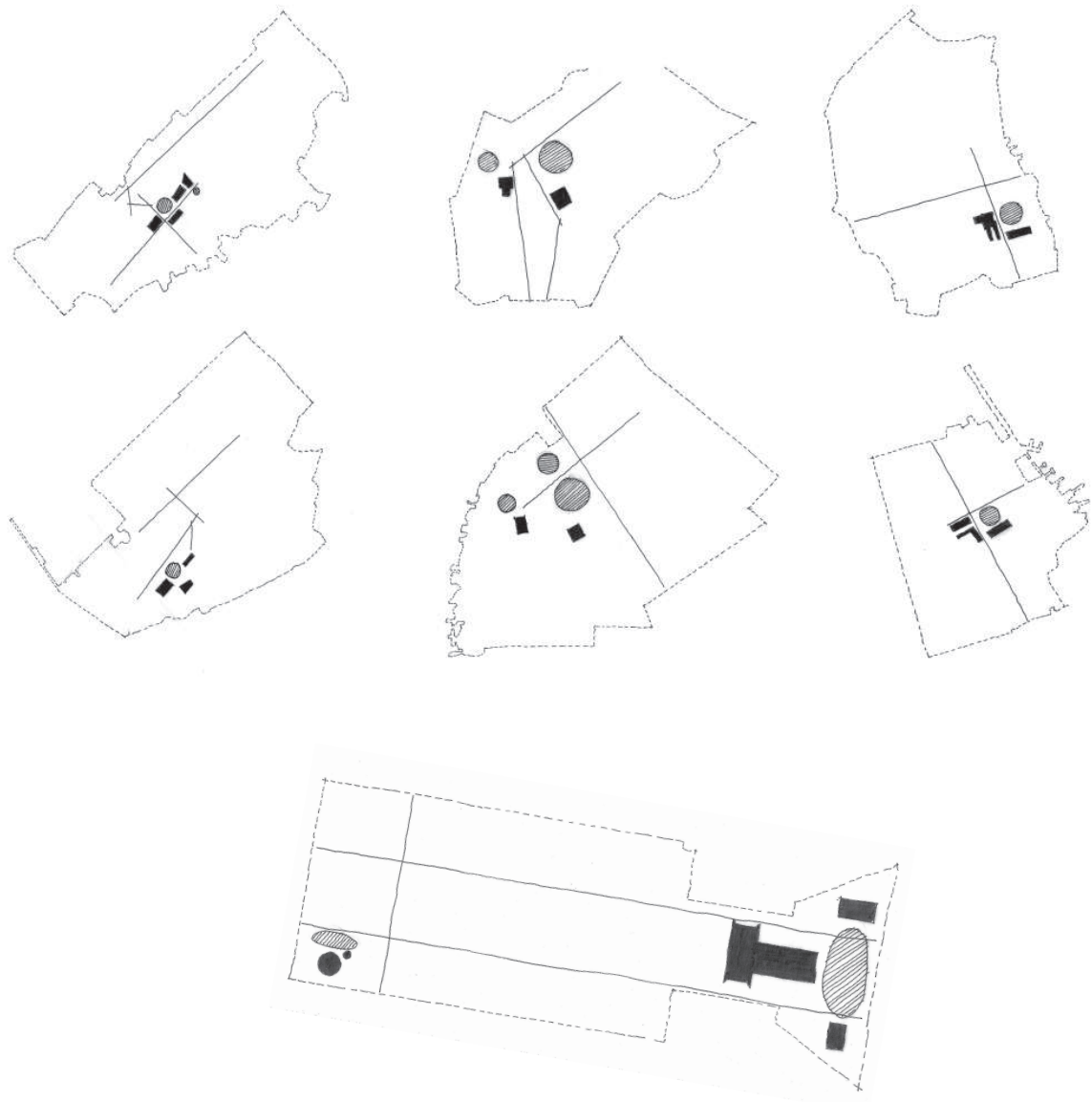


Fig. 375. Ideogramas da relação geométrica entre: os eixos de maior integração (linha contínua); praças (forma circular hachurada); construções cívicas, religiosas e comerciais (formas com preenchimento preto). Linha superior, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro coloniais. Linha intermediária, da esquerda para direita: Salvador, Belém e Rio de Janeiro atuais. Linha inferior: Brasília.



## 7. CONCLUSÃO

Retornando à questão inicial - existe afinidade morfológica entre as praças cívicas das capitais do Brasil, a despeito das condições geográficas e temporais distintas - espero antes ter contribuído de algum modo à compreensão, ainda que parcial, desse complexo artefato que é a cidade brasileira. Buscar afinidades morfológicas entre as praças cívicas das capitais do Brasil foi tarefa que se fez partindo de um contexto mais amplo da cidade, com a preocupação de não se perder em visões restritivas, ao mesmo tempo em que se procurou delimitar a parcela urbana estritamente necessária a sua compreensão. Para tanto, lançou-se mão de informações históricas e dados da análise morfológica.

Investigando a caracterização dessa praça cívica, confrontaram-se exemplos do passado e reformulações de suas acepções no presente. Do lugar construído aos objetos novos, a incessante criação do engenho humano produziu um panorama urbano complexo, de estruturas físicas superpostas. O objeto construído vem adquirindo gradativamente o estado de *processo*, de modo que o lugar físico torna-se quase mais um fragmento *destemporalizado*. O espaço destinado à praça tende a se tornar uma parte de sistemas sobrepostos de vias, parcelas e edifícios, desfazendo gradativamente a distinção de sua função no tecido urbano.

Ao longo do texto, foram distinguidos dois conjuntos de praças cívicas no território nacional. O primeiro formado por aquelas de influência direta do urbanismo colonizador português, exemplificado em Salvador, Belém e Rio de Janeiro e o segundo formado pelo urbanismo Modernista, exemplificado em Brasília.

As primeiras assemelham-se quanto à inter-relação entre o eixo integrador e a praça cívica, bem como pela coesão entre a praça cívica, a praça da sé e o núcleo de integração. Também assemelham-se quanto ao traçado híbrido - regular e irregular - e a disposição das praças religiosas nas áreas de maior visibilidade. Nessas cidades, o prolongado processo de consolidação do núcleo cívico se fez de maneira paulati-

na, mudando, crescendo e se relacionando com a cidade, ao longo do tempo. Posteriormente, sofreu interferências de um tempo diferente, com necessidades e técnicas novas: a contemporaneidade. O resultado no Rio de Janeiro, por exemplo, foi o contraste acentuado entre o antigo e o novo. Esse contraste pode ser exemplificado entre o edifício Cândido Mendes e o Convento e Igreja do Carmo, bem como entre o Elevado da Perimetral, a Estação da Barcas de Niterói e o Paço Imperial. Em ambos os casos a evidente desconexão de escala submeteu os edifícios antigos - antes simbólicos e representativos de uma condição de destaque da praça cívica - ao segundo plano. Contraste que, considerando a lógica espacial do urbanismo colonial, imprimiu um desequilíbrio marcante entre a paisagem urbana e os edifícios mais antigos<sup>1</sup>. Em Salvador e Belém, por outro lado, mantiveram-se de, certo modo, a atividade cívica e algum sentido de escala do lugar. Belém, talvez seja o caso mais bem sucedido, em que o adensamento urbano das quadras ao redor do tríptico de praças no núcleo cívico<sup>2</sup> enfatizou a lógica urbana colonial. Tanto no sentido de integração desse núcleo ao seu entorno, quanto no encerramento visual da praça em volumes menos dispersos. A área antes esparsa ao redor do Alagado do Piri (que coincidiu com o lugar da praça destinada ao Palácio dos Governadores) foi gradativamente ocupada, e, à maneira medieval, delimitou o espaço vazio da praça com quarteirões de edifícios baixos.

Tomé de Sousa, Dom Pedro II e 15 de Novembro, essas são as três praças cívicas que apresentaram semelhanças morfológicas entre si. A implantação em relação à baía, a combinação coesa de praças, abrigo do comércio o palácio e a igreja, bem como a relação de circulação e visibilidade desse conjunto sobre o entorno, que se chamou de núcleo cívico, são as características que foram encontradas<sup>3</sup>.

Já o plano de Brasília provou ser possível dis-

1 Ver figuras 327, 328 e 330 a 333.

2 Comparar figuras 290 e 294.

3 Ver figuras 246, 290 e 334.

tinguir o núcleo cívico de forma integrada, sem que estivesse necessariamente no interior do tecido urbano, em seu centro propriamente dito. Ali, a solução foi elaborada estruturando-se espaços autônomos, porém posicionados hierarquicamente: a colocação da praça em relação ao todo é que a distinguiu. Brasília se apresenta com uma concepção espacial completamente nova e oposta ao tecido urbano colonial. Enquanto este prima pela delimitação de espaços vazios a partir da sucessão de edifícios, formando massas contínuas, a outra tem por excelência a formatação dos ambientes por sólidos isolados - é a paisagem do objeto ao qual se refere Holanda (2002). Ou seja, os edifícios insulados substituem os volumes conjugados. A escala também se transforma, é muito maior, adequada à atividade automobilística<sup>4</sup>, segregada da atividade pedestre. Os edifícios assumem papel condicionante na paisagem, cada qual uma parte ao mesmo tempo integrada e autônoma à composição. Com isso, o ambiente é outro, em relação às capitais coloniais. A paisagem a primeira vista, no entanto, vela uma estrutura que se organiza a partir de regras - de disposição dos edifícios no núcleo cívico e esse núcleo em relação ao entorno - tradicionais. A forte integração com o restante da cidade, a relação de distanciamento e conexão simultâneos entre o edifício secular e o religioso, e o relativo confinamento da praça cívica em relação a este último, mostram a organização tradicional inserida na estrutura da composição urbana.

Para se chegar a essas conclusões, foi necessário, contudo, observar o modo de organizar o espaço cívico da cidade em outras épocas e lugares, vinculados à produção artística e cultural (em uma abordagem mais genérica) brasileira.

Do passado foram elencadas cidades cujo núcleo cívico apresentava, a sua maneira, a expressão simbólica do governo. Desde a Antiguidade Clássica, nesse núcleo, mostrou-se

organizado o lugar não apenas do governo, mas também do comércio e da religião, que se confundia com o próprio Estado. Essas instituições, ainda que culturalmente mais dissociadas, mantiveram-se reunidas no núcleo do burgo medieval. Permaneceram integradas pelos elementos constitutivos do tecido urbano. As vias, espaços públicos e edificações conectavam, por exemplo, as praças *signoria*, da catedral e o mercado, em Florença<sup>5</sup>.

Formavam-se centros socialmente desejáveis à coletividade, reunindo atividades eminentemente coletivas, e a elas associava-se a imagem do Estado, fisicamente representado em seus edifícios. Verificou-se que as praças cívicas eram conectadas ao seu entorno imediato por fortes eixos integradores, destacando a potencialidade do desenho em relação ao seu desempenho sociopolítico. Ao sistema viário eram associados os recursos visuais de abertura de largos ou a verticalidade das construções<sup>6</sup>. Muitas vezes essa verticalidade não estava associada aos edifícios de governo propriamente ditos, e sim às torres dos edifícios de comércio e religião. Porém, estes últimos estavam invariavelmente coesos à praça cívica por um sistema de largos interconectados por eixos integradores. A arquitetura urbana estabelecia um sistema de símbolos, caminhos e ambientes que contribuía com o governo e sua imagem na cidade.

Veio depois a monumentalização dos projetos urbanos. A partir da renascença, até o neoclassicismo, os complexos arquitetônicos destinados aos palácios e às igrejas faziam reverência aos seus autores e aos homenageados, tanto quanto às instituições que representavam. Um sistema espacial que primava pela autonomização desse complexo em relação ao restante da cidade. O início da construção das vilas e cidades do Brasil colonial estava inserido em outro contexto, uma vez que Portugal difundiu no Brasil o ambiente medieval e as técnicas renascentistas de planejamento militar e urbano.

A partir desses exemplos históricos, buscou-se nos capítulos seguintes a caracterização das

4 "... Já no segundo quarto do século XX, a introdução de grandes infra-estruturas de caráter rodoviário no tecido urbano tradicional, rompendo com sua coesão e continuidade, em uma doutrina que bem poderia ser denominada de *urbanismo rodoviário*". (FICHER, 2010).

5 Ver figura 107.

6 Ver figuras 122, 125, 127.

praças cívicas das capitais do Brasil. Tipicidades que vinham do novo território e da nova cultura que emergiam. As cidades brasileiras proporcionaram uma ordenação híbrida os núcleos cívicos. Diretamente vinculadas à tradição europeia, mas que variavam dessa tradição e entre si.

No caso de Salvador a praça cívica era um núcleo ao redor do qual orbitava o crescimento da cidade, mas que dividia este papel com o Terreiro de Jesus. A trama regular da cidade alta homogeneizava a acessibilidade, desvalorizando o acesso aos edifícios que não estivessem próximos ao núcleo cívico, mais irregular e integrado. Era precisa a sobreposição da Rua Portugal e da Rua da Misericórdia, eixos integradores do núcleo comercial e cívico, com os eixos de maior conectividade. Coincidência que potencializava a co-presença e o caráter coletivo.

A cidade se dividia em dois sistemas, a parte alta e a parte baixa. Numa as funções cívicas e religiosas se intercambiavam com as habitações, o comércio local e os fortes, estes últimos mais afastados, direcionaram o crescimento urbano. A parte baixa era quase que exclusivamente portuária. Os trapiches dividiam o espaço com pequenas capelas e algumas habitações. A circulação entre os dois sistemas se fazia mais integrada justamente entre a praça cívica e a rua que se desenvolveria futuramente, com mais conexões e mais integrada ao sistema parcial da cidade baixa. Era a lógica de integração nos espaços públicos da cidade medieval que se reproduzia adaptada ao novo território.

Sobre a paisagem urbana, a característica marcante foi a visibilidade da praça cívica voltada para o mar e não para a cidade. Fato que derivava da situação equivalente do Terreiro do Paço, em Lisboa. A capital da colônia assemelhava-se à metrópole. Outro fato característico foi o posicionamento das igrejas nas partes elevadas do interior do território, e o posicionamento dos fortes nas partes mais altas da costa<sup>7</sup>.

O Palácio dos Governadores e a Casa de Câmara, voltados para a praça, estavam num limite

físico da cidade, e voltavam-se consequentemente para o mar. A Câmara, ligeiramente inclinada, abria-se parcialmente para a via principal, estabelecendo uma ligação entre a cidade e seu ponto final, a praça de frente para o mar. Essa rua principal alargava-se parcialmente no então pequeno largo da demolida Catedral da Sé, para abrir-se definitivamente no Terreiro de Jesus, mais alto que a Praça do Palácio, e evidenciado pelos campanários das igrejas. A praça era um elo da paisagem marítima com o núcleo cívico e o restante da cidade.

Belém, resguardadas as questões políticas, iniciou a ocupação do território de modo semelhante a Salvador, com uma fortificação à beira de uma baía. Em seguida veio a Igreja Matriz e os caminhos em direção à Residência do Capitão-Mor, formando inicialmente o núcleo cívico da cidade. Posteriormente, vieram as atividades comerciais e o desenvolvimento da porção norte da cidade, com igrejas e novas habitações. O centro inicial era então deslocado para uma nova praça, mais afastada da baía e também mais centralizada em relação ao assentamento como um todo. A praça era uma espécie de *hall* de distribuição do tecido urbano.

A homogeneidade da disposição dos eixos, decorrente da malha reticulada, acabou por formar centros isolados. O tradicional agrupamento se consolidou entre a praça cívica, a religiosa e a comercial. O núcleo de integração era definido por dois eixos que se cruzavam em um dos vértices da praça cívica, próximos à Alfândega e à praça comercial. Era na realidade um tríptico de praças adjacentes que congregavam as funções primordiais do núcleo cívico. Em uma estava a Catedral da Sé, na outra a Alfândega e entre elas a praça cívica.

Desta vez, a circulação e a visibilidade estavam concentradas em três espaços contíguos. Formou-se um cenário de dimensões atípicas à medievalidade do ambiente colonial. A Catedral da Sé localizou-se num espaço religioso mais confinado do que o Palácio de Governo. O Palácio e a Câmara compartilhavam o mesmo lado da praça, estando o Palácio disposto de maneira centralizada nesse recinto. Dentro deste enfoque, o Palácio de Governo, contemporâneo à reconstrução

<sup>7</sup> Ver figuras 234 e 241 a 243.

do Terreiro do Paço lisboeta, aproximou-se do espaço monumental onde a simetria controlada valoriza o governante, mais do que a Igreja. Estava mais próximo do enquadramento e das dimensões neoclássicas que marcaram o absolutismo do Período Pombalino.

Fato que se destacou em Belém, por sua vez, o adensamento e o crescimento urbano acentuaram a integração da praça em relação ao núcleo cívico, bem como o contraste de suas dimensões em relação ao tecido urbano do entorno.

O Rio de Janeiro foi marcado pelos improvisos e adaptações, o que não afastou sua equivalência morfológica com as outras capitais. Diferentemente do que ocorreu em Salvador e Belém, a sede do governo partiu do reaproveitamento de uma construção preexistente. A praça cívica era, anteriormente, uma praça de cunho religioso. O núcleo cívico consolidou-se ao longo do tempo, reunindo suas funções básicas. Nela, a praça aglutinava todas essas funções. Localizou-se a beira-mar e simetricamente à malha urbana. O terreiro guardava o eixo de simetria da malha urbana, porém afastada do centro, consequência natural da implantação da praça junto ao mar. Esse malha também era um híbrido de regularidade adaptada ao terreno, e à funcionalidade de cada lugar, alternando ruas estreitas e largos relativamente mais amplos.

A fachada da Igreja Matriz era o ponto focal da praça cívica, a fachada do Paço era secundária, condição compatível com a origem da praça. Por outro lado, a fachada do Paço voltada para a baía era privilegiada visualmente. Repetia-se a condição de isolamento da parte cívica à cidade, voltando-se para o mar. A igreja, como de costume, voltada para a cidade.

Essa foi uma condição colonial até a Independência, pois com a República as futuras sedes da presidência no Rio de Janeiro foram mais vinculadas ao *status* do edifício do que à condição urbana. Perdeu-se a relação do governo com a antiga praça, esmaecida ainda mais com a abertura da Avenida Central, que reorganizou a hierarquia das vias do centro da cidade. O desapego pelo antigo centro cívico foi ainda

maior com a construção do Elevado da Perimetral, decorrente da via expressa de ligação à Petrópolis (atual Avenida Brasil). Estava devidamente ofuscada a fachada principal da antiga sede capital do Brasil.

A rua 1<sup>o</sup> de Março, antiga rua Direita, manteve-se como eixo integrador do sistema de circulação local do núcleo cívico. Embora mantida em planta a ordenação visual se transformou profundamente sobre a dimensão vertical. Paço e Catedral são hoje elementos coadjuvantes da paisagem urbana<sup>8</sup>.

Das praças das capitais do Brasil, a única que viu sua função cívica se perder foi a 15 de Novembro no Rio de Janeiro. As funções comercial e religiosa permaneceram, mas em menor intensidade e simbolismo. A forma restou persistente, subposta, na estrutura urbana.

Em Brasília, dentro da estrutura autônoma do núcleo cívico, uma sub-hierarquia promoveu a relação entre os edifícios governamentais. A Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios, da qual a Catedral Metropolitana faz parte, estão arrançadas de maneira moderna, mas seguindo uma postura tradicional em relação ao caráter simbólico da arquitetura urbana. Mesmo no terreno plano, a Catedral foi colocada em evidência e o Palácio mais confinado, em uma praça de menores proporções.

Como todas as outras capitais, Brasília convive com as pressões do crescimento urbano e a imposição de soluções sobrepostas. Aqui, a setorização agravada em partes de maior autonomia, evidenciou o caráter administrativo do Estado, isolando a função comercial e relativizando o simbolismo da Igreja - ainda que em destaque na perspectiva. Como se tivesse utilizado a estrutura tradicional de organização Estado no território da cidade, porém com uma concepção espacial antagônica ao passado.

As observações anteriores são especulações baseadas na série de análises da configuração espacial e documentais desenvolvidas ao longo da pesquisa. Conclui-se, ao fim do estudo,

<sup>8</sup> Ver figuras 331 e 333.

que a semelhança entre as praças das capitais do Brasil reside em fatos históricos, relativos à organização do Estado em seu território e associados a uma estrutura especializada dos elementos componentes deste espaço. Por outro lado, a transformação dos regimes políticos nem sempre se mostrou atrelado a uma arquitetura que intencionalmente refletisse a imagem do governo. São dois tempos diferentes que se desenvolvem sobre a cidade, um das transformações políticas, outro do espaço urbano. Em alguns instantes se encontram, em outros se distanciam.

Os centros cívicos não são lugares comuns, que se repetem no tecido urbano, e primam essencialmente pela sua singularidade. Persistência, talvez seja o termo que melhor qualifique esse núcleo, seja pelo seu significado social ou pela força do desenho, que o estrutura em conjunto com seu entorno. Os centros cívicos que mantiveram sua função privilegiam-se em relação à manutenção da configuração física. Por outro lado, quando perdem a função cívica, a própria estrutura urbana desses centros, corrobora para persistência de sua forma.

Concluindo, sobre a questão inicial - do ponto de vista morfológico há afinidades de desenho urbano entre as praças cívicas das capitais do Brasil, a despeito das condições geográficas e temporais distintas - entende-se que sim, embora devam ser destacados dois conjuntos. Um conformado pelas capitais coloniais e o outro por Brasília. Esta última se difere das demais no que se refere à aparência do ambiente conformado, assemelhando-se, entretanto, na estruturação do significado desse ambiente. Ou seja, morfológicamente, a relação compositiva entre os elementos simbólicos das praças cívicas de Salvador, Belém e Rio de Janeiro comparece na Praça dos Três Poderes e conjunto, ainda que resulte em um ambiente tão diverso daqueles.





## 8. REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar, 1988.
- ABREU, Maurício de A. *GEOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO (1502 - 1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2011.
- ALBANO, Celina. *A Cidade na praça: poder, memória, liberdade*. In: VIII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1984.
- ALMEIDA, Cícero A. F. *Catete: memórias de um palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.
- ALVIM, Sandra P. de F. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes*. Rio de Janeiro: UFRH, Iphan, 1996.
- ARGAN, Giulio C. *Arte Moderna. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- ARGAN, Giulio C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- AYMONIO, Carlo. *O significado das cidades*. Lisboa: Presença, 1984.
- BAENA, Antônio L. M. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.
- BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro C. do. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816 - 1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- BENEVOLO, L. *DISEÑO DE LA CIUDAD: El arte y la ciudad antigua*. Barcelona: Gustav Gili, 1982.
- BENEVOLO, L. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BENEVOLO, L. *O último capítulo da arquitetura moderna*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>. Acesso em: 06/2011.
- BOTELHO, A. V.; REIS, L. Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Autêntica, 2008.
- BRESCIANI, Maria S. M. (Org.). *Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília: Iphan/MONUMENTA, 2006.
- CALDEIRA, Junia M. *Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano - origem e modernidade*. 2007. 432p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências.
- CALDEIRA, Junia M. *Praça: território de sociabilidade*. 1998. 214 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências.
- CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. Coleção Temas Brasileiros. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 3.v.
- CARS, Jean dês; PINON, Pierre. *Paris Haussmann*. Paris: Picard, 1991.
- CARVALHO, Delgado de. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1994.
- CARVALHO, Marieta P. *Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro*

- ro de D. João VI (1808-1821). Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.
- CARVALHO, Ney. O. R. *PRAÇA XV E ARREDORES: UMA HISTÓRIA EM CINCO SÉCULOS*. Rio de Janeiro: Bolsa do Rio, 2000.
- CAVALCANTI, Lauro. (Org.). *Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CAVALCANTI, Lauro. *Paço Imperial*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a Construção da Cidade: da Invasão Francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CENTURIÃO, Luiz R. M. *A cidade no Brasil Colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- CERVER, Francisco A. *Redesigning City Squares and Plazas*. New York: Hearst Books International, 1997.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COLCHETE FILHO, Antonio. *Praça XV: projetos do espaço público*. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2008.
- COSTA, Ana de L. R. *A IGREJA CATÓLICA E A CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DOS NÚCLEOS URBANOS COLONIAIS BRASILEIROS*. In: Cadernos PPG-AU/UFBA, Versões urbanas Salvador: desejos, representações e realidade, v. 6, Salvador, 2007.
- COSTA, Lucio (Coord.). *Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano-Piloto*. Brasília, TERRACAP, 1985.
- COSTA, Lucio. *BRASÍLIA REVISITADA 1985/87: Complementação, Preservação Adensamento e Expansão Urbana*. Brasília: SDU/GDF, 1987.
- COSTA, Lucio. *Brasília, cidade que inventei: RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA*. Brasília: ArPDF/CODEPLAN/DePHA, 1991.
- COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: HEMUS, 1975.
- CRUZ, Ernesto. *Casas e Palácio do Governo: Residências dos Capitães-Mores, Residências dos Capitães-Generais e presidentes da Província do Pará 1616 - 1974*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1976.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973, 2 v.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, PMRJ, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia de Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, PMRJ, 2000.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1989, 4 v.
- DELSON, Roberta. *Novas vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1979.
- DIÁRIO DO PARÁ. *Manuscritos revelam versão da construção de Belém*. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-93297-MANUSCRITOS+REVELAM+VERSAO+DA+CONST>

RUCAO+DE+BELEM.html

DUBY, Georges. *AS TRÊS ORDENS ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, Georges. *O TEMPO DAS CATEDRAIS: a arte e a sociedade 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1988.

ESPAÇOS & DEBATES. *Cidade e História*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, São Paulo: Annablume, 1991.

ESPAÇOS & DEBATES. *Leituras da Cidade*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 29, São Paulo: Annablume, 1989.

ESPAÇOS & DEBATES. *Temporalidade: Memória e Cotidiano da Cidade*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 33, São Paulo: Annablume, 1990.

FACÓ, João. *NAS ASAS DE BRASÍLIA*. Brasília: Facó, 2003.

FALCÃO, Edgard de C. *A fundação da cidade de Salvador em 1549*. Salvador: Câmara Municipal, 1949.

FAVOLE, Paolo. *La Plaza en la arquitectura contemporânea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Marcílio M.; GOROVITZ, Matheus. *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*. Brasília: Iphan, 2008.

FERREZ, Gilberto. *A Praça 15 de novembro antigo Largo do Carmo*. Rio de Janeiro: Riotur, 1978.

FERREZ, Gilberto. *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez*. São Paulo: Ex Libris, 1983.

FERREZ, Marc; SANTOS, Paulo F. *O Álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906*. São Paulo: Ex Libris, João Fortes Engenharia, 1983.

FICHER, Sylvia. *Paradigmas urbanísticos de Brasília*. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, nº 65, pp. 93-121, 2010.

FICHER, Sylvia; SCHLEE, Andrey. *Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955*. In: 9º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais. São Paulo: FAU/USP, 2006. CD-ROM. 20 p.

FLETCHER, Banister. *A HISTORY OF ARCHITECTURE ON THE COMPARATIVE METHOD*. Londres: BASTFORD, 1948.

FLEXOR, M. Helena; CAMARA, M. Paraguassu de A. *A Praça Municipal da Cidade de Salvador*. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAS, Benedito. *SANTA CRUZ: FAZENDA JESUÍTICA, REAL E IMPERIAL*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1985, 3v.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL/BIBLIOTECA DIGITAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em 06/2011).

FURNEAUX, Jordan. R. *História da arquitetura no ocidente*. São Paulo: Verbo, 1985.

FUSCO, Renato. *A idéia de arquitetura*. Lisboa: Edições 70, 1984.

GARRIDO, Carlos M. *Fortificações do Brasil*. In: Subsídios para a História Marítima do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. *Nuevos espacios urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

GERODETTI, J. E.; CORNEJO, C. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, Edições Culturais, 2004.

GOITIA, Fernando C. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Presença, 1992.

- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- GOMES, M. A. de F. *Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, 1992.
- GONÇALVES, Cleber B. *CASA DA MOEDA DO BRASIL: 1989 ANO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA*. Rio De Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1989.
- GOROVITZ, Matheus. *Brasília uma questão de escala*. Brasília: Croqui 2, IAB-DF, 1979.
- GRAVAGNUOLO, Benedetto. *Historia del urbanismo em Europa 1750–1960*. Madrid: Akal, 1998.
- HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1990.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. London: Cambridge University Press, 2003.
- HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores, 2003.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço da exceção*. Brasília: Unb, 2002.
- HOLANDA, Sergio Buarque de, *HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: A ÉPOCA COLONIAL: DO DESCOBRIMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL*. Tomo I, v. 1. São Paulo, DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO, 1960.
- HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio português*. Belém: Clássica, 1940.
- IDJEIN, Teresa. *Abre Alas: Thomas Ender – Encontro com Uma Nova Luz. Áustria – Brasil*: Emb. da Áustria, 2007.
- IVAN, Augusto. *PRAÇA XV: PROBLEMAS E PROPOSTAS*. In: *A restauração do Paço Imperial e o futuro da Praça XV no Rio*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- KATO, Akinori. *Plazas of Southern Europe*. Tokyo: Process Architecture, 1990.
- KOCK, Wilfried. *Estilos de Arquitetura: A arquitetura europeia da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Presença, 1982, 2 v.
- KOSTOF, Spiro. *THE CITY ASSEMBLED: The Elements of Urban Form Through History*. London: Thames & Houdson, 2006a.
- KOSTOF, Spiro. *THE CITY SHAPED: Urban Patterns and Meanings Through History*. London: Thames & Houdson, 2006b.
- KRIER, Rob. *Urban Space*. New York, Rizzoli International Publications, 1979.
- LAMAS, José M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LANNA, Ana L. D. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos. Cidade e colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças*. In: IV Seminário de História da cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 1996.
- LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Medieval Civilization 400-1500*. Oxford: Blackwell, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1192.
- LE GOFF, Jacques. *The Birth of Europe*. Oxford: Blackwell, 2005.
- LEÃO FILHO, J. de Souza. *Palácio do Itamaraty, resenha histórica e guia descritivo*. Rio de Janeiro: MRE, 1936.
- LIMA, Valéria A. E. *O Brasil de Debret: construção de uma imagem*. In: Campinas: IFCH, UNICAMP,

1998.

LINHARES, Maria Y. (Org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

LYALL, Sutherland. *Designing the new landscape*. New York: Thames and Hudson, 1991.

LYNCH, Kevin: *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1980.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1991.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MARX, Murillo. *Olhando Por Cima e de Frente*. In: Revista USP, n. 30. São Paulo: USP, 1996.

MATHIAS, Herculano G. *História Ilustrada do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro.

MEDEIROS, Valério A. de S. *Urbis Brasiliae ou sobre cidade do Brasil - inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*. 2006. 520 p. Tese (doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Brasília.

MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: s.ed., 2 volumes, 1976.

MEIRA FILHO, Augusto. *Nova contribuição ao estudo de Landi*. Belém: Gráfica, 1974.

MEIRA FILHO, Augusto. *O BI-SECULAR PALÁCIO LANDI*. Belém: Grafisa, 1974.

MELLO Jr., Donato. *Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências*. Rio de Janeiro: João Fortes, 1988.

MENESES, Ulpiano T. B. de. *Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana*. In: Revista USP, n. 30. São Paulo: USP, 1996.

MILANESI, Renata. *Praça da Sé: evolução urbana e espaço público*. São Paulo: FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA/ Programa Monumenta. *Cadernos Técnicos 4: Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudoeste e sul*. Brasília: Minc, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA/ Programa Monumenta. *Cadernos Técnicos 3. Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Minc, 2005.

MONTEIRO, Hamilton M. *BRASIL IMPÉRIO*. São Paulo: Ática, 1986.

MONTEZUMA, Roberto (Org.). *Arquitetura Brasil 500 anos*. Recife: UFPE, 2002.

MOORE, Charles W. ; BLOOMER, Kent C. *Body, Memory and Architecture*. London: Yale University, 1977.

MOREIRA, Jane B. *Rua Direita - Sua História*. Disponível em: <http://www.marcillio.com/rio/enceprma.html>. Acesso em: 09/2010.

MORI, Victor H. *ARQUITETURA MILITAR: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DO PORTO DE SANTOS*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MORRIS. A. E. James. *Historia de la forma urbana: Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Bili, 1998.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MUMFORD, Lewis: *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

OLIVEIRA, Mário M. de. *Um sistema para consolidação de estuque no Palácio Rio Branco*. Salvador: CNPq/FNPM, 1983.

OLIVEIRA, Paulo M. *A Candidatura da Baixa Pombalina a Patrimônio Mundial: Trabalho competente ou o descrédito da UNESCO?* Disponível em: <[http://paleociencia.com/main/page\\_candi](http://paleociencia.com/main/page_candi)

atura\_da\_baixa\_pombalina.html>. Acesso em 07/2009.

PAIO, Alexandra C. R. *Praças nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV. Estudo comparativo*. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.) *A praça na cidade Portuguesa*. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

PANERAI, Philippe R. *Análise Urbana*. Brasília: UnB, 2006.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. *Cidades e Urbanismo no Mundo*. LISBOA: PIAGET, 1997.

PENTEADO, Antonio R. *Belém - Estudo de Geografia Urbana*. Belém: UFPA, 1968, 2 v.

PEREIRA Carlos G. N. *Praça XV, um passeio pelo tempo*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002.

PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da arquitetura ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-America, 1964.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/ Comissão para as Comemorações do Bicentenário da Chegada de D. João ao Rio de Janeiro. *Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Sé: Caderno de Educação*. Rio de Janeiro: Fund. Roberto Marinho, 2007.

PUC-RIO. Departamento de Artes. *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

REIS FILHO, Nestor G. *Algumas Experiências "Urbanísticas do Início da República: 1890-1920"*. In: Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: FAU-USP, n. 1, 1994.

REIS FILHO, Nestor G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/ 1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

REIS FILHO, Nestor G. *Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Segunda parte: XIX e XX*. In: Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo: FAU-USP, n. 9, set-out, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: USP, 2001.

REIS, José de S.; BARRETO, Paulo T. *Arquitetura oficial I*. São Paulo, FAUSP, 1978.

REZENDE, Vera F. *Da Sedução à Oficialização*. In: Cadernos PPG-AU/FA-UFBA/ Ano 3, Salvador: PPG-AU/FA-UFBA, 2005.

RIBEIRO, Maria do C. S. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para leitura da evolução da paisagem urbana*. 2008. 600p. Dissertação (doutorado) - Universidade do Minho.

ROBBA, Fabio; MACEDO, S. S. *Praças Brasileiras*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ROBERTSON, D. S. *ARQUITETURA GREGA E ROMANA*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, José W. R. *Documentário arquitetônico*. São Paulo: USP, 1979.

ROLNIK, Raquel. *História Urbana: História na Cidade?* In: Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, UFBA, ANPUR, 1992: 27-29.

ROSSA, Walter (Org.). *Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

ROSSI, A. *The Architecture of the City*. Cambridge: MIT, 1982.

ROWE, C.; KOETTER, F. *Collage City*. Paris: Centre George Pompidou, 1993.

RUORE, Angenor de. *Au Jour le. Palácio do Presidente*. In: A Notícia. Rio de Janeiro 23/09/1896.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.

- SAMPAIO, Teodoro. *HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR: OBRA POSTUMA*. Bahia: Benedita, 1949.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro UFRJ, 2001.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SCHLEE, Andrey R.; DONATO, Lila. *A Praça do maquis*. In: Anais do 7º seminário docomomo Brasil. Porto Alegre, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SILVA, Alberto. *A Cidade de Tomé de Souza: ASPECTOS QUINHENTISTAS*. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1949.
- SILVA, Ernesto. *HISTÓRIA DE BRASÍLIA: UM SONHO, UMA ESPERANÇA, UMA REALIDADE*. Brasília: FIBRA, 2006.
- SILVA, F. de A.; BASTOS, Pedro I. de A. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1983.
- SIMAS FILHO, Américo (Coord.). *EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR*. Salvador, UFBA, 1979, 2v.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos: Uma contribuição à resolução plástica das questões modernas da arquitetura e da plástica monumental, com especial atenção à cidade de Viena*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOUSA, Augusto F. de. Fortificações no Brazil. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
- SOUSA, Avanete P. *Salvador capital da colônia*. São Paulo: Atual, 1995.
- SPREIREGEN, Paul D. *Compendio de arquitetura urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- STIERLIN, Henri. *O Império Romano – dos etruscos ao declínio do Império Romano*. Milão: Taschen, 1997.
- STROETER, J.R. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARÁ. *PESQUISA HISTÓRICA: FORMULÁRIO GERAL DO SÍTIO URBANO DE BELÉM: Pesquisa Histórica INBI/SU de Belém*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 27.
- TAVARES, Luís H. D. *História da Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1959.
- TEIXEIRA, M. (Coord.) *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *As Formas Urbanas das Cidades de Origem Portuguesa*. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia\\_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/textos2/texto2.htm). Acesso em: 07/2010.
- TERRA, Carlos G. *O jardim no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1996.
- TEXEIRA, Milton de M. *ARTE COLONIAL NO RIO DE JANEIRO*. Disponível em: <<http://www.sindetur.org.br/2006/arquivos/artrelcolrio.pdf>>. Acesso em 07/2009.
- TIRAPELLI, Percival. *Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001.
- VASCONCELOS, José A. *A Epopeia da Construção de Brasília*. Brasília: edição do autor, 1989.
- ZUCKER, Paul. *Town and Square: from the Agora to the Village Green*. New York: Columbia University Press, 1959.

